

Em meio a uma realidade contemporânea internacional marcada pela rearticulação e fortalecimento de vertentes políticas antidemocráticas pelo mundo afora, esta coletânea buscou trazer novas contribuições acerca dos regimes ditatoriais latino-americanos do passado recente. Pautada, preferencialmente, na mobilização de fontes inéditas de pesquisas, a obra encontra-se dividida em três principais eixos temáticos: América Latina em Foco; Ditadura Militar Brasileira e Fontes Documentais na Era Digital.

Contando com contribuições de pesquisadores de diferentes regiões do Brasil, assim como da Argentina e Estados Unidos da América, esta coletânea é um dos resultados do projeto de pesquisa “Os documentos inéditos dos Arquivos do SNI (Paraná-BR), do Projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)”, sediado na Universidade Estadual de Londrina (UEL) que conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária.

REGISTROS DOS AUTORITARISMOS

Pesquisas sobre arquivos inéditos das ditaduras no Brasil e na América Latina

Diante de um cenário internacional de fortalecimento de correntes políticas autoritárias e ataques aos regimes democráticos pelo mundo afora, esta coletânea traz novas contribuições acerca do conhecimento dos regimes ditatoriais latino-americanos da segunda metade do Século XX. Reunindo pesquisadores brasileiros e estrangeiros, a obra tem uma grande diversidade temática, demonstrando a ampliação dos estudos sobre os Regimes autoritários. A coletânea encontra-se dividida em três principais eixos temáticos: América Latina em Foco; Ditadura Militar Brasileira e Fontes Documentais na Era Digital. Durante o contexto quente da Guerra-Fria, a democracia parecia, para certos grupos políticos e econômicos, um obstáculo, e suprimida para o “bem” da Nação. Ao término do livro, o leitor terá certeza de que não podemos retroceder e como ainda é importante a luta pela defesa dos regimes democráticos tão arduamente conquistados.



   @saggaeditora

ISBN: 978-65-86555-74-5



9 786586 555745

SAGGA
EDITORA

REGISTROS DOS AUTORITARISMOS

REGISTROS DOS AUTORITARISMOS

Pesquisas sobre arquivos inéditos das ditaduras no Brasil e na América Latina

CONFIDENCIAL

**Fabio Lanza,
José W. A. Neves Jr e
Marina Adams (orgs)**

Colaboradores:

- André Kaysel
- Ernesto Bohoslavsky
- Fabio Lanza
- Inez Stampa
- James Green
- José W. A. Neves Jr.
- Luan Prado Piovani
- Marcília Gama da Silva
- Maria Renata da Cruz Duran
- Marília Corrêa
- Marina Adams
- Miliandre Garcia
- Rodrigo Czajka
- Vicente A. C. Rodrigues

Fabio Lanza / José W. A. Neves Jr /
Marina Adams (ORGS)

REGISTROS DOS **AUTORITARISMOS**

Pesquisas sobre arquivos inéditos das
ditaduras no Brasil e na América Latina

Salvador



2024

Ficha Técnica

© 2024, **Fabio Lanza, José W. A. Neves Jr e Marina Adams (orgs)**

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, a não ser com permissão escrita do autor ou da Sagga Editora, conforme a Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998.

Feito o depósito legal

Revisão de textos	Larissa Lacerda Nakamura
Projeto Gráfico e Diagramação	Érico Lisboa
Editor	Dr. Grimaldo Carneiro Zachariadhes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Registros dos autoritarismos : pesquisas sobre arquivos inéditos das ditaduras no Brasil e na América Latina / organização Fábio Lanza, José W. A. Neves Jr, Marina Adams. -- Salvador, BA : Sagga Editora e Comunicação, 2024.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-86555-74-5

1. América Latina - História 2. Arquivos - Pesquisa 3. Autoritarismo 4. Brasil - História 5. Ditadura 6. Pesquisas I. Lanza, Fábio. II. Neves Jr, José W. A. III. Adams, Marina. 24-204300

24-225650

CDD-320.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Ditaduras : História política 320.9
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Sagga editora e comunicação

Avenida Sete de Setembro, nº 32 - 2 de Julho. Salvador – Ba.
Cep 40.060-904
saggaeditora@gmail.com

Sumário

- 5 Prefácio
Joviniano S. de Carvalho Neto

EIXO 1 - AMÉRICA LATINA EM FOCO

- 15 Um outro Ocidente:
discurso e ideologia da Confederação
Anticomunista Latino-americana (CAL)
e da Liga Mundial Anticomunista (WACL)
(1972-1984)
André Kaysel

- 35 Una diplomacia dictatorial informal:
los delegados latinoamericanos en
los congresos de la World Anti-Communist
League (1967-1979)
Ernesto Boboslavsky

- 53 Entre Vargas e Perón:
os trabalhistas sul-americanos sob a mira da CIA
José W. A. Neves Jr.

EIXO 2 - DITADURA MILITAR BRASILEIRA

- 71 “Subversão” nas Forças Armadas:
perseguição militar, ditadura, e o arquivo
Marília Corrêa

89 Guardiões do Autoritarismo:
a atuação dos Serviços de Censura
de Diversões Públicas (Scdps) na abertura política

Miliandre Garcia

117 “Subversivos e catequizadores”:
Intelectuais e o inquérito policial-militar
do jornal Reunião

Rodrigo Czajka

139 As expressões do pensamento autoritário
e a Doutrina de Segurança Nacional no Brasil

Fabio Lanza / Luan Prado Piovani

157 Os tentáculos da Ditadura
Civil-Militar no exterior:
a “rede” de monitoramento dos “adidos culturais”

Marcília Gama da Silva

EIXO 3 – FONTES DOCUMENTAIS NA ERA DIGITAL

183 O *desaparecimento* de
uma política pública:
a breve trajetória do Centro
de Referência Memórias Reveladas

Inez Stampa / Vicente A. C. Rodrigues

201 Arquivos inéditos no Brasil
e nos Estados Unidos:
comparar, alinhar e pactuar a
abertura de dados na rede

Maria Renata da Cruz Duran / Fabio Lanza / José W. A. Neves Jr

225 *Opening the Archives*:
arquivos digitais da ditadura

Marina Adams e James N. Green

Prefácio

Revelando raízes

Joviniano S. de Carvalho Neto¹

A importância da pesquisa de historiadores e cientistas sociais para revelar as raízes, características e a atuação das forças autoritárias, em especial na Ditadura Militar brasileira (1964-1985), é o que nos revela este livro. Prefaciá-lo foi, para mim, um prazer e um desafio como intelectual e militante. Como cientista social, não acredito em neutralidade axiológica, mas na necessidade de objetividade e da busca fática. Acredito que, na escolha de prefaciador, foi levada em conta a minha atuação na luta contra a ditadura e na elaboração de trabalhos sobre ela. A primeira observação que faço desta coletânea é a amplitude das pesquisas e referências utilizadas. São textos bem fundamentados. Diante de textos de dedicados pesquisadores, entendo que minha tarefa é apresentar uma visão e avaliação geral do seu conteúdo, sem fornecer demasiadamente *spoilers* e, ao mesmo tempo, recolher lições para a atualidade. Sabemos que, na história, os acontecimentos são reconstruídos a partir do presente. Esperamos que os leitores, além de aprofundar o conhecimento dos acontecimentos, encontrem raízes do presente. Passemos ao livro.

No primeiro eixo temático, **América Latina em foco**, se mostra como, na Guerra Fria, forças conservadoras se organizaram sob a bandeira do anticomunismo, defendendo seus interesses locais. Construíram e assumiram a defesa do “Ocidente” livre e cristão, liderado pelos Estados Unidos contra o Oriente totalitário e ateu. Os dois primeiros artigos examinam a Constituição da Liga Mundial Anticomunista (World Anti-Communist League – WACL) e da Confederação Anticomunista Latino-Americana (CAL), mostrando como, após a 2ª Guerra Mundial, forças da direita na Europa, inclusive algumas que, em nome do nacionalismo, colaboraram com os nazistas na luta contra a União Soviética, fundaram o Bloco Antibolchevique das Nações. Mas a criação da Liga,

¹ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, professor (aposentado) de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ex-presidente do Comitê Brasileiro Pela Anistia – Núcleo da Bahia; Comitê de Anistia e Direitos Humanos (CADH), presidente do Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia (GTNM-Ba).



que se caracterizou por se circunscrever à extrema-direita, nasce na Ásia. O autor constata que foi impulsionada por Taiwan (à época chamada de China Nacionalista) e Coreia do Sul, a elas se somando a Indonésia e as Filipinas. Com foco na Ásia, recebia representantes de outros países, caso dos latino-americanos, poucos em número, porém vindos de vários países, dentre eles o México (forte expressão do catolicismo tradicionalista) e o Brasil.

Pensando nos leitores jovens e não especialistas, acrescento informações sobre os países líderes no momento (1967) da criação da Liga. Chiang Kai-Shek governou a China de 1928 a 1949. Tendo combatido os comunistas, a eles se aliou para combater os japoneses na 2ª Guerra Mundial, o que, depois da vitória, incluiu a China como membro permanente e com direito a veto no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Na China, a guerra contra os comunistas foi reativada. Derrotado, passou com tropas e apoiadores para Taiwan, onde se entrincheirou e governou autoritariamente até sua morte em 1975. A Coreia do Sul, desde 1961, era presidida pelo general Park Chung-hee, que ficou no poder até 1979, quando foi assassinado. Ele foi o responsável por conduzir uma modernização autoritária em um país que, desde a Guerra com a Coreia do Norte (1950-1953), era protegido por tropas norte-americanas.

6 | Na Indonésia, se iniciava a ditadura (1967-1998) do general Suharto, após o esmagamento (1966) da política terceiro-mundista, ao custo da morte de um milhão de “comunistas e simpatizantes”. Nas Filipinas, também estava iniciando a ditadura de Ferdinand Marcos (1965-1986), um país que fora “protetorado” norte-americano (1898-1946) e onde persistiam dezenas de suas bases. O leitor me perdoe esta digressão. Além de lembrar do clima da “Guerra Fria”, são exemplos que corroboram a posição do autor de que o conceito de Ocidente Livre não tinha relação com a observância dos princípios da democracia liberal.

Em 1971, ocorreu a aproximação dos Estados Unidos com a China comunista (visita do presidente Nixon à China) e o reconhecimento, pela ONU, de que era esta que tinha direito a uma cadeira no Conselho de Segurança. O Congresso de WALC (Manilha, Filipinas) centrou seu trabalho na crítica à posição do governo norte-americano, e lá Chiang Kai-shek fez forte discurso. Mas, a partir daí, a liga reorientou sua ação às Américas, o que aumenta o peso dos líderes latino-americanos, da luta dos cristãos conservadores contra os progressistas e o Concílio Vaticano II, a reação às políticas de desenvolvimento e mudanças sociais, o apoio às ditaduras latino-americanas. Em 1972, foi criada a CAL no México, maximizando organizações anteriores. Foi, inclusive, espaço para a organização da operação Condor (colaboração para eliminar opositores).



Quando, em 1977, o governo norte-americano assumiu a defesa dos direitos humanos, os regimes autoritários que ajudou a criar reagiram, o denunciaram como facilitador do comunismo e procuraram apoio em setores conservadores dos Estados Unidos. Assim, uma contribuição importante dos textos é tornar claro o conceito de “Ocidente” assumido pela direita. Significava oposição ao comunismo, em cujo conceito inclui movimentos pela democratização da sociedade, a defesa incondicional da propriedade privada, uma espécie de nacionalismo “organicista”, um cristianismo conservador, tradicionalista, fundamentalista. O conceito de Ocidente livre e cristão se expressaria na divisa: “Deus, pátria, família, lar, propriedade”, enunciado que continua atual. É verdade que, com o fim da União Soviética e a ressignificação do papel da China, o uso mundial do anticomunismo como mobilizador fica um pouco arcaico, ainda que continue utilizado no Brasil, no entanto a articulação conservadora mundial, inclusive da extrema-direita continua ativa. Um exemplo é a Confederação de Ação Política Conservadora (CPAC). De origem norte-americana (1974), apresenta-se como o maior encontro de conservadores do mundo. Foi trazida para o Brasil pelo deputado federal Flávio Bolsonaro e realizou, em 2019, sua primeira conferência no país. Em julho de 2024, em Camboriú (Santa Catarina), realizou a 5ª, com destaque para o ex-presidente Jair Bolsonaro e o presidente da Argentina, Javier Milei.

O terceiro capítulo, “Entre Vargas e Peron”, mostra a ação da Agência Central de Inteligência/Central Intelligence Agency (CIA), criada em 1947, para a defesa dos interesses estratégicos dos Estados Unidos. O trabalho foi feito sobre o material desclassificado – isto é, cuja revelação não provocaria atualmente problemas – e se concentra nos documentos referentes à vigilância sobre a Argentina e o Brasil. A preocupação dos agentes era maior com Perón, o que faz a CIA levantar a possibilidade do seu assassinato e depois apoiar e festejar o golpe. A preocupação com Getúlio no Brasil aparece menos, ainda que o enquadramento dele nas notícias seja negativo. Havia uma justificativa de que as Forças Armadas brasileiras saberiam agir para deter eventuais ameaças aos interesses norte-americanos. Como Getúlio pessoalmente sai da cena em 1954, o material sobre ele é menor. O acompanhamento da situação até 1964 mostraria uma preocupação crescente até a decisão de apoiar, até militarmente se necessário, o golpe de 1964.

A leitura dos artigos do primeiro eixo já permite demonstrar a importância da análise dos arquivos dos órgãos de controle e repressão política. Os artigos são fundamentados em ampla bibliografia, mas, entre as fontes, merecem destaque o “Arquivo do terror” no Paraguai e os arquivos da CIA norte-americana.

Acrescento que o chamado “Arquivo do Terror” trata-se de documentos da polícia secreta paraguaia, localizados em uma delegacia do subúrbio de Assunção, em 22/12/1992, cerca de três anos depois da queda da ditadura do general Alfredo Stroessner (15/08/1954 a 03/02/1989). O general tomou o poder por um golpe de Estado, foi “eleito” e reeleito presidente pelo Partido Colorado, o mais tradicional, foi derrubado por um golpe de Estado e se exilou no Brasil, onde morreu em 2006, com mais de 94 anos. Ainda hoje, seu partido continua o mais importante, elegendo presidentes, inclusive em 2023. É um partido de direita, conservador na sociedade, neoliberal na economia e nacionalista na política.

A descoberta dos Arquivos do Terror mostrou que, nos quase 35 anos de poder, a ditadura prendeu, torturou, gerou desaparecidos políticos, e se articulou com a luta anticomunista mundial. Nestes arquivos, os pesquisadores encontraram os documentos da WACL e da CAL. Nos arquivos da CIA, examinaram documentos referentes à Argentina (13.500) e ao Brasil (12.600). Têm limitações reconhecidas – a existência de fontes não liberadas, o interesse de autovalorização de agentes, o anticomunismo exacerbado e a proposta de intervenções diretas ou indiretas, contudo comprovam o objetivo de combater o que fosse considerado ameaça à hegemonia norte-americana.

8 | O eixo 2, **Ditadura Militar Brasileira**, reúne cinco artigos, quatro analisando os mecanismos de controle e repressão e um sobre a “Doutrina de Segurança Nacional”; que forneceu estímulo e base de justificação. São artigos que permitem aprofundar a compreensão da ditadura, superando, inclusive, simplificações.

O artigo “Subversão nas Forças Armadas”, como diz a autora, permite superar a visão binária de militares criminosos x sociedade civil vítima. Endossamos esta observação. Já dissemos publicamente que, como categoria profissional, os militares foram a que, percentualmente, mais foi atingida pela Ditadura Militar. O artigo, baseado na Comissão Nacional da Verdade (CNV) inicia, revelando que, entre 1964 e 1985, os comandantes expulsaram mais de 6.500 militares das Forças Armadas por subversão política. Confirma esta posição com ampla análise. Os arquivos oficiais sobre a ditadura já disponíveis fornecem muitos dados, isto apesar das tentativas de invisibilização e não abertura até o presente, de alguns. A leitura destes arquivos é importante, ainda que com o viés da repressão. A bibliografia sobre os conflitos dentro das Forças Armadas seria significativa, porém limitada. A análise precisaria ser complementada pela visão dos militares perseguidos, apresentada por eles (escritos ou depoimentos) ou sobre eles, inclusive por familiares. Para enfrentar o desafio que se impôs, a autora apresenta as fontes utilizadas e os resultados obtidos, valorizando, inclusive, a história oral (entrevistou 30 militares punidos). Assim, o trabalho



permite conhecer como a perseguição ocorreu e continuou, mesmo após a traumática expulsão.

A atuação dos serviços de censura é o tema do próximo artigo. Nos lembra que era realizada por funcionários públicos (alguns concursados e outros cedidos) que reclamavam da falta de condições de trabalho, enfrentavam conflitos internos de poder e, o mais importante, que a existência de censura antecedeu, em muito, a Ditadura Militar. Esta ampliou sua atuação na área política, a qual, desde o século XX, combatia o “perigo vermelho”. Desde tempos remotos, “era praticado em defesa da moral e dos bons costumes”, especialmente protegendo crianças e adolescentes, tendo o apoio de setores da sociedade. Aliás, para a autora, o movimento “Escola sem partido” mostraria a atualidade deste sentimento. Acrescento que, nos últimos anos, foram promovidas ações (pedidos de cancelamento e até invasões) contra autores e artistas imorais. O artigo mostra o ziguezague na história da censura, a centralização e descentralização a nível federal e estadual, a luta dos censores para defender suas funções contra concorrentes e críticos, valorizar e manter suas funções, mesmo após a revogação do AI-5 e do decreto que via sua ação como dique à expansão do comunismo internacional. A Constituição de 1988 extinguiu a censura, o que a autora coloca em dúvida.

Em “Os tentáculos da Ditadura Militar no exterior”, a autora escreve sobre o papel dos adidos nas embaixadas brasileiras e também sobre a rede de informações e segurança. Os adidos atuavam monitorando e perseguindo militantes e personalidades incômodas ao regime. A autora nos lembra do sistema de vigilância, controle e repressão do qual os adidos faziam parte e, com eles, extrapolavam nossas fronteiras. Como os arquivos da repressão não foram totalmente abertos, como a edição da Lei de Acesso aos dados demorou e, na política externa brasileira, muitas coisas continuam sob sigilo, não se garantiu a responsabilização dos agentes públicos. Aproximando o papel do adido ao espião, afirma que este último é superestimado, na medida em que a imensa maioria das informações do serviço secreto vem da compilação dos dados, o que, acrescento, era parte do trabalho dos adidos. Seu trabalho de garimpo no acervo do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) pernambucano permite, para mim, duas lições. A primeira, a ênfase na importância da preservação do acervo e na valorização dos documentos cuja geração o historiador identifica e insere na história. A segunda é a referência a personalidades e documentos de impacto em Pernambuco. Com base nos arquivos, pôde apresentar o caso de padre Lourenço Rosenbaug, norte-americano, preso, espancado e objeto de esforço para abafar o caso. Mas, em se tratando

de Pernambuco, não podia deixar de se referir à perseguição a Miguel Arraes e D. Helder Câmara.

Em “Subversivos e catequizadores”, o tema do autor é um Inquérito Policial Militar (IPM) sobre a breve história do jornal *Reunião* da Editora Civilização Brasileira. O estudo de um episódio pontual na história permite ao autor apresentar o papel dos IPM (28% do texto), a reconstituição de uma frente de intelectuais contra o regime, a ação iniciada por delegacias antes da ação da polícia política à reação dos investigados, com destaque para o editor Ênio Silveira e o arquivamento do processo, em janeiro de 1968, quando o Ministério Público pôde dizer que a simples crítica, por mais veemente que fosse, não ensejava uma denúncia. A grande contribuição do artigo, para mim, é lembrar o papel do AI-2 sobre os intelectuais. Na lembrança dominante sobre o AI-2, está o fim dos partidos e a instituição do bipartidarismo, como resposta à derrota governista nas eleições de 1966 para Guanabara e Minas Gerais. O autor demonstra como o AI-2, que transferiu para a Justiça Militar o julgamento dos crimes contra o Estado e a ordem política e social, baseou a ação contra o jornal e foi o motivo alegado para sua extinção.

10 |

No capítulo “As expressões do pensamento autoritário e a doutrina da Segurança Nacional”, com o que encerramos a avaliação do segundo eixo, poderia abri-lo. Analisa a doutrina da Segurança Nacional a partir da sua gênese, mostrando que se refletem influências externas, tanto estadunidenses (doutrina de segurança nacional) como francesa (Guerra Revolucionária), tendo sua base no conservadorismo, anticomunismo e pensamento autoritário, presentes no Brasil desde o início do século XX. Tentarei fornecer, sem demasiado *spoilers*, o pensamento dos autores. Apresentam o conceito de conservadorismo: recusa a razão iluminista, crença em sociedade orgânica hierarquizada e superior aos indivíduos, continuidade com o passado e no papel do Estado na manutenção da ordem.

Na reconstrução do pensamento autoritário brasileiro, que teve grande papel na crítica à “República Velha” e no pós-Revolução de 1930, apresenta a contribuição de três pensadores: Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo de Amaral. Alberto Torres criticava uma realidade de atraso, desigualdade e dependência externa e propunha um governo central forte, autoritário, desenvolvimentista e líder de um processo de modernização e educação do povo. Oliveira Viana, além do apoio ao papel do Estado coordenador de mudanças econômicas e sociais, trazia a reação a ideias “exóticas” (liberalismo e comunismo). Azevedo de Amaral, por sua vez, contribuiu com a defesa do corporativismo a ser canalizado pelo Estado. A desconfiança nas instituições liberais e na capacidade do povo, que precisaria ser educado, uniria os três.



Os autores do artigo realçam que estes, como todos os intelectuais, são condicionados pelas ideias de seu tempo e as constroem a partir de base anterior. Acrescento que, se os condicionantes ajudam a explicar o pensamento dos autores, a utilização de suas ideias pela sociedade pode variar no tempo. A partir da década de 1950, ideias de Alberto Torres eram uma das bases utilizadas pelo Movimento Nacionalista Brasileiro do qual participei e dou testemunho. Este nacionalismo que, entre seus marcos, incluía a campanha “O petróleo é nosso!”, era de esquerda. Defendia a exploração pelos brasileiros e em seu benefício dos recursos estratégicos (petróleo, minérios, energia, p. ex.), tinha uma postura anti-imperialista (em especial contra as empresas norte-americanas), assumia a defesa da industrialização, da expansão dos direitos sociais, da educação (“conscientização”) das massas, da cultura nacional. No início dos anos 1960, discutia as “Reformas de Base” e as várias formas de revolução social. A crença em um governo central forte continuou, tanto na esquerda quanto na direita.

No campo da direita, a ideia de governo central forte conviveu com a descrença e o temor das massas, o repúdio a ideias “exóticas”, especialmente o comunismo, a desconfiança nas instituições liberais e na capacidade das massas. Tudo isso forneceu fundamentos para a criação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), reação às mudanças sociais, utilização das Forças Armadas como poder moderador, garantidor da ordem contra o comunismo e as rupturas revolucionárias. Sobre esta base e interagindo, dialeticamente, com influências externas, a Escola Superior de Guerra (ESG) introduziu o conceito de “Guerra interna” (made in USA) e “guerra revolucionária” (vinda da experiência francesa na Argélia).

A partir daí, os autores do artigo lembram o desenvolvimento no Brasil, do conceito de Segurança Nacional, que depois da 2ª Guerra Mundial, supera o de “Defesa Nacional”, porque permitia priorizar a defesa interna contra os subversivos. Na parte final do capítulo, os autores informam que a DSN via o Brasil como uma sociedade coesa, formada a partir de valores culturais básicos do Ocidente, da ciência aplicada ao desenvolvimento, da democracia como forma de governo, do cristianismo como base moral. O Brasil pertencia ao Ocidente cristão que enfrentava o Oriente ateu, era subordinado aos Estados Unidos, mas teria objetivos nacionais, como o de construção do Brasil potência. Esta sociedade precisaria de instituições capazes de defendê-la contra ideologias estrangeiras e subversivas, de um Estado forte voltado ao desenvolvimento, uma democracia forte que garantisse a liberdade e combatesse a subversão. Para isso, seriam necessárias uma comunidade de informações e a capacidade de vencer os obstáculos liberais ou de esquerda. Os autores concluem que a DSN,

na “Guerra Fria”, combina influências internas e externas, fornecendo pontes para doutrinas correlatas, que os Estados Unidos estimulavam na América Latina.

O terceiro eixo – **Fontes Documentais na era digital** – reúne três artigos que apresentam a experiência e importância da construção e do compartilhamento de arquivos sobre a ditadura militar brasileira. O primeiro, “O desaparecimento de uma política pública – a breve trajetória do Centro de Memórias Reveladas”, conta uma história frutífera que foi brecada. Apresenta a trajetória institucional do Centro de Referências das lutas políticas no Brasil – Memórias Reveladas, criado em 2009, visando à difusão do patrimônio documental brasileiro do período da ditadura militar e a estratégia do governo Bolsonaro para, a partir de 2019, esvaziá-lo, o qual não foi revertido, no governo Lula pelo menos até a escrita do artigo (agosto de 2023). Os autores colocam o Centro junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) e à Comissão de Anistia (2001) como um instrumento da Justiça de Transição, que se iniciou tarde no Brasil, com limitações, ainda que com alguma aceleração a partir de 2009 e 2010.

12 | Reconstitui a trajetória da criação do Centro, o nascimento da ideia no Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 2005), a criação do Grupo de Trabalho no Arquivo Nacional (início de 2005); o decreto permitindo a transferência para o Arquivo Nacional de documentos em poder da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); a institucionalização, pela Casa Civil, de rede de cooperação gerenciada pelo Arquivo Nacional, capacitada para receber recursos da Lei Rouanet e, finalmente, o lançamento oficial, em 13/05/2009, em Brasília, com a presença do presidente Lula e dos dois principais candidatos a sua sucessão. Mostra como o projeto incluiu a participação da sociedade civil em Conselho Consultivo e Comissão de Altos Estudos. A partir daí, apresenta os resultados de um processo que tornou o Brasil o detentor do maior conjunto documental de origem pública sobre a vigilância e a repressão política na América Latina.

Os dois últimos capítulos mostram a importância de, para conhecer a história da ditadura militar brasileira, conhecer a documentação dos arquivos norte-americanos. Esta é exatamente a tese de “Arquivos Inéditos no Brasil e nos Estados Unidos: comparar, alinhar e pactuar a abertura de dados na rede”. A acusação de que Carlos Bolsonaro teria, ilegalmente, acesso a documentos da ABIN introduz a importância de estudar os arquivos da inteligência para entender a guerra de informações do começo do século XX e avançar no processo democrático.

A possibilidade de conhecimento da ação dos órgãos de inteligência, que se tornou mais importante na “Guerra Fria”, agora foi potencializada pela internet. Esta é a postura inicial de pesquisadores sediados na Universidade de Londrina,



neste trabalho apresentando seu projeto e seus primeiros resultados. A primeira e maior parte do trabalho se debruça sobre os arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e os documentos do projeto de revisão histórica (HRP) da CIA. Logo, a reflexão sobre estes arquivos permite avaliar seu impacto social.

O projeto Memórias Reveladas e a HRP têm objetivos semelhantes, mas são diferentes. Na HRP, especialistas da CIA revisam eventos que consideram relevantes. O Memórias Reveladas, por sua vez, visa investigar e denunciar violações de direitos humanos na ditadura e promover Memória, Verdade, Justiça e Reconciliação. Ainda que os documentos possam fazer revelações importantes sobre a história, o interesse dos autores é estimular futuras pesquisas e, acrescento, contar a história do acesso às informações.

O último capítulo, “Opening the Archives: arquivos digitais da ditadura”, apresenta as origens, os objetivos e a metodologia do projeto, através da sua coordenadora e do seu fundador. O gancho do artigo foi lembrar que, a pedido da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2014, e como gesto de “boa vontade” do governo norte-americano, depois de notícias de que os Estados Unidos haviam grampeado a presidente Dilma, foram mandados documentos do Departamento do Estado para o Brasil. Assim, isto teria desencadeado um processo do qual o projeto é resultado.

Nas suas origens, a experiência de James Green no Brasil lhe permitiu um *insight*, para mim, fundamental: refutar a tese de que o governo estadunidense havia influenciado (e apoiado) a ditadura brasileira sem que houvesse qualquer oposição ao regime militar nos próprios Estados Unidos. James Green nos permite testemunhar, pessoalmente, que havia articulação entre militantes contra a ditadura e os democratas nos Estados Unidos e na Europa.

A referência a este fato não é o centro do trabalho. Ele mostra que a consciência das dificuldades do acesso pelos brasileiros aos arquivos norte-americanos e o trabalho de Green, no projeto “Memórias Reveladas”, o levaram à criação do projeto, bancado pela Universidade Brown. A partir daí, os autores detalham a metodologia que desenvolveram para receber, processar e publicar milhares de documentos. A parte final mostra os resultados do trabalho – parcerias, recebimento de colaboradores, identificação de documentos sobre o Brasil na França, a disposição de pesquisar o caso brasileiro, no contexto da “Guerra Fria”, onde a ação norte-americana afetou outros países.

As conclusões mostram que os resultados da CNV e o negacionismo e cerceamento do governo Bolsonaro reativaram as discussões e a politização dos arquivos da ditadura. Assim, a busca por transparência e acessibilidade dos arquivos da Ditadura Militar é uma batalha necessária, enquanto a história deste



regime estiver em disputa, o que me permite, neste prefácio, fechar um ciclo. A luta política gera acontecimentos recolhidos aos arquivos que, acessados, retornam com informações e, ao permitir reconstituir os acontecimentos, se tornam parte da luta política. Os autores deste livro, ao buscarem as raízes do presente, não estão apenas construindo ou reconstruindo a história do Brasil, e sim participando da luta política por Memória, Verdade e Justiça.



Um outro Ocidente: discurso e ideologia da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL) e da Liga Mundial Anticomunista (WACL) (1972-1984)¹

| 15

André Kayser²

Introdução

No dia 13 de maio de 1982, em meio à Guerra das Malvinas, entre a Argentina e a Inglaterra, uma organização continental de extrema-direita, a Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL), publicava em Buenos Aires uma carta-circular a seus adeptos, no. 03/1982, com o seguinte assunto: “Se informa SOBRE INICIATIVAS TOMADAS EM RELAÇÃO ÀS ILHAS

1 Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo Auxílio à Pesquisa (regular), sob o número de processo 2019/2166-5, que tornou possível a presente pesquisa.

2 Professor do Departamento de Ciência Política (DCP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Diretor do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) e coordenador do Laboratório do Pensamento Político (Pepol).



MALVINAS E PRECAUÇÕES QUANTO ÀS VANTAGENS QUE OS COMUNISTAS QUEREM OBTER DA SITUAÇÃO” (CAL, 1982, p. 1).³ No documento, o secretário-geral da entidade, o mexicano Rafael Rodríguez, professor da Universidad Autónoma de Guadalajara (UAG), manifestava sua alegria por se encontrar na capital argentina no dia 2 de abril daquele ano, quando as Forças Armadas (FFAA) do país haviam ocupado o arquipélago em disputa com os britânicos, tendo entregue uma nota de apoio aos membros da junta militar, no poder desde o golpe de 1976.

Além disso, Rodríguez relatava seus esforços, em diferentes encontros da Liga Mundial Anticomunista (WACL, na sigla em inglês), rede da qual a CAL fazia parte, para convencer seus membros asiáticos, europeus, africanos e norte-americanos das razões argentinas naquele conflito, uma vez que seus colegas tenderiam a considerar a invasão um ato de força ao arripio do Direito internacional. Em seguida, o autor da circular faz as seguintes considerações gerais sobre a guerra:

Entre os vários aspectos transcendentais do conflito Argentina-Inglaterra – lamentável em si porque a violência ocorre entre dois países-chave para a defesa ocidental –, permito-me chamar sua atenção particularmente para a mobilização dos comunistas para obter vantagens e posições aproveitando-se de uma ação intrinsecamente patriótica que alcançou pleno apoio popular na Argentina e em toda a América Latina, tirando proveito também da atitude reprovável do governo dos Estados Unidos, que após agir como mediador declarou seu apoio à Inglaterra e deu as costas a seus aliados do TIAR e da OEA. (CAL, 1982, p. 1)

O professor Rodríguez desmentia ainda os rumores de uma possível compra de armamento militar soviético por parte da ditadura argentina, enfatizando seu pertencimento ao “Ocidente livre e cristão”:

Muito se comentou também sobre a eventualidade de o governo argentino ser obrigado a recorrer a armas soviéticas para defender suas posições, principalmente se o conflito continuar ou a guerra se intensificar. Nesse sentido, o Ministro da Defesa, senhor Amadeo Frugoli, declarou que não há negociações e outras altas autoridades têm insistido na pertença e fidelidade da Argentina ao Ocidente

3 Todas as traduções de línguas estrangeiras foram feitas por mim.



livre e cristão. Esta secretaria geral e os membros da CAL na Argentina realizam ações de orientação e prevenção nesse sentido, pois poucos povos e governos, como este, têm uma consciência tão firme e exata de sua filiação histórica ao que significa pertencer ao mundo ocidental. (CAL, 1982, p. 2)

Passagens como essas, redigidas a propósito de um conflito que opunha dois países supostamente alinhados do mesmo lado na Guerra Fria, um do centro e outro da periferia do capitalismo, são reveladoras de como os sentidos do que significava pertencer ao “Ocidente” eram tudo, menos unívocos.

O presente capítulo tem por objetivo, justamente, compreender os significados atribuídos ao “Ocidente” no discurso ideológico veiculado pela rede de extrema-direita conformada pelas já citadas CAL e WACL, indagando pelas concepções de “Ocidente”/“mundo ocidental” difundidas por seus adeptos, de modo a entender como esse campo político-ideológico se apropriava da gramática da Guerra Fria, baseada na dicotomia entre “Ocidente/mundo livre” versus “Oriente/totalitarismo”.

Para tanto, o trabalho se apoia em pesquisa documental com fontes primárias, realizada no Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA), da Corte Suprema de Justiça do Paraguai, também conhecidos como “Archivos del terror”, onde está depositado o acervo da CAL e parte significativa da documentação da WACL.⁴ Já do ponto de vista teórico-metodológico, procurarei, aprofundando uma perspectiva já adotada em artigo anterior (KAYSEL, 2022), trabalhar no cruzamento entre a história intelectual, de um lado, e a análise de discurso, do outro. No primeiro plano, privilegiarei leituras que pensam as direitas como um fenômeno transnacional (DURHAM; POWER, 2010) e a Guerra Fria para além da usual clivagem leste/oeste, dando relevo à dimensão norte/sul do conflito (MANK et al., 2017; MARCHESI, 2017).

Já no que diz respeito à análise de discurso, me basearei em algumas contribuições de Ernesto Laclau (1977) e Terry Eagleton (2001) sobre a dimensão discursiva da ideologia, combinando-as com o aporte de Edward Said (2007), que pensou o “orientalismo” como dispositivo discursivo do Ocidente.

Minha hipótese é a de que, operando no interior da linguagem política da Guerra Fria, a extrema-direita produziu uma concepção própria do “Ocidente”,

4 Sou muito grato à diretora do CDYA, Rosa Mercedes Palau, e a toda sua equipe, que me receberam para duas visitas, em outubro de 2021 e abril de 2022. Também agradeço a Vinicius Uchoa da Silva, bolsista TT1 da Fapesp, e Alma Concepción Monges, doutoranda em Sociologia pela UNICAMP, que me auxiliaram no levantamento do material, bem como ao historiador e fotógrafo Urano Andrade, que fez a digitalização acessível dos documentos.

em oposição ao “comunismo”, que reiterava elementos discursivos-chave dessa tradição, como o nacionalismo organicista, o fundamentalismo cristão e a defesa incondicional da propriedade privada. Além disso, o anticomunismo, em sua versão mais intransigente, serviria de ponto de articulação desse campo discursivo, condensando seus elementos ideológicos heterogêneos. Assim, seu conceito de “Ocidente” se diferenciava significativamente de concepções liberal-democráticas do campo ocidental, pautadas pelo pluralismo político, ainda que as reivindicando formalmente, não raro acusando seus adeptos de serem cúmplices do inimigo comunista.

A rede CAL-WACL: uma internacional da extrema-direita entre o Norte e o Sul

18 | Dentre as múltiplas redes anticomunistas que surgiram durante a Guerra Fria, uma em particular chamou a atenção por seu caráter extremista: aquela conformada pela WACL, fundada originalmente em Taipé (Taiwan) em 1967, e a CAL, criada na Cidade do México em 1972, mantendo-se vinculada à liga até 1984.⁵ Seus antecedentes datam do final da II Guerra Mundial, com a fundação do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), por ultranacionalistas ucranianos, croatas, romenos e de outras nacionalidades do Leste Europeu que haviam colaborado com os nazistas durante o conflito (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 27, ABRAMOVICI, 2014, p. 116) e, cerca de uma década mais tarde, com a criação da Liga Anticomunista dos Povos da Ásia (APACL), instituída com o apoio dos governos de Taiwan e da Coreia do Sul (ANDERSON; ANDERSON, 1986, pp. 65-67, ABRAMOVICI, 2014, pp. 116-117).⁶

Já o primeiro embrião do que viria a ser a CAL surgiria com o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, na Cidade do México em 1954,⁷ por iniciativa da Frente Popular Anticomunista (FPA), liderada pelo

5 A propósito, veja-se a circular no. 0284, de 26 de março de 1984, que anunciava aos membros da organização sua separação formal da Liga Anticomunista mundial. Cf. (CAL, 1984).

6 No CDYA, pode-se encontrar um informe em espanhol, em nome do capítulo taiwanês da WACL, contando a história da APACL e da WACL (WACL, 1974). Anderson e Anderson, por seu turno, enfatizam que, dada a pobreza, tanto da Coreia do Sul, como de Taiwan em meados dos anos 1950, a APACL e, posteriormente, a WACL dificilmente teriam se estabelecido sem algum tipo de aporte estadunidense (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 69).

7 O primeiro congresso anticomunista regional foi, em grande medida, destinado a atacar o governo reformista de Jacobo Arbenz na Guatemala, não por acaso deposto pelo golpe do Cel. Castillo Armas naquele mesmo ano, com o apoio decisivo dos EUA (ABRAMOVICI, 2014, p. 118-119)



mexicano Jorge Prieto Laurens, e pela Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), encabeçada pelo almirante Carlos Pena Boto. 8 Esse primeiro congresso deu origem à Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), que promoveria ainda mais três encontros: no Rio de Janeiro (1956), Lima (1957) e Antígua (Guatemala) (1958) (CANON VOYRIN, 2017), (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018). Teria sido justamente nesses primeiros encontros anticomunistas continentais que se produziram os contatos iniciais com o ABN e a APACL que, cerca de uma década mais tarde, redundariam na criação da WACL e da CAL.

A rede constituída em torno do eixo CAL-WACL, sobre a qual já existe importante bibliografia internacional, além de alguma bibliografia brasileira⁹, se notabilizou por ser a única organização dedicada ao anticomunismo de âmbito propriamente global, que reunia os anticomunistas mais intransigentes e combativos (ABRAMOVICI, 2014, p. 113).

Assim, a WACL se distingue de redes anticomunistas internacionais anteriores, como, por exemplo, o Congresso pela Liberdade da Cultura (CLC), bem mais plural do ponto de vista ideológico (JANELLO, 2014; RIDENTI, 2018) por circunscrever-se ao campo da extrema-direita propriamente dita. Além disso, no caso específico da América Latina, a CAL tem merecido atenção por ter sido um dos espaços de organização da chamada “Operação Condor”, que articulou os aparatos repressivos das ditaduras de segurança nacional sul-americanas nos anos 1970¹⁰, bem como a cooperação destas com suas congêneres da América Central no início da década de 1980, incluindo não apenas militares e policiais, mas também aparatos civis paramilitares (ROSTICA, 2018, 2019), (MACHADO; REZENDE, 2019), (RIBEIRO, 2018a, 2018b).

A literatura disponível sobre a rede conformada pela CAL e a WACL, como também a documentação consultada, apontam para o fato de que a circulação de ideias na América Latina durante a Guerra Fria foi mais complexa do que um caminho unidirecional dos EUA para o subcontinente, passando por fluxos multidirecionais e envolvendo outros atores e conexões extracontinentais. Um bom exemplo foi a vinculação entre uma sociedade secreta integrista mexicana,

8 Para o perfil e a trajetória da CBA e de Pena Boto, cf. (MOTTA, 2000, p. 180-187).

9 O Brasil participou da CAL-WACL por meio de um *think-tank*, a Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES), liderada pelo banqueiro Carlo Barbieri filho, constituída por empresários e profissionais liberais, muitos formados pelo publicista católico ultraconservador Gustavo Corsão (MACHADO; REZENDE, 2019). O capítulo brasileiro da CAL organizaria o II Congresso da entidade, ocorrido no Rio de Janeiro em 1975, sob a presidência de Barbieri Filho. Para a bibliografia nacional sobre a WACL e a CAL, ver Machado (2017), Machado; Rezende, (2019) e Ribeiro (2018a, 2018b, 2019).

10 Para uma abordagem sintética da história da “Operação Condor” e seu papel na internacionalização do terrorismo de Estado, cf. (BRAGA, 2014). Já para um trabalho jornalístico pioneiro, com abundante informação sobre a “Condor”, cf. (CALLONI, 2016).

los “Tecos”,¹¹ cuja fachada pública foi a Federación Mexicana Anticomunista de Occidente (Femaco), e o regime nacionalista de Taiwan, fundamental para a criação da CAL em início dos anos 1970 (LOPEZ MACEDONIO, 2010, pp. 149-150).

Outro exemplo na mesma direção foi a vinculação entre a WACL e a “Liga da Liberdade”, organização europeia, encabeçada pela ativista Suzane Labin, uma das mais influentes militantes anticomunistas durante a Guerra Fria (DARD, 2014, p. 194).¹²

Por fim, a extrema-direita latino-americana, representada nos regimes de segurança nacional da América do Sul e Central, tinha enraizamento em culturas políticas locais e, como se verá mais abaixo, diante da política de direitos humanos da administração de James Carter (1977-1981), ensaiava certa independência política dos EUA (BOHOSLAVSKY, 2019, ROSTICA, 2019).¹³

Desse modo, para pensar a CAL-WACL como âmbito de produção e circulação do discurso anticomunista, adoto, como referência teórico-metodológica, o conceito de circulação “transnacional”, ou de “transnacionalização” da circulação das ideias, que vem se tornando comum na literatura sobre as direitas na última década. Para tanto, emprego a seguinte definição desse conceito, fornecida na introdução de uma coletânea de estudos sobre as direitas em perspectiva transnacional:

Definimos o transnacionalismo como o fluxo e o padrão de relacionamentos através das fronteiras nacionais. Nosso uso do termo transnacionalismo denota aqueles movimentos, organizações, ideias ou redes que incluem, mas vão além da nação. Distinguimos o transnacional do global ou do internacional porque ambos os termos implicam o mundo inteiro, enquanto o transnacional sugere conexões entre forças de várias – talvez

11 A *Asociación Fraternal de Estudiantes de Jalisco*, mais conhecida como “Los Tecos”, abreviação de “Tecolote”, espécie nativa de coruja, surgiu no estado mexicano de Jalisco, em meio à resistência católica ao programa de “educação socialista” do governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), assumindo o controle de uma instituição privada de ensino superior, a já citada UAG, fundada em 1935. O secretário-geral da CAL Rafael Rodríguez, não por acaso docente na referida universidade, era membro dos “Tecos”, assim como Raimundo Guerrero, presidente da confederação. Cf. (LOPEZ MACEDÓNIO, 2006, 2010), (ÁVILA, 2015).

12 O mesmo autor faz referência a um boletim, publicado por uma entidade à qual Labin seria vinculada, a *Association de Études Politiques et Internationales* (AEPi) (DARD, 2014, p. 193). Em minha visita ao CDYA, creio ter encontrado a referida publicação, traduzida ao castelhano, sob o título de *Boletín Este y Oeste*, com números entre os anos de 1965-1977, parte dos quais sequer está catalogada.

13 Como demonstra o trabalho jornalístico pioneiro de Scott e John Lee Anderson, as direitas sul e centro-americanas também foram capazes de estabelecer, por meio da WACL, vínculos com a “new right” estadunidense, que reativou as boas relações hemisféricas durante a administração Reagan. Cf. (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 135).



muitas – mas não necessariamente de todas as nações. Nosso uso do transnacionalismo reconhece a natureza muitas vezes dispersa e desigual das conexões entre povos, grupos, governos e redes. (DURHAM e POWER, 2010, p. 1)

Outra contribuição metodológica interessante, proposta pelos organizadores da referida coletânea, é a de que, ao contrário do que se costuma sustentar, e em conformidade com o acima exposto, os fluxos políticos e culturais transnacionais não fluíram apenas do centro para a periferia, mas em múltiplas direções, com articulações com o sentido norte-sul, sul-sul e sul-norte (DURHAM; POWER, 2010, p. 3). Além disso, essa abordagem se presta particularmente bem à própria lógica do anticomunismo no século XX, que, como assinalam os autores, tornou-se o principal móvel e ponto de unificação da maior parte das direitas no plano internacional, até mesmo pelo caráter internacionalista de seus inimigos: “No século XX, o maior inimigo de grande parte da direita tornou-se o comunismo, e a natureza internacional do movimento liderado por Lenin e seus sucessores tornou ainda mais premente a organização transnacional da direita.” (DURHAM; POWER, 2010, p. 2).

Contudo, em seguida, os autores advertem que a organização transnacional não deixou de ser difícil para as direitas pela importância crucial que o nacionalismo seguiu tendo para grande parte desse campo político e, em função disso, pelas discrepâncias de culturas políticas locais e desconfianças recíprocas. Assim sendo, o desafio teórico para quem se propõe a pensar as direitas em perspectiva transnacional está em flagrar as interseções e tensões entre os elementos nacionais e internacionais em sua constituição. Nesse sentido, um bom exemplo é fornecido pelas citações, feitas acima, da circular da CAL sobre a “Guerra das Malvinas”, que explicitam muito claramente as agudas fricções entre o alinhamento internacional ao “Ocidente cristão e livre”, determinado pela orientação anticomunista, e a autoafirmação nacionalista da ditadura argentina, expressa na tentativa de retomar o arquipélago dos ingleses, esforço que parecia contar com a simpatia de alguns de seus inimigos, internos e externos, como se verá mais abaixo, mas não de seus aliados na WACL, notadamente a “new right” estadunidense, cujo governo, liderado por Ronald Reagan, apoiava a Grã-Bretanha de Margareth Thatcher, ambos, diga-se de passagem, dedicados anticomunistas.

Aqui, também se faz necessário ampliar o foco acerca da história da Guerra Fria, indo além dos enfoques geopolíticos tradicionais que predominaram em seu estudo. Nas últimas duas décadas, vem se avolumando uma nova historiografia acerca da Guerra Fria, que tem contribuído para renovar os enfoques teórico-

metodológicos, os pontos de vista e o escopo das análises em torno do conflito bipolar entre os EUA e a ex-URSS, que caracterizou a segunda metade do século XX. Como deixam claras as revisões bibliográficas de Mank et al (2017) e Marchesi (2017), uma tendência importante na literatura mais recente é a de ir além da polaridade “oeste-leste”, considerando a circulação transnacional de ideias e discursos entre distintos cenários regionais, de modo a tornar a abordagem do conflito menos eurocêntrica e mais propriamente “global”.

Em direção semelhante, também contribuem para pensar o lugar do anticomunismo na Guerra Fria, de modo mais amplo, obras ainda mais recentes, como *Bullets from Washington*, do historiador e jornalista indiano Vijay Prashad (2020), e *The Jakarta Method*, do jornalista estadunidense Vincent Bevins (2020), ambos voltados para a atuação da Agência Central de Inteligência (CIA) e as redes contrarrevolucionárias nas periferias do sistema internacional. Ainda que não sejam trabalhos acadêmicos, mas sim de um jornalismo investigativo de alto nível¹⁴, ambas combinam uma visão panorâmica de longo alcance com uma farta riqueza de informações. No caso de Prashad (2020), sua principal contribuição me parece ser a proposta de deslocar o olhar do conflito “Ocidente/Oriente” para aquele entre norte/sul, para melhor compreender a atuação global da CIA, como força de manutenção do poder imperial dos EUA. Já o livro de Bevins (2020) ajuda a pensar como as redes de contrainsurgência, armadas originalmente pela CIA, no Terceiro Mundo contribuíram para a circulação de práticas e discursos anticomunistas entre regiões muito diferentes do globo: como, por exemplo, a frase “Yacarta ya viene”, pichada pela extrema-direita chilena nos muros de Santiago nos meses prévios ao golpe de Estado de 1973, em referência ao massacre dos comunistas indonésios, perpetrado pelas forças armadas daquele país em 1965.

Não quero aqui sugerir que as redes antissubversivas atuantes no Sul global estavam sempre a mando dos serviços de inteligência dos EUA. Pelo contrário, como já afirmei acima, os regimes de segurança nacional da América Latina tiveram certa autonomia em relação aos EUA, chegando mesmo a ter alguns momentos de tensão com seu tradicional aliado. O principal mérito das duas obras citadas reside, a meu ver, de maneira coincidente com a bibliografia mais propriamente acadêmica, na ampliação da perspectiva sobre a Guerra Fria, com ênfase no Terceiro Mundo, pensando como o anticomunismo, para além de ser uma força de contenção da União Soviética e de seus aliados do antigo

¹⁴ Obras desse teor têm contribuído de maneira pioneira para elucidar os vínculos antissubversivos transnacionais da Guerra Fria, sendo casos notórios as obras seminais de Anderson e Anderson (1986), sobre a WACL, e de Stella Callone (2016) sobre a “Operação Condor”.



“campo socialista”, serviu também como força de bloqueio de experiências de reforma social e democratização de países periféricos.

Dito de outro modo, se os EUA e seus aparelhos de segurança tinham uma agenda, a contenção do bloco soviético, as forças conservadoras ou reacionárias em regiões periféricas, como a América Latina, tinham também suas agendas próprias, o que as levou a buscar inserir-se em alianças anticomunistas internacionais, como a rede CAL-WACL, tecendo relações com atores tão heterogêneos como o Kuomintang taiwanês, ou os emigrados de extrema-direita do Leste Europeu. Se todos passaram a empregar a linguagem da bipolaridade – como expressa no título do Boletín Este y Oeste, acima citado –, traduziram-na segundo tradições político-ideológicas e culturais nacionais e/ou regionais, conferindo-lhe múltiplos sentidos.¹⁵ É justamente para a investigação de tais significados, no caso da CAL, que me voltarei a seguir.

O Ocidente da extrema-direita latino-americana

Retomando a carta-circular da secretaria-geral da CAL, abordada na introdução, o redator faz um triplo movimento argumentativo: legitima a reivindicação nacional argentina; denuncia sua instrumentalização pelo comunismo e reafirma a fidelidade do regime militar argentino ao “Ocidente livre e cristão”. Compreender o significado particular desta última expressão me parece chave para entender como a extrema-direita latino-americana, representada na CAL, imaginava seu lugar no “campo ocidental”, do qual julgavam ser os mais zelosos guardiões.

Aqui, os adjetivos “livre” e “cristão” são os antônimos de “totalitário” e “ateu”, atributos associados ao inimigo comunista na linguagem da época. Contudo, tratando-se de uma defesa da junta militar argentina, não era o caso de associar a “liberdade” aí reivindicada com a democracia representativa e o respeito aos direitos humanos. Aliás, o próprio Rafael Rodríguez é bastante claro a esse respeito na seguinte passagem, em que o autor explicita quais seriam as supostas evidências da instrumentalização comunista do conflito:

1) O ativismo exibido pelos marxistas nas manifestações populares de apoio na Argentina, exibindo-se como defensores de um

15 Aqui, não entendo a tradução apenas entre línguas naturais, mas também entre culturas nacionais, momentos históricos ou paradigmas teóricos distintos, como proposto originalmente por Gramsci (1986, p.11), ou, mais contemporaneamente, na acepção da “tradução cultural”, como definida por Burke (2007).

anticolonialismo que não praticam e atacando a Junta de Governo com o objetivo de derrubá-la. 2) Propaganda na imprensa, rádio e TV em inúmeras cidades da América Latina, Estados Unidos e Europa manifestando seu apoio ao ato de recuperação das Ilhas Malvinas - ao mesmo tempo em que reitera acusações contra a Junta de governo como responsável por milhares de cidadãos desaparecidos. 3) O encontro entre Brezhnev e o líder sandinista Daniel Ortega Saavedra no qual discutiram a questão das Malvinas e suas subseqüentes ofertas pró-argentinas. 4) A intensa campanha dos governos cubano e nicaraguense para estruturar uma nova aliança de Estados americanos com exclusão dos Estados Unidos, mas com a notável preeminência da esquerda marxista continental. 5) A intensidade do apoio oferecido à Argentina hoje por governos que eram seus inimigos declarados antes de 2 de abril, como Panamá, Costa Rica e México, que foram fundamentais para a entrega da Nicarágua ao comunismo e a tentativa de fazer o mesmo com El Salvador e Guatemala. 6) Esta campanha comunista deve ter ligações, por sua vez, com aqueles em Londres que decidiram entregar o oficial preso Astiz¹⁶ aos governos da Suécia e da França para ser submetido a interrogatórios em relação à luta subversiva; fato confirmado, mas ainda não divulgado. (CAL, 1982, p. 2)

Na lista acima, chama a atenção o esforço do redator em estabelecer nexos entre eventos que não são nada evidentes: as manifestações da oposição na Argentina; as posições de parte da imprensa latino-americana, europeia e estadunidense; a política exterior da URSS, Cuba e da Nicarágua sandinista e, por fim, a suposta entrega, por parte dos ingleses, de um prisioneiro de guerra, acusado de graves violações aos direitos humanos, aos governos da Suécia e da França. Assim, segundo o discurso, as acusações de violações dos direitos humanos formuladas contra o governo argentino, ou a seus agentes, como o já citado capitão Astiz, seriam meros produtos de uma campanha difamatória, propiciada pela “infiltração comunista”, para confundir a opinião pública internacional.

Seja como for, ao associar a junta militar do país sul-americano à defesa do “Ocidente livre”, a “liberdade” almejada não tinha nada a ver com “democracia”, nem mesmo com “liberalismo”, vinculando-se à noção de “soberania” ou

16



“independência” nacional, em relação à dominação do comunismo, tido como “apátrida” e “escravizador” das nações. Essa leitura dos direitos humanos como obstáculo ao combate eficaz ao comunismo internacional pelas nações soberanas apareceu três anos antes, em uma proposta de resolução da delegação anfitriã do XII Congresso da WACL, celebrado em Assunção (Paraguai), em abril de 1979, onde se pode ler o seguinte diagnóstico sobre a carta fundacional da Organização das Nações Unidas (ONU):

Que a referida Carta, em numerosos artigos, se dedica a consagrar os direitos humanos do indivíduo, de forma meramente ilustrativa, sem indicar em nenhum deles as obrigações que devem corresponder correlativamente a cada pessoa, como condição para que os referidos direitos sejam verdadeiramente válidos.

Que atualmente numerosas Nações estão sendo subjugadas em sua Soberania, Independência e Integridade Territorial, através do uso da força bruta do imperialismo comunista, sanguinário, genocida e ateu, que sem escrúpulos subjuga Povos, assassina populações inteiras, destrói culturas, provoca o êxodo de milhões de seres humanos, sem que as Nações Unidas ou Organismos Internacionais defendam seus direitos ou os condenem, em descaradas agressões marxistas, como aconteceu com Angola, Camboja, Laos, Vietnã e outros.

Que a esta ação armada aberta deve-se acrescentar a agressão ideológica e a guerra revolucionária que o comunismo desenvolve permanentemente contra a integridade cultural de nossos povos;(...). (WACL, 1979a, p. 1)

Diante da impotência da ONU para impedir as agressões, militares ou ideológicas, do “imperialismo comunista”, as nações livres, os delegados paraguaios formulavam a seguinte proposta de alteração no documento de fundação da entidade:

O XII CONGRESSO DA LIGA MUNDIAL ANTI-COMUNISTA (WACL)

RESOLVE:

Art. IB - Providenciar para que os Capítulos Nacionais que integram a Liga Mundial Anticomunista (WACL) solicitem por todos os meios a seu alcance, perante seus respectivos Governos, que



adotem as medidas tendentes a possibilitar a atualização da Carta das Nações Unidas no Capítulo referente aos Direitos Humanos. Art. 2B - Essas modificações devem conter normas que estabeleçam as obrigações e responsabilidades da pessoa humana, frente aos direitos de que goza.

Da mesma forma, devem ser incorporadas à Carta disposições que permitam salvaguardar a Independência, a Soberania, a Integridade Territorial, a vigência da Cultura e a Paz das Nações, direitos que devem ser usufruídos por todos os Povos da Terra, sem interferência de nenhum tipo. (WACL, 1979a, p.2)

Dessa maneira, a resolução propunha subordinar os direitos fundamentais individuais às obrigações dos cidadãos para com seus Estados nacionais, bem como estabelecer as nações como titulares de direitos, à integridade territorial e cultural, hierarquicamente superiores aos dos indivíduos. Tal proposta deixa claro que os adeptos da WACL compreendiam o “Ocidente livre” como uma aliança de nações soberanas, em luta sobretudo contra o internacionalismo comunista, mas também contra a visão liberal-cosmopolita dos direitos humanos, entendida como funcional ao inimigo a ser combatido.

26 |

Aqui se faz necessário retornar ao tema da intransigência, abordado no início da seção anterior, talvez o traço mais saliente do anticomunismo da rede CAL-WACL. Essa intransigência podia mesmo assumir um tom quase apocalíptico, como se pode notar na seguinte proposta de resolução, apresentada ao já referido XII Congresso Mundial Anticomunista, pela delegação guatemalteca:

CONSIDERANDO: Que a organização e os movimentos internacionais de natureza totalitária, principalmente o comunismo e o socialismo, devem ser combatidos de forma eficaz, por força igual ou superior;

CONSIDERANDO: Que a experiência mundial com a agressão comunista

Diante da diversidade de entidades e abordagens de luta da oposição, desarmada em cada localidade nacional, obriga a uma revisão de táticas e perspectivas. POR TANTO,

PROPÓSITO:

A implementação de uma cruzada mundial para recuperar os valores perdidos e buscar um trabalho coordenado, por meio da



cooperação moral, econômica e física das forças democrático-representativas, com vistas à constituição da PRIMEIRA Internacional Anticomunista. (WACL, 1979b, p. 1)

Como fica claro em todas as passagens até aqui citadas, os militantes destas organizações censuravam, nos liberais e democratas ocidentais, o que julgavam ser sua tibieza e vacilação no combate a um inimigo com o qual não cabia qualquer margem de negociação. Isso fica especialmente patente nas críticas feitas em documentos da rede CAL-WACL à já citada política de direitos humanos da administração Carter nos EUA, que abriu uma crise nas relações entre o governo estadunidense e as ditaduras de segurança nacional, suas tradicionais aliadas. Um bom exemplo pode ser encontrado na seguinte resolução, proposta pela delegação boliviana ao III Congresso da CAL, também celebrado em Assunção, em março de 1977:

1. Denunciar perante a opinião sensata e democrática do povo norte-americano a conduta equivocada do Presidente Carter, conduta que beneficia dominação vermelha de novas nações.
2. Alertar as Forças Armadas norte-americanas sobre o grave perigo que o comunismo em sua constante agressão aos povos livres e contribuirá para a enfraquecimento da defesa dos países sul-americanos diante da ameaça permanente do comunismo representa para o mundo democrático e para o destino dos Estados Unidos da América.
3. Pedir a todos os governos nacionalistas e democráticos da América Latina que formem um único bloco de nações anticomunistas para se defenderem conjuntamente contra esta nova forma de agressão contra sua soberania e independência política. (CAL, 1977a, p. 1)

Assim, a CAL se propunha a denunciar, aos setores da opinião pública estadunidense, qualificados como “sensatos” e “democráticos”, bem como as próprias Forças Armadas do vizinho do norte, os perigos para a defesa hemisférica e do mundo livre em geral que representariam a equivocada política exterior de Carter, que só poderia beneficiar a “expansão vermelha” na região. Contra essa “nova ameaça à sua soberania e independência”, os governos do continente, qualificados como “nacionalistas” e “democráticos”, deveriam formar um só bloco de nações anticomunistas e garantir sua própria defesa mútua.

Essa espécie de anti-imperialismo de direita, como bem definido por Julieta Rostica (2019), voltado ao mesmo tempo contra Moscou e Washington, fica ainda mais patente em uma outra proposta de resolução, também apresentada à plenária do referido congresso, desta vez pela delegação argentina:

1. Que os países latino-americanos sejam recomendados por meio de seus governos, assim como os países em desenvolvimento, a limitar ao máximo suas operações comerciais com os Estados Unidos e os países comunistas (...).

2. Que as nações da América Latina e em geral todas as que lutam pelo seu desenvolvimento, promovam, como compensação e para contrariar a ação da máfia dos consórcios internacionais e de cuja exploração são objeto as finanças dos Estados Unidos e da União Soviética, um comércio intenso com nações de economias sólidas, como França, Alemanha Federal, Japão, etc., tratando diretamente com os produtores.

3. Que a América Latina, a fim de contrariar a manobra aberrante do gendarme dos direitos humanos a serviço do comunismo internacional James Carter, busque alianças econômicas e políticas fora dos consórcios internacionais que são geridos a partir dos Estados Unidos e também fora do comunismo internacional sediado em Moscou, como única forma de conseguir a defesa dos produtos básicos, e evitar, através de acordos com outros países (...), cair na dependência dos soviéticos adquirindo armas e outras ajudas de outras fontes.

4. Que os países da América Latina denunciem a verdadeira natureza da chantagem e extorsão do hipócrita James Carter, ao querer fazer a América Latina cair na desastrosa teia marxista, (...). (CAL, 1977b, p.1)

Desse modo, diante do que qualificavam como “chantagem” e “hipocrisia” da política de Carter, que só poderia ter por objetivo fazer a região cair na “teia marxista”, os redatores do documento exortavam os países latino-americanos em particular, e aqueles em desenvolvimento, em geral, a diminuir, o quanto fosse possível, sua “dependência” das finanças, dos “consórcios internacionais”



e do fornecimento de armamentos, tanto dos Estados Unidos, como da União Soviética. O emprego na resolução de expressões como “dependência” e “exploração”, encontráveis em discursos de esquerda, evidencia aquilo que Ernesto Bohoslavsky (2019, p. 166), abordando o IV Congresso da entidade, celebrado em Buenos Aires em 1980, chamou de “súbito amor de verão” da extrema-direita da CAL com o “anti-imperialismo”, sem que se reduzisse em nada seu anticomunismo, que seguiu sendo a base ideológica das ditaduras latino-americanas.

Outra constatação que se pode tirar de passagens como essa é que, conforme o que já foi visto a propósito da circular da CAL sobre a Guerra das Malvinas, o “Ocidente livre”, em sua comum oposição ao “Oriente totalitário”, não deixava de ser atravessado por importantes tensões internas, sobretudo entre países centrais e periféricos. Dessa maneira, como aponta a historiografia mais recente sobre a Guerra Fria, abordada na seção anterior, faz-se necessário pensar esse período histórico para além da bipolaridade Leste-Oeste, sublinhando como esta era perpassada por conflitos Norte-Sul.

Considerações finais

Para abordar as relações entre ideologia e discurso nas alocações acima discutidas, parto das contribuições propostas por Laclau (1977, p. 102) e Eagleton (2001, p. 96), pensando como o anticomunismo funcionaria, no discurso da CAL-WACL, como uma espécie de “ponto de articulação” que condensaria interpelações discursivas heterogêneas – tais como “nação”, “Deus” e “liberdade” –, unificando o campo ideológico da extrema-direita. Contudo, o mais interessante me parece ser uma melhor especificação de qual seria exatamente esse ponto de articulação ou de condensação. Trocando em miúdos: qual seria a natureza peculiar do anticomunismo da CAL-WACL e qual sua relação com a gramática Ocidente/Oriente, que regia a linguagem da Guerra Fria?

Em seu clássico *Orientalismo*, Edward Said (2007) sustenta que o assim chamado “Oriente” seria uma construção colonial do autoproclamado “Ocidente” para seu consumo próprio. Nesse sentido, o “orientalismo” forneceria aos ocidentais um espelho invertido no qual poderiam reconhecer-se como tais. Deslocando a atenção para este último lado da equação e pensando especificamente na gramática da Guerra Fria, é preciso reconhecer que o dito “Ocidente” era um campo de significado disputado por variadas forças político-ideológicas que procuravam fornecer dele uma versão particular. Nesse sentido, as correntes da extrema-direita, parte delas herdeiras do fascismo

histórico e avessas, em seu conjunto, às democracias de massas e ao seu pluralismo político e cultural, encontravam na linguagem do anticomunismo, não apenas um denominador comum, mas uma inscrição discursiva, a partir da qual poderiam apresentar-se como atores legítimos em um mundo, que, em grande medida, lhes era hostil, ao menos desde o final da II Guerra Mundial. Contudo, procuravam dar do “Ocidente livre” sua própria narrativa ou versão, apresentando-se como seus mais zelosos e conscientes guardiões, lutando, não apenas contra seu inimigo – o totalitarismo “oriental” –, mas também contra suas próprias fragilidades, notadamente a licenciosidade das democracias capitalistas que permitia a infiltração persistente dos comunistas em sua vida política.

Ainda que essa apropriação/tradução do ocidentalismo para o campo ideológico da extrema-direita carregasse o paradoxo inerente de que a democracia e a liberdade acabassem sendo sacrificadas em seu próprio nome, do ponto de vista dos militantes da CAL-WACL, não haveria incoerência alguma, uma vez que, como dizia o documento da delegação guatemalteca ao XII Congresso Mundial Anticomunista, eles lutariam para “recuperar os valores perdidos”, quais sejam: concepções organicistas da nação, tradicionalistas da religião e hierárquicas da sociedade, como se pode ver na seguinte alocução, proferida por ocasião do mesmo encontro da liga:

30 |

Seguiremos lutando inspirados em princípios e valores imutáveis que tornam nossa civilização universal. Deus, pátria, família, lar, propriedade. Salvar os bens espirituais e materiais que constituem a dignidade do homem. Lutar com prioridade para proteger o bem espiritual precioso e intransferível. A LIBERDADE. (Apud PATRIA, 1979b, p. 7)¹⁷

Desse modo, a divisa “Deus, pátria, família e propriedade”, expressa no trecho acima, sintetizava o “Ocidente livre e cristão” pelo qual os adeptos da CAL-WACL estavam dispostos a morrer e, sobretudo, a matar.

Fácil me parece a solução, adotada por John Lee e Scott Anderson em seu livro-reportagem (ANDERSON; ANDERSON, 1986), de resto excelente pelo volume de informações que aporta, ao sustentar que haveria uma incompatibilidade entre os valores democráticos do campo ocidental e os atores que se haviam agrupado na WACL, neonazistas, esquadrões da morte,

¹⁷ Trecho do discurso de Juan Manuel Frutos, uma das figuras de proa do regime stronista, que presidiu o referido congresso da WACL, ocorrido na capital paraguaia, reproduzido pelo *Diario Patria*, órgão oficial da Asociación Nacional Republicana (ANR), partido oficial da ditadura.



ditaduras, etc. Como os próprios autores admitem, no início e no final da obra, consideravam o anticomunismo uma causa legítima, mas admoestavam os conservadores americanos, em especial no contexto do governo Reagan, por escolherem mal seus sócios. Contudo, pelas fontes aqui examinadas e a abordagem teórica adotada, foi justamente a centralidade do anticomunismo no imaginário ocidental que permitiu que se tecessem certas alianças e que se criasse um espaço discursivo para atores extremistas.

Mais do que isso, esses agentes e suas ideias não são estranhos, de modo algum, ao que se convencionou delimitar como “Ocidente”. Afinal, o fascismo e o integrismo católico surgiram na Europa e daí se irradiaram para a América Latina, sendo incorporados às tradições da extrema-direita em países como o México e a Argentina.¹⁸ Em suma, se pensarmos, como propõe Prashad (2020), que a Guerra Fria deve ser reexaminada pelo ângulo das relações norte/sul, ou, como defende Bevins (2020), que os Estados Unidos a ganharam em espaços do Sul global, como Jacarta ou Santiago, chega-se à conclusão, tão inevitável como perturbadora, de que esse outro Ocidente, da rede CAL-WACL, foi parte tão integral da linguagem da Guerra Fria quanto aquele de James Carter e dos defensores dos direitos humanos.

Fontes consultadas

| 31

CAL. Informe Sobre Malvinas. R00076f1897/1899, Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de la Corte Suprema de Justicia del Paraguay, 1982.

CAL. Circular no. 0284, 26/03/1984. R0019f00552/58. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de la Corte Suprema de Justicia del Paraguay, 1984.

CAL. “Acuerdo presentado por la comisión plenaria”. III. Congreso, Asunción (Paraguay), 28-30/3/1977. Oficina de documentación RRCFC. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de La Suprema Corte de Justicia del Paraguay, 1977b.

CAL. “Acuerdo presentado por la comisión plenaria”. III. Congreso, Asunción (Paraguay), 28-30/3/1977. Oficina de documentación RRCFC. 00084F 9028. Centro de Documentación

18 Um exemplo dessas raízes históricas pode ser encontrado no pensamento do sacerdote e teólogo jesuíta Julio Meinvielle (1905-1973), um dos principais representantes de um “fascismo cristianizado” na Argentina (FINCHELSTEIN, 2014, p. 40-41), referência tanto para a extrema-direita em seu país, caso do Movimento Nacionalista Taquara, como também para os “Tecos”, que divulgavam suas obras (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 89). Para as aproximações entre as extremas-direitas argentina e mexicana do pós-guerra, cf. (ÁVILA, 2015).



y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de la Suprema Corte de Justicia del Paraguay, 1977c.

Diario Patria. Discurso del Dr. Juan Manuel Frutos como Presidente de la WACL. Patria, 23/03/1979, p. 7. Biblioteca del Congreso Nacional del Paraguay.

WACL. Capítulo Paraguayo – Proyecto de resolución. XII. Congreso Mundial Anticomunista, Asunción (Paraguay), 05-09/04/1979. 00108F 1589/90. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de la Suprema Corte de Justicia del Paraguay, 1979^a.

WACL. “Delegación de Guatemala, Partido Movimiento de Liberación Nacional”. XII. Congreso Mundial Anticomunista, Asunción (Paraguay), 5-9/04/1979. 000108 F 1588. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de la Suprema Corte de Justicia del Paraguay, 1979b.

WACL. “El Desarrollo de La WACL y La APACL”. 00010f-1841/44. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos de La Suprema Corte de Justicia del Paraguay, 1974.

Referências bibliográficas

32 |

ABRAMOVICI, Pierre. The World Anticommunist League: origins, structures and activities. In. Van Dongen, L., Roulin, S. et al (org.). Transnational Anticommunism and The Cold War: agents, activities and networks. London: Palgrave/Macmillan, 2014, p. 113-130.

ANDERSON, Scott; ANDERSON, John Lee. Inside the league: the shocking exposé of how terrorists, Nazis and Latin American death squads infiltrated the World Anticommunist League. New York: Don, Mead and Company, 1986.

ÁVILA, Luís Herrán. Las Guerrillas Blancas: anticomunismo transnacional e imaginarios de derechas en Argentina y México (1954-1972). Quinto Sol, 19 (1), p. 1-26, 2015.

BEVINS, Vincent. The Jakarta Method: Washington's anticommunist crusade and the mass murder program that shaped our world. New York: Public Affairs, 2020.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. El IV. Congreso de La Confederación Anticomunista Latinoamericana (Buenos Aires, 1980). Almanaque Histórico Latino Americano. pp. 164-184, Moscú, 2019.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; BROQUETAS, Magdalena. Os congressos anticomunistas da América Latina (1954-1958): redes, sentidos e tensões na primeira guerra fria. In. BOHOSLAVSKY, E. MOTTA, R. P. S. e BOISARD, S. (org.). Pensar As Direitas Na América Latina. São Paulo: Alameda, 2018.

BRAGA, Leonardo Marmontel. Operação Condor: a internacionalização do terror. Estudios Avanzados. No. 21, pp. 111-136. Santiago: Universidad de Santiago de Chile, junio/2014.



- BURKE, Peter. "Cultures of Translation in Early Modern Europe" In: BURKE, P; PO-CHIA Shia (ed.), *Cultural Translation in Early Modern Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007.
- CALLONI, Stella. *Operación Condor – pacto criminal*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2016.
- CÂNON VOYRIN, José Lisardo. *La Confederación Interamericana de Defensa del Continente (CIDC)*. *Rúbrica Contemporánea*. Vol. 6, No. 12, pp. 79-99, 2017.
- DARD, Olivier. *Suzane Labin: 50 years of anticommunist agitation*. In: VAN DONGEN, L. et all (org). *Transnational Anticommunism and The Cold War: agents, activities and networks*. London: Palgrave/Macmillan, 2014, p. 189-200.
- DURHAM, Martin; POWER, Margareth. *New Perspectives On The Transnational Wright*. New York: Palgrave-Macmillan, 2010.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 2001.
- FINCHELSTEIN, Federico. *The Ideological Origins of The Dirty War: fascism, populism, antisemitism and dictatorship in 20th century Argentina*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 4. México D. F.: Ediciones Era, 1986.
- JANELLO, Karina. *Los intelectuales de la Guerra Fría: una cartografía latinoamericana*. *Políticas de La Memoria*, 14, p. 83-104, 2014.
- KAYSEL, André. "As Ideias da Guerra Fria, A Guerra Fria nas Ideias: apontamentos sobre a transnacionalização do discurso político a partir dos casos da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL) e da Liga Mundial Anticomunista WACL (1972-1984)". *Wirapuru: revista latino-americana de estudios de las ideas*. No. 5. Santiago de Chile: USACH, 2022.
- LACLAU, Ernesto. *Ideology and politics in marxist theory: capitalism, fascism and populism*. London: New Left Review Books, 1977.
- LOPEZ MACEDÓNIO, Mónica Naimich. *Historia de Una Colaboración Anticomunista Transnacional – Los Tecos de la Universidad Autónoma de Guadalajara y el gobierno de Chang Kai-chek a principios de los años setenta*. *Contemporánea – historia y problemas del siglo XX*. Vol. 1, año 1, pp. 133-158, México D. F., 2010.
- LOPEZ MACEDÓNIO, Mónica Naimich. *Una Visita Desesperada: la Liga Mundial Anticomunista en México*. *Journal of Iberian and Latin American Studies*. Vol. 12. No. 2, pp. 91-124, 2006. Vol. 12. No. 2, pp. 91-124, 2006.
- MACHADO, Rodolfo C. *Do genocídio nazista à escalada contrarrevolucionária da Guerra Fria: o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) e a Liga Mundial Anticomunista (WACL)*. *Verenotio – revista online de Filosofia e Ciências Humanas*, 23(2), p. 323-357, 2017.
- MACHADO, Rodolfo C.; REZENDE, C. *Aninhando o ovo do Condor: o "capítulo" brasileiro da Confederação Anticomunista Latinoamericana, cogestora das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul (1971-1974)*. *Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF*, 18(1), 110 – 128, 2019. Recuperado de <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/10179>

MANK, Alfred et all. Conceptual readings into the cold war: towards transnational approaches from the perspective of Latin American studies in Eastern and Western Europe. *Estudos Históricos*. Vol 30, No. 60. Pp. 203-218. RJ: Janeiro/abril, 2017.

MARCHESI, Aldo. Escribiendo La Guerra Fría Latinoamericana: entre el sur 'local' y el norte 'global'. *Estudos Históricos*. Vol. 30, No. 60. Pp. 187-202. Rio de Janeiro, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em Guarda Contra O Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (doutorado em História Social). SP: FFLCH-USP, 2000.

PRASHAD, Vijay. *Washington Bullets*. New Delhi: Le World Books, 2020.

RIBEIRO, Marcus Vinicius. A história da confederação anticomunista latino-americana durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979). Tese (doutorado em História). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2018a.

RIBEIRO, Marcus Vinicius. A Liga Mundial Anticomunista e a Confederação Anticomunista Latinoamericana: um caso de cooperação anticomunista intercontinental na América Latina (1972-1977). *Saeculum – Revista de História*, 39, p. 1-16, 2018.

RIBEIRO, Marcus Vinicius. Anticomunismo e Inimigo Interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do Conesul. *Revista História: Debates E Tendências*, 19(3), 384-401, 2019. <https://doi.org/10.5335/hdtv.3n.19.9863>

34 |

RIDENTI, Marcelo. The Journal 'Cadernos Brasileiros' and The Congress for Cultural Freedom (1959-1970). *Sociologia e Antropologia*. Vol 8, No. 2. Pp. 351-373. Rio de Janeiro, 2018.

ROSTICA, Julieta Carla. El Antiimperialismo de La Derecha: La Confederación Anticomunista Latinoamericana (1972-1980). XIII. Jornadas de Sociología. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2019. Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-023/297>. Acceso en 04/10/2021.

ROSTICA, Julieta Carla. La Confederación Anticomunista Latinoamericana: las conexiones civiles y militares entre Guatemala y Argentina (1972-1980). In. *Desafíos*, 30(1), p. 309-347, 2018.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VERBITSKY, Horacio. *El Vuelo*. 2ª. Ed. Buenos Aires: Planeta, 1995.



Una diplomacia dictatorial informal: los delegados latinoamericanos en los congresos de la World Anti-Communist League (1967-1979)¹

*Ernesto Boboslavsky*²

| 35

En los últimos años, se han desarrollado intensamente las investigaciones sobre la historia de la guerra fría en América latina. Esos trabajos, en particular, se han concentrado en las conexiones entre diversos de las Fuerzas Armadas del continente, (Armony, 2004; Bohoslavsky, 2019; MCSHERRY, 2005; Rostica, 2018), así como las conexiones entre como con actores para-estatales (LÓPEZ, 2016; SERRA PADRÓS, 2009; RIBEIRO, 2021; MACEDONIO, 2010). Esa renovación historiográfica hoy nos permite tener una idea más ajustada de las conexiones producidas entre actores de la política del continente durante décadas, en particular durante la década de 1970: sin desconocer la centralidad que tenía Washington en esos años, estas investigaciones han puesto de manifiesto la relevancia de las ligazones entre figuras y organizaciones latinoamericanas, algunas de las cuales mostraron alguna autonomía respecto

1 El autor agradece a Odilon Caldeira, Maud Chirio, Alberto Consuegra Sanfiel, Mariana Joffily, Rodrigo Patto Sá Motta y Melisa Slatman por la provisión de algunos documentos, así como por las sugerencias y pistas para el desarrollo de esta investigación

2 Professor da Universidad Nacional de General Sarmiento (Buenos Aires, Argentina) e do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.



de la Casa Blanca. Este artículo se inscribe en esa línea, pero propone el uso de otra escala, de orden transcontinental. En concreto, este texto se concentra en identificar a algunas de las figuras latinoamericanas que participaron de los congresos y de las actividades de la World Anti-Communist League (WACL) entre la fundación de esa organización en 1967 y la realización de su XIIº Congreso en 1979, en la ciudad de Asunción, capital de Paraguay. Postulamos la idea de que muchos de esos delegados oficiaron como integrantes de una diplomacia informal de las dictaduras del Cono sur y de América Central. En la medida en la que fue posible, intentamos reconstruir la composición de las delegaciones nacionales e institucionales a algunos de esos congresos, así como algunas de las prácticas que estos hombres y mujeres tuvieron a cargo en sus países de origen en relación con la membresía en la WACL, en particular el caso de Carlo Barbieri Filho en Brasil.

36 |

En los congresos de la WACL, la presencia latinoamericana fue bastante minoritaria hasta 1971. Hasta ese momento, las prioridades geopolíticas de esa organización estaban centradas casi exclusivamente en el este y el sudeste asiáticos, y en particular en la tensión entre la República China (Taiwán, o China nacionalista) y la República popular china (o China continental o maoísta). Entre 1967 y 1971, no participaron muchos latinoamericanos de una organización que, en buena medida, permaneció bajo control de los campeones asiáticos del anticomunismo: Corea del Sur, Taiwán, Indonesia y, en menor medida, Filipinas. Pero, a partir de 1972, es posible encontrar una serie de modificaciones en esta situación: el giro del presidente Nixon hacia una política de diálogo con la China comunista condujo a la WACL a una crisis y a buscar nuevos socios. Desde entonces, creció la importancia de distintos actores latinoamericanos, en particular de figuras allegadas a las dictaduras del Cono sur y de América central, así como de organizaciones católicas anticomunistas mexicanas: ello se expresó en la recurrente realización de los congresos anuales de la WACL en Estados Unidos y en países latinoamericanos en las décadas de 1970 y 1980. A su vez, esa latinoamericanización de la WACL implicó la incorporación a la agenda y a los discursos de la organización de temas vinculados con las disputas con el sector progresista del catolicismo, un tema hasta entonces inexistente en las preocupaciones del anticomunismo asiático, pero que generaba mucha preocupación entre los católicos conservadores y reaccionarios del continente.

Este artículo se encuentra dividido en 3 secciones. La primera de ellas presenta el proceso de creación de la WACL en 1967, sus propósitos geopolíticos e ideológicos iniciales y caracteriza a algunas de las figuras y delegaciones provenientes de organizaciones anticomunistas de América latina que participaron



de ella. La segunda sección, se concentra en el giro “americano” de la WACL, que se expresó en la instalación de sus congresos anuales en diversas ciudades de Estados Unidos y de América latina. En ese apartado, se mencionan los intereses desplegados por las dictaduras sud y centro-americanas en un contexto de enfrentamiento con las administraciones estadounidenses, así como los objetivos de organizaciones anticomunistas mexicanas como Los Tecos, que terminaron por asumir un rol destacado en la WACL.

Para la realización de este artículo, se han consultado diversos materiales ubicados en repositorios digitales y físicos ubicados en varios países. Por un lado, se revisaron las publicaciones producidas y difundidas por la WACL, en particular las actas de sus congresos anuales, y de otras organizaciones anticomunistas de alcance nacional e internacional. Por el otro, se cuentan algunos reportes de organismos de inteligencia que realizaron tareas de cooperación y de espionaje sobre las organizaciones anticomunistas: en particular aquí se usaron informes elaborados por la División Federal de Seguridad de México, por el organismo de inteligencia de la policía de la provincia de Buenos Aires – conocido en los años sesenta como DIPBA –, por el Servicio de informaciones del Exterior de la Cancillería brasileña y por la policía secreta paraguaya. En el llamado “Archivo del Terror”, alojado en Asunción, es posible consultar una parte de los documentos de trabajo producidos durante el XIIº congreso de la WACL que allí tuvo lugar en 1979: borradores de resoluciones preparados por las comisiones de trabajo o por delegaciones nacionales e institucionales.³ Asimismo, se echó mano de prensa escrita de Argentina, Brasil, Francia, Paraguay y Uruguay para reconstruir alguna información sobre las personas y organizaciones participantes de los congresos.

| 37

La creación de la World Anti-Communist League

La WACL fue una creación de distintos regímenes dictatoriales asiáticos (Taiwán, Corea del Sur, Filipinas e Indonesia) decididos a jugar con un perfil propio más alto en el tablero de la guerra fría. El objetivo central de la Liga era darle una escala global al accionar que desde 1954 tenía en la región la *Asian People's Anticommunist Conference* (Apac). Y si bien taiwaneses y sudcoreanos

³ Ver, por ejemplo, la “Ponencia de resolución de la delegación cubana de Alpha 66” (documento 00108F-1597). Hay decenas de proyectos de resolución, algunos de ellos elaborados por partidos paraguayos como el Liberal o el Liberal Radical Auténtico. Una buena caracterización del archivo en el texto de Offroy (2010).



dominaron la WACL desde el inicio, había allí lugar para otras organizaciones, provenientes de otros continentes. Antiguos colaboracionistas de la URSS como el *Anti-Bolshevik Bloc of Nations* (Anderson y Anderson, 1986, p. 13 y 20), los neo-fascistas italianos del *Movimento Sociale Italiano* y criminales de guerra fugados en 1945 como los militantes de la Guardia de Hierro de Rumania o los antiguos *ustasha* de Croacia convivían allí con organizaciones anticomunistas de alcance continental como *African Organization for Freedom and Democracy* y el *Middle East Solidarity Council*. A ellos se le sumaban políticos y militares estadounidenses, hombres de la Yakuza y la secta liderada por el reverendo Myung Moon en Corea del Sur.

En el congreso fundacional de la WACL realizado en septiembre de 1967, sin dudas que los latinoamericanos constituían un grupo muy reducido en comparación con los hombres de Medio Oriente, de Europa, de Estados Unidos o de Asia. Las actas de ese primer congreso permiten reconstruir parcialmente la lista de los representantes de organizaciones o de naciones latinoamericanas que participaron de los eventos (World Anti-Communist League, 1967, p. 2). Sabemos que hubo delegaciones nacionales de América Latina, compuestas exclusivamente por varones –salvo el caso de Brasil –, a veces acompañados por sus esposas (de quienes no se indicaba el nombre en la publicación). Hubo delegaciones de Argentina⁴, de Bolivia⁵, de Brasil⁶, de Chile⁷, de Colombia⁸, Costa Rica⁹, Ecuador¹⁰,

4 Apeles Márquez, presidente de la Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas, vinculado al Instituto Sanmartiniano (Bohoslavsky, 2018, pp. 45-64). Como se verá, realizó una larga trayectoria dentro de las redes del anticomunismo latinoamericano y mundial.

5 Jorge Siles Salinas. Historiador, hijo y hermano de presidentes de su país. Fue militante de la Falange Socialista Boliviana, un partido de extrema derecha creado en 1937.

6 Esther Proença de Lago, esposa del embajador Renato Lacerda Lago. En 1969, fue condecorada con la Medalla al mérito Tamandaré por el ministro de Marina de la dictadura de su país. *Correio da Manhã*, “Marinha condecora 84 com a ordem do mérito Tamandaré”, 15 de junio de 1969, p. 5. La organización brasileña *Campanha da Mulher pela Democracia* participó del siguiente congreso de la WACL en Saigón en 1968 y lo propio hizo la *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* en el quinto congreso realizado en Manila en 1971 (Patto Sá Motta, 2002, p. 147).

7 Alberto Ezkenazi, vinculado al universo de los rodeos en la zona sur de Chile.

8 Alberto Lozano Cleves. Era militar e historiador de las guerras del siglo XIX y un ferviente bolivariano.

9 José Figueres y esposa. Figueres fue el gran ganador de la guerra civil desarrollada en 1948 en su país, del cual fue posteriormente dos veces presidente (1953-1958 y 1970-1974).

10 Jorge Crespo Toral y esposa. Al año siguiente, fue candidato presidencial en su país por el partido filofascista Acción Revolucionaria Nacionalista Ecuatoriana, creado en 1942.



Guatemala¹¹, Honduras¹², México¹³, Paraguay¹⁴, Perú¹⁵, República Dominicana¹⁶ y Uruguay¹⁷. Junto con esas 14 representaciones nacionales, hubo 6 delegaciones de organizaciones anticomunistas latinoamericanas, entre las cuales hubo un enorme predominio de las figuras provenientes de México: Confederación Interamericana de Defensa del Continente (CIDC)¹⁸, la Federación Mexicana Anticomunista de Occidente (Femaco)¹⁹, Instituto de Investigaciones Sociales y

-
- 11 Luis Antonio Díaz Vasconcelos. Escritor e historiador, publicó un libro contando su experiencia del viaje a Taiwán titulado *Un viaje a Formosa pasando por otras partes. Crónica de un viaje al Oriente* (1967).
 - 12 Rafael Valle Turcios, quien en 1966 actuaba como jefe de la Sección de Asesoría jurídica. *Tratados y Organismos internacionales de la Secretaría de Relaciones Exteriores del gobierno hondureño*. Cfr. Copyright. *Monthly Review of the United International Bureaux for the Protection of Intellectual Property (BIRPD)*, n. 11, noviembre de 1966, p. 269. En marzo de 1968, participó de la primera reunión de la Comisión ad hoc de juristas en la Organización de Estados Centroamericanos y en mayo de la segunda reunión en representación de Honduras, en San Salvador. Organización de Estados Centroamericanos (Odeca), *Actividades de la Secretaría General, 1964-1968. Memoria*. Guatemala: Editorial "José Pineda Ibarra", 1969, Vol. 4, p. 177 y 195.
 - 13 Alfredo Medina; Héctor Medina Vidiella y Fernando Medina Peón (este último en representación de la juventud).
 - 14 Mario López Escobar. López Escobar fue profesor en la Universidad Católica y en la Universidad Nacional (donde dirigió la Facultad de Derecho). Era un hombre de suma confianza de Stroessner, a quien representó como embajador ante los Estados Unidos en los años setenta. Según la prensa estadounidense, durante su estadía en Washington, López Escobar tenía en su custodia a Miro Baresic, quien había cumplido parcialmente su condena en Suecia por el asesinato en 1971 del embajador yugoslavo. Baresic pertenecía a grupos terroristas croatas vinculados a los antiguos ustasha (Dickey, 1979).
 - 15 Eudocio Ravines, antiguo aprista y comunista, devenido furioso anticomunista desde los años cuarenta. Fue recurrentemente deportado de su país Ravines fue un temprano aprista a fines de los años veinte, que se exilió en Buenos Aires y en 1926 se radicó en París. En Buenos Aires tuvo muchos vínculos con afiliados y líderes comunistas al punto de representar a la sección argentina de la Liga Antiimperialista en el Congreso Antiimperialista de Bruselas en 1927 (Sessa, 2013).
 - 16 Francisco Pezzotti.
 - 17 Enrique Katzenstein.
 - 18 Jorge Prieto Laurens, un católico anticomunista mexicano de vieja data que desde 1954 fue uno de los creadores y animadores de organizaciones anticomunistas regionales, nacionales y latinoamericanas. Prieto Laurens fue uno de los miembros fundadores de la Acción Católica de la Juventud Mexicana, organización que en 1948 dio paso al Frente Popular Anticomunista de México (FPAM) y luego a la Federación Mexicana Anticomunista de Occidente (Femaco) (Bohoslavsky y Broquetas, 2019. Herrán Avila, 2015, p. 11). Archivo General de la Nación, México, Fondo CISEN "Liga Mundial Anticomunista", 19 de julio de 1972, f° 102 y 103.
 - 19 Anacleto González Flores Guerrero (Jaso Galván, en prensa). Femaco era una organización de fachada del grupo secreto Los Tecos, embarcados en el catolicismo integrista y contrario al Concilio Vaticano II. La Femaco fue creada junto a otras agrupaciones católicas anticomunistas en 1967 al solo efecto de enmascarar la pertenencia de sus delegados a Los Tecos. Era dirigida por Raimundo Guerrero y Rafael Rodríguez – ambos profesores en la Universidad Autónoma de Guadalajara –, pero contaba, como se señaló, con la presencia de Jorge Prieto Laurens.

Económicas²⁰, Comité Anticomunista Nicaragüense²¹, Frente Femenino Cívico Independiente²² y la Representación de Cuba en el Exilio.²³

Entre los delegados latinoamericanos que estuvieron en Taipei en 1967, había varios que se conocían hacía por lo menos quince años. Ellos habían formado parte de algunas de las representaciones que participaron en algunas de las 4 ediciones de los congresos organizados por la CIDC: México en 1954, Río de Janeiro en 1955, Lima en 1957 y Antigua en 1958. Esos congresos fueron organizados por dos de las figuras más importantes del anticomunismo latinoamericano: el mexicano Jorge Prieto Laurens y el almirante brasileño Carlos Penna Botto, quienes estuvieron en varias reuniones de la WACL. Entre quienes estuvieron en Taipei en 1967, habían participado de los congresos de la CIDC Ravines (en 1956 y 1957), Salazar Arce (1957), Buitrago Martínez (1957 y 1958) y Díaz Vasconcelos (1958).

Es interesante notar que en esos congresos de los años cincuenta no sólo se forjó camaradería entre anticomunistas de Perú, México, Brasil y Nicaragua. Esa red tomó ya desde entonces un carácter transcontinental, puesto que en sus congresos participaban delegados y observadores europeos (sobre todo exiliados de Europa oriental) y de Medio Oriente, tanto árabes como israelíes. Hemos reconstruido en otros trabajos que las conexiones de los anticomunistas latinoamericanos con los de Taiwan también son de mediados de los años cincuenta por lo menos (Bohoslavsky, 2021; Araujo y Bohoslavsky, 2020).²⁴ Por ello es que cuando peruanos, guatemaltecos, argentinos o paraguayos fueron a Taipei en 1967, no fue la primera que veían a su contraparte asiática ni era la primera vez que soñaban con participar de una Internacional Comunista

40 |

20 Agustín Navarro Vázquez y esposa (México). Navarro Vázquez fue el hijo del primer rector de la Universidad de Guadalajara, donde tenían su cuartel central Los Tecos. Navarro fue uno de los fundadores en 1962 del Movimiento Universitario de Reformadora Orientación (MURO) destinado a combatir a los estudiantes izquierdistas (Hurtado Razo, 2015, p. 210 y Santiago Jiménez, 2012).

21 Francisco Buitrago Martínez fundó esa institución en 1956. Estaba a cargo de la policía secreta de la dictadura de Somoza cuando fue asesinado por los sandinistas en 1978 (Meysan, 2010).

22 Amalia Escobar (El Salvador).

23 Emilio Nuñez Portuondo, quien fue miembro de diversos gobiernos y de legaciones cubanas antes de 1959, fecha a partir de la cual se exilió en Panamá.

24 El presidente de la APAC, Ku Cheng-Kang, felicitó con un telegrama a los organizadores del Congreso en 1955 y a posteriori se hizo presente en los siguientes dos congresos, en 1956 y 1958. En 1957, el Congreso tomó la resolución de profundizar los contactos con la "Liga Anticomunista (Formosa)" para crear una "Liga Mundial Anticomunista" (Confederación Interamericana de Defensa del Continente, 1957, p. 39). Ese año actuaron como observadores Ku Cheng Kang, Chang Chun Ming, Michael Tung y Kuey Tsung-Yao de la llamada "Liga interamericana de los pueblos asiáticos" (Confederación Interamericana de Defensa del Continente, 1957, p. 12). Por otra parte, al Congreso de Río de Janeiro de 1955 asistió como delegado Shen Ching-Ting, embajador de la República china (Confederación Interamericana de Defensa del Continente, 1956, p. 39 y foto en p. 363). El presidente de la APAC, Ku Cheng-Kang, hace llegar su felicitación por la celebración del congreso en p. 367.



como la que se constituyó ese año (Confederación Interamericana de Defensa del Continente, 1961, p. 15).²⁵

En el marco de ese primer congreso de la WACL, se reunieron los representantes de países latinoamericanos y constituyeron la Liga Sudamericana de lucha contra el comunismo (en otras fuentes llamada “Liga Anticomunista Latinoamericana”), una suerte de franquicia latinoamericana de la WACL. Según registró la prensa brasileña, las autoridades de esa Liga fueron el cubano Nuñez Portuondo (como su presidente), el mexicano Prieto Laurens (vicepresidente) y el argentino Márquez (secretario).²⁶ La inteligencia mexicana reportó que, a su regreso de Taipei, Prieto Laurens usó el nombre de la Liga Sudamericana para realizar congresos anticomunistas en diversos Estados: Jalisco, Monterrey, Sonora, Chihuahua, Veracruz y San Luis Potosí, entre algunos de ellos.²⁷ También Apeles Márquez se mostró muy activo al volver de Taiwan, deseoso de difundir lo que allí se había discutido y decidido. Márquez tuvo diversos contactos con la prensa porteña en los que señaló que formaba parte del “Buró Permanente de la Liga Anticomunista Mundial”²⁸. Refirió que en Taipei se había conversado sobre la situación latinoamericana, en particular la de Chile. Asimismo, retomó algunas de las aseveraciones formuladas en Taipei por Ravines, delegado peruano, quien “denunció el aumento y consolidación de la influencia soviética en la América hispana, y de modo particular en Chile”. Cumplía en advertir que “las circunstancias se están dando para poder afirmar que el próximo país destinado a ser comunista es Chile”.²⁹ Tres meses después de regresar de Taiwan, la Faeda, organización que presidía Márquez, realizó en Buenos Aires un congreso de la juventud de la WACL. El temario de la reunión indicaba la ligazón directa con la WACL (aquí hispanizada como LAM):

I) Análisis de las resoluciones del primer congreso de la Liga Anticomunista Mundial; II) Análisis de la situación política, económica, cultural y social del mundo actual y la actitud de las juventudes anticomunistas de la República Argentina frente a la misma; III) La organización de las juventudes anticomunistas democráticas en la Argentina y América latina y su colaboración

25 En el Congreso de 1958 se vota a favor de la “China Nacionalista” y se menciona al representante de la APAC (Confederación Interamericana de Defensa del Continente, 1961, p. 19, 27 y 417).

26 Correio da Manhã, “Liga”, 1 de octubre de 1967, p. 4, Rio de Janeiro.

27 Archivo General de la Nación, Fondo CISEN “Liga Mundial Anticomunista”, 19 de julio de 1972, p. 103.

28 Clarín, “Anticomunistas”, 27 de enero de 1969, Buenos Aires.

29 La Nación, “Congreso anticomunista mundial y los ‘hippies’”, 12 de diciembre de 1967, Buenos Aires.

la LAM; IV) Promover el apoyo a los que lucha por la libertad de los pueblos sojuzgados por el comunismo.³⁰

En esa “Primera Conferencia de las Juventudes de la Liga Mundial Anticomunista de la República Argentina”, se realizaron varias denuncias sobre la penetración del comunismo en el país: ellas iban desde la existencia de un comité clandestino de las Organización Latinoamericana de a Solidaridad (Olas) en Buenos Aires, la aparición de grupos de hippies abocados a promover el caos social, el impacto del Partido Comunista Revolucionario y el liderazgo del diputado Juan Carlos Coral, del Movimiento de Liberación Nacional y la acción de “emisoras chilenas en programas comprometidos y antiargentinos”.³¹

Pocos meses después, una delegación de la WACL visitó Buenos Aires mientras el país era gobernado por la dictadura del general Juan Carlos Onganía y se encontró con líderes anticomunistas de Argentina y de Uruguay en el marco de una actividad llamada “Misión de la libertad”.³² En esa ocasión, los representantes de la WACL dejaron claro que la rivalidad sino-soviética era una “rencilla doméstica” y que ninguno de los dos países “abandonará el objetivo común de dominio mundial”. Asimismo, advertía sobre dos riesgos que amenazaban al continente latinoamericano: la presencia de los hippies como una estrategia para reducir la resistencia moral anticomunista y la infiltración comunista dentro del clero católico.

42 |

El giro hacia las Américas

El marco geopolítico asiático se alteró profundamente después de 1971 porque la Organización de las Naciones Unidas (ONU) decidió quitarle reconocimiento a la dictadura de Chang Kai-shek como legítima representante de la China continental. Así, Beijing pasó a ocupar el sitio que hasta entonces tenía Taiwán en el Consejo de Seguridad de la ONU. El acercamiento de la administración Nixon a la China de Mao fue seguido por muchos gobiernos latinoamericanos a inicios de los años setenta. Por ello la preocupación central del 5° congreso de la WACL que se realizó en Manila en julio de 1971 fue la política de distensión y acercamiento del presidente Nixon hacia la China comunista (la llamada “ping pong policy”). Esa política fue considerada no sólo ilegítima, sino peligrosa por parte de los líderes reunidos en la WACL. De

30 El Día, “Habrá una conferencia juvenil anticomunista”, 15 de diciembre de 1967, La Plata.

31 La Razón, “¿Será posible?”, 12 de enero de 1968, Buenos Aires.

32 La Mañana, “Visita de la Liga Anticomunista Mundial”, 13 de mayo de 1969, Montevideo.



hecho, el propio Chiang Kai-shek se manifestó en el discurso de bienvenida “contra el apaciguamiento y las amenazas comunistas” (World Anti-Communist League, 1971, p. 1). Ku Cheng-kang, presidente de la WACL en ese momento, declaró que las “perspectivas de apaciguamiento han alentado a los comunistas a agregar combustible a su fuego maligno”. Esa política de apaciguamiento descansa en errores de Nixon a la hora de comprender la naturaleza del régimen comunista chino y la competencia sino-soviética, pero sobre todo era señal de “pérdida de coraje moral y espíritu de lucha frente a los comunistas”, “es el resultado de la cobardía y la debilidad”. Remató su discurso señalando que, con la incorporación de Beijing al Consejo de Seguridad de la ONU, “el maldito fuego del comunismo chino recibiría más combustible, las naciones libres se desalentarían más y la agonía de los pueblos detrás de la Cortina de Acero se intensificaría y prolongaría” (World Anti-Communist League, 1971, p. 4). En similares sentidos fueron los dictadores de Filipinas y Corea del Sur.³³

En el telegrama que las autoridades de la WACL enviaron al presidente Nixon le advierten que “al igual que el apaciguamiento a Hitler en Munich, sólo puede conducir a una guerra desastrosa que va a poner gravemente en peligro el futuro de toda la humanidad” (World Anti-Communist League, 1971, p. 59). Alfredo Stroessner, el presidente paraguayo, también hizo llegar sus saludos a los delegados al inicio del congreso, a los que felicitó por “combatir al comunismo ateo que es contrario a las más queridas tradiciones de nuestro pueblo y es el enemigo de los principios cardinales de nuestra civilización”. Destacó, en esa ocasión, que su gobierno no tenía relaciones diplomáticas con la URSS, Cuba ni la China maoísta y “que está orgulloso de declarar frente a esta destacada reunión internacional que las actividades comunistas están totalmente prohibidas en nuestra república” (World Anti-Communist League, 1971, p. 12). De todos los discursos y saluciones iniciales, el de Stroessner destaca por el hecho de hacer referencia al ateísmo no sólo como un rasgo propio del comunismo, sino como su peor estigma.

Las resoluciones del Congreso se concentraron en la cuestión del acceso de Beijing al Consejo de Seguridad, el apoyo internacional irrestricto a Taiwán y el rechazo a la política exterior de Nixon. Aquí se hace evidente que el centro de las preocupaciones de la WACL en 1971 todavía era Asia. Para ese continente, se pregona la necesidad de seguir apoyando al anticomunismo en Vietnam, Laos

33 Ferdinand Marcos, el dictador de Filipinas, advirtió sobre “el peligro de la subversión desde el interior por parte de ideologías homogéneas que se sirven de la propaganda o la agitación de las masas” (World Anti-Communist League, 1971, p. 7). Park Chung Hee, presidente de Corea del Sur, advertía que México era una prueba viviente de aquellos países en los que unos pocos comunistas radicalizados complotaron para desalojar al gobierno” (World Anti-Communist League, 1971, p. 3.).

y Camboya y se invitaba a construir un sistema de seguridad del Asia Pacífico, que fuera más allá de la dimensión militar y que tomara en consideración la retirada de los tradicionales aliados. En el caso de África, se alentaba a apoyar a los países bajo amenaza comunista o en los que el comunismo prestaba ayuda financiera a las actividades de subversión. Para América Latina, las recomendaciones eran bastante más escuetas: “cualquier intento comunista de aumentar la infiltración y la subversión, especialmente desde Cuba y Chile, debe ser destruido” (World Anti-Communist League, 1971, p. 62).

Las adversidades internacionales empujaron a las dictaduras taiwanesa y surcoreana a salir al encuentro de nuevos apoyos no sólo más allá del que les había provisto el gobierno de los Estados Unidos por veinte años sino, sobre todo, más allá de las naciones asiáticas. En esa búsqueda de socios, América Latina y la derecha estadounidense, el ala más dura del Pentágono, comenzaron a ocupar lugares preponderantes. El desplazamiento geopolítico de la WACL y su nuevo interés en el continente americano se advierte al mirar las sedes de sus conferencias anuales. Si las primeras 5 conferencias se ubicaron en ciudades asiáticas, las 3 siguientes se realizaron en distintos puntos de América: Guadalajara (1972), Washington (1974) y Río de Janeiro (1975). Luego de ello, en otras 5 ocasiones, la conferencia fue en sede americana: Washington de nuevo (1978), Asunción (1979), San Diego (1984), Dallas (1985) y San José, en Costa Rica (1991)³⁴.

44 |

Según informaba la inteligencia mexicana, fueron Prieto Laurens y el Femaco los que propusieron en el congreso de la WACL realizado en Manila en 1971 que la próxima edición se llevase a cabo en su país.³⁵ El comité organizador fue presidido por Raymundo Guerrero y Prieto Laurens, tres europeos, dos asiáticos, un canadiense y un estadounidense. Ese congreso en Guadalajara reunió en 1972 a lo más granado del anticomunismo latinoamericano, pero también de los Estados Unidos, como Walter Judd, y el literato chino Lin Yu Tang, los dos invitados a dictar conferencias³⁶. En 1972, hubo 7 delegaciones latinoamericanas, a diferencia de las 14 que habían participado en 1967.³⁷ Algunos nombres se repiten: previsiblemente los mexicanos vinculados a Los Tecos (Prieto Laurens, Navarro Vázquez), el nicaragüense Francisco Buitrago

34 El patrón de asentamiento de la sede fue zigzagante, aunque con predominio de Corea (Seúl, 1976) y Taiwan (1977, 1981 y 1987). Ciudades de Europa Occidental la hospedaron tres veces: Luxemburgo (1983), Ginebra (1988) y Bruselas (1990).

35 Archivo General de la Nación, Fondo CISEN “Liga Mundial Anticomunista”, 19 de julio de 1972, f° 103.

36 Ibidem, f°104.

37 Según la inteligencia brasileña, hubo más delegaciones latinoamericanas: Argentina, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba (Alpha 66), Guatemala, Nicaragua, Panamá y Venezuela (COSTA Y REZENDE, 2019, p. 112). Probablemente algunas de ellas sólo eran observadoras y no capítulos nacionales de la WACL.



Martínez, el dominicano Francisco Pezzotti, el paraguayo Mario López Escobar y el argentino Apeles Márquez. A ellos se les sumaban antiguos compañeros de los congresos anticomunistas de los años cincuenta, como el brasileño Carlos Penna Botto, el boliviano Alfredo Candía y el mexicano Salvador Mendoza. El número de las delegaciones nacionales era menor, pero se incrementó mucho el de las delegaciones institucionales. Por ejemplo, Uruguay no envió representantes, pero si estuvieron presentes el dirigente de la Juventud Uruguaya de Pie, Hugo Manini Ríos y la viuda del dirigente del ruralismo uruguayo, Olga Clerici de Nardone. Guatemala tampoco tuvo representación oficial, pero si la tuvo el Movimiento de Liberación Nacional de Guatemala y, sobre todo, fue importante que uno de los dos invitados de honor fuera Mario Sandoval Alarcón, responsable de la creación y dirección de los escuadrones de la muerte en ese país. México tampoco contó con una delegación oficial por ser sede organizadora, pero al menos 40 personas de esa nacionalidad actuaron como delegados de organizaciones anticomunistas como el FPAM o la Femaco. El Frente Femenino Cívico Independiente tuvo a Juan Ramón Rosales, un varón, como representante.

En esa reunión se apoyó y patrocinó no ya a la Liga Anticomunista Latinoamericana creada en 1967 en Taipei, sino a una nueva organización, llamada Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL). En ella participaron delegados de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, El Salvador, Guatemala, México, Paraguay y Uruguay, así como de exiliados cubanos (LÓPEZ, 2016, p. 287; COSTA Y REZENDE, 2019, p. 113). La CAL fue la herramienta con la cual Los Tecos intentaron expandir su particular catolicismo integrista y su lucha contra la Iglesia oficial, más cercana a posiciones reformistas en esos años, al menos hasta el inicio del papado de Juan Pablo II en 1978, pero también fue la herramienta de la que se sirvieron varias dictaduras en los años setenta para realizar tareas de coordinación represiva internacional. Pero también fue una herramienta de diplomacia informal para defender las posiciones de las dictaduras en la esfera internacional. Según postuló Luis Herrán Ávila, ese congreso sirvió para construir un “consenso continental sobre la urgente necesidad de hacer la guerra al enemigo utilizando sus propios medios [...] la guerra contrarrevolucionaria total” (Herrán Ávila, 2015, p. 19).

En ese sentido, el Congreso de 1972 expresaba, entonces, no sólo una latinoamericanización de las sedes de las reuniones de la Liga y de sus participantes y autoridades, sino también de la definición de sus enemigos. Si hasta 1971 los enemigos de la WACL eran primordialmente las fuerzas de la China maoísta y Corea del Norte, desde 1972 incluyen cada vez más a los

católicos que le tienden una mano al comunismo. Ello se hizo explícito en los posteriores congresos secretos y públicos de la CAL, desarrollados hasta inicios de los años ochenta. Para la CAL, la batalla al interior del mundo católico tenía una enorme importancia. De hecho, en el congreso realizado en Buenos Aires en 1974, el delegado brasileño Sergio Luis de Oliveira denunció que

el comunismo internacional promueve, utiliza a sacerdotes cripto-comunistas y a sus cómplices en el clero autodenominado 'progresista', tanto para destruir la fe como para crear la mayor de las confusiones entre los pueblos creyentes, así como también para enfrentar, provocar y denigrar a los demócratas y patrióticos, instigando y promoviendo la intranquilidad en distintos sectores sociales³⁸

46 |

En el congreso que tuvo lugar en Río de Janeiro en 1974, la CAL requirió a sus integrantes la elaboración de una lista de todos los sacerdotes y monjas que predicaban marxismo y herejía, una lista que, en muchos casos, fue posteriormente utilizada por los aparatos de represión de las dictaduras (LÓPEZ, 2016, p. 297; COSTA Y REZENDE, 2019, p. 117). En 1977, se realizó en Asunción el tercer congreso de la CAL: en ese encuentro la delegación boliviana propuso llevar adelante una operación ("Plan Banzer") destinada a ejecutar a centenares de creyentes, monjas, miembros de comunidades religiosas y sacerdotes (Abramovici, 2006, p. 30. Anderson y Anderson, 1986, p. 145). No se trató de una campaña anticlerical, sino más bien de una toma de partido en la disputa intra-eclesiástica. Así, en los congresos de la CAL y de WACL se fustigaba contra los sacerdotes que se acercaban al marxismo, pero se hicieron frecuentes las presencias de obispos y clérigos integristas y anti-conciliares: en el IIº congreso de la CAL en Río de Janeiro en 1974 estuvieron presentes el muy reaccionario obispo de Diamantina Geraldo Proença Sigaud y el escritor conservador Gustavo Corção, mientras que en el VIº Congreso de la WACL en 1972 estuvo invitado el jesuita argentino, furibundamente antisemita, Julio Meinvielle (COSTA Y REZENDE, 2019, p. 116). En una entrevista de mediados de los años noventa, el sacerdote francés Charles Antoine, secretario general de la Agencia Dial (*Diffusion de l'information sur l'Amérique latine*), planteó el peso que tuvieron las campañas anticomunistas contra el Concilio Vaticano

38 Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores (Brasil), Centro de Informaciones del Exterior, CIEX 503/74, 4 de noviembre de 1974.



II y la posterior Conferencia de Obispos de Medellín dentro de la propia Iglesia católica y la vinculación con la represión:

La opinión católica internacional ha sido víctima de campañas de intoxicación que han diabolizado a la pastoral inspirada en el Concilio Vaticano II y en Medellín. Lo mismo la reflexión intelectual de los teólogos. Detrás de todo han actuado los fondos violentamente anticomunistas, como por ejemplo los miembros católicos de la Confederación Anticomunista Latinoamericana, rama de la Liga Mundial Anticomunista, que han influido fuertemente en el aparato represivo de los ejércitos americanos del norte y del sur³⁹

Ese giro hacia una agenda en la que eran tenidos por relevantes los conflictos intra-católicos se acompañó de otro, como fue el enfrentamiento de la WACL con la administración de Jimmy Carter (1977-1981) por su política de promoción de los derechos humanos en América Latina. En pocos momentos, se hizo tan evidente esa tensión como en el congreso de la WACL en Paraguay en 1979. La responsabilidad de la organización del evento estuvo a cargo de Juan Manuel Frutos, hasta el momento director del Instituto de Bienestar Rural y organizador del capítulo paraguayo de la WACL – posteriormente se convirtió en autoridad de la Liga (Soler, 2018, p. 63). La financiación del congreso fue aportada principalmente por empresas y hombres de negocios de Paraguay, como como Coca Cola o la Unión Industrial del Paraguay, que entregaron cerca de medio millón de dólares (Boccia Paz, González y Palau Aguilar, 2006, p. 287), que se sumaron a los 200.000 aportados por los países que integraban el Comité Ejecutivo de la WACL (SOLER, 2018).

El congreso se realizó en Asunción del 23 al 27 de abril y contó con la asistencia de medio millar de personas, provenientes de cinco continentes, entre los que se contaban desde ya 89 delegaciones nacionales (los llamados “capítulos”) de la WACL y también observadores, invitados y proveedores de armas interesados en ofrecer sus productos.⁴⁰ De acuerdo con la reconstrucción que hemos hecho de ese congreso, a Asunción llegaron muchos políticos de la extrema derecha europea, neo-fascistas y terroristas, además de antiguos criminales de guerra croatas oportunamente reclutados por Stroessner. También se hicieron presentes oficiales provenientes de las Fuerzas Armadas de América

39 La Croix, 25 de septiembre de 1995, París, p. 24.

40 Última hora, “Participantes en congreso anticomunista”, 19 de abril de 1979, Asunción, p.3. y ABC Color, “Asistirán 400 delegados de 80 países del mundo”, 22 de abril de 1979, Asunción, p. 7.



Central y del sur, políticos involucrados episodios de represión masiva, como el guatemalteco Mario Sandoval Alarcón o el salvadoreño Roberto D'Aubuisson.⁴¹ En el congreso, se hicieron explícitas las conexiones entre Anastasio Somoza y Stroessner a través del envío de salutations. No es casual que pocos meses después de la realización del cónclave de la WACL, el derrocado dictador nicaragüense buscara asilo en la capital paraguaya, donde fue asesinado en 1980.

Una parte del financiamiento del Plan Cóndor probablemente tuvo su origen en la WACL. La CAL se encargó de transferir el dinero a través de la compañía financiera Urunday, que tenía sede en Asunción y actuaba como tapadera de las operaciones represivas transnacionales. En ella fue crucial la presencia del paraguayo Antonio Campus Alum y de Carlo Barbieri Filho, ambos miembros tanto de WACL como de la CAL. Campos Alum era jefe de la policía política paraguaya y fue el representante de Stroessner en el Plan Cóndor a partir de 1975: ocupó el cargo de sub-secretario general de la CAL desde 1974 (COSTA Y REZENDE, 2019, p. 118). Alum era formalmente el copropietario de la Compañía Financiera Urunday junto con Barbieri. La experiencia financiera de Barbieri (su familia fue propietaria del Banco Aplik hasta fines de la década de 1970) y sus contactos con Arabia Saudita y otros países del Golfo Pérsico a los que solicitaba financiación fueron cruciales (RIBEIRO, 2021, p. 24) para sostener la red. Según refirió en una entrevista (VALENTE, 2009), Barbieri alentó la constitución de una célula anticomunista a inicios de los años setenta luego de que él y su padre se reunieran con Mário Henrique Simonsen, luego ministro de Hacienda del general Ernesto Geisel (1974-1979). En 1971, Barbieri creó la Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Sepes), que se unió a la WACL y luego fue su presidente. Las cámaras empresariales paulistas, como la poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, contribuían a sostener la Sepes y enviaban a algunos de sus hombres para participar de su consejo de administración. Según informes obrantes en archivos de inteligencia brasileña, estuvo vinculada desde el comienzo con actividades del Departamento Especial de Ordem Política e Social (Deops) de San Pablo (COSTA Y REZENDE, 2019, p.112). En 1975, Barbieri ejerció la presidencia mundial de la WACL, cuando la Liga tuvo su octavo congreso en Río de Janeiro. Ese mismo año viajó a Ryad para pedirle al rey Khalid Abdul Aziz que siguiera brindando su aporte económico a la WACL (VALENTE, 2009). Por su contribución a fortalecer los vínculos internacionales de la dictadura, recibió la medalla del Pacificador.

41 Sandoval Alarcón volvió al año siguiente al Cono sur para participar del IV Congreso de la CAL, que se realizó en Buenos Aires en septiembre (Rostica, 2018).



Conclusiones

En esta ponencia, se intentó retratar a algunas de las figuras y organizaciones anticomunistas latinoamericanas que participaron de las reuniones anuales de la WACL entre 1967 y 1979. Una primera conclusión que es posible extraer apunta a la relevancia que estos actores fueron tomando en esta docena de años dentro de la WACL: pasaron de tener un rol marginal en la conformación de la Liga y la definición de sus propósitos, líneas de acción y objetivos a convertirse en anfitriones, autoridades y animadores dotados con capacidad para condicionar la agenda y los discursos de la institución. En particular, los actores que parecen haber sido más consistentes en la búsqueda del acercamiento a (y de aprovechamiento de) la WACL fueron los mexicanos integristas nucleados en Los Tecos y sus organizaciones de superficie, la Femaco y el FPAM. En 1971, Prieto Laurens, Los Tecos y Femaco contaban con abundante experiencia en materia de organización de redes políticas continentales y acreditaban contacto de por lo menos quince años con la Apac y los dirigentes del anticomunismo taiwanés. Los congresos organizados por Prieto Laurens y Penna Botto a escala continental en los años cincuenta permitieron crear esos lazos de confianza política y personal que en los años setenta sostuvieron la alianza entre los anticomunistas latinoamericanos y asiáticos. Los mexicanos se sirvieron de esas conexiones y de sus recursos para reorientar una parte de la agenda y preocupaciones públicas de la WACL hacia los conflictos teológicos y políticos vividos dentro del catolicismo latinoamericano como consecuencia de las derivas del Concilio Vaticano II.

Hay otro aspecto que vale la pena resaltar como una diferencia entre los latinoamericanos que participan de los congresos de la CICD en los años cincuenta y de los congresos de la WACL y de la CAL en los años setenta. A esos primeros congresos van “periodistas” y personajes interesados en formar opinión, divulgar la situación detrás de la Cortina de hierro y colaborar con la denuncia del “totalitarismo”: era el caso de Eudocio Ravines, del argentino Alberto Faleroni o del uruguayo Martínez Bersetche. En ellos está presente una preocupación cultural y propagandística sobre el comunismo y la promoción de formas de vigilancia policial sobre su posible expansión en América. Los participantes de los congresos de los años cincuenta formaban parte del consenso “antitotalitario” que excluía desde ya a los comunistas, pero también a los fascistas, corporativistas o “nacionalistas”, a los que Christian Buchrucker (2002) con precisión llamó “nostálgicos del Nuevo Orden”.

Algunos de ellos terminaron participando en los congresos de la WACL, como fue el caso sin dudas de Prieto Laurens y del brasileño Penna Botto. Sin embargo, el perfil más general de quienes participan de los congresos de la WACL y, sobre todo, de la CAL, es otro: allí hay con mayor asiduidad otros jugadores, como miembros o fundadores de escuadrones de la muerte como Roberto D'Aubuisson o Mario Sandoval Alarcón, altos oficiales como el general argentino Carlos Suárez Mason o jefes civiles de las dictaduras, como fue el caso de Mario López Escobar, embajador en Washington o de Antonio Campos Alum, a cargo del espionaje paraguayo, o Carlos Barbieri Filho, al que se ha señalado como el banquero del Plan Cóndor. En este grupo, no era extraño encontrar figuras provenientes de la extrema derecha, del neo-fascismo internacional y con antecedentes en el antisemitismo o en crímenes de guerra, como Klaus Barbie. Su agenda ya no era la de promoción del desarrollo o la de Juan XXIII, sino una de base eminentemente represiva y de inspiración bélica, imbuida del peso y preocupaciones de los católicos conservadores e integristas.

Referencias

50 |

- Abramovici, Pierre. D'espoir et de plomb. Opération 'Condor', cauchemar de l'Amérique latine. *Manière de voir*, v. 90, París, 2006.
- Anderson, Scott y Anderson, Jon Lee. *Inside the League. The shocking exposé of how Terrorists, Nazis and Latin American death squads have infiltrated the World Anti-Communist League*. Nueva York: Dodd, Mead & Company, 1986.
- Araujo, Ignacio y Bohoslavsky, Ernesto. The Circuits of Anti-Communist Repression between Asia and Latin America during the Second Cold War: Paraguay and the World Anti-Communist League. *Estudios Interdisciplinarios de América latina y el Caribe*, 31-1, 2020.
- Armony, Ariel. Transnacionalización de la guerra sucia: Argentina en Centroamérica. In: Spenser, D. (coord.), *Los espejos de la Guerra Fría: México, América Central y el Caribe*. México D. F.: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2004.
- Boccia Paz, Alfredo, Myrian Angelica González y Rosa Palau Aguilar. *Es mi informe, Los archivos secretos de la policía de Stroessner*. Servilibro y Centro de Documentación y estudio, Asunción, 2006.
- Bohoslavsky, Ernesto. Contra el dexamil, las camisas naranjas y el comunismo. La Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas (1963-1969). In: Levín, Florencia (comp.) *Tramas del pasado reciente argentino. Historia, memoria y transmisión*. Bohoslavsky, Ernesto. El IV Congreso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana (Buenos Aires, 1980). *Almanaque histórico latinoamericano*, 23, 2019.
- Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2018, pp. 45-64.



- Bohoslavsky, Ernesto. Las redes anticomunistas entre América latina y Asia (1954-1980). *Les Cahiers de Framespa*, 36, 2021
- Bohoslavsky Ernesto y Magdalena Broquetas. Os congressos anticomunistas da América Latina (1954-1958): redes, sentidos e tensões na primeira guerra fria. In: Bohoslavsky, Ernesto, Rodrigo Patto Sá Motta y Stéphane Boisard (orgs.), *Pensar as direitas na América latina*. SP, Editora Alameda, 2019, pp. 439-460.
- Buchrucker, Christian. Los nostálgicos del 'Nuevo Orden' europeo y sus vinculaciones con la cultura política argentina. In Klich, Ignacio (ed.), *Sobre nazis y nazismo en la cultura argentina*. College Park Hispamérica y Maryland University, 2002.
- CONFEDERACIÓN INTERAMERICANA DE DEFENSA DEL CONTINENTE, *Memorias del Segundo Congreso contra la Intervención Soviética en América Latina*, México D.F., s.e, 1956.
- CONFEDERACIÓN INTERAMERICANA DE DEFENSA DEL CONTINENTE, *Resoluciones del Tercer Congreso contra la Intervención Soviética en América Latina*, Lima, 1957.
- CONFEDERACIÓN INTERAMERICANA DE DEFENSA DEL CONTINENTE, *Memoria del Cuarto Congreso Continental Anticomunista*, Talleres de la Tipografía Nacional de Guatemala, 1961.
- COSTA MACHADO, Rodolfo y Claudinei Cássio de REZENDE, “Aninhando o ovo do Condor: o “capítulo” brasileiro da Confederação Anticomunista Latinoamericana, cogestora das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul (1971-1974)”, *Semina. Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*, V. 18, N. 1, 2019, p.110-128.
- Dickey, Christopher “Terrorist Worked as Ambassador’s Bodyguard Here”, *Washington Post*, 25 de julio de 1979.
- Herrán Avila, Luis. Las guerrillas blancas: anticomunismo transnacional e imaginarios de derechas en la Argentina y México, 1954-1972. *Quinto Sol*, 19-1, 2015.
- Hurtado Razo, Luis Ángel. Las caras de El Yunque u Orquesta, un acercamiento al actuar de una sociedad reservada-secreta. *Historia y Grafía*, 44, 2015,
- Jaso Galván, Azucena Citlalli. Apuntes sobre el papel de las juventudes en el contexto anticomunista transnacional. In: Santiago Jiménez, Mario (coord.) *Juventudes y mujeres de derechas en México y el Cono Sur de América Latina durante la guerra fría*. Instituto Mora, Ciudad de México (en prensa).
- LÓPEZ, Fernando. *The Feathers of Condor: transnational state terrorism, exiles and civilian anticommunism in South America*. Cambridge Scholars Publishing: 2016.
- MACEDONIO, Mónica. Historia de una Colaboración Anticomunista Transnacional: Los Tecos de la Universidad Autónoma de Guadalajara y el gobierno de Chiang Kai-Shek a principios de los años setenta. *Historia y problemas del siglo XX*, Volumen 1, Año 1, 2010, p. 133-158.
- MCSHERRY, J. Patrice. *Operation Condor and Covert War in Latin America*. Rowman & Littlefield Publishers: New York, 2005.

Meysan, Thierry, La Liga Anticomunista Mundial, internacional del crimen. *Cambera roja*, 14 de abril de 2010. URL: <https://camberaroja.wordpress.com/2010/04/14/terrorismo-la-liga-anticomunista-mundial-internacional-del-crimen/>

OFFROY, Benjamin. Le Paraguay, un nid du 'Condor': La dictature du général Stroessner, la répression et le système Condor. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 105, 2010.

Patto Sá Motta, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

RIBEIRO, Marcos Vinicius, *A história da confederação anticomunista latino-americana durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979)*. SP: Pimenta Cultural, 2021.

Rostica, Julieta. La Confederación Anticomunista Latinoamericana. Las conexiones civiles y militares entre Guatemala y Argentina (1972-1980). *Desafíos*. v. 30, n. 1, 2018.

Santiago Jiménez, Mario, "La ultra derecha mexicana: Movimiento Universitario de Renovadora Orientación (muro), 1970-1976", tesis de Maestría, Instituto José María Luis Mora, México, 2012.

SERRA PADRÓS, Enrique. "Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: SERRA PADRÓS, E. et al. (orgs) *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*. *História e Memória*. Vol. 3. Porto Alegre: Corag, 2009.

Sessa, Leandro. Aprismo y apristas en Argentina: Derivas de una experiencia antiimperialista en la "encrucijada" ideológica y política de los años treinta. Tesis de doctorado en historia de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata, 2013.

Soler, Lorena. Redes y organizaciones anticomunistas en Paraguay. La XII Conferencia Anual de la Liga Anticomunista Mundial, realizada en Asunción en 1979. *Páginas*, 10-4, 2018.

VALENTE, Rubens. "Célula anticomunista atuou no Brasil durante a ditadura", *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de noviembre de 2009. URL: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1511200911.htm>

World Anti-Communist League, *Important Documents of the Fifth WACL and Seventeenth APACL Conferences*. Taipei: WACL. 1971.

World Anti-Communist League, *Proceedings. The First Conference of the World Anti-communist League, September 25-29, 1967*. Taipei: WACL, 1967.



Entre Vargas e Perón: os trabalhistas sul-americanos sob a mira da CIA¹

José W. A. Neves Jr.²

Proposto inicialmente no final da década de 1980, pelo então diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos da América (EUA), William Cassey, o Projeto de Revisão Histórica (HRP) da agência de inteligência estadunidense tem por objetivo garantir maior transparência às dimensões de sua atuação nos parâmetros de uma sociedade globalizada e democrática. O extenso acervo de fontes documentais produzidas pela CIA começou a ser disponibilizado para acesso público, no próprio endereço eletrônico da agência, a partir do ano de 2001³ e conta com diversos temas investigados pelos agentes da organização desde os anos de 1940 até o início dos anos 2000.⁴ Sendo relevante destacar que o processo de alimentação da plataforma

| 53

- 1 Esta pesquisa provém das atividades desenvolvidas junto ao projeto “Os documentos inéditos dos arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)”, que está sendo desenvolvido pelo Prof. Dr. Fabio Lanza (UEL), em parceria com instituições de pesquisa nacionais e internacionais, e que, atualmente, recebe financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária.
- 2 Doutor em Ciências Sociais (Unesp/Marília). Atualmente, é assistente administrativo na Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru) e realiza estágio pós-doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, sob supervisão do Prof. Dr. Fabio Lanza, tendo sido contemplado com bolsa de pós-doutorado Júnior pelo CNPq durante o ano de 2022 (processo nº 152219/2022-6). E-mail: nevesjr1991@gmail.com
- 3 As fontes podem ser acessadas pelo endereço eletrônico: <https://www.cia.gov/readingroom/historical-collections> (acesso em 05 de abril das 2021 às 14h53min).
- 4 O acervo digital da CIA conta, atualmente, com cerca de 70 (setenta) arquivos temáticos desclassificados que perpassam uma multiplicidade de assuntos que permearam os objetos de análise da agência estadunidense de inteligência, tais como: a consolidação de uma rede cooperativa global de inteligência e avaliação da cultura política de seus integrantes; crimes nazistas cometidos durante a Segunda Guerra Mundial; investigações sobre a União Soviética, China e demais países vinculados ao comunismo durante a Guerra Fria; relações políticas e culturais latino-americanas; estudos de treinamento de animais aquáticos e aves para integração no sistema de segurança nacional; objetos voadores não identificados; entre outros.



ocorre por intermédio de métodos de desclassificação de documentos, que atendem aos critérios de manutenção da soberania e segurança nacional dos EUA – neste sentido, indica-se que as fontes ainda não foram liberadas para acesso em sua totalidade e, em determinados casos, são disponibilizadas com supressões de considerável parte do conteúdo original.

As contribuições de Prashad (2020) e Bozza (2019) se destacam enquanto publicações protagonistas na análise das fontes produzidas pela agência de inteligência estadunidense e possuem o objetivo de identificar as ações intervencionistas que marcaram a perspectiva do projeto geopolítico de Washington para o Terceiro Mundo durante o período de Guerra Fria (1945-1990). Neste sentido, indica-se que, fundada em 1947, a CIA se edificou a partir dos princípios de recolhimento e sistematização de informações que subsidiassem as tomadas de decisões internacionais estratégicas de Washington, contando com o suporte de uma equipe de especialistas em relações internacionais (formados em renomadas universidades estadunidenses) e com um massivo investimento financeiro (tanto de setores privados quanto do governo), acompanhado da concessão de ampla autonomia para o planejamento e a realização de operações secretas em territórios internacionais (JEFFREY-JONES, 2003).

54 |

Conforme indica Prashad (2007), é relevante considerar que o período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi marcado não só pelo acirramento das disputas entre o Primeiro e Segundo Mundo (liderados, respectivamente, pelos EUA e pela União Soviética), como também pelas possibilidades de fortalecimento dos projetos de desenvolvimento e emancipação política e econômica dos países do Terceiro Mundo (localizados na África, Ásia e América Latina). Nos casos brasileiro e argentino, respectivamente, Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) e Juan Domingo Perón (1895-1974) desempenharam, de diferentes formas, papel fundamental na mobilização de massas em prol de princípios de desenvolvimento social e econômico que objetivavam contribuir com um processo de superação da situação de subdesenvolvimento existente em seus países, não propondo o alinhamento com nenhuma das duas vias em disputa (capitalismo e socialismo).⁵

Independentemente do horizonte de possibilidades que tomou forma na realidade internacional no período pós-Segunda Guerra, o que se vislumbrou,

5 Sem ambicionar adentrar nesta seara, indica-se que esta proposta de consolidação de uma terceira via de desenvolvimento marcou grande parte dos projetos de nação de países em desenvolvimento, durante a primeira metade do século XX. Apesar da multiplicidade de feições que os projetos de terceira via assumiram (em diferentes contextos conjunturais) ocorreu, principalmente a partir da década de 1950, uma forte tendência à sua rotulação como produto ou alinhamento do nazifascismo – entendido, de forma generalista, como fenômeno político que representaria aspectos basilares das demais ramificações políticas, econômicas e ideológicas dos projetos de terceira via.



no decorrer das décadas seguintes, foi uma gradual consolidação do consenso econômico liberal e da hegemonia (política, bélica, cultural e econômica) estadunidense entre os países do Ocidente (AMIN, 2004). Neste complexo cenário, os serviços de inteligência passaram a desempenhar um papel essencial em meio às disputas pela manutenção da soberania internacional dos Estados e da garantia dos princípios de segurança nacional, que marcaram o entrave político e ideológico da Guerra Fria – sofrendo contínuos e constantes processos de aperfeiçoamento em suas lógicas de atuação no âmbito interno e externo às nações em que se edificaram (TILLY, 1996).

É dentro desta perspectiva que a presente proposta reforça a pertinência da problematização dos conteúdos presentes nas fontes documentais desclassificadas da CIA que abordam as questões políticas e econômicas do Brasil e da Argentina, visando apreender a forma como os agentes de inteligência da CIA interpretavam as relações estabelecidas entre os dois países sul-americanos e propunham a orientação da tomada de decisão do governo estadunidense frente às especificidades destas realidades. As fontes mobilizadas nesta pesquisa foram intencionalmente selecionadas atendendo aos critérios de recortes onomástico (Getúlio Vargas e Juan Perón) e temático (avaliação dos agentes da CIA acerca da situação do Brasil e da Argentina em relação às duas lideranças políticas).

Sobre as fontes e sua problemática

O tratamento de fontes documentais provenientes de agências de inteligência demanda precauções analíticas que considerem as especificidades de seus contextos de produção. Prashad (2020), por exemplo, reforça a necessidade de conscientizar-se sobre o caráter do conteúdo exposto nos registros documentais da CIA, tendo em vista que, em determinados casos, os agentes de inteligência tendem a deturpar elementos dos fatos investigados de modo a se projetar profissional e politicamente nos setores estatais. Outro ponto essencial a se considerar nas análises destas fontes particulares reside na influência do anticomunismo exacerbado decorrente do papel desempenhado pelo macarthismo nas fileiras do funcionalismo público estadunidense nos anos de Guerra Fria. Popularizado pela atuação pública do senador estadunidense Joseph McCarthy, entre os anos de 1950 e 1957, e idealizado e posto em prática pelo então diretor do Federal Bureau of Investigation (FBI), John Edgar Hoover, o macarthismo partia de princípios de suspeição fundamentados em uma paranoia anticomunista que se difundiu amplamente na sociedade



estadunidense da época, especialmente nos órgãos que compunham o aparato estatal (SCHRECKER, 2001).⁶

Ademais, Chomsky (1999) aponta que, a partir de meados de 1950, o então diretor de equipe do Departamento de Estado dos EUA, George Kennan, ocupou-se de traçar e difundir estudos de planejamento políticos, estratégicos para a manutenção da hegemonia do país sobre o mundo capitalista, nos quais destacava a necessidade de primazia do enfoque na América Latina. Neste sentido, enfatiza-se que os documentos aqui analisados são entendidos como registros complexos da realidade, interpretada a partir de elementos da subjetividade dos agentes responsáveis que perpassam: suas percepções de carreira profissional; seus alinhamentos políticos, ideológicos e culturais; suas próprias atribuições propositivas de tomada de posição oficial do governo estadunidense em relação ao objeto investigado; entre outros.

Dois de meus trabalhos anteriores (NEVES JR., 2022; 2023) são pertinentes para a abordagem destas especificidades. O primeiro, apresentado nos eventos da Associação Latino-Americana de Ciência Política (Alacip) (Santiago-CL) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) (Campinas-BR) no ano de 2022, explicita algumas das problematizações sobre as percepções que os agentes de inteligência da CIA apresentavam acerca das relações estabelecidas entre os três países (Argentina, Brasil e EUA) durante as décadas de 1970 e 1980. Este primeiro esforço de investigação das fontes da CIA permitiu identificar que seus agentes entendiam as duas potências sul-americanas como Estados-chave para a manutenção dos interesses dos EUA no Cone Sul – traçando sugestões estratégicas de favorecimento ou desestabilização da economia dos dois países de forma a contribuir com a reprodução da influência estadunidense na região. Ademais, indica-se que, enquanto a Argentina era apresentada pelos relatórios da CIA como um Estado problemático aos interesses estadunidenses, o Brasil era apontado como um de seus principais aliados históricos na América Latina, apesar de ocasionalmente assumir posicionamentos nacionalistas anti-EUA.

Já o artigo publicado recentemente (NEVES JR., 2023), utilizando os casos da CIA e do Serviço Nacional de Informações (SNI) brasileiro, teve como intuito problematizar a complexa e desigual capacidade de os órgãos de inteligência de países de capitalismo dependentes garantirem a manutenção da soberania nacional frente às investidas estratégicas de congêneres erigidos em países

6 Conforme indicam Miliband e Liebman (1984), apesar de o macarthismo ter sido desacreditado após os escândalos que sucederam à exposição de sua deturpada lógica perniciososa de atuação, determinados aspectos preceituais anticomunistas do fenômeno passaram a se consolidar como consenso no cotidiano de diversos países capitalistas.



detentores de altos níveis de desenvolvimento tecnológico. Ambas as publicações, somadas às contribuições de Bozza (2019) e Prashad (2020), servem de base para evidenciar a relevância das investigações acerca dos registros realizados por agentes da CIA para propor intervenções, diretas ou indiretas, em território sul-americano durante o século XX.

Neste sentido, indica-se que atualmente encontram-se desclassificados, no acervo da CIA, aproximadamente, treze mil e quinhentos (13.500) documentos sobre a Argentina e doze mil e seiscentos (12.600) documentos sobre o Brasil.⁷ Uma comparação quantitativa inicial, realizada por intermédio do próprio sistema de busca do arquivo desclassificado da CIA, permite identificar a existência de cerca de setenta (70) documentos que abordam Getúlio Vargas em comparação a, aproximadamente, dois mil e setecentos (2.700) documentos que fazem referência, direta ou indireta, a Juan Perón ou ao peronismo. Em termos históricos, a diferença quantitativa das fontes pode ser explicada pelo período de vida dos dois líderes trabalhistas sul-americanos em relação ao tempo de vigência da agência de inteligência estadunidense – enquanto Getúlio Vargas cometeu suicídio no ano de 1954, Juan Perón faleceu no ano de 1974 em decorrência de uma parada cardíaca.

Ademais, uma avaliação exploratória e qualitativa das fontes documentais permite identificar que muitos dos documentos que abordam Juan Perón tem como foco a figura de suas esposas, principalmente, Eva Perón (1946-1952)⁸ e, em menor medida, María Estela Martínez de Perón (1931),⁹ assim como os grupos argentinos politicamente articulados a partir dos princípios defendidos pela proposta de trabalhismo peronista. Neste sentido, há de se considerar que, no âmbito político-ideológico, as vertentes populares vinculadas a Getúlio Vargas

7 Em vista do caráter contínuo de alimentação do acervo desclassificado da CIA, informa-se que os dados do atual número de documentos apresentados neste trabalho são referentes ao levantamento realizado, por intermédio do próprio mecanismo de busca da plataforma, em 12 de maio de 2023.

8 É pertinente reforçar que Eva Perón (Evita) é considerada, na história política argentina, uma liderança tão importante quanto Juan Perón, se não mais, no que tange ao processo de organização popular em prol das transformações propostas para a fundamentação do movimento peronista. Inclusive, segundo Barry (2011), Evita é indicada como sinônimo do peronismo.

9 Segundo Napal (2021), a morte de Perón em 1974 gerou um processo de convulsão interna no movimento peronista (decorrente, em muitos aspectos, de suas distintas correntes ideológicas), aprofundando a crise política que colocou em xeque a liderança política de María Estela Martínez Perón (Isabelita), favorecendo a ação golpista que destituiu seu poder presidencial.

assumiram a classificação do trabalhismo,¹⁰ enquanto as vertentes populares alinhadas a Juan Perón foram conceituadas como peronistas.¹¹

Apesar das inerentes especificidades, e múltiplas distinções, entre as duas perspectivas político-ideológicas, Bohoslavsky (2016) indica que os projetos de desenvolvimento do trabalhismo brasileiro e do peronismo argentino serviram como uma das principais bases para o estabelecimento das disputas entre os dois países, durante o século XX, com o objetivo de consolidar uma hegemonia política e econômica no Cone Sul. É pertinente reforçar que, de forma sintética e geral, ambas as vertentes políticas e ideológicas se fundamentavam em projetos de desenvolvimento com caráter nacionalista popular, transitando tanto entre alas da esquerda quanto da direita em seus respectivos países, que objetivavam superar as condições de subdesenvolvimento típicas dos países latino-americanos (KAYSEL, 2014).

Os (des)alinhamentos com Washington

58 |

As leituras e análises que venho realizando dos documentos desclassificados da CIA nos últimos anos¹² permitiram identificar aparentes tendências e especificidades na lógica de vigilância das realidades políticas e situações econômicas argentinas e brasileiras, assim como a forma distinta de formulação das proposições de ação para Washington decorrentes das avaliações realizadas pelos agentes estadunidenses inseridos em cada um dos dois países sul-americanos. Em ambos os casos, é apreensível a existência de uma constância na lógica de interpretar os acontecimentos e as decisões oficiais dos países a partir de uma prospecção de alinhamento político com os EUA e das possíveis repercussões que os eventos teriam para os interesses econômicos estadunidenses. Da mesma forma, contudo, em diferentes medidas (que dependem dos recortes territorial e temporal), é apreensível, nas avaliações dos agentes da CIA, a

10 Em alguns casos também classificado como *varguismo*, o *trabalhismo* brasileiro se edificou, inicialmente, em torno da figura política de Getúlio Vargas, sendo posteriormente reproduzido, e reformulado, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cujos principais representantes foram o presidente João Goulart (1961-1964) e o político Leonel Brizola (GOMES, 2005), que posteriormente fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

11 Fenômeno político complexo, o *peronismo* desenvolveu-se a partir da figura política do líder militar argentino Juan Domingo Perón, três vezes eleito presidente do país (1946-1952, 1952-1955 e 1973-1974), especialmente suas primeiras gestões demonstraram uma tendência a direcionar a atuação do movimento sindical no sentido de adequação ao jogo democrático, atuando em uma dupla perspectiva para o combate das disputas trabalhistas: coerção aos opositores ativos e concessão de benefícios aos resignados (TORRE, 1990).

12 Minha pesquisa sobre o acervo de documentos desclassificados da CIA teve início em abril de 2021. Sua primeira etapa foi realizada enquanto estava como pesquisador colaborador do Departamento de Ciência Política do IFCH-Unicamp, sob supervisão do Prof. Dr. André Kayssel.



preocupação com o fortalecimento de lideranças políticas pautadas na defesa de princípios de um nacionalismo exacerbado, assim como no potencial, ou efetivo, alinhamento com grupos e ideais comunistas.

Torna-se prodente iniciar a problematização deste tópico com o curioso fato de que as investigações da CIA acerca de Juan Perón apresentam documentos que precedem a própria fundação da agência, em julho de 1947. O primeiro relatório identificado, até o momento, que aborda o líder político argentino, data de 18 de abril de 1946, e seu título se limita à classificação Top Secret – Confidential (Ultrassegredo – Confidencial). O conteúdo traça um panorama da influência dos EUA e da União Soviética (URSS) em distintos países do mundo, sendo relevante, para esta pesquisa, destacar que, na avaliação dos possíveis alinhamentos estratégicos de Perón no caso de um conflito direto entre as duas potências, o agente responsável considerava que, provavelmente, o governo peronista seguiria a decisão dos demais países americanos.

As investigações sobre os alinhamentos e posicionamentos políticos e ideológicos de Juan Perón se estruturaram de forma mais adequada a partir de 1947, com a efetiva fundação da CIA, e as avaliações apresentam distintas preocupações em relação ao líder argentino. Em determinados momentos, Perón é apontado como encabeçador da proposta de um pacto entre os países sul-americanos de herança hispânica em prol de um projeto de desenvolvimento industrial próprio que rompesse as relações com os EUA (CIA-USA. Comentários de Perón sobre Assistência Econômica, 10 de novembro de 1947). Em outros, é classificado como liderança associada ao comunismo internacional que, em troca do recebimento de financiamento soviético, teria concordado com a neutralidade argentina em relação a uma possível disputa direta entre EUA e URSS (CIA-USA, Observações sobre as relações URSS-Argentina pelo embaixador soviético Sergueev, 19 de setembro de 1947).

Enfatiza-se, contudo, a existência de uma constante nos diferentes posicionamentos assumidos pelos agentes de inteligência em suas avaliações acerca do alinhamento de Perón: o reconhecimento da Argentina como território estratégico no Cone Sul para a manutenção e reprodução de relações de poder, entretanto se mostrava um país tendencialmente problemático no que tange ao atendimento dos interesses políticos e econômicos dos EUA. De forma antagonica, o Brasil costuma ser representado nos relatórios da CIA como histórico e fiel aliado dos EUA em território latino-americano, que, apesar disto, apresenta ocasionais momentos de desalinhamento decorrentes de propostas nacionalistas (CIA-USA. A rivalidade intensificada entre Brasil e Argentina, 04 de setembro de 1973).

Dentro desta perspectiva, indica-se que os relatórios da CIA acerca de Getúlio Vargas apresentam uma preocupação com a identificação do potencial de articulação entre o líder político brasileiro e as demais lideranças (políticas, civis e militares no país). O primeiro documento identificado, até momento, data de 13 de outubro de 1947 e, sob o título “Atividade comunista no interior das Forças Armadas brasileiras”, problematiza a existência de uma articulação de lideranças comunistas militares e civis em prol de uma campanha “Comunista-Queremista” de preparação das massas para oferecer suporte a um golpe de Estado que restituísse o poder de Getúlio Vargas. Conforme apresenta Queler (2016), os comunistas de fato chegaram a apoiar o movimento queremista, que, articulado por trabalhadores em 1945, questionava a deposição de Vargas. Assim, este fato contribuiu para que os jornais da época rotulassem o movimento como “campanha Queremista-Comunista”.

É dentro desta perspectiva que são tecidas especulações sobre as possibilidades de uma grande aliança estabelecida entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para o lançamento da campanha presidencial de Getúlio Vargas em 1950, temática que perpassa quatro (4) relatórios produzidos entre 1948 e 1950. As primeiras destas investigações chegam, inclusive, a considerar a existência de planos para o lançamento de uma campanha unificada com o Partido Libertador-PL (CIA-USA. Posição de Getúlio Vargas: PCB, PTB e PL, 23 de dezembro de 1948) e, até mesmo, com a União Democrática Nacional-UDN (CIA-USA. Alianças políticas de Getúlio Vargas, 01 de novembro de 1948).

Em contrapartida, as avaliações realizadas sobre as alianças de Vargas durante os anos de 1949 e 1950 já se posicionaram, inicialmente, na apresentação do caráter “astuto” de suas estratégias políticas, que implicaram na desvinculação de sua imagem com a de outros políticos brasileiros (CIA-USA. Potenciais candidatos nas eleições presidenciais de 1950, 15 de fevereiro de 1949) e, posteriormente, na explicitação da imagem de Getúlio Vargas difundida entre os comunistas brasileiros como “traidor da classe trabalhadora” (CIA-USA. Atividades políticas do Partido Comunista do Brasil, 22 de maio de 1950).

Na Argentina, também durante o ano de 1949, os analistas da CIA começaram a tomar um posicionamento mais receoso em relação a Juan Perón, apresentando o político argentino como uma pessoa “não confiável” e “desonesta” cujas orientações políticas tinham o objetivo de combater a influência estadunidense na América Latina (CIA-USA, Comentários sobre as políticas de Perón por Congressista argentino, 03 de fevereiro de 1949). É dentro desta problemática configuração das duas potências sul-americanas que o relatório de avaliação



panorâmica da América Latina, elaborado em junho de 1950, traçava sugestões da incompatibilidade, tanto de Juan Perón quanto de Getúlio Vargas, com a manutenção dos interesses estadunidenses no território.

No que diz respeito à Argentina, o relatório informava que as medidas implementadas por Perón, no sentido de fortalecer seu modelo corporativista de Estado, contribuíam com a consolidação de um regime cada vez “menos democrático, para o sentido estadunidense do termo”. Já no caso brasileiro, problematizando a deterioração das relações com os EUA, o relator reforçava que “a situação política permanece confusa e tensa e continuará a ser assim até que a maioria dos partidos de centro concordem sobre um definitivo plano de ação contra a candidatura do ex-ditador brasileiro Getúlio Vargas” (CIA-USA. Contribuições semanais 26-50 Divisão América Latina, 27 de junho de 1950, p. 03-04 - nossa tradução).

Assim, em diferentes graus, a tônica da perspectiva intervencionista começava a tomar forma entre os agentes da CIA, incumbidos de traçar sugestões para tomadas de decisões estratégicas do governo estadunidense. No caso de Juan Perón, os procedimentos para identificação de potenciais organizações argentinas capazes de destituir o então presidente em exercício já se iniciaram em maio de 1949, em relatório denominado “Situação política e econômica argentina”, no qual a CIA problematiza as tendências antiestadunidenses que estariam tomando forma nos discursos peronistas e informa sobre o caráter desorganizado da oposição política argentina que impossibilitaria uma efetiva deposição de Perón naquele momento.

De modo similar, Vargas passa a ser retratado pelos documentos da CIA como uma pessoa de índole questionável, particularmente com a aproximação das eleições presidenciais de outubro de 1950, cujas pesquisas apontavam para sua vitória. Assim, em relatório elaborado no dia da eleição, informava-se que, em sua campanha, Vargas “deixou claro que ele ainda é essencialmente um demagogo e oportunista” e que “em assuntos internacionais, ele tem adotado uma ‘posição de centro’, aparentemente similar à terceira via de Perón” (CIA-USA. Contribuições semanais 40-50 Divisão América Latina, 03 de outubro de 1950, p. 08 - nossa tradução). O relatório não deixa, ainda, de sugerir que, apesar de ser improvável que Vargas conduziria uma política abertamente hostil aos EUA, seu concorrente Cristiano Machado (PSD) estaria mais disposto a manter a tradição de amizade e favorecimento aos interesses estadunidenses.

Contudo, as formas como estas estratégias intervencionistas eram sugeridas à Washington e, em determinadas circunstâncias, postas em prática nas realidades latino-americanas, divergiam de acordo com a realidade em questão. Assim,

torna-se pertinente explicitar as diferenças que permearam este braço de atuação da CIA nos casos do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e do segundo mandato de Juan Perón (1951-1955).

Intervencionismos: “o assassinato é sempre uma opção”

A frase entre aspas, mobilizada para o título deste tópico, foi retirada dos documentos disponibilizados pela CIA, em seu próprio site institucional, e se refere às avaliações realizadas pelos agentes de inteligência estadunidenses acerca das formas possíveis de destituição do poder de Juan Perón na Argentina durante o início da década de 1950 cujo parecer julga pertinente considerar que “o assassinato de Perón é sempre uma possibilidade e existem inúmeros relatos de tramas revolucionárias com este objetivo” (CIA-USA. Possíveis desenvolvimentos na Argentina, 13 de junho de 1952, p. 08 - nossa tradução). É claro que os agentes da CIA não foram responsáveis pelo assassinato de Juan Perón, que faleceu de parada cardíaca durante seu terceiro mandato como presidente democraticamente eleito da Argentina (1973-1974), mas isto não significa que a agência de inteligência estadunidense não tenha cogitado medidas “mais extremas” para a manutenção dos interesses dos EUA no Cone Sul.

62 |

O reconhecimento das articulações da CIA em prol da destituição e prevenção do retorno de Juan Perón na Argentina foi registrado em documento datado de 1º de outubro de 1972, sob o título “Esperança Argentina”. O documento retrata a Argentina como “o primeiro e mais espetacular prêmio da Agência Central de Inteligência” que, em setembro de 1955, por meio de “uma coligação militar com patrocínio-CIA depôs o Presidente Juan Domingo Perón” (CIA-USA. Esperança Argentina, 1º outubro de 1972, p. 1 – nossa tradução). O relatório, que segue problematizando a possibilidade de retorno de Perón à Argentina, indica ainda que, na época da deposição, foram tecidas estratégias frustradas para tentar capturar o líder político durante sua fuga para o exílio. Nas palavras do agente de inteligência da CIA:

O crime de Perón, a quem os “responsáveis” meios de comunicação desse país continuaram referindo-se como “ditador”, apesar do esmagador apoio de seus compatriotas repetidamente



apresentavam nas sondagens, foi que ele se recusou à juntar-se na cruzada contra o Nacional Socialismo Alemão e disse para o Presidente Franklin Roosevelt cuidar de seus próprios negócios, quando F.D.R buscou ditar suas políticas para a Argentina. Por 18 anos os vários regimes com patrocínio-CIA, incluindo juntas militares e presidentes eleitos, enquanto Perón estava impedido, tentaram muito fazer o povo esquecer o coronel fanfarrão que tinha se tornado um reformista social, mas tudo em vão (*CIA-USA, Esperança Argentina*, 1º outubro de 1972, p. 1 – nossa tradução).

O reconhecimento explícito da atuação direta da CIA no golpe de Estado que depôs Juan Perón do poder argentino no ano de 1955, somado ao extenso número de documentos desclassificados sobre o líder político evidenciam a pertinência e relevância da realização de novas pesquisas que investiguem a problemática a partir destas fontes – uma proposta que, apesar de necessária, extrapola os limites cabíveis ao presente texto.¹³ No âmbito da discussão proposta, me restrinjo aqui a indicar que, no caso do golpe contra Juan Perón, os agentes da CIA não só reconhecem sua intervenção, como também enaltecem o papel desempenhado pela agência.

Em contrapartida, no que tange ao caso de Vargas, é possível identificar a existência de uma preocupação dos relatores da CIA em reforçar a desvinculação de possíveis ações estadunidenses no movimento de pressão política e econômica que culminaram no suicídio do líder trabalhista em agosto de 1954. Os informes acerca do suicídio de Vargas e as posteriores avaliações do cenário político brasileiro que fazem menção ao falecido presidente são enfáticas em vincular a resignação de Getúlio Vargas ao movimento de pressão exercido pela conjunção entre representantes das Forças Armadas brasileiras e políticos conservadores.

No que tange a essas forças de pressão, um dos relatórios da CIA que aborda a problemática informa, retomando o suposto atentado contra Carlos Lacerda, que teve como vítima o major da aeronáutica Rubens Vaz,¹⁴ que “o Exército e a Marinha consentiram com as demandas da Aeronáutica para forçar

13 Apesar do reconhecimento da limitação aqui presente, indica-se que está em curso uma pesquisa mais aprofundada acerca das dimensões específicas que o peronismo e Juan Perón assumiram nas investigações da CIA sobre a América Latina durante os anos de 1946 (primeiros documentos produzidos pela inteligência estadunidense sobre o tema) e 1976 (ano de deposição de Isabelita Perón, esposa e vice-presidente de Juan Perón em seu terceiro mandato).

14 Um dos principais líderes conservadores da época e tradicional opositor de Getúlio Vargas, Carlos Lacerda mobilizou o acontecimento de forma pública, culpabilizando diretamente Vargas pelo ocorrido. Uma exposição mais detalhada do atentado e da reação midiática que o sucedeu pode ser observada no trabalho de Fidelis (2017).

a resignação de Vargas” e complementa que “esta intervenção política pelo Exército, como a força militar dominante, manteve as tradições brasileiras” (CIA-USA. Desenvolvimentos prováveis no Brasil, 15 de março de 1955, p. 06 - nossa tradução).

Interessante se faz notar que, tanto no caso do peronismo argentino quanto do varguismo brasileiro, as Forças Armadas são consideradas, pelos agentes da CIA, como setor preferencial de favorecimento a possíveis ações golpistas para viabilizar o retorno do alinhamento com os interesses dos EUA na região. Esta tendência, contudo, apresentava, ao mesmo tempo, distinções inerentes aos dois países. Para a Argentina, país que “sempre representou um problema para os EUA”, as estratégias são tecidas de forma cuidadosa, buscando a identificação de lideranças militares que possam tanto receber potencial apoio popular interno quanto a posterior confiança estadunidense. Já nos documentos sobre o Brasil, existe uma aparente confiança de que as Forças Armadas, por conta própria, protagonizariam a articulação de um movimento golpista, caso a situação política e econômica do país divergisse em demasia das tradicionais relações do país com os EUA. Mas este, claro, é um tema para discussão em uma futura pesquisa.

64 |

Por fim, a título de complementação, é interessante problematizar um último elemento acerca da representação da figura política de Getúlio Vargas apreendido a partir das análises realizadas sobre as fontes documentais desclassificadas da CIA, que reside na evocação de seu fantasma como estratégia para alertar o governo dos EUA sobre os potenciais perigos advindos do fortalecimento político de João Goulart durante os anos de 1955 a 1964. Primeiramente, vice-presidente de Juscelino Kubitschek (1955-1961) e Jânio Quadros (1961) e, posteriormente, presidente do Brasil (1961-1964), João Goulart é comumente apresentado pelos agentes da CIA como “herdeiro” ou “pupilo” de Vargas, que, inclusive, em seus discursos tendia a enfatizar “sua associação com Getúlio Vargas – uma vez ditador do Brasil e autoestilizado ‘pai dos pobres’” (CIA-USA. Resumo Semanal de Inteligência Contemporânea, 28 de setembro de 1961, p. 35 - nossa tradução).

Assim, torna-se perceptível que, apesar do aparente baixo nível de preocupação com o protagonismo político de Vargas (quando comparado com a exacerbada preocupação em relação a Juan Perón), os agentes da CIA não deixam de mobilizar sua imagem como ferramenta de difusão do medo em relação a um dos políticos brasileiros que, conforme será retratado em trabalhos futuros, consolidou-se nas investigações da agência estadunidense como uma das maiores potenciais ameaças ao favorecimento de uma suposta



infiltração comunista em território brasileiro durante os anos de 1953, época em que atuou como Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, e 1964, quando efetivou-se o golpe militar que o destituiu do poder presidencial.

Evidencia-se, desta forma, a riqueza de conteúdo das fontes, por mais limitadas que sejam (em decorrência do processo de desclassificação ao qual são submetidas antes de sua divulgação), no que tange ao processo de apreensão das estratégias de intervenção do governo dos EUA no território latino-americano. Estas ações de investigação, espionagem, análise e proposição de intervenções (diretas ou indiretas) são apreendidas, por esta pesquisa em desenvolvimento, como elementos que marcam a gênese daquilo que convencionou-se classificar como guerras híbridas (PRASHAD, 2020). Ademais, o estudo de longo prazo, destas e de outras fontes provenientes de organismos estatais similares (como é o caso do SNI),¹⁵ é apreendido como caminho necessário à efetiva teorização das formas e diretrizes de atuação dos serviços de inteligência contemporâneos – pretensão de longo prazo, já proposta, de forma germinal, em trabalho anterior (NEVES JR, 2023).

Considerações finais

| 65

As fontes aqui mobilizadas servem para ilustrar a riqueza do material documental que está sendo disponibilizado para acesso público no endereço eletrônico da própria CIA dos EUA. Os relatórios, intencionalmente selecionados para análise, permitiram problematizar e identificar a forma como a CIA, por intermédio de seus agentes (diretos e indiretos), traçou diferentes sugestões de intervenções estratégicas no Brasil e na Argentina em decorrência do não-alinhamento de Juan Domingo Perón e de Getúlio Vargas com os interesses políticos e econômicos dos EUA para a América Latina, de forma geral, e para o Cone Sul, de modo mais específico.

O caso de Juan Perón demonstrou-se mais emblemático nas investigações registradas, e desclassificadas, pela CIA. O político argentino era apreendido pelos agentes de inteligência estadunidense como liderança que contribuía para a exacerbação da, já complicada, tendência argentina ao não-alinhamento com interesses dos EUA. Determinado fenômeno culminou no oferecimento de suporte da CIA aos setores golpistas que depuseram Perón em 1955, reforçando

15 Congênera brasileiro da CIA, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi o órgão de inteligência oficial da ditadura militar brasileira, erigido por intermédio de um acordo de cooperação estabelecido entre Brasil e Estados Unidos, poucos meses após a deflagração do Golpe de 1964. Uma análise mais pormenorizada da lógica de atuação dos agentes do SNI foi apresentada em trabalho anterior (NEVES JR, 2021).



o reconhecimento dos agentes da CIA tanto no financiamento do golpe (e posteriores governos que assumiram a presidência no país) quanto em relação às estratégias de capturar Perón em sua fuga para o exílio (CIA-USA. Esperança Argentina, 1º outubro de 1972), não deixando, inclusive, de enfatizar a presença de considerações sobre as possibilidades do assassinato de Perón como forma de destituir seu poder (CIA-USA. Possíveis desenvolvimentos na Argentina, 13 de junho de 1952).

Getúlio Vargas, por sua vez, é contemplado em um número consideravelmente reduzido de documentos desclassificados (quando comparado com Perón). As preocupações da CIA em relação ao político brasileiro estavam voltadas para sua capacidade de articulação de distintos setores sociais e, particularmente, à sua tendência ao nacionalismo exacerbado – que não condizia com a tradicional relação de amizade e atendimento aos interesses estadunidenses que caracterizaria as gestões do Poder Executivo Federal brasileiro. Identificou-se, no caso de Vargas, tanto uma preocupação dos agentes da CIA em desvincular-se do movimento de pressão política que culminou em sua resignação e seu suicídio, quanto a presença de uma aparente lógica de confiança nas Forças Armadas brasileiras para a articulação de ações intervencionistas internas que garantissem a reprodução das relações tradicionais estabelecidas entre Brasil e EUA (CIA-USA. Desenvolvimentos prováveis no Brasil, 15 de março de 1955).

66 |

É importante frisar que os resultados aqui apresentados sintetizam pesquisas de maior envergadura que continuam em andamento. Deste modo, além de reconhecer os limites cabíveis à sua proposta e reforçar a sua pretensão em dar continuidade às pesquisas que foram mencionadas no decorrer das análises apresentadas,¹⁶ o texto espera, também, consolidar-se enquanto incentivo ao desenvolvimento de novas e futuras pesquisas acerca da temática e do acervo aqui abordado.

Referências bibliográficas

BARRY, Carolina P. Eva Perón y la organización política de las mujeres. Buenos Aires: Universidad del CEMA, 2011.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Organizaciones y prácticas anticomunistas en Argentina y Brasil (1945-1966). *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 34-52, 2016.

16 Dentre os quais, destacam-se os aprofundamentos das investigações dos arquivos da CIA sobre: a caracterização de Perón e do peronismo; as propostas e as ações assumidas pela CIA de intervenção em território argentino durante as décadas de 1950 a 1980; percepção das Forças Armadas como elemento estratégico de alinhamento forçado dos países latino-americanos aos interesses estadunidenses; e a percepção acerca das potencialidades subversivas de João Goulart.



- BOZZA, Juan Alberto. Los reportes de Langley. La Agencia Central de Inteligencia (CIA) frente a los desafíos del maoísmo y del castrismo en tiempos de la Tricontinental. e-I@tina Revista eletrônica de estudios latinoamericanos, Buenos Aires, v. 18, n. 69, p. 14-36, 2019.
- CHOMSKY, Noam. O que o tio Sam realmente quer. Brasília: Editora UNB, 1999.
- FIDELIS, Thiago. Ato Final: os últimos momentos do governo Vargas (1954) pelos jornais O Estado de São Paulo e Última Hora. Cordis, SP, n. 18, p. 202-242, 2017.
- GOMES, Angela de C. A invenção do Trabalho. 3. ed. RJ: Editora FGV, 2005.
- JEFFREYS-JONES, Rhodri. The CIA and American Democracy. Third Edition. New Haven: Yale University Press, 2003.
- KAYSEL, André. Entre a nação e a revolução: marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Peru e no Brasil (1928-1964). Tese (Doutorado) em Ciência Política apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2014.
- MILIBAND, Ralph; LIEBMAN, Marcel. Reflections on anti-communism. In: MILIBAND, Ralph; SAVILLE, John; LIEBMAN, Marcel. The socialist Register 1984: the uses of anti-communism. London: The Merlin Press, 1984.
- NAPAL, María Celeste. “El pueblo com Isabel”: verticalismo, peronismo de derecha y la prensa política durante el gobierno de María Estela Martínez de Perón. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais e Humanidades apresentada à Universidad Nacional de Quilmes, Bernal (Argentina). 2021.
- NEVES JR, José W. A. A Ideologia de Segurança Nacional no Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985). Tese (Doutorado) em Ciências Sociais apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília. 2021.
- NEVES JR, José W. A. Alianças anticomunistas e disputas entre Brasil e Argentina durante as décadas de 1970 e 1980: análises dos documentos desclassificados da CIA. In: Anales del IX Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), Santiago (CL), 2022. Disponível em: <https://alacip.org/cong22/52-neves-22.pdf> (acesso em 11 de maio de 2023 às 16h36m).
- NEVES JR, José W. A. Órgãos de inteligência e o desenvolvimento dependente: relações entre SNI e CIA (1964-1991). Revista Estudos do Sul Global, SP, v. 3, p. 109-128, 2023.
- PRASHAD, Vijay. The Darker Nations: A People's History of the Third World. London (UK): The New Press, 2007.
- PRASHAD, Vijay. Balas de Washington: Uma História da CIA, Golpes e Assassinatos. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- QUELER, Jefferson J. Os sentidos do quererismo: disputas políticas em torno do conceito de redemocratização de 1945. História, São Paulo, v. 35 e.104, p. 01-21, 2016.
- SCHERECKER, Ellen. The Age of McCarthyism: a brief History with documents. New York: Bedford Books, 2001.
- TILLY, Charles. Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992. SP: Edusp, 1996.
- TORRE, Juan C. La vieja guardia sindical y Perón: sobre los orígenes del peronismo. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.



Fontes documentais

Central Intelligence Agency (USA). Untitled. April 13, 1946. 04 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp78-01617a005800020066-1> (acesso 12 de agosto de 2022 às 09h25m).

Central Intelligence Agency (USA). Observations on USSR-Argentine relations by soviet ambassador Sergueev. September 19, 1947. 02 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp82-00457r000900380005-0> (acesso em 04 de agosto de 2022 às 17h53m).

Central Intelligence Agency (USA). Communist activity within Brazilian Armed Forces. October 13, 1947. 01 page. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp82-00457r001000110002-0> (acesso em 28 de janeiro de 2023 às 13h47m).

Central Intelligence Agency (USA). Comments of Peron on Economic Assistance. November 10, 1947. 01 page. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp82-00457r001000830001-2> (acesso em 05 de agosto de 2022 às 09h02m).

Central Intelligence Agency (USA). Political Alliances of Getulio Vargas. November 1, 1948. 01 page. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp82-00457r002000230009-9> (acesso em 28 de janeiro de 2023 às 10h53m).

Central Intelligence Agency (USA). Position of Getulio Vargas; PCB, PTB and PL. December 23, 1948. 02 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp82-00457r002100780008-9> (acesso em 28 de janeiro de 2023 às 08h21m).

Central Intelligence Agency (USA). Comments on policies of Peron Government by Argentine Congressman. February 3, 1949. 02 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp82-00457r002300070003-0> (acesso em 04 de agosto de 2022 às 10h10m).

Central Intelligence Agency (USA). Potential candidates in the 1950 presidential elections. February 15, 1949. 02 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp82-00457r002300610011-1> (acesso em 28 de janeiro de 2023 às 14h25m).

Central Intelligence Agency (USA). Argentine Economic and Political Situation. May 24, 1949. 03 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp82-00457r002800140007-3> (acesso em 03 de agosto de 2022 às 15h30m).

Central Intelligence Agency (USA). Political activity of the Communist Party of Brazil. May 22, 1950. 02 pages. Historical Review Program. Disponível em:



REGISTROS DOS **AUTORITARISMOS**

Pesquisas sobre arquivos inéditos das ditaduras no Brasil e na América Latina.

<https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp82-00457r004900100003-8> (acesso em 28 de janeiro de 2023 às 16h12m).

Central Intelligence Agency (USA). Weekly Contributions 26-50 Latin America Division. June 27, 1950. 06 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79-01090a000200050026-7> (acesso em 12 de agosto de 2022 às 10h23m).

Central Intelligence Agency (USA). Weekly Contributions 40-50 Latin America Division. October 3, 1950. 10 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79-01090a000200060001-3> (acesso em 03 de dezembro de 2022 às 10h23m).

Central Intelligence Agency (USA). Probable Development in Argentina. June 13, 1952. 12 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79r01012a002300010001-6> (acesso em 03 de agosto de 2022 às 10h22m).

Central Intelligence Agency (USA). Probable developments in Brazil. March 15, 1955. 15 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79r01012a006200020007-6> (acesso em 11 de dezembro de 2022 às 10h11m).

Central Intelligence Agency (USA). Currently Intelligence Weekly Summary. September 28, 1961. 49 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79-00927a003300110001-5> (acesso em 12 de junho de 2023 às 19h23m).

Central Intelligence Agency (USA). Argentine hope. October 1, 1972. 05 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp80-01601r000400110001-8> (acesso em 05 de agosto de 2022 às 11h20m).

Central Intelligence Agency (USA). The Intensified Rivalry Between Brazil and Argentina. September 04, 1973. 12 pages. Historical Review Program. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp85t00875r002000120044-5> (acessado em 02 de junho de 2021 às 16h09min).



“Subversão” nas Forças Armadas: perseguição militar, ditadura, e o arquivo

Marília Corrêa¹

Introdução

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), instaurada para investigar as violações de direitos humanos da ditadura militar, identificou que, entre os anos de 1964 e 1985, o alto escalão das Forças Armadas expulsou mais de 6.500 militares da instituição por crimes de subversão política (Vol. II, 2014, p. 13). Tais expulsões sinalizam uma complexa relação entre as Forças Armadas e o regime militar no contexto da Guerra Fria. Apesar de os porta-vozes da ditadura tentarem afirmar que membros das Forças Armadas estavam unidos em suporte ao golpe de 1964 e do regime autoritário que foi instaurado a partir disso, os casos de militares expulsos revelam que os líderes do golpe tentaram criar uma homogeneidade na instituição que não existia em 1964. A maior parte dos oficiais se uniu contra o presidente João Goulart e a favor do golpe, contudo alguns oficiais e muitos soldados ofereceram um ponto importante de resistência dentro das Forças Armadas.

Os arquivos oficiais da ditadura confirmam essa tese. Os nomes de centenas de oficiais e soldados perseguidos podem ser encontrados no Arquivo Nacional (AN), nos fundos do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), no Centro de Informações do Exterior (Ciex), além dos arquivos estaduais, que são repletos de relatórios sobre a prisão e de inquéritos de militares que foram presos e questionados pelas

| 71

¹ Professora Assistente de História na Baylor University: Waco, Texas, US



forças policiais da ditadura, como os Departamentos de Ordem Política e Social (Deops) dos estados.

Diversos arquivos governamentais foram consultados com a finalidade de investigar os casos de militares que se opuseram à ditadura ou que foram expulsos das Forças Armadas por serem vistos como comunistas ou subversivos, como o Arquivo Público de São Paulo (Apesp), o Arquivo Público do Rio de Janeiro (Aperj), Arquivo Público do Rio Grande do Sul (Apers), o Arquivo Público do Paraná (APP), e o AN. Hoje em dia, parte dessa documentação se encontra alojada no Banco de Dados Memórias Reveladas. A Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional também digitalizou mais de 8000 periódicos, dentre os quais estão jornais e revistas da época da ditadura. Estes arquivos mostram como o governo militar vigiou e perseguiu milhares de militares. A perspectiva do Estado nos ajuda a entender a profundidade da operação do regime militar em aniquilar a oposição dentro das Forças Armadas, e fora, uma vez que esses homens eram expulsos da instituição. O arquivo, portanto, demonstra que os líderes do golpe tiveram que manufaturar aderência ao golpe dentro das Forças Armadas, expulsando da caserna milhares de militares que não se encaixavam no projeto de poder que tentaram instaurar a partir do dia 1º de abril de 1964.

72 |

Apesar de o arquivo ser extenso, os documentos oferecem um olhar limitado a respeito da experiência desses grupos durante o período. Além de silenciar muitos nomes, especialmente de militares de baixa patente, muitas vezes arquivos tradicionais não enfatizam o status militar de indivíduos e movimentos importantes de oposição à ditadura de dentro das Forças Armadas. Além disso, os arquivos oficiais oferecem a perspectiva dos que controlavam a máquina estatal. Em algumas ocasiões, é possível encontrar cartas interceptadas pelo Estado com a perspectiva do perseguido político, como é o caso de cartas de Carlos Lamarca, capitão do exército e líder do movimento Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), encontradas no Apesp. No entanto, na maior parte das vezes, a perspectiva de militares perseguidos aparece intermediada pelos agentes da ditadura, como no caso de relatórios de interrogatórios, em que a pessoa narrando o inquérito escreve o que achou importante e omite detalhes sobre como o interrogatório ocorreu. Alguns autores, como Lucas Figueiredo e Vicente Arruda Câmara Rodrigues, escreveram sobre os arquivos da ditadura, expandindo a nossa compreensão sobre como os arquivos oficiais foram usados para esconder ou evidenciar operações e narrativas a respeito do período. Figueiredo (2015, p. 73) mostra que os sofisticados centros de inteligência do regime foram centrais para a manutenção do regime. Ele argumenta que,



após a redemocratização, o público não teve acesso à documentação completa produzida nesses centros porque ou as Forças Armadas continuaram escondendo documentos, ou os destruíram. Rodrigues (2017, p. 101) discute as disputas de narrativas sobre a memória da ditadura e a importância do arquivo neste sentido, argumentando que as pressões de grupos por manter os arquivos fechados ou abertos facilitam sua “(in)visibilização”.

A literatura a respeito dos militares que foram expulsos das Forças Armadas após serem acusados de subversão também é limitada. Desde a redemocratização do Brasil nos anos 1980, estudiosos se concentraram em investigar as condições que levaram à instauração do regime militar, por um lado, e as violações de direitos humanos por parte do Estado, de outro lado, analisando especialmente os casos de estudantes, sindicalistas e políticos. Somente nos últimos anos, pesquisadores se dedicaram a examinar os conflitos internos às Forças Armadas durante a segunda metade do século XX. Maud Chirio (2012) propõe um enfoque nos conflitos internos de oficiais que compunham o governo militar, identifica uma segunda geração de oficiais da linha-dura e mostra como esse grupo assegurou uma posição de poderio no âmago do estado policial. Renato Lemos (2004, p. 86) questiona o binário oficiais “moderados” versus oficiais “linha-dura”, que afirmava que as Forças Armadas estavam divididas exclusivamente entre esses campos. Com o foco na atuação do general Peri Constant Bevilaqua junto ao Superior Tribunal Militar (STM), Lemos mostra que os oficiais que aderiram ao golpe não apoiavam as violações de direitos humanos do regime incondicionalmente. Cláudio Beserra de Vasconcelos (2018, p. 31) estuda como os líderes do golpe identificaram os militares que deveriam ser expulsos, sugerindo que a perseguição dentro da instituição teve um caráter político-ideológico, marcado por um cenário nacional de crise política, ascensão do anticomunismo, e aumento da insubordinação militar, ou aumento de associações políticas de sargentos e soldados. Anderson da Silva Almeida (2012; 2017) examina os casos de expulsão na Marinha e resistência dos marinheiros; e Nina Schneider (2013, p. 326) examina o porquê de os militares perseguidos não terem sido estudados extensivamente. Na visão da autora, estudiosos evitaram esses casos, pois eles complicam o binário “criminoso” e “vítima”, sugerindo uma visão mais heterogênea das Forças Armadas.²

Os arquivos oficiais do Estado podem se mostrar limitantes aos pesquisadores que procuram uma interpretação histórica multifacetada. Porque a documentação

2 Além desses, destaco também os trabalhos de Élio Gáspari (2002), que levantou que 25% de oficiais que serviam às Forças Armadas em 1964 foram expulsos imediatamente após o golpe; de Flávia Machado Burlamaqui (2010), que publicou um artigo sobre a luta de militares pela anistia junto a partidos políticos; e de Esther Itaborahy Costa (2014), que focou na experiência de soldados de baixa patente da aeronáutica e a luta pela anistia.

dos arquivos oficiais passa necessariamente pelo crivo dos agentes do Estado, é preciso procurar arquivos alternativos para compreender as múltiplas experiências de militares que foram perseguidos pela ditadura. A metodologia de história oral se mostra importante para esse fim. Além da importância da coleta de novas entrevistas com militares expulsos das Forças Armadas, o acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) no Rio de Janeiro contém algumas entrevistas importantes. Duas entrevistas coletadas por pesquisadores do CPDOC são valiosas a fim de compreender a oposição ao golpe de 1964 de dentro do Exército, as de Paulo Pinto Guedes e Francisco Teixeira. A produção literária dos próprios militares expulsos também se faz importante no entendimento das perspectivas dos perseguidos, com destaque às autobiografias de Avelino Capitani (2005), José Wilson da Silva (2011), Almoré Zoch Cavalheiro (2011) e Ivan Cavalcanti Proença (2013). Examinar a história da ditadura através da perspectiva dos militares perseguidos é uma decisão política que ajuda pesquisadores a expandirem a compreensão desse processo histórico. O estudo de como se deu o processo de fabricação de adesão ao golpe nos auxilia a compreender a dimensão do projeto de poder dos militares, que governaram o país durante a era da ditadura militar.

Arquivos oficiais

Os arquivos oficiais do governo possuem uma vasta documentação sobre as atividades de militares suspeitos de subversão durante a era da ditadura militar. Os acervos dos fundos do SNI, Cisa, Ciex, e da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, encontrados fisicamente no Arquivo Nacional (AN) do Rio de Janeiro e Brasília, e de forma remota pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian), contêm documentação detalhada com listas de militares expulsos das Forças Armadas, como fichas, inteligência sobre o paradeiro deles, relatórios sobre encontros potencialmente suspeitos que esses homens realizaram, e outros informes sobre eles.

Um exemplo é o relatório da Operação Pajussara, que visava encontrar Carlos Lamarca e eliminar a guerrilha rural liderada por ele no interior da Bahia em 1971 (BR.DFANBSB.ATO.23.5, 11). O relatório descreve os eventos que levaram à morte de Lamarca e transcreve parte da conversa que os militares que o encontraram tiveram com ele. Após um tiroteio, em que Lamarca e outro companheiro identificado como Jessé teriam atirado contra vinte e seis militares, Lamarca é atingido, e o comandante do Destacamento de Operações de Informações (DOI) se aproxima dele para confirmar sua identidade. Após



uma breve troca de palavras, o comandante afirma: “você é um traidor do Exército Brasileiro.” Mas Lamarca não responde: “Não foi obtida resposta. Carlos Lamarca estava morto. Eram 15:40 horas de 17 SET 71, 6ª feira” (BR.DFANBSB.ATO.23.5, p. 73). Nesta descrição, é possível observar que, além de ser considerado inimigo do Estado por ser guerrilheiro e comunista, quando o comandante do DOI se dirige à Lamarca, ele enfatiza a sua conexão às Forças Armadas. O agente da ditadura revela um importante motivo da perseguição à Lamarca: ele envergonhava o Exército por ter sido capitão e desertor.

Além da documentação sobre militares que se uniram à luta armada, os centros de inteligência da ditadura também investigavam a atuação de outros militares que foram expulsos das Forças Armadas, mas não tiveram uma atuação política significativa durante a era. Muitos documentos trazem nomes como o de Bolívar Marinho Soares de Meirelles, 2º tenente, demitido das fileiras do Exército em 1964 pelo Ato Institucional-1. Após a sua expulsão, Soares de Meirelles se tornou economista, e apesar de não haver indícios de que ele participava de movimentos políticos, foi fichado pela Aeronáutica em 1980 por manter “estreitos contatos” com Kardec Leme e Francisco Teixeira, dois militares expulsos que se opuseram à ditadura desde 1964 (AN.BSB.VAZ.27A.5, 1).

Enquanto o acervo das agências de inteligência contém documentação entre décadas de 1960 a 1980, a documentação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos foi criada nos anos 1990. Este último acervo é importante, pois contém os processos conduzidos pelas famílias de militares que foram assassinados pela ditadura ou que desapareceram durante a era após serem perseguidos pelo Estado perante a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos criada em 1995. Esses documentos nos fornecem uma perspectiva parcial dos perseguidos pelo viés dos seus familiares. Um exemplo é o processo de Ernestina Furtado Zanirato, mãe de Carlos Roberto Zanirato, soldado que desertou do Exército e se tornou militante da VPR. Carlos Roberto foi preso pelo Deops/SP no dia 23 de junho de 1969 e morto no final do mesmo mês quando estava sob custódia da polícia (BR.DFANBSB.ATO.25.4, 3). Sua mãe afirma que, na ocasião, não foi informada de sua morte e que posteriormente descobriu que seu filho havia sido enterrado “como indigente.” No processo, Ernestina lamenta a ausência de um inquérito policial para investigar a morte de seu filho, e pede ao Ministério da Justiça que o reconheça como vítima da ditadura, culpabilize o Estado pela sua morte e indenize os familiares. Este processo foi deferido em 1997 e concedeu à Ernestina Zanirato a indenização de cento e trinte e sete mil, duzentos e vinte reais.

Os arquivos públicos dos estados também carregam extensa documentação sobre militares perseguidos. Grande parte dessa documentação contém relatórios do Departamento de Ordem Política e Social (Deops) a respeito da movimentação de suspeitos e de Inquéritos Policiais Militares (IPM) que investigaram a atuação política e “subversão” de oficiais e soldados das Forças Armadas. Os arquivos sugerem que a ditadura tratava “subversivos” que haviam servido nas Forças Armadas de maneira similar como tratava civis. Não encontramos documentação que mostrasse como esses homens eram observados e investigados dentro da caserna antes de serem expulsos –apesar de entrevistas, especialmente com soldados, mostrarem que essa prática existia. A partir do momento que o militar era desligado das Forças Armadas, ele passava a ser investigado pela polícia política. Por exemplo, o prontuário número 49.911 do Deops/RJ contém informações sobre Ivan Cavalcanti Proença, capitão que foi expulso do Exército em 1964, por ser considerado um aliado do presidente deposto João Goulart. Nos anos após o golpe, Proença fez bacharelado em Letras na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). O autor do prontuário escreve que, em 1969, Proença “era tido como um dos principais líderes marxistas daquela Universidade,” e lista diversas atividades do capitão expulso até 1979 (p. 1). Prontuários como este são comuns nos arquivos do Deops. Através desse tipo de relatório, os agentes da ditadura tentavam controlar a movimentação desses indivíduos, cerceando as suas atividades. Apesar de o arquivo conter evidência deste cerceamento, somente através de uma entrevista com Proença (2015), pudemos compreender como a ditadura controlava seus movimentos. Ele conta que, em distintas ocasiões, quando conseguia emprego como professor, os agentes da ditadura pressionavam as escolas para o demitirem: “O agente dizia para mim: ‘O senhor não pode ser professor... se o senhor não for professor, o senhor vai ter uma vida tranquila. Agora, como professor nós não vamos deixar.’”

No APESP, encontramos vasta documentação sobre militares expulsos suspeitos de atividades subversivas no estado de São Paulo. De recortes de jornal a inquéritos policiais, a polícia política fiscalizava de perto as atividades desses homens. Somente na pasta 50-Z-9, por exemplo, encontramos em torno de 700 páginas de documentação sobre militares expulsos, acusados de subversão. Em outra pasta, a 30-Z-160, fotografamos mais de 1000 documentos a respeito de militares perseguidos. Apesar de a ditadura ter sido inaugurada em 1964, a documentação indicando subversão nas Forças Armadas é anterior a essa data. Por exemplo, recortes de jornal e informes sobre o general Henrique Teixeira Lott aparecem frequentemente na pasta 50-Z-9 entre os anos de 1956 e 1957. Como sugerido por vários historiadores, os oficiais que implantaram a



ditadura em 1964 já conspiravam a seu favor desde o início dos anos 1950, e Lott era uma figura central nesse contexto. Ministro da Guerra desde a morte de Getúlio Vargas, Lott começou a transferir muitos oficiais conspiracionistas do Rio de Janeiro para postos mais afastados dos centros de decisão militar, como Rio Grande do Sul, Bahia, Acre e Mato Grosso do Sul, para tentar enfraquecer os movimentos militares intervencionistas. Em entrevista ao CPDOC, João Paulo Moreira Burnier afirma que, como consequência, muitos militares ficaram ressentidos com o ministro: “Isso veio provocando pouco a pouco animosidade muito grande contra o general Lott, principalmente dentro da Marinha e Aeronáutica.” (Burnier, 29). O arquivo demonstra que os militares tomaram a decisão de investigar o general baseados nesta “animosidade” que sentiram com relação a ele. Logo, além de possuir documentação sobre militares entendidos como subversivos após o golpe de 1964, o arquivo também traz o contexto sobre a movimentação para o golpe dentro das Forças Armadas. Particularmente, o arquivo mostra como havia facções constitucionalistas que se opunham a um golpe de Estado.

Os chamados “Termo de Declarações” são alguns dos documentos mais interessantes presentes no APESP. Esses relatórios apresentam um resumo dos interrogatórios de presos políticos do Dops. Apesar de passarem pela triagem dos agentes da ditadura e não deixarem explícitos os detalhes sobre o processo de interrogatório, nos oferecem um resumo das declarações dos presos políticos no Dops, e, em alguns casos, os únicos documentos que revelam parte da experiência desses homens. Um desses termos, por exemplo, afirma que, no dia 10 de fevereiro de 1967, José Duarte dos Santos “compareceu” ao Dops e declarou que fez parte da Associação dos Marinheiros do Brasil; que após o golpe de 1964 foi indiciado em IPM; que foi exilado no México e em Cuba; que não foi bem recebido em Cuba e se mudou para a Checoslováquia; que voltou ao Brasil pelo Uruguai; que estava a caminho de Natal (RN) quando foi detido pela radiopatrulha, que o encaminhou ao Dops por ser condenado por subversão. Após descrever a sua caminhada até o momento em que foi capturado, o termo afirma que o marinheiro disse que “nesses três anos sua vida tem sido sempre agitada e sempre em incerteza e em insegurança; que sua participação no movimento dos marinheiros foi devida a falta de maturidade.” Resumos de interrogatórios também eram classificados pela polícia política como “autos de qualificação e de interrogatório.” O auto de José Mariane Ferreira Alves, de seis de agosto de 1970, aparece na pasta 30-Z-160-7902. Nele, o ex-soldado do Exército, de 22 anos à época, narra seu envolvimento com Carlos Lamarca e sua participação na VPR.

De maneira geral, a documentação produzida pelas instituições de repressão da ditadura retrata militantes da VPR e outras organizações da luta armada como terroristas. É necessário entender a perspectiva dos agentes da ditadura que escreveram essa documentação, já que desejavam dismantelar os movimentos de oposição ao regime militar. O arquivo nos mostra uma preocupação da ditadura em impedir que a oposição se alastrasse, logo, o foco da polícia política era enfatizar o caráter perigoso dos militantes e outros militares expulsos que não se uniram a movimentos de resistência, mas que eram vistos como ameaças ao governo por terem praticado algum ato considerado subversivo por seus superiores.

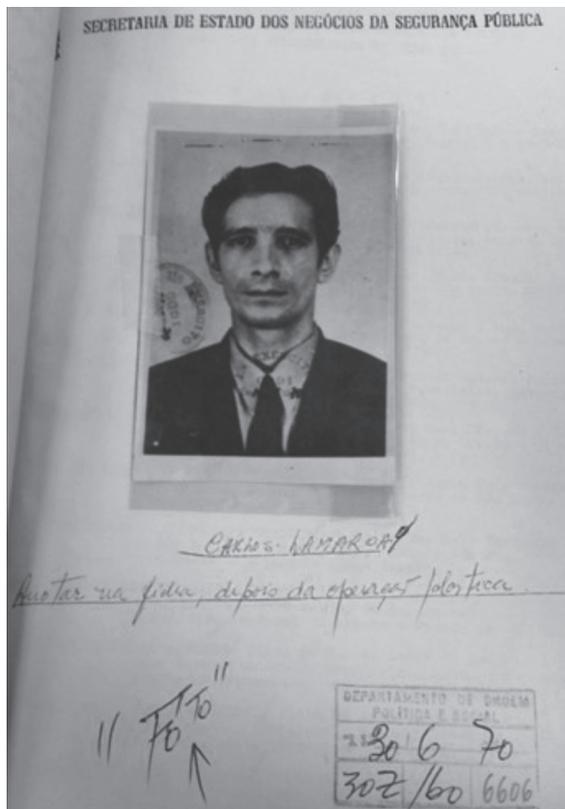
Figura 1 – Ficha de José Duarte dos Santos após sua captura no Dops/São Paulo.



Fonte: 50-Z-9-3115, 28 de março, 1967.



Figura 2 – Ficha de Carlos Lamarca com fotografia. Anotação do agente do Deops: “Anotar na ficha, depois da operação plástica.”



Fonte: 30-Z-160-6606, 30 de junho, 1970.

O Arquivo Público do Paraná (APP) contém vasta documentação sobre a campanha pela legalidade e anistia do final dos anos 1970 e anos 1980. Nestas pastas, encontramos relatórios da Secretaria de Segurança Pública do Paraná e recortes de notícias que agentes do Serviço de Informação coletaram como parte das suas investigações e assuntos relacionados à segurança pública do estado. Em uma dessas pastas, por exemplo, encontramos uma notícia publicada pelo *Jornal do Brasil* em 1978 a respeito do capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, que havia sido expulso do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento, mais conhecido como PARA-SAR, em 1968. Como o repórter conta, na ocasião, o brigadeiro Burnier havia emitido uma ordem para que Miranda

de Carvalho liderasse uma missão militar para eliminar “comunistas” no Brasil no final dos anos 1960:

Para isso, o Parasar teria que estimular a escalada da violência com atos terroristas, que incluíam a explosão do Gasômetro... vários atentados à bomba e sequestro de políticos como Carlos Lacerda, militares como o General Olímpio Mourão Filho e líderes estudantis, num total de 40 pessoas que seriam postas num avião e atiradas no mar. Esses fatos criariam um clima de agitação que seria atribuído aos comunistas, podendo-se passar a uma repressão intensa com apoio da opinião pública. O Capitão Sérgio, segundo os relatos, teria considerado o plano “pura loucura” e recusando-se a “sequer considerar a possibilidade...” (APP, PB004. PT261b.28, 162).

80 |

Como Burnier continuou insistindo no plano, o capitão expediu um relatório para o Ministério da Aeronáutica, e no dia 19 de julho, o brigadeiro Itamar Rocha abriu uma sindicância para investigar o caso. Em setembro, no entanto, Rocha foi exonerado de seu cargo, e Miranda de Carvalho foi punido pelo AI-5 e expulso das fileiras do exército. Após quase uma década em silêncio, o capitão expulso forneceu uma entrevista ao *Jornal do Brasil* em que afirmou que a expulsão veio de maneira inesperada, mas que ele ainda confiava que o regime militar faria justiça a seu caso. Como havia facções que competiam por poder dentro das Forças Armadas, após ser expulso, Miranda de Carvalho recebeu o apoio de alguns militares que ficaram no governo, como do brigadeiro Eduardo Gomes. Após anos vivendo como civil, o capitão afirmou que, apesar de ter conseguido se reerguer financeiramente, não era um homem realizado. Com mais de 820 saltos de paraquedas e cinco mil horas de voo, ele desejava ter continuado a sua carreira militar. O caso de Miranda de Carvalho nos revela algumas coisas sobre a perseguição da ditadura aos militares. Uma delas é que não foram só militares de esquerda que foram punidos durante o período. Militares que discordassem das estratégias violentas e autoritárias dos comandantes dos serviços de repressão eram excluídos das fileiras. Miranda de Carvalho era um aliado da ditadura desde 1964 e não se havia se oposto ao regime até o momento em que recebeu uma ordem para matar brasileiros. A atitude de questionar os métodos da ditadura por si só era vista como subversão. Mas, mesmo após a punição no AI-5, Miranda de Carvalho continuou defendendo a ditadura, afirmando que confiava na “justiça revolucionária.” A entrevista do



capitão expulso também nos mostra a força da identidade militar. Mesmo após dez anos fora da caserna, ganhando um salário melhor do que um oficial da ativa, Miranda de Carvalho não se sentia “um homem realizado.” Ele não deixa claro o porquê de não se sentir realizado, mas o texto deixa subentendido que tenha sido pela humilhação de ser expulso por subversão e ter o seu status de oficial do PARA-SAR extraído. Ao fazê-lo, a ditadura colocou o paraquedista no mesmo nível que membros da guerrilha armada.

Assim, é possível concluir que o acervo do arquivo federal e de arquivos estaduais da ditadura que se encontram disponíveis ao público contém material importante sobre oficiais e soldados expulsos das Forças Armadas durante o período. Esta documentação mostra os motivos por trás da perseguição de militares e os mecanismos de repressão utilizados para perseguir estes grupos. Além disso, é possível analisar criticamente os documentos produzidos pelos agentes da ditadura a fim de enxergar a perspectiva de militares perseguidos para além do que está escrito. O arquivo, no entanto, é limitado. Além de mediar as experiências de pessoas que foram atingidas pela violência do Estado, esses arquivos não trazem os nomes de muitos militares que relatam que foram perseguidos. Por isso, além da pesquisa com o arquivo escrito, são necessárias a pesquisa com arquivos não oficiais e outras metodologias de pesquisa histórica, como a história oral.

História oral

Através da coleta de entrevistas de história oral com militares que afirmam terem sido expulsos das Forças Armadas por motivação política durante a ditadura, é possível complementar a pesquisa realizada nos arquivos do Estado brasileiro. Esse material mostra como esses homens reagiram às suas expulsões e quais foram os impactos desses eventos em suas vidas a curto e longo prazo. A metodologia de história oral também permite que a pesquisadora pergunte diretamente a esses militares porque fizeram a decisão de se unirem, ou não, aos movimentos de resistência à ditadura. Enquanto os documentos do Estado mostram a perspectiva dos agentes de repressão frente à era, a história oral cria a oportunidade de ouvir direto de quem vivenciou aqueles eventos; e a historiadora se coloca como mediadora dos eventos relatados.

Foi possível entrevistar alguns militares cujos nomes se encontram nos arquivos oficiais. Alguns deles são: Ivan Cavalcanti Proença e Fernando de Santa Rosa, do Rio de Janeiro, Almoré Zoch Cavalheiro e Wilson da Silva, do Rio Grande do Sul, e Darcy Rodrigues, José Araújo Nóbrega, e Carlos Roberto



Pittoli, do estado de São Paulo. Enquanto Proença teve uma atuação maior resistindo ao golpe de 1964, Rodrigues, Nóbrega e Pittoli participaram junto à VPR, resistindo à ditadura até o início dos anos 1970. As páginas anteriores mostram como Proença relatou que a ditadura tentou conter seus movimentos através do controle de seus vínculos empregatícios. Sua entrevista também revela que o oficial expulso decidiu não se opor abertamente à ditadura depois da sua expulsão, e sobre como, apesar disso, a ditadura continuou perseguindo-o. Independentemente de participar de movimentos de resistência ou não, a ditadura considerava todos os militares expulsos como subversivos e inimigos do Estado que deveriam ser vigiados.

Os arquivos oficiais tratam de nomes como os de Lamarca e Zanirato como terroristas. Enquanto o assassinato de Lamarca é retratado pelos agentes militares como uma vitória da ditadura, a morte de Zanirato pelas mãos do Estado é escondida dos arquivos, já que os documentos não confirmam que ele morreu após ser detido pela polícia. Como demonstrado anteriormente neste capítulo, nos anos 1990, Ernestina Zanirato entrou com um processo contra o Estado brasileiro para que seu filho, Carlos Roberto, fosse reconhecido como uma das vítimas do regime militar. Ernestina acreditava que a versão do suicídio tivesse sido fabricada pela ditadura. Entrevistas conduzidas com companheiros de luta desses homens fornecem outra memória sobre essas mortes. Lamarca era considerado um líder importante, principalmente entre membros da luta armada de origem militar, de acordo com Nóbrega, e sua morte foi lamentada como uma grande perda e quase um prelúdio a respeito do que caracterizaria o desbaratamento das guerrilhas nos anos 1970.

Sobre a morte de Zanirato, que os agentes da ditadura tentaram enterrar como “indigente”, Nóbrega afirma acreditar na versão do suicídio, mas narra que o colega se sacrificou para não entregar os nomes e a localização de outros integrantes da VPR. A polícia política capturou Zanirato quando ele foi se encontrar com a namorada no cinema. Nóbrega conta que, após ser interrogado e torturado sobre a localização dos colegas de guerrilha, Zanirato confessou onde seria seu próximo encontro com companheiros da VPR: “Quando foi no dia seguinte eu fiquei sabendo que ele tinha levado a polícia naquele local ali dizendo que ia encontrar comigo ali, e ele se atirou debaixo do ônibus.” (2016). Darcy Rodrigues, que integrou a guerrilha rural e urbana da VPR, foi preso, torturado pela ditadura e exilado do Brasil, conta que Zanirato “foi a maior punição que eu já sofri na minha vida.” (2017). Tanto Nóbrega quanto Rodrigues se referem ao soldado como “um filho”. Assim, enquanto o nome de Zanirato desaparece nos arquivos após a sua captura, e a polícia tenta enterrá-lo



como “indigente”, mas, na memória de sobreviventes da luta armada da VPR, ele é um dos companheiros mais lembrados.

Apesar de os nomes de oficiais que tiveram seus nomes publicados em Ato Institucional e de militares que se participaram da luta armada serem encontrados com facilidade nos arquivos, qualquer documentação sobre soldados e cabos expulsos que não participaram da luta armada está ausente. As entrevistas com este segundo grupo sugerem que a perseguição de militares tomou formas diferentes, já que muitos militares foram perseguidos dentro da caserna e sujeitos a punições justificadas como decorrentes de infrações do âmbito militar. Ao serem acusados de subversão, esses homens eram presos temporariamente dentro das bases e casernas onde serviam, colocados em situações mais duras de trabalho e, depois de algum tempo, demitidos das Forças Armadas. Segundo os homens que passaram por isso, essas punições não foram documentadas. Quando eram, a justificativa era que eles tinham infringido regulações internas. Logo, algumas dessas histórias só podem ser coletadas através da história oral.

Norberto Batista Simões, por exemplo, que foi incorporado na Força Aérea em 1965, conta que seus problemas na instituição começaram quando foi transferido para cumprir serviço na Base Aérea do Galeão e lá encontrou um vizinho que havia sido preso por motivação política. Este vizinho pediu para que Simões avisasse um oficial conhecido sobre a sua prisão a fim de que o ajudasse. Simões diz que passou o recado e o seu vizinho foi transferido da Base Aérea, mas que, quando seus oficiais descobriram o que ele fez, interpretaram a sua ação como um ato subversivo, já que ele havia ajudado um preso político. Além disso, seu vizinho tinha o mesmo sobrenome que Norberto, “Simões,” o que fez os oficiais suspeitarem de algum grau de parentesco entre os dois, o que ele nega. A partir disso, Norberto Simões conta que foi preso e torturado como subversivo. “Se morresse”, ele conta, “pra família foi um acidente de trabalho.” (2015). Por mais de quatro anos, ele foi preso e interrogado frequentemente. Quando cumpria seus serviços de soldado, era submetido a frequentes humilhações. Simões foi então expulso da Força Aérea em 1969, mas diz que a maior parte das prisões e dos interrogatórios que enfrentou dentro da Base Aérea do Galeão não consta no seu histórico militar.

João Martins de Oliveira também conta que foi perseguido dentro da Força Aérea. Oliveira entrou para a Aeronáutica em junho de 1964 com dezessete anos, mas as perseguições começaram alguns meses depois, após ele disparar um tiro de mosquetão sem querer: “Cismaram que eu era do comitê de Brizola e Darcy Ribeiro. Peguei muita cadeia por causa disso. Sexta-feira eu pensava

que ia para casa, voltava detido, aí ficava sexta, sábado e domingo detido. A vida foi assim, moça, fiquei três anos na aeronáutica... quando me deram a expulsão, acabaram comigo.”

Depois de ser expulso à toque de caixa em 1967, Oliveira foi perseguido por oficiais e atingido com cinco tiros, dois que o atingiram no peito. Ele conta que fugiu e morou nas ruas por um tempo: “Fui morar na rua, fiquei igual a um mendigo por essas praças aí, jogado com medo da polícia.” (2015). Com vinte e um anos, Oliveira não teve coragem de retornar para a casa dos seus pais após ter sofrido o que considera uma humilhação. Conta que nem os tiros que levou doeram tanto como a expulsão à toque de caixa.

Como dito anteriormente, a história oral dá aos pesquisadores a oportunidade de perguntar às pessoas atingidas pela truculência das Forças Armadas afetou as suas vidas. No caso de muitos soldados da Força Aérea entrevistados, um dos elementos que mais parece ter gerado trauma a partir dessas experiências foi o tratamento que receberam de seus superiores e colegas de uniforme. Um dos grandes golpes que sofreram foi perceber que a tão admirada Força Aérea, instituição que, em teoria, permitiria jovens de comunidades pobres se tornarem pilotos de avião, na verdade os perseguiu e humilhou. Como coloca Robson Ferreira, a ditadura e as Forças Armadas “castraram o meu sonho, a minha vontade de ser, de servir a pátria, de melhorar de vida.” (2015). Portanto, a história oral permite a identificação da vitimização de militares para além do arquivo escrito.

A história oral também possibilita o questionamento da periodização da ditadura militar, já que pelo menos dois narradores relatam episódios de perseguição durante o período de redemocratização. Luiz Cláudio Monteiro da Silva, por exemplo, conta que foi perseguido e expulso do Vigésimo-quarto Batalhão de Infantaria Blindada em 1988, quando oficiais arrombaram seu armário e, ao encontrarem livros de Darcy Ribeiro, o prenderam por subversão política. Segundo Da Silva, para os seus oficiais, o regulamento disciplinar do exército era a Constituição. Luiz Carlos Moreira, tenente expulso da Marinha por subversão, também conta que descobriu que estava sendo observado e investigado pelas Forças Armadas já na década de 1990 (2023). Francisco Teixeira relatou aos pesquisadores do CPDOC que, após a redemocratização, os oficiais temiam o retorno de militares que não tinham visões políticas e ideológicas alinhadas com o anticomunismo da era da ditadura (1992). Assim, para ele, as Forças Armadas continuaram prevenindo o ingresso de oficiais com visões diferentes na instituição, e vigiando os militares que haviam sido expulsos durante a ditadura. Através desses casos, é possível perceber que,



mesmo após o fim do governo militar em 1985, os integrantes das Forças Armadas continuaram usando motivação política para julgar e punir membros e ex-membros.

É importante frisar que, no entanto, para a pesquisa presente, houve uma janela de oportunidade quanto à coleta de entrevistas com militares expulsos. A Comissão Nacional da Verdade, instaurada entre 2012 e 2014, criou um momentum para a discussão das violações de direitos humanos durante a ditadura, e em 2015, muitos militares expulsos estavam predispostos a narrar seus casos. Nessa época, Silvio Tendler também lançou o documentário *Militares da Democracia: Os Militares que Disseram Não* (2014), que aborda casos de militares democratas que não aderiram ao golpe de 1964. Além disso, o projeto Clínicas do Testemunho, criado como parte de uma nova etapa dos esforços da Comissão da Anistia para prover reparações de ordem psicológica aos brasileiros atingidos pela ditadura, facilitou a coleta dessas entrevistas. Soldados e cabos expulsos começaram a relatar as suas experiências coletivamente a partir do projeto Clínicas do Testemunho. Apesar de alguns militares expulsos terem recebido anistia e reparação financeira, muitos soldados continuavam com seus processos abertos junto à Comissão de Anistia. Assim, quando militares expulsos foram convidados a participar das audiências da CNV e do Clínicas do Testemunho, aproveitaram dessa oportunidade para contar suas histórias, que ainda não haviam ganhado muita atenção da opinião pública.

Figura 3 – Encontro do projeto Clínicas do Testemunho com militares expulsos no dia 24 de junho de 2015.



Fonte: Fotografia da autora.

O momentum criado pela CNV, no entanto, começou a se encerrar em 2016. Mudanças na política brasileira, a partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, alteraram a disposição de militares em compartilhar suas experiências. Tentamos entrevistar membros de um grupo de militares expulsos em Recife após o impeachment de Rousseff, em setembro de 2016, através da indicação da indicação de um cabo expulso do Rio de Janeiro. Após tentar convencer seus colegas a fornecerem entrevistas, José Bezerra da Silva afirmou que os homens se negaram, pois estavam com medo de sofrer retaliação política. Eles suspeitavam que grupos políticos defensores do governo militar estavam ganhando força em Brasília e temiam que, ao criticar a ditadura, pudessem sofrer novas perseguições. Isso mostra que, para muitos desses militares expulsos, mesmo após trinta anos de redemocratização, a perseguição política não era um assunto do passado. Como muitos deles não haviam recebido anistia ou reparações após 1985, suspeitavam que ainda podiam ser atingidos por suas opiniões políticas. Este cenário piorou após a eleição presidencial de Jair Bolsonaro, ex-capitão do exército e admirador público dos militares da ditadura e seus torturadores. Conforme os anos passam, e os sobreviventes da ditadura envelhecem, a janela de oportunidade para o arquivo de história oral vai se fechando. Pelo menos dois militares expulsos que sobreviveram à luta armada nos anos de chumbo faleceram nos últimos anos, José Wilson da Silva em 2021 e Araken Vaz Galvão em 2023. Assim, se coloca o desafio urgente de se criar um novo momentum que possibilite a extensão do arquivo tradicional e a realização da coleta de história oral com sobreviventes da ditadura.

Arquivos e Coleções

Arquivo Nacional do Brasil, Rio de Janeiro

Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – Cisa (VAZ)

Centro de Informações do Exterior – Ciex/MRE (IE)

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (ATO)

Serviço Nacional de Informações - SNI (V8)

Fundação Getúlio Vargas

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj)

Coleção Departamento de Ordem Política e Social (Dops/RJ)

Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp)

Coleção Departamento de Ordem Política e Social (Dops/SP)



Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers)
Arquivo Público do Paraná (APP)

Entrevistas com a autora

Almoré Zoch Cavalheiro, Porto Alegre, 6 de julho, 2015.
Belmiro Demétrio, Rio de Janeiro, 15 de junho, 2015.
Dailton Soares, Rio de Janeiro, 16 de junho, 2015.
Ivan Cavalcanti Proença, Rio de Janeiro, 25 de junho, 2015.
João Martins de Oliveira, Rio de Janeiro, 22 de junho, 2015.
Jorge de Souza, Rio de Janeiro, 23 de junho, 2015.
Jório Gonçalves Dantas, Rio de Janeiro, 15 de junho, 2015.
José Bezerra da Silva, Rio de Janeiro, 15 de junho, 2015.
José Wilson da Silva, Porto Alegre, 2 de julho, 2015.
Laureano dos Santos, Rio de Janeiro, 23 de junho, 2015.
Luiz Cláudio Garcia, Rio de Janeiro, 16 de junho, 2015.
Luiz Cláudio Monteiro, Rio de Janeiro, 16 de junho, 2015.
Luiz José Medeiros, Rio de Janeiro, 18 de junho, 2015.
Norberto Batista Simões, Rio de Janeiro, 18 de junho, 2015.
Ponciano dos Santos Anjos, 16 de junho, 2015.
Robson Ferreira, Rio de Janeiro, 18 de junho, 2015.
Sonilson Pereira da Silva, Rio de Janeiro, 16 de junho, 2015.
Simão Kerimian, São Paulo, 27 de julho, 2016.
Antônio Rodrigues da Costa, Rio de Janeiro, 6 de outubro, 2016.
Fernando de Santa Rosa, Rio de Janeiro, 8 de outubro, 2016.
José Araújo Nóbrega, Indaiatuba, 30 de outubro, 2016.
Ricardo Waite, Rio de Janeiro, 16 de maio, 2017.
Ataíde de Moura Lemos, Rio de Janeiro, 23 de maio, 2017.
Paulo Novaes Coutinho, Rio de Janeiro, 25 de maio, 2017.
José Alípio Ribeiro, Rio de Janeiro, 13 de junho, 2017.
Luiz Carlos Figueiredo, Rio de Janeiro, 6 de junho, 2017.
João Barroso, Salvador, 19 de junho, 2017.
Darcy Rodrigues, Bauru, 5 de julho, 2017.
Carlos Roberto Pittoli, Bauru, 5 de julho, 2017.
Luiz Carlos Moreira, Rio de Janeiro, 26 de junho, 2023.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo o Leme a Bombordo: Marinheiros e Ditadura Civil-Militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- ALMEIDA, Anderson da Silva. *...Como se Fosse um Deles: Almirante Aragão - Memórias, Silêncios Ressentimento em Tempos de Ditadura e Democracia*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017.
- BESERRA DE VASCONCELOS, Cláudio. *Repressão de Militares na Ditadura pós-1964*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.
- BIOEN CAPITANI, Avelino. *A Rebelião Dos Marinheiros*. SP: Editora Expressão Popular, 2005.
- BURLAMAQUI, Flávia Machado. "As Forças Armadas, a Anistia de 1979 e os Militares Cassados," *Militares e Política*, no. 6 (June 2010): 114–40.
- CARVALHO, José Murilo de. "Armed Forces and Politics in Brazil, 1930–45." *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 62, No. 2 (May 1982): 193.
- COSTA, Esther Itaborahy. "Do Banimento à Luta pela Anistia: História e Memória da Associação dos Anistiados Políticos e Militares da Aeronáutica – GEUAR". Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.
- CAVALCANTI PROENÇA, Ivan. *O Golpe Militar e Civil de 64: 40 Anos Depois*. Rio de Janeiro: Oficina do Livro, 2013.
- DA SILVA JUNIOR, Moisés Rodrigues, e Issa Fernando Sarraf Mercadante (coord.). *Travessia do Silêncio, Testemunho e Reparação*. São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum: Militares e Civis Na Ocultação Dos Documentos Da Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LEMONS, Renato. *Justiça Fardada: O General Peri Bevilacqua No Superior Tribunal Militar (1965-1969)*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- PEDROSO JUNIOR, Antonio. *Sargento Darcy, Lugar Tenente de Lamarca*. Bauru: Centro de Estudos Sociais, Políticos e de Preservação da História, 2003.
- PINTO GUEDES, Paulo. *Paulo Pinto Guedes II, depoimento, 1984*. RJ: CPDOC, 1989.
- RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. *Documentos (In)visíveis: Arquivos da Ditadura Militar e Acesso à Informação em Tempos de Justiça de Transição no Brasil*. Aracaju: Edise, 2017.
- SCHNEIDER, Nina. "The Forgotten Voices of the Militares Cassados: Reconceptualising 'Perpetrators' and 'Victims' in Post-1985 Brazil," *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies* 2, no. 2 (November 2013): 313–44.
- TEIXEIRA, Francisco. *Francisco Teixeira, depoimento, 1983/1984*. RJ: CPDOC, 1992.
- WILSON DA SILVA, José. *O Tenente Vermelho*. Porto Alegre: AGE, 2011.
- ZOCH CAVALHEIRO, Almoré. *A Legalidade, o Golpe Militar e a Rebelião Dos Sargentos*. Porto Alegre: AGE, 2011.



Guardiões do Autoritarismo: a atuação dos Serviços de Censura de Diversões Públicas (Scdps) na abertura política

Miliandre Garcia¹

| 89

Introdução

Em 1985, Fernando Lyra assumiu o Ministério da Justiça, e isso representou novos ares no debate sobre a legitimidade da censura no Brasil. A primeira iniciativa ministerial foi substituir a então diretora da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), Solange Maria Teixeira Hernandez, conhecida por “pesar a mão” na condução do órgão, mesmo em tempos de abertura política. No lugar desta, indicou Coriolano de Loyola Cabral Fagundes,

¹ Professora associada da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Curitiba I/Embap, com mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É autora do livro *Do teatro militante à canção engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)* (Fundação Perseu Abramo, 2007), do livro *Um caso de polícia: a censura teatral no Brasil dos séculos XIX e XX*, em coautoria com Sílvia Cristina Martins de Souza (Eduel, 2009), organizou com Carlos Fico a coletânea, em dois volumes, *Censura no Brasil Republicano (1937-1988)* (Sagga, 2021) e, com João Paulo Avelãs Nunes, Luciano Aronne de Abreu e Tatyana de Amaral Maria, a coletânea, também em dois volumes, *A independência e o Brasil independente* (PUCRS, 2022). Além destes, publicou artigos acadêmicos e capítulos de livros, contemplando temas como engajamento artístico, censura, resistência, políticas culturais e diálogos entre arte e política, disponíveis para consulta no link <https://ensinoepesquisaemhistoriaculturaearte.weebly.com/publicacceditolidees.html>.



o servidor público mais antigo da instituição, considerado um censor mais liberal, no sentido político do termo, “apadrinhado” por Pompeu de Souza, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que também nutria uma compreensão liberal da censura (LIBEROU geral, 1985).

No âmbito da censura, Coriolano e Solange protagonizaram acalorados impasses, alguns de domínio público divulgados em jornais e revistas. O exame sistematizado desse expressivo material revelou-nos que Coriolano gostava dos tablados, chegou a dar uma entrevista polêmica em 1978, denunciando a “supercensura”, isto é: presidente da República, ministros, senadores, juízes de menores, políticos e autoridades em geral, além de cidadãos e entidades brasileiras. Não se limitou a citar as credenciais, mas deu nome e sobrenome a todos eles: Alberto Rezende Rocha e Walter Costa Porto, ex e atual chefe de gabinete do ministro da Justiça, Armando Falcão, Dinarte Mariz, senador, João Paulo dos Reis Veloso, ministro do Planejamento, entre outros (ver PEREIRA, 1978 e GARCIA, 2019).

Publicamente, Solange era considerada mais discreta. “Bastante reservada, jamais concedeu entrevista à imprensa, e de acordo com fontes oficiais, seu relacionamento era bem mais intenso com o Conselho de Segurança Nacional (CSN) do que com o próprio ministro da Justiça”, descrevia-a uma reportagem de época, não assinada (DONA, 1985). Nos documentos internos, por outro lado, a diretora da DCDP não seguia o mesmo padrão e várias vezes evidenciou sua função como dirigente, isto é, a de frear o movimento da abertura no âmbito da censura de diversões públicas, iniciado tardiamente em relação às demais esferas políticas (mais detalhes em GARCIA; SOUZA, 2019).

As divergências entre dois censores do alto escalão resultaram em processo administrativo e revelaram os bastidores da censura de diversões públicas, uma trama bem amarrada, roteiro de filme, que envolvia disputas de poder, holofotes, cargos comissionados, plano de carreira e até “jogos de azar” (ver O NOME, 1987).

A segunda medida do ministro Fernando Lyra foi criar um grupo de trabalho que contou com a participação inédita de artistas, entre eles simbolicamente Chico Buarque, responsável por analisar a legislação censória e revogá-la naquilo que havia de “contraditório, caótico e caduco” e em vigor desde 1946. A medida ministerial resultou, em certa medida, de dois movimentos que vinham sendo realizados anteriormente. Um deles referia-se à retomada do diálogo entre o governo e o meio artístico e intelectual interrompido em fins dos anos 1960, isso após inúmeras tentativas frustradas de negociação com os presidentes Castelo Branco e Costa e Silva, e Luís Antônio da Gama



e Silva, ministro da Justiça (ver GARCIA, 2012b). Outro movimento voltava-se aos resultados insatisfatórios das sucessivas medidas tomadas a partir de meados dos anos 1970, como o atendimento da reivindicação do meio teatral em relação à descentralização da censura teatral e sobre a institucionalização do Conselho Superior de Censura (CSC), idealizado pela lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968, porém institucionalizado somente em 1979, desde então pivô de inúmeros embates com os agentes da DCDP e dos SCDPs que resistiam a interferências externas no trabalho da censura.

No relatório referente ao ano de 1983, o chefe do SCDP do Rio Grande do Sul evidenciou que uma das premissas daquele serviço para o ano de 1982, de acordo com as instruções superiores, havia sido avaliar, corrigir e aperfeiçoar a “legislação anacrônica”, bem definir e delimitar as funções dos técnicos de censura na estrutura do DPF, isso que acreditava ser atribuição do CSC. No entanto, um ano depois, João Bispo da Hora considerou: “não constatamos nenhuma mudança”, não houve alterações substantivas na carreira dos técnicos de censura, também o CSC não “ditou normas de atuação”, nem “a legislação censória sofreu qualquer mudança, apesar dos esforços hercúleos dispensados por V. Sa.”. Referia-se à Solange Hernandez, diretora da DCDP. “Pelo contrário”, Hora lamentou: “assistimos, impotentes, à exibição de um sem número de filmes, verdadeiro lodaçal, favorecidos por liminares do Poder Judiciário” (RELATÓRIO, 5 jan. 1984).

A primeira reunião do grupo de trabalho aconteceu em 29 de março de 1985, no auditório do Ministério da Justiça. O grupo de trabalho recém-instituído deveria elaborar um sistema de classificação etária destinado às produções artístico-culturais, no qual não mais haveria proibições, vetos e interdições por parte da censura, isto é, da censura de diversões públicas (NOVO, 1985).

Na Nova República, a justificativa para a elaboração de um sistema de classificação etária se sustentava na diferenciação da prática censória realizada no Brasil desde 1946 e no distanciamento da censura política em exercício desde os primeiros anos da ditadura militar. Por outro lado, tais prerrogativas restituíam os propósitos fundacionais da censura no século XIX voltados inicialmente ao desenvolvimento cultural da nação. Dessa forma, os agentes da censura buscavam contribuir com a “formação sadia” da criança e do adolescente.

É importante assinalar que os estudos sobre os “efeitos nefastos” da comunicação de massa, especialmente dos programas de televisão, já haviam sido iniciados nas gestões anteriores da DCDP com as três edições do Seminário Nacional de Censura de Diversões Públicas, a última sobre televisão e organizada pela diretora Solange Hernandez (ver GARCIA, 2015).

Seu arquirrival, Coriolano Fagundes, por sua vez, se dedicou à fundamentação da proposta de classificação etária.

Independentemente das rivalidades existentes entre Solange e Coriolano, ambos estavam comprometidos com a adequação da censura de diversões públicas aos novos tempos, seja ressignificando seus propósitos para mantê-la institucionalmente necessária, seja propondo um sistema alternativo de classificação por idade. Por outro lado, a proposição do grupo de trabalho, composto também por artistas e intelectuais, mantinha a mesma classificação por faixa etária instituída em 1968, com a diferença de que crianças acima de 10 anos podiam assistir a qualquer espetáculo desde que acompanhadas dos pais ou responsáveis. Outras mudanças foram levadas adiante pelo grupo de trabalho, mas nenhuma excepcionalmente significativa (ver GUERRA, 1985). Segundo os representantes do governo, não haveria mais proibições, apenas classificação por faixa etária, isso em um momento em que já não havia indicativo de interdições. Em 1985, no campo da censura teatral, apenas uma peça teatral havia sido proibida, as demais classificadas com censura livre ou restrita a menores de 10, 12, 14 e 18 anos (LEI nº 5.536 ratificada pela PORTARIA nº 16/70-SCDP).

92 |

O que mudava, afinal? Muitos se perguntavam. Atualizar e revisar a legislação censória ou mesmo transformá-la em classificação etária não era entendido por aqueles que se opunham à sua existência no país como indicativo de mudança, apenas uma fórmula de simular uma mudança que não representava mudança alguma na prática. Nem mesmo da sigla DCDP, pois a ideia do grupo era mantê-la, só que, ao invés de continuar como Divisão de Censura de Diversões Públicas, passaria a ser chamada de Divisão de Classificação de Diversões Públicas.

Isso dividiu artistas e intelectuais que acompanhavam o trabalho do grupo. Alguns eram favoráveis à extinção definitiva da censura, sem remendos institucionais. “Se é de censura não pode ser superior”, citavam a frase de Millôr Fernandes durante os embates sobre a institucionalização do CSC em 1979 (apud ALBIN, 2002, p. 41). Naquele momento, em 1985, a máxima de Millôr era outra: “intelectual que se preza não revê censura, não admite, não passa na porta da censura” (ACABAR, 1985). Outros examinavam os prós e contras da extinção da censura de diversões públicas. Em relação a essa proposta, Ferreira Gullar era favorável à extinção, mas temia que esta fosse assumida pela sociedade brasileira que a respaldava em alguma medida, a considerar pelas centenas de cartas enviadas à censura no período de 1964 a 1988, do nosso conhecimento 352 cartas (ver FICO, 2002). Citou como exemplo o incêndio



de um teatro argentino provocado pela população simplesmente porque não aprovou um espetáculo apresentado na ocasião (ACABAR, 1985).

Se, nos anos de 1990 e 2000, sob o signo da Nova República, e entre 2004 a 2008, durante a escrita da nossa tese de doutorado (GARCIA, 2008), a preocupação de Gullar podia parecer excessiva e até conservadora, por se tratar de uma das personalidades mais combativas do campo artístico e intelectual desde os anos 1950, a partir da década de 2010, com a atuação do movimento Escola Sem Partido (ESP) organizada nacionalmente, passamos então a dispor de mais subsídios para compreender aquilo que Gullar tentava nos alertar nos anos 1980: se a situação já é ruim, podia piorar (ver TAVARES, 2022 e DIAS; GARCIA, 2023).

Na historiografia da censura, pouco se menciona o fato de que no Brasil, desde o período imperial, vivemos mais tempo sob censura do que sem ela, independentemente se censura tenha sido realizada pelo Conservatório Dramático Brasileiro (CDB) no século XIX ou centralizada pela DCDP, em Brasília, se foi subordinada diretamente ao presidente da República no Estado Novo ou vinculada ao DPF e este ao Ministério da Justiça. Miliandre Garcia e Silvia Cristina Martins de Souza afirmam que a:

censura de diversões públicas não foi ocasional nem restrita a regimes ditatoriais, mas era praticada formalmente desde os tempos do Império, estava arraigada no imaginário social e, provavelmente por isso, encontrou resistências à sua extinção e só foi definitivamente extinta em 1988, adentrando o período de redemocratização brasileira (2016, p. 158).

| 93

Sob muitos aspectos, esta é uma característica significativa, pois revela que a censura não foi tão-somente imposta à revelia da população ou sob intenso protesto desta. Na prática, segundo Robert Darnton (2016), nenhum sistema, por mais totalitário que se anseie, será plenamente eficaz se não dispor de atores sociais que legitimem suas práticas culturais, que acreditem desempenhar uma “nobre missão”, sejam eles agentes da censura, da polícia política ou mesmo de membros da sociedade.

Mas é importante também assinalar que a sociedade brasileira, desde os tempos mais remotos, sempre demonstrou ser mais sensível aos temas da moral e de bons costumes, bem como aos questionamentos dos postulados da Sagrada Família. A associação destes com a censura política é prática mais recente, pelo menos no formato que conhecemos, relacionada à construção

do “perigo vermelho” no século XX, mais precisamente na ditadura militar (MOTTA, 2002).

Também independentemente do seu foco de atuação – se exercida como censura de diversões públicas ou censura à imprensa, se mais preocupada com a questão moral em um momento ou política em outro –, a censura só pode ser compreendida em suas múltiplas dimensões e a partir de uma perspectiva interdisciplinar que considere tanto as áreas (História, Sociologia, Artes, Psicanálise, entre outros), quanto os campos (política, cultura, economia etc.) a ela relacionados, igualmente às práticas culturais e aos conceitos (poder, rede, dispositivo, censura) empregados.

Na historiografia brasileira dedicada às pesquisas sobre censura, Edelcio Mostaço propõe um dos estudos mais interessantes no que se refere à abordagem teórica. Para analisar sua complexa arquitetura na ditadura militar, propomos analisá-la a partir do conceito de “dispositivo” de Michel Foucault (2021, p. 23), o “que implica na articulação, não apenas a rede de interconexões, discursos, instituições, organogramas e leis” como tem sido feito na maioria dos estudos, “mas, sobretudo, da arquitetônica de uma ação dirigida à conformação das subjetividades e que sobrevive aos choques e solavancos que sua determinação funcional experimenta em seus períodos de ajustes”.

94 |

No seu entendimento, a censura pode apresentar um “perfil legalista” ao “contar com leis próprias, específicas ou indiretas [e] ser gerida por instrumentos e autoridades legais encarregadas de suas aplicações”, simultaneamente pode se caracterizar por uma “atuação oblíqua” ao “mostrar-se melíflua, intermitente ou velada, ao sabor dos sujeitos diversos que transitam pelos espaços sociais e políticos” (FOUCAULT, 2021, p. 24), a exemplo do “jogo de papéis” noticiado pela imprensa da época que evidenciava “a alternância das autoridades do Estado, a intervenção de senhoras católicas e membros da classe artística em amplo debate” sobre os procedimentos censórios.

Segundo Mostaço (2021, p. 27):

O ziguezague de vetos, proibições, julgamentos, impressões, gostos e desgostos caracteriza o labirinto em que um dispositivo se constitui; iniciado com uma interdição legal e finalizado com a invocação de resguardo da moralidade pública, quando ânimos e jogadas de diversas naturezas foram exaltados e extravasados, todos eles ao sabor do arbítrio e convicções pessoais, conformando



a extensa rede de agentes sociais mobilizados em torno de uma obra artística impedida de ser apreciada pela sociedade.

Conjugam-se, portanto, “fatores políticos e morais”. Eis o fundamento dessa “arquitetura de poder” na qual a censura se comporta como “dispositivo coativo macroestrutural quanto à manutenção daquilo que a Doutrina, a Lei e os governos vigentes considerem atentados às suas disposições” (MOSTAÇO, 2021, p. 42 e 31).

A partir dessas considerações iniciais acerca da instituição censória e dos agentes direta ou indiretamente relacionados a ela, pretendo apresentar a organização do aparelho censório no contexto de ditadura militar, com ênfase na atuação dos serviços regionais. Espero igualmente evidenciar as disputas internas em relação à censura, com destaque para os impasses entre a DCDP, os SCDPs e o Juizado de Menores, a partir do estudo de caso de um incidente ocorrido em Londrina/PR, em 1985, durante a realização simultânea do XVI Festival Universitário de Teatro Amador de Londrina e do XIII Congresso de Teatro Amador.

A (des)ordem da censura de diversões públicas

| 95

A organização da censura de diversões públicas, desde sua centralização em Brasília, no cotejo da legislação vigente, já foi bastante esmiuçada em trabalhos acadêmicos, de dissertações a teses, de capítulos de livros a artigos científicos. Em linhas gerais, refletiu-se sobre seu processo de racionalização a partir das proposições de Max Weber (STEPHANOU, 2004). Enfatizou-se que esta é resultado de uma prática bastante comum na ditadura militar, que visava mascarar os traços políticos de natureza autoritária (KUSHNIR, 2004). Também se analisou como indivíduos e grupos, em cartas endereçadas a dirigentes, órgãos e ministérios, ampararam o exercício da censura de diversões públicas. Independentemente se os autores das cartas foram orientados ou estimulados a escrevê-las, ou se as redigiram espontaneamente, esse corpus documental subsidiou a continuidade da censura no contexto de abertura (FICO, 2002). Sublinhou-se como esse processo de racionalização do serviço censório incidiu, de formas diversas, mantendo sua organicidade interna, sobre os campos da música (FIUZA, 2006; CAROCHA, 2007; HEREDIA, 2015), do cinema (PINTO, 2001; MARTINS, 2009), do teatro (CRUZ, 2002; GARCIA, 2008), da televisão (MARCELINO, 2004), das

revistas (SETEMY, 2008), das publicações (MARCELINO, 2011; REIMÃO, 2011), dos cartazes, das fotografias e da publicidade a serem pesquisados.

A bibliografia sobre a censura é bem mais extensa que isso, e alguns trabalhos importantes vêm sendo desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação. As referências bibliográficas servem apenas de amostra da variedade de trabalhos possíveis e que, embora numericamente substantivos, estão longe de se esgotar, a exemplo dos 18 capítulos escritos por autores com perspectivas distintas e publicados na coletânea *Censura no Brasil Republicano (1937-1998)*, organizada em dois volumes por Carlos Fico e Miliandre Garcia (2021).

Para fugir à repetição de trabalhos publicados anteriormente sob nossa autoria e por outros colegas, pretendo me concentrar na atuação das censuras estaduais e só a partir destas, para efeito de comparação, retomar as questões já amplamente debatidas no âmbito da censura federalizada, de preferência a partir do contato recente com fontes não examinadas nos trabalhos já publicados. Isso é uma questão importante, pois reforça o que foi dito acima: que, apesar da diversidade de trabalhos existentes, alguns já concluídos há mais de duas décadas, outros em andamento, a censura como objeto de pesquisa não é um tema esgotado. Longe disso, é sempre possível deparar-se com novas fontes no fundo da DCDP ou em outros acervos, bem como propor novas abordagens sobre o fenômeno histórico.

96 |

No caso deste capítulo, pretendemos dar atenção aos relatórios de atividades realizados pelos Serviços de Censura de Diversões Públicas (SCDPs) a partir de 1975 quando a censura teatral e cinematográfica, em um movimento inverso à censura musical e televisiva, retornou à competência dos serviços estaduais, desde que estes dispusessem de mais de três censores para proceder ao exame das produções artístico-culturais, como regia a lei nº 5.536, publicada em 21 de novembro de 1968, anterior ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado em 13 de dezembro de 1968, que não incidiu diretamente sobre a censura, mas impactou sua prática a partir daqueles anos e atingiu duramente o meio artístico e intelectual.

Como observou Mostaço (2021), a legislação que incidiu direta ou indiretamente sobre a censura precisa ser examinada com cuidado, pois não se deve dar a ela mais relevo do que o necessário, mas também não se deve negligenciá-la. Esse corpus documental, se não diz tudo sobre a censura como dispositivo, também não diz pouco. Há que haver um equilíbrio na análise que contempla a lei imposta unilateralmente, a leitura desta pelos chefes e técnicos de censura e a prática cultural à qual estavam submetidos inúmeros agentes, dos mais diversos grupos.



Por exemplo, muito se comenta que a lei nº 5.536 é responsável pela centralização do órgão em Brasília, quando essas tratativas são anteriores ao próprio golpe de 1964. Data da construção de Brasília quando se iniciaram os estudos para a transferência física dos serviços públicos federais. Também o AI-5 não deve ser entendido como ponto de partida para o recrudescimento de um regime que, desde o primeiro momento, atuou com “mão de ferro” para manter-se – a depender do núcleo examinado e ainda que se buscasse construir uma imagem de legalidade, mas sim o ápice desse processo anterior e muito bem arquitetado, não fosse isso não teria persistido por mais de duas décadas no Brasil.

Um dos primeiros fatores que incidiu diretamente sobre os serviços censórios estaduais foi a centralização da censura em Brasília. Esse processo de (des)centralização dos SCDPs e da DCDP já foi bem detalhado em outras publicações (ver GARCIA; SOUZA, 2019, p. 123-236). Nesse livro de 2019 especialmente, o fizemos a partir da ênfase sobre a organização da censura em Brasília. Complementar a isso, nosso propósito neste capítulo é contemplar as demandas das regionais a partir de relatórios de atividades elaborados pelos serviços estaduais, e um dos mais detalhados históricos a esse respeito foi produzido pelo SCDP no Paraná.

Em 30 de novembro de 1983, Benedito Zumas Filho, chefe do SCDP no Paraná, recuperou um ofício de 12 de maio de 1964, redigido por Edísio Gomes de Matos, chefe do SCDP (OFÍCIO nº 391, 1964). Este ofício foi citado em nossa tese de doutorado concluída em 2008, para evidenciar como se deu o processo de centralização da censura em Brasília. Nessa época, o SCDP era subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). A partir da reforma administrativa datada da década de 1970, o SCDP passou à designação de DCDP, e o DFSP foi transformado em DPF. O SCDP manteve-se regionalizado até 1961, em respeito ao acordo estabelecido entre Armando Falcão, ministro da Justiça, e Sette Câmara, governador da Guanabara. Tão logo Alfredo Nasser assumiu a pasta da Justiça, escreveu ao governador Carlos Lacerda para agradecer-lhe pela colaboração prestada até aquele momento, dispensando, no entanto, o Estado da Guanabara das atribuições de censura a partir de 1º de janeiro de 1962 (OFÍCIO, 30 nov. 1983).

Obviamente que a decisão não foi bem-recebida pelos órgãos regionais acomodados ao exercício da censura desde 1946. Como afirma Zumas Filho, “alguns estados recalitraram, pois, não sabendo do acordo firmado entre a União e a Guanabara, instalaram ‘ilegalmente’ um Serviço de Censura próprio, ocasionando constantes Mandados de Segurança sempre com resultados

favoráveis à Censura Federal e à sua competência para exercê-la” (OFÍCIO, 30 nov. 1983). Na mesma época, vários dispositivos legais reforçavam a competência do SCDP de Brasília sobre os demais serviços regionais, a exemplo do decreto nº 1.134, de 4 de junho de 1962, que atribuía ao SCDP exclusividade na emissão do certificado de censura obrigatório para a exibição pública, mesmo que a censura de filmes pudesse ser efetivada das duas formas (na esfera federal e nos estados, a depender das expectativas de exibição dos produtores cinematográficos, se queriam exibir os filmes nacionalmente ou apenas em uma região). Era uma maneira de o legislador, afirmou Zumas Filho, evitar conflitos diretos com as censuras estaduais e, ao mesmo tempo, centralizar suas atribuições da forma menos agressiva possível (OFÍCIO, 30 nov. 1983).

98 |

As tentativas de centralização da censura após o golpe de 1964 podem ser acompanhadas por uma série de medidas tomadas progressivamente. Entre estas, o convênio estabelecido entre Euclides Quandt de Oliveira, presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), capitão de Mar-e-Guerra, e o general Riograndino Kruehl, diretor-geral do DFSP, que definiu que a censura de programas de rádio e televisão seria exercida no âmbito do DFSP. A publicação do decreto-lei nº 43, em 18 de novembro de 1966, que criou o Instituto Nacional do Cinema, da mesma forma definiu que a censura de filmes era exclusividade da União. A Constituição de 1967, mais abrangente, delegou à Polícia Federal a responsabilidade pela censura. A portaria nº 11, emitida por Antonio Romero Lago, chefe do SCDP, em 1º de fevereiro de 1967, determinou a centralização da censura teatral em Brasília. Por fim, a portaria nº 242, instituída pelo coronel Florimar Campello, diretor-geral do DPF, em 12 de maio de 1967, determinou a centralização das demais áreas, bem como a organização da censura em esfera nacional, por meio do SCDP, com a colaboração das TCDPs vinculadas às delegacias estaduais e, na ausência destas, as seções de censura ligadas às subdelegacias. Esta portaria em particular pode ser entendida como o pontapé para a organização da censura no âmbito dos estados.

Na prática, o estabelecimento das TCDPs nos estados demorou muito mais tempo que o esperado (OFÍCIO, 30 nov. 1983). Isso porque sua atuação efetiva nas esferas estaduais estava atrelada à exigência mínima de três censores de acordo com a lei de 1968. Muitos estados não puderam atendê-la imediatamente, sendo necessário aguardar até década de 1970 com a realização dos primeiros concursos para técnicos de censura ou mesmo a década de 1980 quando os órgãos censórios já sofriam um processo de desestruturação. A gestão “mão de ferro” de Solange Hernandez foi um sintoma desse momento e, ao mesmo tempo, uma tentativa de atribuir significado à censura no contexto de abertura.



A atuação da TCDP e, posteriormente, da SCDP no Paraná é um exemplo significativo das dificuldades de organização nos estados, tanto que sabemos a localização da documentação da DCDP e dos SCDPs de São Paulo e do Rio Janeiro, mas pouco ou nada se sabe sobre os acervos censórios de outros locais. A primeira TCDP do Paraná foi instituída em 7 de janeiro de 1966 e composta por Jackson Pitombo Cavalcante, delegado regional do DFSP, e Moacir Rodrigues da Silva, agente auxiliar de Polícia Federal, responsável pelas atribuições da censura até 1977 quando foi substituído pelo técnico de censura José Augusto da Costa.

De acordo com o decreto-lei nº 56.510, de 28 de junho de 1965, que aprovou o regulamento geral do DFSP, uma das atribuições do chefe da TCDP era apresentar um relatório anual das atividades do órgão ao chefe da Polícia de Segurança, mas informou-nos Zumas Filho de que não há registros desses documentos no Paraná até 1977 (OFÍCIO, 30 nov. 1983). Processo semelhante aconteceu no Estado do Sergipe. Embora a subdelegacia regional do DPF do Sergipe tenha sido instalada em Aracaju em junho de 1965, a TCDP só iniciou o trabalho a partir de julho de 1967, mas tanto a subdelegacia regional quanto a TCDP continuavam subordinadas à delegacia regional do DPF da Bahia (HISTÓRICO, 28 nov. 1986) e, mesmo em 1986, a escassez de pessoal limitava a execução plena da lei de 1968 (DADOS, 2 jan. 1986).

Pode-se dizer que a TCDP do Paraná, na ocasião já SCDP, só passou a atuar efetivamente em 1977 quando ao técnico de censura contratado em 1972, Francisco Surek, juntou-se o experiente José Augusto da Costa. Também foram nomeadas mais duas técnicas de censura, Regina Msla Russ e Lilian Filus, na mesma época da remoção de Benedito Zumas Filho. Só então, afirmou o chefe do SCDP no Paraná, “passou a haver condições legais para o exercício da censura de textos teatrais, da exibição local de filmes, da liberação de programas ao vivo de televisão e demais atribuições específicas” (OFÍCIO, 30 nov. 1983). No Estado do Sergipe, João de Almeida e Silva, chefe do SCDP, assinalou em 1986 que em Aracaju/SE só havia dois censores federais, ele e um substituto, “o que [tornava] impossível a formação de comissões para exame de peças teatrais”, por isso o SCDP do Sergipe “[limitava-se] a receber o material (peças teatrais) cujo exame foi requerido e encaminhá-la à DCDP” (DADOS, 2 jan. 1986).

Observa-se que, mesmo que a descentralização da censura teatral tenha sido instituída a partir de 1975, isso só aconteceu efetivamente nas capitais dos estados com serviços mais estruturados. Na maioria das regionais da censura, o exame das peças teatrais continuava sob atribuição da matriz em Brasília. É de suma importância ter-se a dimensão clara desse processo de (des)centralização, para

não ser levado à falsa premissa de que, na abertura política, a DCDP analisou (não proibiu) menor número de peças teatrais do que em outros momentos, isso porque as estatísticas da central em Brasília parecem ter caído a partir de meados da década de 1970.

Nos estados da Federação, censura e fiscalização (duas instâncias ligadas, mas distintas) eram realizadas por agentes ligados aos SCDPs. Em um primeiro momento do regime, estes eram prestadores de serviços sem estabilidade funcional ou agentes da Polícia Federal transferidos de outros órgãos (ver DECRETO-LEI nº 200, 1967, art. 99, § 5º). Embora fosse mais incomum, o inverso também acontecia, isto é, técnicos de censura eram alocados em outros órgãos, desde que fosse estabelecido acordo entre chefias.

Por exemplo, em 1983, Leonardo Joaquim Albano, chefe da seção de fiscalização do SCDP no Paraná, assumiu a chefia de Comunicação Social da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), em Curitiba/PR. Na prática, em desvio de função, exercia atividades de “assistente” ou “escrivão ad-hoc” do delegado da Dops. O chefe do SCDP do Paraná lamentava ter perdido “mais uma ‘cabeça pensante’ na censura”. No seu lugar, avaliava-se a possibilidade de remoção de um técnico de censura de Roraima lotado em Florianópolis para Curitiba. Enquanto isso, no Paraná, a única censora de Foz do Iguaçu pediu remoção para o Rio de Janeiro para ficar mais próxima da sua família (RELATÓRIO, 3 jan. 1984).

Por se tratar da realização de uma atividade que não era inédita no Brasil, mas nutria pretensões institucionais de tornar-se um órgão altamente racionalizado, muitos agentes da censura formaram outros técnicos de censura durante o processo de instrução. São os casos, por exemplo, dos técnicos de censura Carlos Rodrigues, Vicente de Paula Alencar Monteiro e Wilson de Queiroz Garcia, este chefe do SCDP do Rio de Janeiro, que publicaram, em 1971, o livro *Censura Federal*, mais conhecido como a “bíblia” dos censores devido ao compilado de leis organizado por ordem cronológica. Também do censor mais antigo da instituição, o já citado Coriolano Fagundes, que, além de ministrar cursos de formação na Academia Nacional de Polícia (ANP), escreveu o livro *Censura & liberdade de expressão*, publicado no mesmo ano da realização do primeiro concurso público para técnico de censura, em 1974.

Após a institucionalização da carreira de técnico de censura em 1968 e a realização dos primeiros concursos públicos nos anos 1970, os técnicos de censura passaram a servidores públicos concursados para o exercício da função. De qualquer forma, durante toda existência do SCDP no período compreendido entre 1946, data da publicação do decreto nº 20.493, transformado em DCDP em

1972 (DECRETO n.º 70.665, 1972), até a extinção da censura pela Constituição em 1988, os agentes da censura se dividiram entre técnicos de censura contratados, servidores públicos concursados e agentes policiais remanejados para substituí-los diante do reduzido quadro funcional, em contrapartida ao volume de trabalho implicado.

Por meio dos relatórios de atividades mensais e anuais remetidos à DCDP, a maioria dos SCDPs queixava-se de vários problemas envolvendo as censuras estaduais. Entre os mais sintomáticos, registrava-se a carência de pessoal, que não atendia às exigências da lei. Entre os estados que apontavam a escassez de funcionários e acúmulo de funções, destaca-se São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentavam especificidades locais, uma vez que eram os estados com maior oferta de produção artístico-cultural nacional, também responsáveis pela censura de programas ao vivo gravados em videoteipe para serem distribuídos em todo país por emissoras de televisão como o SBT, a Record, a Bandeirantes, a Gazeta e a Anchieta (RELATÓRIO, 4 jan. 1984). Diante da carência de pessoal, surpreendeu-nos o Estado do Ceará, que alegava excedente de funcionários.

Ao mesmo tempo, apontava-se a precariedade das instalações alocadas em “puxadinhos” da Polícia Federal. Se a situação era ruim nas capitais, era muito pior no interior dos estados. Também não dispunham de equipamentos específicos como gravadores, aparelhos de rádio e televisão, videocassetes e projetores de filmes em 35mm e em Super 8 para proceder à censura de filmes e de programas de rádio e televisão, ou mesmo viaturas para se deslocarem até os estabelecimentos a serem fiscalizados (cinemas, cineclubes, teatros, circos, parque de diversões, festivais, shows, carnaval, boates, emissoras de rádio e televisão, churrascarias, bares, clubes, restaurantes, lanchonetes, bares, fliperamas, hotéis, desfiles de moda etc.). Às vezes, acontecia de dispor de viatura, mas daí não havia verba para colocar combustível. Não eram atendidas nem mesmo as necessidades básicas, como material de papelaria (pasta sanfonada, extrator de grampo, entre outros).

Ao se deparar com os relatórios de atividades dos serviços estaduais nos anos 1980, a impressão que se tem é que as verbas escasseavam cada vez mais e talvez isso fosse uma forma de intencionalmente acabar com a estrutura censória por inanição, uma vez que as tratativas de remodelá-la ou mesmo de transferi-la para outros ministérios pareciam não ser do interesse nem da pasta da Educação, que já era responsável por muitas outras atribuições, muito menos dos técnicos de censura, que teriam perdas salariais significativas. Tentou-se transferi-la para o Juizado de Menores, mas os agentes da censura eram contra.

2. Os embates institucionais entre a DCDP, os SCDPs e o Juizado de Menores

No contexto de desestruturação progressiva da censura de diversões públicas nos anos 1980, vista por dentro como fruto de uma “campanha difamatória dos meios de comunicação”, qualquer coisa ameaçava a estrutura censória ramificada nos estados brasileiros, até os próprios censores, membros do CSC e juízes estaduais, criticados por atuar contra a censura e, portanto, minorizar sua autoridade. Como apontou a chefe do SCDP de São Paulo, em 1984, “todas essas pressões externas aliadas ao clima de animosidade interna, criado por um pequeno grupo de técnicos de censura, [dificultavam] mas não impedem o desempenho satisfatório que este Serviço de Censura tenta apresentar” (RELATÓRIO, 4 jan. 1984).

Também havia o Juizado de Menores, que dividia com a DCDP, os SCDPs e as TCDPs, a preocupação com a proteção das crianças e dos adolescentes. Lembrando que isso sempre foi atribuição do Juizado de Menores, aos poucos incorporada pela Censura Federal, principalmente no contexto de abertura. Diante da instabilidade que pairava sobre ela, era tarefa emitente justificar sua existência para além da atuação política não mais respaldada pela legislação vigente nem pelos órgãos reguladores.

Por exemplo, o AI-5 foi revogado em 1978 (EMENDA nº 11, 1978, p. 16713). O decreto-lei nº 1.077, de 21 de janeiro de 1970, que relacionava a decadência moral da sociedade brasileira a um plano de expansão do comunismo internacional e legitimava a censura política na esfera das diversões públicas, tornou-se inoperante a partir de 1979, na gestão do então ministro da Justiça, Petrônio Portella.² A “Lei Falcão”, instituída no governo de Ernesto Geisel em 1976, que proibia propaganda política no horário eleitoral na rádio e na televisão, assim os dois partidos políticos existentes só podiam divulgar o nome e o número dos candidatos e fazer uma breve apresentação dos currículos, visava impedir o fortalecimento da oposição representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em contrapartida, a Lei de Imprensa só foi revogada em 2009 por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

No contexto de abertura política do governo, não havia entidade interessada em assumir a responsabilidade sobre a censura de diversões públicas. O

² O controverso decreto-lei foi reativado tempos depois pelo então ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel.



Ministério da Educação e Cultura (MEC) para o qual queriam transferi-la inicialmente não demonstrou nenhum entusiasmo com a ideia. Os técnicos de censura também não eram adeptos da transferência, pois o plano de carreira da Polícia Federal oferecia muito mais vantagens salariais, tanto que, para defender seus direitos trabalhistas, criaram, na década de 1980, a Associação Nacional dos Censores da Polícia Federal (Anacen), ainda em vigor. Em março de 1979, a jornalista Berta Sichel assinou a reportagem “Quem quer a censura?” e, em relação à censura, escreveu que “filho feio não tem pai” (SICHEL, 1979).

É importante sublinhar que, mesmo no contexto da abertura, quando os agentes da censura manifestavam-se publicamente contra a “campanha difamatória” dirigida à Censura Federal, diziam ser esta promovida por veículos de comunicação com adesão de outros setores, e ressaltavam a importância da censura de diversões públicas à formação do público infanto-juvenil e, conseqüentemente, ao desenvolvimento “sadio” do povo brasileiro, estes mesmos servidores públicos caíam nas armadilhas da linguagem. As palavras usadas e os procedimentos empregados (autuação, autos de infração, multa, fiscalização, apreensão, advertência, incineração de documentos) para descrever as atividades ordinárias dos órgãos estaduais revelam a natureza da censura relacionada a atividades de controle, quando não operava como medida repressiva. Por exemplo, em 1983, a técnica de censura Ivone Zimmermann, em relatório sobre a suspensão da Rádio Manchester FM, da cidade de Juiz de Fora/MG, afirmou que os dados daquele relatório foram “abstraídos [sic] do relatório do Agente de Política Federal, em missão” policial (RELATÓRIO, 10 nov. 1983, grifo nosso).

Essa distância entre o que se fazia na prática ordinária dos agentes de censura, de acordo com os documentos internos, e o que se expressava em manifestações públicas, como representantes da instituição, está relacionada ao discurso disfuncional de legitimação da censura, em um contexto em que a competição era acirrada para diluir os poderes já bem desarticulados dos órgãos censórios. A Censura Federal era um “elefante branco” que atravancava o caminho rumo à tão idealizada democracia.

Outro exemplo, em 19 de outubro de 1979, o presidente da República João Figueiredo e o ministro da Justiça Petrônio Portella aprovaram o novo Código de Menores, que expandia a competência do Juizado de Menores sobre a censura de diversões públicas, atribuindo-lhe o direito de ampliar o limite de idade fixado pela DCDP (LEI nº 6.697, 1979, art. 52). Essa determinação superior não agradou os agentes censórios, que compreenderam haver ali choque de competências.

Teoricamente, tal medida pode ser entendida como a tentativa de transferir a censura de costumes para os órgãos responsáveis pela proteção do menor e, aos poucos, desestruturar a censura do modo como ela integrava o organograma federal. Na prática, a atribuição concedida aos juízes de menores não só não desarticulou os órgãos censórios, nem tampouco seu quadro funcional, como também não contribuiu na fiscalização mais eficiente das casas de espetáculos, em alguns casos, conseguiu causar mais polêmicas do que a própria censura já era capaz de gerar e gerir.

Como mencionamos em outras publicações e considerando as considerações de Mostaço, setores e órgãos das mais variadas origens interferiam frequentemente na dinâmica do SCDP, posteriormente denominada DCDP, também das TCDPs e dos SCDPs, alguns ligados a órgãos criados durante a ditadura militar, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), outros vinculados a instituições mais tradicionais como o Juizado de Menores.

Cabia a este, de acordo com o Código de Menores reformulado em 1979, definir critérios voltados aos espetáculos teatrais, cinematográficos, circenses, radiofônicos e de televisão e a participação de menores (LEI nº 6.697, 1979, seção II, subseção I). O Código de Menores estabelecia que “a autoridade judiciária poderá ampliar, dadas as circunstâncias, o limite de idade fixado pelo Serviço Federal de Censura” (LEI nº 6.697, 1979), o que conflitava diretamente com a legislação censória. Com o amparo desta lei, o Juizado de Menores era colocado acima da DCDP, que, na mesma época, estava submetida à revisão do CSC, além de responder hierarquicamente ao DPF.

Essa atuação paralela à instituição censória gerou indisposição entre o Juizado de Menores, a DCDP e os SCDPs regionais. Em 1981, após a palestra de Ricardo Cravo Albin no Seminário Nacional sobre a Censura de Diversões Públicas, quando se cogitou organizar um evento sobre o problema da televisão, do qual deveriam participar autores, atores, diretores, técnicos, curadores e juízes de menores, o então diretor da DCDP, José Vieira Madeira, manifestou-se favorável à proposta de modo geral, mas era contra a participação dos juízes. Argumentava que o trabalho da DCDP e dos serviços regionais em nada se assemelhava ao do Juizado de Menores (in ALBIN, 1981).

Contrariamente à DCDP e aos SCDPs, os juízes de menores passaram a aplicar os artigos do Código de Menores que geriam as diversões públicas. Em 1985, quando o fim da censura era “crônica de uma morte anunciada”, naquele ano não teve registro de peça proibida. O embate entre os organizadores do XVI Festival Universitário de Teatro de Londrina e do XIII Congresso de Teatro Amador com o Juizado de Menores exemplifica os impasses entre essas duas



instituições ao evidenciar, de um lado, a complexidade do empreendimento de desestruturação da Censura Federal e as dificuldades de aceitação dos seus agentes (ver GARCIA, SOUZA, 2019) e representar, de outro, a retomada dos protestos do meio artístico contra a interferência do Estado na produção teatral e seu “vício tutelar” sobre o menor de idade.

Conhecida por seus festivais de artes, música e teatro principalmente, a cidade de Londrina/PR sediou dois eventos simultâneos em 1985: o XVI Festival Universitário de Teatro Amador de Londrina e o XIII Congresso de Teatro Amador. A realização dos eventos, no período de 30 de março a 7 de abril de 1985, contou com o patrocínio do Instituto Nacional de Artes Cênicas (Inacen), da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, da Comissão Estadual de Artes Cênicas e da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

A programação do XVI Festival Universitário de Teatro Amador de Londrina intercalava a apresentação de espetáculos na rua, no calçadão, em bares e praças públicas, com encenações no palco italiano do Cine Teatro Ouro Verde. Sob a chancela de personalidades do teatro nacional como Orlando Miranda, Luiza Barreto Leite, Fernando Peixoto, Gianfrancesco Guarnieri, Dinorath do Valle e Marcelo Souza, as apresentações ocorridas nos espaços públicos buscavam discutir temas atuais com o público local, demonstrando afinidades com a tradição do teatro de rua, a exemplo do núcleo de teatro do CPC da UNE e das UNEs-volantes, e em sintonia com as discussões do momento em torno da reforma constitucional. O Grupo Proteu, por exemplo, apresentou-se no Bar Valentino. Os demais grupos teatrais apresentaram-se no Cine Teatro Ouro Verde. Simultaneamente, o XIII Congresso de Teatro Amador discutiu as políticas culturais adotadas ou em elaboração pela Prefeitura de Londrina e pela UEL.

A proposta era bastante arrojada para a época, considerando o interior de um estado sem tradição cultural, pois não só as apresentações teatrais se deslocavam dos espaços tradicionais dos teatros, almejando aproximar-se da população em geral, como também promovia o debate sobre políticas culturais no âmbito da cidade e da universidade.

O ano era 1985 e naquele momento não parecia haver algo tão incômodo que pudesse impedir a realização dos eventos, a não ser pelo ato inesperado do juiz de menores Haroldo Glomb, que levou à aplicação literal do Código de Menores e proibiu a presença de menores de 18 anos no cineteatro, mesmo que estes estivessem acompanhados dos pais, na noite da estreia de *Toda Nudez Será Castigada*, de Nelson Rodrigues.

Dentre as 1200 pessoas que lotavam a sala de espetáculos, 50 tiveram que sair dos seus lugares para comprovar ser maior de idade à Polícia Militar.

Enquanto isso e em protesto, o público entoava o Hino Nacional, o que levou os agentes policiais a conferir a identificação de cada um, atrasando ainda mais o início do espetáculo.

Após o tumulto e ao fim da encenação, Sandro Ramos Di Lima, presidente da Confederação Nacional de Teatro Amador (Confenata), redigiu uma moção de apoio ao público e em repúdio à “ação arbitrária, fascista e insensível dos comissários de Menores de Londrina, sob a ordem de Dr. Harold Glomb”. Em decorrência disso, sua prisão foi decretada.

Essa sucessão de episódios ocorrida em ano tão simbólico (intervenção do Juizado de Menores, ação policial, manifestação acalorada do público mais prisão do artista e presidente da Confenata) serviu para reacender os protestos do meio artístico e intelectual, assim como dos grupos e das entidades de representação.

Os associados da Federação Independente de Teatro Amador do Paraná (Fitap), em Assembleia Geral Extraordinária, debateram o incidente e enviaram ofícios a Horário Racanello Filho, secretário de Estado da Justiça, e Fernando Lyra, ministro da Justiça. Nestes documentos, sublinharam a importância do Festival Universitário de Teatro de Londrina para o desenvolvimento das artes cênicas no país, também como espaço de discussão democrática acerca da realidade brasileira. Acentuaram o caráter ultrapassado e discriminatório do Código de Menores, que era utilizado para legitimar “atos de insensibilidade e arbitrariedade” do Judiciário e da Polícia, avessos a mudanças. Para evitar a repetição de atos como aquele, reivindicavam a revisão do Código de Menores no que concerne à classificação etária para acesso às produções artístico-culturais, e também a extinção da censura política, da censura prévia e da censura classificatória por faixa etária dos festivais e mostras de teatro amador.³ Ademais, solicitaram que o juiz de menores da Comarca de Londrina e os comissários de menores respondessem judicialmente pelos “atos de arbitrariedade e abuso” que culminaram na prisão do presidente da Confenata (OFÍCIOS nº 1 e 6, 1985).

Além destes ofícios elaborados pela Fitap, políticos, grupos teatrais e instituições culturais enviaram cartas, telegramas, notas de repúdio, manifestando apoio aos organizadores do evento, tais como a Federação de Teatro Amador de Goiás; o vereador Marcos Fernandes, do MDB de Fortaleza; o elenco e a equipe da peça Feliz Ano Velho; a Federação de Teatro Amador do Estado do Maranhão (Fetama); Tatu Penna, vereador e vice-presidente da Confenata; a diretora Jane Azevedo, da Federação de Teatro Amador do Ceará; Orlando Miranda, presidente da Inacen e ex-presidente do SNT; Carlos Roberto Apolloni,

3 É importante mencionar que, na ação ordinária da censura nesse período, a censura política não era mais tão utilizada para justificar a proibição de obras, o que não significa dizer que não era observada pelos técnicos de censura.



secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no Paraná; Alcides Vitor de Carvalho, presidente do sindicato dos professores de Londrina; o presidente Gilberto Espinosa, da Associação de Servidores da UEL; e a Paróquia Anglicana São Lucas.

Todos acentuaram o quanto o Juizado de Menores, em atuação conjunta com a Polícia Militar, havia sido autoritário no exercício das suas atribuições. Isso quando, em 1985, ansiava-se justamente por novos ares. Entidades culturais, educacionais e até religiosas locais lamentavam a interferência da polícia na esfera cultural e a repercussão negativa para a cidade: “é lastimável que Londrina tenha de ser humilhada, vilipendiada e falada no país inteiro como reduto ainda da repressão, e sendo palco dos estertores finais (que assim seja) do terrorismo autoritário” (TELEGRAMA, 1985c). Segundo telegrama do Sindicato dos Professores de Londrina, da Associação de Servidores da UEL e da Paróquia Anglicana São Lucas,

O uso da violência em “defesa” da moralidade é a maior imoralidade.

Esta cidade, sempre tão aberta, arejada e tranquila não merece um vexame destes e não deve ficar calada enquanto estiver sendo palco de títeres arbitrários, deslocados no tempo e sendo usada para uma demonstração de força bruta perante toda a nação (TELEGRAMA, 1985c).

| 107

Carlos Roberto Apolloni, secretário regional da SBPC no Paraná, definiu o episódio como resquício do autoritarismo vigente no Brasil, desde principalmente na ditadura militar, e o “quão delicada será esta fase de ‘retirada de cena’ dos ‘donos da verdade’ e do ‘poder autoritário’” (TELEGRAMA, 1985b). Nesse sentido, afirmou que a SBPC era uma

entidade que tem se pautado por denunciar o autoritarismo e a repressão que tanto tem prejudicado a Cultura e a Ciência Brasileira, não poderia deixar de se manifestar quanto a estes acontecimentos que, longe de representar um incidente local, é manifestação direta de um problema nacional: os estertores (esperamos) do autoritarismo e a reação dos seus guardiões (TELEGRAMA, 1985b, grifo nosso).



Orlando Miranda, presidente da Inacen, que também havia sido diretor do Serviço Nacional de Teatro (SNT) e, como tal, implementou um programa nacional de descentralização das atividades teatrais, acentuou a importância dos festivais de teatro regionais, que proporcionavam ao público, em muitas localidades restritas a poucas opções, o contato com espetáculos teatrais e debates culturais do mais alto nível. Agradeceu a homenagem que lhe foi prestada no XVI Festival de Teatro Universitário de Londrina e elogiou a qualidade da montagem de *Toda Nudez Será castigada*, vetada pelo SCDP em 1968. Por fim, lamentou o episódio envolvendo os organizadores do evento e o Juizado de Menores e informou igualmente que havia notificado Coriolano Fagundes, diretor da DCDP, que se mostrou “altamente sensibilizado com as [...] inquietações e prometeu estudá-las de modo que se possam evitar situações semelhantes” (TELEGRAMA, 1985a).

Não se tratava apenas de desculpas esfarrapadas de Coriolano Fagundes, pois, no mês seguinte ao incidente, o diretor da DCDP emitiu uma portaria liberando as peças inscritas em festivais de teatro da necessidade de passar pela tramitação da censura prévia. Dessa forma, as comissões organizadoras deveriam enviar a programação completa dos festivais, a relação de peças a serem apresentadas, bem como a autorização dos autores, com antecedência de pelo menos 48 horas (PORTARIA nº 7/85-DCDP, 1985; ver também CENSURA, 1985).

108 |

No mesmo ano que emitiu essa portaria em benefício dos festivais de teatro, a gestão de Coriolano Fagundes negou a solicitação do Grupo Delta de Teatro referente à redução da censura de 18 para 16 anos da peça *Toda Nudez Será Castigada*. Como embasamento do requerimento, o diretor do grupo, José Antonio Teodoro, argumentou que “o mesmo texto foi apresentado pela Rede Globo de Televisão de maneira integral [versão cinematográfica] a pouco mais de um ano às 21 horas”. O diretor da DCDP negou a redução da classificação da peça de 18 para 16 anos por considerar a temática inapropriada para menores de idade (PROCESSO, 1968-1985).

É importante ressaltar que o Grupo Delta de teatro solicitou redução de classificação etária em 1984, na gestão de Solange Maria Teixeira Hernandez, antes do incidente com o Juizado de Menores, e também formalizou a mesma solicitação em 1985, na direção de Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, depois do ocorrido no Cine Teatro Ouro Verde.

Toda Nudez Será Castigada tem uma longa ficha na censura que começou em 1968, data da primeira solicitação remetida ao SCDP em Brasília, e se estendeu até 1985, ano da última solicitação examinada conjuntamente pela DCDP e SCDP do Paraná. O primeiro parecer da peça negando-lhe o direito de



encenação data de 16 de abril de 1968 e foi realizado por Coriolano Fagundes quando atuava no SCDP, em Brasília. Na ocasião, o técnico de censura observou: “trata-se, sem dúvida alguma, de obra libertária, fruto de mente doentia, que procura demonstrar a falência da instituição familiar e da formação religiosa, nada apresentando de construtivo” (PROCESSO, 1968-1985).

À primeira vista, pode parecer estranho que as duas solicitações tenham sido negadas por direções com concepções teoricamente bem distintas de censura, mas, examinando a questão mais de perto, não é tão estranho assim. É por esse e outros exemplos que, quando o assunto é censura, até o mais liberal dos censores podia ser bastante conservador nos costumes e, no caso de Coriolano Fagundes, havia também a questão religiosa. Quando deixou a DCDP, tornou-se pastor evangélico, inclinação que já demonstrava nas respostas às cartas à censura. Além disso, em entrevista concedida em 2003, mostrou-se arrependido de ter participado ativamente do desmonte da censura (ver RIBEIRO, 2003).

Por outro lado, é importante sublinhar que, na década de 1960, ocorreram muitas manifestações de protesto do pessoal envolvido com a produção teatral no Brasil. Uma das mais importantes foi a greve dos teatros em fevereiro de 1968. Com a centralização do SCDP em 1967, a edição do AI-5 em 1968 e muitas outras manifestações frustradas pela polícia que as reprimia com violência física, ao mesmo tempo em que a burocracia estatal exercia a violência simbólica, o meio teatral foi, não por iniciativa própria, mas por pressão externa, se fechando às discussões e aos debates sobre política e cultura no Brasil e assim permaneceu ao longo da década de 1970 (ver GARCIA, 2012a). Quando, nos anos de 1980, voltou a reagir coletiva e nacionalmente contra ações consideradas arbitrárias e impostas unilateralmente, isso pode ser entendido como evidência de que os espaços públicos de discussão e debate se abriam paulatinamente e estavam se reorganizando em um novo contexto.

Considerações finais

Por fim, gostaríamos de tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, com abertura política, a DCDP perdia progressivamente a representatividade outrora existente entre as décadas de 1960 e 1970. De meados dos anos 1980 em diante, ela e seus agentes viviam em estado de inanição e, na ausência da representação efetiva, social e política, o Juizado de Menores assumia paulatinamente as funções de “defesa da sociedade”, sobretudo o público que lhe competia zelar, as crianças e os adolescentes, de produções culturais que julgava “pornográficas”, “imorais” ou “perniciosas” para a formação infanto-juvenil.



Em segundo, demonstrava que a censura política, realizada em menor escala pela DCDP na década de 1980 e que não mais justificava a proibição das peças teatrais e outras produções artísticas, continuava sendo apontada nos “pareceres técnicos”, em evidente dificuldade desta em se desapegar de prática amplamente adotada no período ditatorial, seja pelos agentes da censura ou por outros sujeitos que, diante do enfraquecimento desta, julgavam-se aptos a exercê-las, como é o caso do Juizado de Menores, mas também de parte da sociedade. Isso evidencia que criar e alimentar o “monstro” não foi tarefa fácil, mas livrar-se dele quando já não era mais útil aos desígnios do sistema tornou-se empreendimento bem mais complexo e há quem diga que ainda hoje ele não foi completamente aniquilado da sociedade brasileira, sendo a Escola Sem Partido um exemplo significativo disso (ver DIAS; GARCIA, 2023).

Percebe-se, da mesma forma, que a desarticulação da censura de diversões públicas como agenda do projeto de distensão política não estava bem azeitada em 1985, e os artistas e intelectuais tinham razão em temer um recuo de igual ou maior proporção ao que aconteceu em fins dos anos de 1970 após a morte de Petrônio Portella, substituído por Ibrahim Abi-Ackel no Ministério da Justiça. Tão logo este assumiu o cargo, substituiu José Vieira Madeira por Solange Maria Teixeira Hernandes na Direção da DCDP.

110 | É importante ressaltar que o processo de (des)centralização da censura não foi uniforme, uma vez que seu exercício se efetivava por diferentes áreas. Enquanto se descentralizava a censura teatral e de filmes, a DCDP e seus braços auxiliares, os SCDPs, encaminhavam-se para a centralização da censura de letras musicais e televisão. Durante a ditadura militar brasileira, as demandas de (des)centralização da censura, portanto, respondiam simultaneamente à organização burocrático-administrativa do setor e do Estado, também àquilo que era considerado “perigoso” em algum aspecto, ambos sujeitos às orientações políticas de uma ditadura militar que se estendeu por 21 anos e a censura ainda mais, pois já existia antes de 1964, continuou existindo depois de 1985 e há quem diga que nunca foi realmente extinta, apesar de a Constituição de 1988 atestar o contrário.



Referências bibliográficas

Fontes

- ACABAR com a censura ou torná-la classificatória. *Tribuna da Imprensa*, RJ, 10 abr. 1985.
- ALBIN, Ricardo Cravo. *TV, rádio e censura*. Palestra proferida no Seminário Nacional sobre a Censura de Diversões Públicas. Brasília, 11 a 13 de maio de 1981. Funarte, Centro de Documentação (Cedoc).
- CENSURA não atinge mais os festivais. *Tribuna da Imprensa*, 1º jun. 1985.
- CONSTITUIÇÃO do Brasil. Brasília, 24 jan. 1967. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137604/Constituicoes_Brasileiras_v6_1967.pdf. Acesso em 3 jul. 2018.
- DADOS estatísticos das atividades do SCDP/SR/SE, elaborado pelo chefe do SCDP/SR/SE, João de Almeida e Silva. Aracaju, 2 jan. 1986. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Relatórios de Atividades.
- DECRETO nº 20.493. Aprova o regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 24 jan. 1946. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=439107&tipoDocumento=DEC-n&tipoTexto=PUB>. Acesso em 3 jul. 2018.
- DECRETO n.º 70.665. Altera, em caráter provisório, a estrutura do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências. Brasília, 2 jun. 1972.
- DECRETO-LEI nº 1.077. Dispõe sobre a execução do artigo 153 § 8º, parte final, da República Federativa do Brasil. Brasília, 26 jan. 1970. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=589850&id=14239681&idBinario=15712631&mime=application/rtf>. Acesso em 3 jul. 2018.
- DECRETO-LEI nº 1.134. Revoga o decreto nº 50.518, de 2 de maio de 1961, que dispõe sobre a fiscalização de filmes cinematográficos e dá nova redação. Brasília, 4 jun. 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretoconselhodeministros-1134-4-junho-1962-355379-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- DECRETO-LEI nº 200. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, 25 fev. 1967. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=523041&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>. Acesso em 3 jul. 2018.
- DECRETO-LEI nº 43. Cria o Instituto Nacional do Cinema, torna da exclusiva competência da União a censura de filmes, estende aos pagamentos do exterior de filmes adquiridos



a preços fixos o disposto no art. 45 da lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, prorroga por 6 meses dispositivos de legislação sobre a exibição de filmes nacionais e dá outras providências. Brasília, 18 nov. 1966.

DECRETO-LEI nº 56.510. Aprova o regulamento geral do Departamento Federal de Segurança Pública. Brasília, 28 jun. 1965. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=479101&id=14236138&idBinario=15641872&mime=application/rtf>>. Acesso em 3 jul. 2018.

DONA Solange entrega a tesoura e sai pelos fundos. Jornal da Tarde, São Paulo, 14 mar. 1985. EMENDA Constitucional nº 11. Altera dispositivos da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 17 out. 1978. Coleção 1. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/593607/publicacao/15645156>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. Censura & liberdade de expressão. São Paulo: Taika Ltda. Edital, 1974.

GUERRA, Augusto. Novos tempos para a velha tesoura. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 jul. 1985.

HISTÓRICO de atividades da SCDP/SR/SE, elaborado pelo chefe do SCDP/SR/SE, João de Almeida e Silva. Aracaju, 28 nov. 1986. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Relatórios de Atividades.

112 |

LEI nº 5.536. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. Brasília, 21 nov. 1968. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=547405&id=14238405&idBinario=15715812&mime=application/rtf>>. Acesso em 3 jul. 2018.

LEI nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Código de Menores. Diário Oficial da União, Brasília. LIBEROU geral. Correio Brasiliense, Brasília, 28 jul. 1985.

NOVO censor toma posse e promete liberdade nas artes. Gazeta Mercantil, São Paulo, 27 mar. 1985; CENSURA promete total liberdade para adultos. O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 mar. 1985.

OFÍCIO do chefe do SCDP/SR/PR, Benedito Zumas Filho, ao assistente do GAB/SR/DPF/PR. Curitiba, 30 nov. 1983. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Relatórios de Atividades.

OFÍCIO nº 391/64-SCDP, do chefe do SCDP, Edísio Gomes de Matos, ao chefe de polícia do DFSP. Brasília, 12 maio 1964. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Correspondência Oficial, Subsérie Ofício de Comunicação/Solicitação.

OFÍCIOS nº 1 e 6, de 7 de abril de 1985, da Assembleia Geral da FITAP ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, e ao secretário de Estado da Justiça, Horácio Racanello Filho, respectivamente. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Correspondência Oficial, Subsérie Ofício de Comunicação/Solicitação.



REGISTROS DOS **AUTORITARISMOS**

Pesquisas sobre arquivos inéditos das ditaduras no Brasil e na América Latina.

- O NOME da tesoura. Lux Jornal, São Paulo, 15 mar. 1987. Caderno 2. p. 4.
- PORTARIA nº 16/70-SCDP, do chefe do SCDP, Wilson A. de Aguiar. Brasília, 1970. In: Idem, p. 256-257.
- PORTARIA nº 7/85-DCDP, de 28 de maio de 1985, do diretor da DCDP, Coriolano Fagundes. In: Diário Oficial da União, Brasília, 31 maio 1985.
- PORTARIA nº 11/67-SCDP, do chefe do SCDP, Antonio Romero Lago. Brasília, 1º. fev. 1967. Fundo DCDP. Seção Orientação, Série Normatização.
- PORTARIA nº 242/67-DG/DPF, do diretor-geral do DPF, coronel Florimar Campello. Brasília, 12 maio 1967.
- PROCESSO de censura da peça Toda Nudez Será Castigada, de Nelson Rodrigues. Fundo DCDP, Seção Censura Prévia, Série Teatro, Subsérie Peças Teatrais.
- RELATÓRIO anual referente a 1983, elaborado pela chefe do SCDP/SR/SP, Maria Inês Rolim Cauchioli. São Paulo, 4 jan. 1984. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Relatórios de Atividades.
- RELATÓRIO anual referente a 1983, elaborado pela chefe do SCDP/SR/RS, João Bispo da Hora. São Paulo, 5 jan. 1984. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Relatórios de Atividades.
- RELATÓRIO anual referente a 1983, elaborado pelo chefe do SCDP/SR/PR, Benedito Zumas Filho. Curitiba, 3 jan. 1984. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Relatórios de Atividades.
- RELATÓRIO anual referente a 1983, elaborado pelo chefe do SCDP/SR/SE, João de Almeida e Silva. Aracaju, 26 dez. 1983. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Relatórios de Atividades.
- RELATÓRIO de suspensão da Rádio Manchester FM, da cidade de Juiz de Fora/MG, em cumprimento à portaria nº 14/1983-DCDP, de 21 de novembro de 1983, elaborado pela técnica de censura do SCDP/SR/MG, Ivone Zímmermann. Juiz de Fora, 10 nov. 1983. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Relatórios de Atividades.
- RIBEIRO, Belisa. Votar ou liberar a cultura. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 2003. Caderno B.
- RODRIGUES, Carlos; MONTEIRO, Vicente; GARCIA, Wilson de Queiroz. Censura federal. Brasília: C.R. Editora Ltda., 1971.
- SICHEL, Berta. Quem quer a censura? Isto É, São Paulo, p. 46-49, 21 mar. 1979.
- TELEGRAMA do presidente da Inacen, Orlando Miranda. Rio de Janeiro, 1985a. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Correspondência Oficial, Subsérie Ofício de Comunicação/Solicitação.
- TELEGRAMA do secretário regional da SBPC no Paraná, Carlos Roberto Apolloni. 1985b. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Correspondência Oficial, Subsérie Ofício de Comunicação/Solicitação.



TELEGRAMA do Sindicato dos Professores de Londrina, da Associação de Servidores da UEL e da Paróquia Anglicana São Lucas. 1985c. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Correspondência Oficial, Subsérie Ofício de Comunicação/Solicitação.

Referências bibliográficas

ALBIN, Ricardo Cravo. Driblando a censura: de como o cutelo vil incidiu na cultura. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

CAROCHA, Maika Lois. Pelos versos das canções: um estudo sobre o funcionamento da censura musical durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2007. 130 f.

CRUZ, Mônica de Souza Alves da Cruz. O processo de censura à peça teatral Calabar. 2002. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. 51 f.

DARNTON, Robert. Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DIAS, Jennifer; GARCIA, Miliandre. O Movimento Escola sem Partido (MESP): entre o controle político da atividade docente e as tentativas inconstitucionais de retomada da censura. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, 2023. (no prelo)

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, n. 5, p. 251-286, set. 2002.

FICO, Carlos; GARCIA, Miliandre (orgs.). Censura no Brasil republicano (1937-1988): governo, teatro e cinema. Salvador: Sagga, 2021.

FICO, Carlos; GARCIA, Miliandre (orgs.). Censura no Brasil republicano (1937-1988): sociedade, música, telenovelas e livros. Salvador: Sagga, 2021.

FIUZA, Alexandre Felipe. Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006. 360 f.

GARCIA, Miliandre. “Ou vocês mudam ou acabam”: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 420 f.

GARCIA, Miliandre. Contra a censura, pela cultura: a construção da unidade teatral e a resistência cultural à ditadura militar no Brasil. ArtCultura (UFU), v. 14, p. 1-25, 2012a.

GARCIA, Miliandre. “O sopro instável dos ventos políticos”: o processo de formação dos técnicos de censura a partir dos anos 1960 e os seminários de censura de diversões públicas no início da década de 1980. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). 1964: 50 anos depois – A ditadura em debate. Aracaju: Edise, 2015. p. 389-433.



- GARCIA, Miliandre. “Teatro agora é livre”: as contradições de Gama e Silva e as negociações com o setor teatral (1967-1968). *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, p. 221-246, maio 2012b.
- GARCIA, Miliandre. Teatro, censura e “supercensura” na ditadura militar. In: FONTANA, Fabiana Siqueira; GUSMÃO, Henrique Buarque de (orgs.). *O palco e o tempo: estudos de história e historiografia do teatro*. RJ: Gramma, 2019. p. 109-142.
- HEREDIA, Cecília Riquino. *A caneta e a tesoura: dinâmicas e vicissitudes da censura musical no regime militar*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 149 f.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARCELINO, Douglas Attila. *Para além da moral e dos bons costumes: a censura televisiva no regime militar*. Rio de Janeiro, 2004. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- MARTINS, William de Souza Nunes. *Produzindo no escuro: políticas para a indústria cinematográfica brasileira e o papel da censura (1964-1988)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. 232 f.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.
- PINTO, Leonor Estela Souza. *Le cinema bresilien au risque de la censure pendant la dictature militaire de 1964 a 1985*. 2001. Tese (Doutorado) – Université de Toulouse, Toulouse, 2001. 128 f.
- REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2011.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. “Em defesa da moral e dos bons costumes”: a censura de periódicos no regime militar. (1964-1985). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 253 f.
- STEPHANOU, Alexandre Ayub. *O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público. Um processo de ‘modernização burocrática’ e seus impedimentos (1964-1988)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. 370 f.
- TAVARES, Márcio. *Arte sob ataque: os usos e abusos da arte pelas redes reacionárias durante a censura da exposição Queermuseu*. *Modos: Revista de História da Arte, Campinas*, v. 6, n. 1, p. 18-49, 2022.

“Subversivos e catequizadores”: Intelectuais e o inquérito policial-militar do jornal Reunião

Rodrigo Czajka¹

Os IPMs e a fabricação da subversão comunista

| 117

Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), instrumentos de investigação e criminalização de acusados pela subversão da ordem social e política durante o regime militar no Brasil (1964-1985), considerados hoje do ponto de vista da pesquisa acadêmica, trazem consigo uma série de implicações, não apenas porque constituem fontes documentais pouco analisadas, mas também porque são resultado de um processo em que a informação se tornou um componente essencial na dinâmica repressiva dos órgãos militares. E o que mais transparece nessa documentação são os padrões de averiguação e investigação adotados nos inquéritos e, por conseguinte, a fabricação de um inimigo interno em estreita relação com o comunismo internacional, tanto que muitos destes IPMs foram iniciados com a constatação do fenômeno da

¹ Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná/UFPR. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 - CNPq. Tem experiência na área de Filosofia e Sociologia com ênfase em Sociologia da Cultura, Pensamento Social Brasileiro e Sociologia dos Intelectuais. Atua nos seguintes temas: cultura e sociedade, indústria cultural, intelectuais, esquerdas, teoria social marxista, resistência cultural, ditadura militar e redemocratização no Brasil.



subversão e concluíram inculcando, em seus relatórios finais, a infiltração comunista em território brasileiro. Segundo Maria Helena Moreira Alves,

os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do “inimigo interno”, como primeiro passo. Uma vez concluído um inquérito, [...] a punição caberia final cabia ao presidente, governadores de Estados ou prefeitos. Carentes de qualquer fundamentação jurídica formal, os IPMs não se submetiam a regras fixas de comprovação. Os próprios coronéis frequentemente estabeleciam os preceitos legais sobre os quais deviam basear suas decisões. O testemunho da “opinião pública” era suficiente, em certos casos, para provar as atividades subversivas ou revolucionárias que justificavam a punição. [...] A simples acusação num IPM bastava para desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura².

118 | Ainda que os inquéritos tenham se tornado instrumentos jurídicos que normalizaram a lógica militar da repressão, em suas centenas de milhares de páginas, registraram a forma como o fenômeno da subversão comunista e as resistências das esquerdas à ditadura militar foram interpretados pelos órgãos de informação e utilizados para indicar uma pretensa “comunização” da sociedade brasileira³. Com respaldo político e jurídico, o combate às “ideologias alienígenas” resultou no fortalecimento de instituições anticomunistas que se ocupavam da tarefa primordial de informar os cidadãos sobre aquilo que era caracterizado como uma invasão do território pátrio. Não custa lembrar que a Guerra Fria estava fixada no horizonte geopolítico com os blocos comunista e capitalista e, por suposto, a caracterização do inimigo passaria necessariamente pelas categorias definidoras desse conflito, no qual a “comunização” não era simplesmente um subproduto da política expansionista soviética sobre o Ocidente, mas um dos seus principais instrumentos.

2 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005. p.69-71.

3 Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “o perigo comunista era considerado real por setores expressivos, geralmente situados no topo da estrutura social. Eles [os anticomunistas] acreditavam ter razões para defender os valores da tradição, família, religião e pátria, ou mesmo valores do mundo moderno como democracia e livre-iniciativa, contra as investidas revolucionárias. Afinal, os comunistas brasileiros não eram fantasmas. Embora, o comunismo nacional não fosse a expressão do que havia de mais forte no movimento revolucionário mundial, também não se podia desprezar sua capacidade de atuação. Significativamente, os momentos de maior mobilização anticomunista se deram em contextos de crescimento da influência do PCB”. (MOTTA, 2002, p. 280)



Esse padrão esteve expresso em muitos IPMs e revelava a preocupação que os militares tinham em elaborar uma genealogia do comunismo no Brasil, a fim de entender sua organização interna a partir das influências externas. A partir dos depoimentos, testemunhos, das delações, dos anexos, documentos apreendidos, das provas e correspondências, tornou-se possível detectar uma rede complexa de relações sociais e políticas de indivíduos direta ou indiretamente relacionados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Portanto, com o devido afastamento histórico, é factível, a partir dessa documentação, investigar as resistências culturais articuladas pelas esquerdas (com enfoque nos comunistas) e as maneiras pelas quais se estabeleciam as redes de sociabilidade entre seus principais protagonistas.

Não se trata de dar primazia ao corpo documental constituído pelos IPMs em detrimento da análise e da problematização das fontes. Ao levantarem indícios durante as investigações, os inquéritos apresentaram um percurso retrospectivo e histórico da ação dos envolvidos ou indiciados em crimes contra a Lei de Segurança Nacional (LSN). Isso quer dizer que, apesar de inúmeros IPMs institucionais terem sido abertos – parte significativa deles – após abril de 1964, a investigação sobre a “infiltração comunista” era proveniente de período anterior ao golpe militar.

Por outro lado, se antes do golpe viveu-se um período de euforia e expectativa por um processo revolucionário que levou diferentes órgãos de informação do Estado a promoverem investigações e averiguações sobre seu caráter, nos meses que se sucederam ao golpe, o entusiasmo converteu-se em crise e desarticulação daquelas organizações que haviam promovido a agitação popular e o debate público⁴. Também porque, com a Declaração de Março do PCB (1958), o partido abria a possibilidade para revisões de suas diretrizes políticas, sobretudo quando condenou a burocratização patrocinada pelo stalinismo e favoreceu a emergência e visibilidade pública de intelectuais que, direta ou indiretamente, estavam vinculados ao PCB (CARONE, 1982, p. 176-196). Essa “abertura” evidenciou sobremaneira as dissidências constitutivas do partido e as diferentes formações sociais e culturais que compunham sua militância no decorrer do século XX⁵. Discussões foram travadas em diversos periódicos, promovendo a emergência de núcleos intelectuais comunistas, antes secundários

⁴ Sobretudo, no que se refere às agitações políticas propiciadas pelas Reformas de Base no início da década de 1960.

⁵ Conforme Raymond Williams, “em muitos dos trabalhos de sociologia da cultura, descobrimos que temos de lidar não só com instituições gerais e suas relações típicas, mas também com formas de organizações e de auto-organização que parece muito mais próximas da produção cultural. [...] É, pois, aprendendo a estudar a natureza e a diversidade das formações culturais – em estreita ligação com o estudo das formas culturais – que podemos caminhar na direção de uma compreensão mais adequada dos processos culturais imediatos da produção cultural”. (WILLIAMS, 2000, p. 57; 85).

na vida política do PCB. Contrários à centralidade burocrática instituída pelo partido, algumas dessas formações possibilitaram a evidenciação de determinados intelectuais e artistas em uma esfera pública não-organizada (PROKOP, 1986, p. 104-114), que daria contornos sociais a uma nova cultura política ensejada pelo processo de crítica e autocrítica da militância comunista vinculada aos comitês culturais do PCB⁶.

Aquilo que Carlos Nelson Coutinho denominou de “batalha das ideias”⁷ esteve expresso nesse momento de reorganização das organizações de esquerda e partidos de oposição, e favoreceu o surgimento de importantes periódicos culturais que colocaram em discussão novas perspectivas e interpretações sobre a sociedade brasileira, os impasses da ditadura, bem como ensejou o fortalecimento de novos programas políticos – como foi o caso do processo de renovação do marxismo brasileiro, iniciado em 1958.

A construção da visibilidade pública dos intelectuais ligados ao PCB foi um processo que atingiu toda a esquerda. As dissidências eram, antes de qualquer coisa, um esboço na formação de um campo autônomo em que o intelectual estaria representado como seu principal sujeito histórico. Isto é, as revisões empreendidas no final da década de 1950 por parte da intelectualidade comunista diziam respeito a uma nova configuração do campo intelectual e artístico de esquerda⁸. Ainda que fosse um “movimento” incitado pelos próprios comunistas, intelectuais e artistas eram suscetíveis à transformação, que advinha de um lento, mas sólido processo de formação da autonomia intelectual frente às instituições públicas como o Estado e os partidos políticos⁹.

Daí o porquê de os IPMs, em sua grande maioria, remontarem às investigações do contexto anterior ao golpe militar e se estenderem pela década seguinte, pois se tratava não apenas de reprimir as atividades classificadas como subversivas, mas de levantar informações sobre comunismo e seus agentes “doutrinadores”. Visto assim, esses inquéritos possuem uma especial singularidade em relação à interpretação oficial que se produziu sobre o “movimento comunista” no Brasil: dão-nos outra perspectiva sobre o funcionamento das entidades, organizações, dos grupos e das células, pois estes IPMs, ao priorizarem a “subversão comunista” como eixo central das investigações, tomaram como referencial a propaganda comunista e seus meios de disseminação.

6 A respeito do Comitê Cultural do PCB, ver: RUBIM, 1987; SANTOS, 1988; LIMA, 995.

7 Carlos Nelson Coutinho em entrevista a Marcelo Ridenti, 24 de janeiro de 1996.

8 Conforme: RUBIM, 1998, p.305-382; FREDERICO, 1998, p.274-304.

9 Sobre esse aspecto da formação de uma autonomia constitutiva da atividade intelectual, ver: CZAJKA, 2011, p, 57-82.



Hoje analisados, estes inquéritos denotam uma apuração exaustiva – ainda que muitas vezes equivocada – pelos setores de informação das Forças Armadas sobre o fenômeno do comunismo no Brasil. Os responsáveis pela grande maioria dos IPMs detinham a patente de coronel e, por essas condições, mantinham vínculos diretos ou indiretos com a Escola Superior de Guerra (ESG), uma das instituições responsáveis pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) – o que correspondia à Lei de Segurança Nacional (LSN), ou seja, às diretrizes jurídicas de segurança interna do Estado na iminência de qualquer tipo de ação, qualificada como crime, que atentasse contra a ordem. Desse modo,

os crimes contra a segurança do Estado são os crimes políticos. Para que possa se caracterizar o crime político é indispensável que a ofensa aos interesses da segurança do Estado se faça com particular fim de agir. [...] Nos crimes contra a segurança interna, esse fim de agir é o propósito político-subversivo. [...] Com a Doutrina de Segurança Nacional pretendeu-se substituir a noção de crime contra a segurança do Estado por um outro esquema conceitual, que se refere a certas ações que atingem os objetivos nacionais. Segundo tal doutrina, entende-se por segurança nacional o grau relativo de garantia que, através da ação política, econômica, psicossocial e militar, o Estado proporciona à nação, para consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões, existentes ou potenciais¹⁰.

| 121

Das pesquisas realizadas a partir do acervo documental do Superior Tribunal Militar (STM) resultou um conjunto de informações sobre a estruturação e organização do movimento comunista, suas operações e sua lógica de funcionamento. Foram informações produzidas pelos militares que procuravam desvendar os artifícios do “inimigo”, mas que, no máximo, descreveram a superfície do fenômeno sem se preocupar em detalhar as organizações comunistas. Por outro lado, havia o ímpeto pela apresentação de provas documentais¹¹ associado à necessidade de apresentação das provas e de comprovação de que a luta contra o comunismo não era algo casual ou uma aventura militar. Na representação que os militares faziam dos comunistas,

10 Conforme verbete do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB*. FGV/CPDOC.

11 Muitas dessas “provas” foram obtidas por meio de busca e apreensão na residência de suspeitos ou réus e que hoje constituem o montante mais significativo dos IPMs, se levados em consideração seus aspectos históricos e sociológicos. Cartas, diários, anotações, livros, exemplares de livros que, naquele momento da instrução do processo, serviram de prova documental e apenso do processo, hoje são fontes inesgotáveis para a análise das redes intelectuais e artísticas no pós-golpe de 1964.



não se tratava apenas de uma mera diligência da caserna contra revoltosos descontentes com um governo opressor¹². Porque, ainda que as organizações associadas ao comunismo passassem por problemas de ordem política, ideológica e até jurídica, mesmo assim, as provas que compunham os IPMs procuravam demonstrar a organicidade do movimento – organicidade esta que se revelava, segundo os militares, na ação da propaganda e doutrinação comunistas. Por meio dela, segundo o modelo explicativo construído pelos militares, que outras esferas da vida social eram “contaminadas”, de modo que a observação detalhada desse aspecto de difusão do pensamento comunista seria vital para se entender os demais instrumentos de legitimação do comunismo como um fenômeno mais amplo.

Nestes inquéritos, o jornal Reunião foi compreendido como parte da campanha comunista de agitação e propaganda, muito embora parte considerável dos colaboradores da publicação não tivesse vinculação com o PCB ou com qualquer movimento de esquerda amparado nas diretrizes do “comunismo internacional”. Entre os réus constavam os nomes de Paulo Francis, Thiago de Mello, Anna Arruda, Carlos Heitor Cony, Fernando Pessoa Ferreira, Joaquim Ignácio Cardoso, Carmen Silva, Fortuna, Hermano Alves, Gilberto Paim, Jaguar, Marcio Moreira Alves, Newton Carlos, Thereza Cesario Alvim, Antonio Houaiss, Otto Maria Carpeaux e Alceu Amoroso Lima, além de Ênio Silveira. Este último, já sucintamente analisado em outras ocasiões (CZAJKA, 2020, p. 149-174), esteve à frente do projeto editorial do jornal, assim como de outras experiências de sucesso como a Revista Civilização Brasileira.

122 |

O jornal Reunião e os inquéritos militares

Ênio Silveira (1925-1996), na década de 1960, já havia se tornado um editor com carreira promissora e, na direção da editora Civilização Brasileira, lançou bases para a renovação do mercado editorial nos anos seguintes. Aliás, há um número significativo de pesquisas, artigos e biografias que confirma e detalha sua importância no mercado livreiro daqueles anos. E, no processo de ampliação de mercado das publicações periódicas na década de 1960, Ênio

12 Conforme descreve trecho de um relatório incluído no IPM do ISEB: “Seria ingenuidade grosseira tomar-se a ação comunista no Brasil como movimento doméstico, particular, privado, de sentido puramente nacional, pois ela está identificada, pelos seus processos pela sua linha de ação, com a revolução social de âmbito internacional orientada pela União Soviética de Marx, até o dogmatismo chinês de Mao Tse-Tung”. IPM do ISEB, vol. 26, p. 6.518.



Silveira também investiu na publicação de novos títulos, seja na condição de editor ou diretor. Foi com essa propriedade e com o reconhecimento de seu trabalho pelos pares intelectuais, que colaboravam com a editora Civilização, que três novas publicações periódicas foram colocadas em circulação no ano de 1965, além da celebrada Revista Civilização Brasileira: os jornais Reunião e Folha da Semana e a revista Política Externa Independente.

Quanto ao jornal Reunião, este tinha um propósito bastante objetivo: firmar-se como um periódico de circulação popular a valores módicos. Tratava-se de um pequeno tabloide convencional, impresso em papel jornal, de caráter informativo, muito semelhante aos jornais de circulação diária e tinha uma edição de 40 mil exemplares a cada número¹³. Mas, diferentemente dos diários então em circulação, Reunião era um semanário que procurava ampliar o espaço das publicações da editora Civilização Brasileira entre o público consumidor de jornais de notícias e informativos. Em seu expediente, estava expressa a vinculação do periódico com a editora, descrevendo-se como “um semanário da Editora Civilização Brasileira” (SILVEIRA, 1965a, p. 02).

Seu primeiro número circulou em 20 de outubro de 1965, e o editorial de apresentação foi assinado pelo próprio Ênio Silveira. Interessante notar que, ao mesmo tempo em que Silveira colocava em circulação o tabloide, outras publicações também dirigidas por ele estavam a circular na tentativa de alcançar os mais diferentes públicos. No caso de Reunião, seu primeiro editorial asseverava:

Suas páginas, livres e independentes, pretendem abrir para todos os leitores um ângulo de análise, um campo de debates. A notícia interpretada, o fato e as suas motivações claramente explicadas com isenção, acima de engajamentos radicais ou de posições ortodoxas. REUNIÃO será um semanário de esquerda que chamaríamos ecumênico, abrangendo todos aqueles que, dentro ou fora dos partidos, procuram modificar a presente estrutura socioeconômica do País e muni-lo de instrumento mais adequados para a sua efetiva emancipação e o seu verdadeiro (e planejado) desenvolvimento. Nossa política será o da frente democrática ampla e obviamente não-sectária. Nossa linguagem será a de completa independência: não respeitaremos tabus nem adoraremos vacas sagradas. [...] Seremos contra o conformismo,

13 Número confirmado pelo próprio Ênio Silveira em depoimento em 31 de janeiro de 1966, conforme IPM do jornal *Reunião*, p. 93.

contra a verdade absoluta, contra as posições esquemáticas que, sob inspiração de duvidosas táticas, não conseguem jamais pôr de pé uma estratégia de interesse nacional. Os melhores nomes do jornalismo brasileiro estão em REUNIÃO colaborando conosco para criar um clima de liberdade e de especulação criadora que, infelizmente, já não existe em plenitude na chamada grande imprensa. Foi por isso que surgimos. É para isso que trabalharemos. (SILVEIRA, 1965a, p. 02)

Dentre os profissionais que participaram da elaboração do jornal estavam, além de Ênio Silveira (diretor geral), estavam Paulo Francis (diretor responsável), Thiago de Mello (secretaria e arte), Joaquim Ignacio Cardoso (gerência) e Ana Arruda, Carlos Heitor Cony, Fernando Pessoa Ferreira (redatores). E entre os debates acolhidos pelo jornal, um teve repercussão pelo fato de trazer a questão da crise das esquerdas frente ao processo eleitoral que se desenrolava na segunda metade do ano de 1965. O artigo que deu início ao debate foi o de Paulo Francis, intitulado “A crise das esquerdas”. Tecendo análises sobre as eleições para governador em 03 de outubro daquele ano, Francis dizia que

124 |

as esquerdas participaram da mistificação em massa de 3 de outubro quando a minoria alfabetizada do povo votou nos candidatos permitidos pelo Mal. Castelo Branco. [...] As esquerdas podem pôr na rua 2 mil gatos pingados capazes de sugerir ao eleitorado onde está o inimigo de classe. [...] Mas como força independente não existem fora dos gabinetes e de organizações mirins cuja influência maior é auto-infligida. [...] Para atingir a segunda dentição as esquerdas precisam definir uma estratégia, dizer o que são, a que vêm, o que pretendem. Se sua luta tem de ser legal, não necessitam portar-se como um PSD com idioma ideológico, descaracterizando-se no manobrismo tático. [...] Sem uma identidade própria seu marginalismo se aprofundará. Os populistas a que servem de enfeite não são adversários à altura das forças vitoriosas no 1. de abril. [...] A oportunidade é agora. As esquerdas foram abatidas pelo Golpe ao nível mínimo de participação no processo político. Seu problema está em decidir se vão reerguer-se de quatro ou de pé. (FRANCIS, 1965, p. 32)



A resposta imediata ao artigo de Paulo Francis foi dada por Leandro Konder já no número seguinte do jornal. Este último, em resposta a Francis, redigiu um artigo intitulado “Paulo Francis e as esquerdas”. Nele, Konder não se preocupou com a análise eleitoral como fizera Francis, mas analisou a forma com que o jornalista concebera a mobilização das esquerdas frente ao pleito eleitoral de 1965. Dirigia-se Konder a Paulo Francis:

É claro que, em alguns pontos de seu artigo, PF tem razão. Mas ter razão secundária e setorialmente é uma das maneiras mais comuns de não a ter. Os cegos da fábula também tinham razão, de certo modo, quando cada um deles examinava e descrevia uma determinada parte do corpo de um elefante. PF se aproximou do multiforme elefante das esquerdas, segurou-lhe o rabo e disse: “Eis a que se reduz este pobre animal: é apenas um pedaço de corda insignificante e mal cheiroso”. [...] Nas diversas forças de esquerda – que PF trata como se constituíssem um todo orgânico, subestimando-lhes assim, as contradições internas – existem, sem dúvida, o oportunismo, o reboquismo e outras mazelas denunciadas no artigo. (KONDER, 1965, p. 31)

| 125

Ainda neste segundo número, de 27 de outubro de 1965, Ênio reforçara o tom do editorial do primeiro número, sobretudo no que dizia respeito ao processo de recrudescimento da repressão militar e o espaço político que, aos poucos, a “linha dura” vinha conquistando no interior das instituições de Estado, tomadas de assalto com o golpe em abril de 1964. Passado um ano e seis meses, parcelas significativas de uma esquerda intelectualizada ainda vislumbravam um retorno democrático garantido por alas progressistas da cúpula das Forças Armadas, o que, de fato, não ocorreu. Pelo contrário, a repressão se acentuou com a promulgação do Ato Institucional nº2, como veremos adiante. Aliás, o AI-2 foi publicado no mesmo dia em que este segundo número do Reunião era posto em circulação, e Ênio Silveira parecia antever a situação em que muitos estariam submetidos dali alguns dias. Escrevia Ênio,

É preciso lutar com vigor contra a violência pretendida e levar ao Congresso, por desmoralizado que esteja, por castrado que tenha ficado depois do expurgo de alguns de seus mais combativos representantes, o estímulo da revolta e do horror de toda a Nação Brasileira. Caso não o consigamos, estará abolido o princípio

federativo, estará reduzido a proporções mínimas o pouco que ainda nos resta de dignidade cívica e auto-respeito. Várias centenas de brasileiros, punidos sem julgamento pelo Ato Institucional, ver-se-ão colocados na odiosa condição imposta por Hitler aos judeus: domicílio coacto, mordaça da boca, suspensão dos direitos civis. Só lhes faltará, depois disso, a obrigatoriedade de usar braçadeiras identificadoras ou a estrela amarela costurada em suas roupas. REUNIÃO dedicará boa parte deste segundo número à análise dessa ameaça, que a todos os seus redatores parece mortal. Quem se omitir, em hora tão grave, pagará o duplo preço da opressão e da infâmia. Jornalistas de várias tendências ideológicas se encontram unidos, aqui, nesta luta pela sobrevivência democrática. Em mobilização idêntica precisam encontrar-se todas as camadas de nosso povo. Se souberem atuar coordenadamente, aliviarão o Congresso da pressão e da chantagem que o Executivo ora exerce sobre ele e poderão conquistar de modo pacífico o direito a dias melhores em futuro próximo. Se capitularem, se permitirem que as cúpulas partidárias conservadoras negociem uma relativa segurança à sua custa, perderão as pequenas áreas de manobra de que ainda dispõem. Ou estaremos à altura das tarefas que a consciência democrática nos impõe, ou merecemos a derrota e a ditadura (SILVEIRA, 1965b, p. 02).

Interessante frisar que – e isso transparece em diferentes análises de conjuntura, artigos de opinião e crônicas jornalísticas –, em meados de 1965, ainda existia a possibilidade de que garantias constitucionais ou um certo espírito republicano fossem evocados para colocar em xeque a chamada linha-dura, em defesa dos militares moderado. Ora, o próprio Ênio reconhecia que

[...] que essa tal linha dura não congrega contingente superior a cinco por cento da oficialidade e que chega mais depressa a manchetes dos jornais do que às vias de fato. Mas é o bastante: implanta-se de novo a intranquilidade no país, os boatos fervem, dando-nos a impressão de que os tanques de guerra logo estarão nas ruas. (SILVEIRA, 1965b, p. 02).



Mas fato mesmo é que os tanques nunca saíram das ruas. E a sentença descrita nesse editorial que “ou estaremos à altura das tarefas que a consciência democrática nos impõem, ou merecemos a derrota e a ditadura” também demonstrava que setores intelectualizados, do qual fazia parte o próprio Ênio, ainda não tinham plena clareza dos desdobramento do golpe de 1º de abril de 1964 – seja porque ignoraram a presença da linha-dura desde o primeiro momento ou porque a chamada “relativa hegemonia cultural de esquerda” impediu que vislumbrasse a repressão para além dos círculos do consumo cultural das classes médias urbanas (SCHWARZ, 2008, p. 70-111).

De todo modo, o jornal *Reunião* teve uma vida curta, pois, com o terceiro número, extinguiu-se¹⁴. A indicação mais evidente dessa súbita abreviação foi a edição do AI-2, em 27 de outubro de 1965, com muitos dos seus redatores e colaboradores fichados e indiciados pelos serviços de informação do governo Castelo Branco. Entre outras coisas, o AI-2, no seu artigo 15, descrevia que “no interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, com o apoio do Conselho de Segurança Nacional, poderia suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos, à revelia da Constituição”. Aqui começava o pesadelo das esquerdas intelectualizadas e dos profissionais do setor cultural, que tinha, no público universitário, seu principal veículo de disseminação das ideias de oposição ao regime militar. Ou seja, o AI-2 pode ser interpretado como o AI-5 dos intelectuais, na medida em que incidiu sobre as esquerdas intelectualizadas com tamanha força que muitos projetos culturais ensejados nesse período ou foram interrompidos ou censurados pelos órgãos de repressão com endosso de setores da sociedade brasileira que apoiaram o golpe de Estado e a ditadura militar dele decorrente. A editora *Civilização Brasileira* e a própria *Revista Civilização Brasileira* (esta editada a partir de março de 1965) sofreram com a onda de choque do AI-2, pois suas edições, que eram bimensais, foram interrompidas a partir de outubro de 1965. Voltaram a circular somente em março de 1966, com a publicação de dois números geminados (os números 5 e 6). Aliás, segundo depoimentos de amigos de Ênio Silveira, foi em virtude da promulgação do AI-2 que o editor, que até então não era filiado a nenhum partido de esquerda, decidiu-se definitivamente pela filiação ao partido¹⁵.

14 Três números foram publicado: nº 01 de 20/10/1965, nº 02 de 27/10/1965, nº 03 de 03/11/1965.

15 Segundo afirmou Carlos Heitor Cony: “Depois que demoliram o prédio da Sete de Setembro, Ênio foi para uma sala na Avenida Central junto com Paulo Francis e o Joaquim Inácio Cardoso. Esse grupo começou a tocar a *Civilização*. Então Ênio fez um jornal chamado *Reunião*, saíram dois números, com o mesmo grupo. [...] Aí veio o AI-2 e o grupo da *Civilização* se dispersou ideologicamente. O Ênio fez a escolha dele, entrou para o Partidão, e muita gente se afastou dele.” Apud VIEIRA, 1997, p. 11.

O interior paulista na rota do comunismo

A onda de repressão estimulada pela promulgação do AI-2, em 27 de outubro de 1965, resultou em um sem-número de denúncias sobre presumidas ações comunistas no território brasileiro. No caso do jornal Reunião, curiosamente, foi na cidade de Taubaté, interior do Estado de São Paulo, o lugar onde a primeira denúncia sobre o periódico foi registrada, que resultou na instauração de um IPM com propósito de investigar as atividades subversivas de seus autores.

Com base no inquérito hoje depositado nos arquivos do STM, o processo de investigação teve, como ponto de partida, uma denúncia registrada na cidade de Taubaté no dia 20 de outubro de 1965, ou seja, dia de lançamento do primeiro número do Reunião na cidade do Rio de Janeiro! Por meio de um radiotelegrama, o delegado regional da política de Taubaté, Ivahir Freitas Garcia, comunica ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo que tendo sido “distribuído efusivamente a todas as bancas do jornal desta cidade o primeiro número do periódico denominado Reunião, sob direção de Ênio Silveira [...], respeitosamente consulto Vossa Senhoria sobre a legalidade da circulação desse semanário” (IPM do jornal Reunião, p.39)

128 |

No dia 12 de novembro de 1965, há pedido de apreensão do jornal Reunião na cidade de Sorocaba, por determinação da Delegacia Regional de Polícia do Estado de SP. O investigador sai em diligência e apreende 52 exemplares do jornal encontrados em 10 bancas da cidade¹⁶. Em Araraquara, por sua vez, são apreendidos dois exemplares (primeiro e segundo número) do Reunião, no dia 09 de novembro de 1965. Em Marília, também são apreendidos exemplares do jornal, em um total de 31 exemplares (10 exemplares do dia 27 de outubro e 21 exemplares da edição do dia 20 de outubro), todos apreendidos na sede da Distribuidora Constanzo Ltda¹⁷.

Mas foi na cidade de Taubaté que a instrução do processo foi mais acurada, inclusive, com a inquirição de proprietários de bancas de jornal (nos quais estavam sendo comercializados os três números do Reunião) e de distribuidores de material periódico. Interessante notar que, antes mesmo que a Dops da capital do estado determinasse qualquer tipo de diligência com base no AI-2, o delegado regional de Taubaté, em 12 de novembro de 1965, em radiotelegrama comunicava:

16 Conforme as páginas 05 e 06 do IPM (citar corretamente)

17 Conforme página 12 do IPM...



Informo Vossa Senhoria que no dia 20 de outubro comuniquei o Ilustre Diretor do DOPS sobre a distribuição dos jornais Reunião pelas bancas locais, ao mesmo tempo em que consultei sobre a legalidade de sua circulação, de vez que continha artigos de caráter subversivo. Enquanto aguardava resposta do Diretor, por medida de cautela determinei que o sr. Vitoria Zappa, distribuidor local de jornais recolhesse os números enviados para as bancas (IPM do jornal Reunião, p. 20).

No mesmo dia, o delegado geral do Dops/SP respondia ao documento de Taubaté, dizendo: “solicito apreensão e remessa a esta delegacia especializada, com urgência, de todos os exemplares das 1ª, 2ª e 3ª edições do Semanário Reunião, editado no Rio de Janeiro, acompanhados da necessária sindicância, para posterior encaminhamento à justiça competente”. Quem assinava essa circular era o delegado Francisco Eduardo Sertório Canto¹⁸. E, de fato, além da instrução do processo com o recolhimento dos jornais em Taubaté como prova do crime de subversão, a delegacia regional se encarregou de realizar toda a investigação necessária para o estabelecimento da sindicância.

Assim como em Taubaté, em Santa Cruz do Rio Pardo – outra cidade do interior paulista –, também foi instaurado processo de sindicância muito semelhante, que denunciava, junto ao Dops da capital do estado, a comercialização do Reunião pelas bancas da cidade:

Tendo esta autoridade surpreendido hoje, por volta das 10 horas e 30 minutos, na banca de jornais dessa cidade, venda pública do semanário Reunião, editado no Rio de Janeiro, com datas de 27 de outubro do corrente ano, com artigos e títulos de caráter subversivo, ofensivos à dignidade do governo da república e com críticas violentas a personalidades do Exército, determino que tais jornais sejam apreendidos [...] Considerando que todo o incitamento e ataque aos poderes constituídos são crimes previstos em Lei 1802/53; [...] considerando que o Ato Institucional nº 2 preceitua no seu artigo nº 8, parágrafo 1 e 2 que compete à justiça militar, na forma da legislação processual, o processo e julgamento dos crimes previstos na Lei 1802/53, determino que

18 Francisco Eduardo Sertório Canto é atualmente desembargador empossado pelo quinto constitucional no Estado de Pernambuco.

sobre o fato seja instaurada sindicância liminar (IPM do jornal Reunião, p. 55. Grifo do autor).

E assim como em Taubaté, em Santa Cruz do Rio Pardo, foram interrogados donos das bancas de jornal e os responsáveis pela distribuição do jornal Reunião na cidade. Mas é interessante notar que, diferentemente da sindicância de Taubaté, em Santa Cruz do Rio Pardo, o delegado regional já mencionava o AI-2 como instrumento legal de repressão, a poucos dias da publicação do ato pelo governo de Castelo Branco¹⁹. Em um dos autos de inquirição, há ainda ilações acerca do funcionário dos Correios que havia recebido o material, via distribuidora:

Intimamos o sr. José Pires, agente do Correio local, a prestar declarações nesta delegacia, bem como das testemunhas que assistiram à apreensão de tal jornal, sendo certo que o sr. José Pires esclareceu que recebe o periódico apreendido confessou que não teve cuidado de examiná-los, antes de expô-los à venda, alegando ausência de qualquer malícia. A nosso ver, o sr. José Pires, que é funcionário dos Correios e Telégrafos, devia ter mais cuidado ao expor à venda certas publicações. Curioso é que ele foi nomeado em tempo do governo de Getúlio Vargas... (IPM do jornal Reunião, p.62-63)

130 |

Essa suspeita sobre o funcionário dos Correios e Telégrafos – de que ele foi nomeado no tempo do governo de Getúlio Vargas – demonstra como ilações e arbitrariedades ali se justificavam na aplicação dos termos repressivos do AI-2.

Depois que essas delegacias regionais citadas enviaram seus respectivos autos de infração à delegacia do Dops de São Paulo, foi então que o pedido de apreensão do jornal Reunião foi determinado nas bancas da capital paulista. Foi somente em 10 de novembro de 1965 que Mario Dias, delegado adjunto do Dops da cidade de São Paulo, expediu informe à Secretaria Estadual de Segurança Pública, solicitando os arquivos (fichas) de Ênio Silveira, Paulo Francis, Thiago de Mello, Anna Arruda, Carlos Heitor Cony, Fernando Pessoa Ferreira, Joaquim Ignácio Cardoso, Carmen Silva, Fortuna, Hermano Alves, Gilberto Paim, Jaguar, Marcio Moreira Alves, Newton Carlos, Thereza Cesario Alvim, Antonio Houaiss, Otto Maria Carpeaux e Alceu Amoroso Lima. Em São Paulo, por sua vez, foram apreendidos aproximadamente 2000 exemplares, a maioria deles no depósito da editora Civilização Brasileira, então situado na Alameda Eduardo Prado, 863.

Por força das circunstâncias e do andamento do processo, agora na capital paulista, foram intimados a depor Ênio, Carlos Heitor Cony ainda em janeiro de 1966. Ênio em 31 de janeiro de 1966 afirmava que

¹⁹ A circular está datada do dia 31 de outubro de 1965, enquanto que o AI-2 foi publicado apenas 6 dias antes.



escrevia o artigo de abertura intitulado ‘carta do editor’, que esses três artigos o fez com a finalidade de apresentar a publicação, de abordar assuntos que, pelo seu interesse ou oportunidade, representavam um resumo do jornal [...]. Que se havia por vezes opinião crítica a respeito de fatos e pessoas, esta era de inteira responsabilidade dele próprio [...] Que esteve hoje, como sempre, com a consciência absolutamente tranquila de não haver cometido ou tentado cometer qualquer crime contra sua pátria; que suas opiniões pessoais, mesmo estando-me desacordo com as opiniões de autoridades constituídas [...] Que a edição do semanário Reunião representava apenas o desejo de contribuir para um amplo, livre e democrático debate de ideias. (IPM, p. 92-94)

Carlos Heitor Cony, colaborador do Reunião, quando convidado a depor, dizia que

muitas vezes escreveu contra o governo de João Goulart, bem como contra o governo de Castelo Branco; que não exerce militância política de nenhum espécie e só se interessa pela política na medida em que ela viola os direitos da pessoa humana; que deseja esclarecer que é considerado pelos esquerdistas como um elemento alienado, ou seja, não militante de nenhum de seus dogmas e de nenhuma de suas práticas. (IPM, p. 104)

| 131

O que chama atenção nesse depoimento de Cony é algo que foi identificado noutros momentos quando da pesquisa sobre o IPM da Imprensa Comunista e no IPM do ISEB, nos quais Cony foi também convocado a depor: uma tentativa de isentar-se da eventual responsabilidade por presumida atividade subversiva, tendo por base uma noção de liberdade individual – sempre evocada por ele nas inquirições –, mas também de desvincular-se de qualquer organização política que lhe tivesse oferecido suporte, inclusive material, para externar suas posições políticas. Afinal, se ele esteve associado à editora Civilização Brasileira, de propriedade de Ênio Silveira, editor notoriamente conhecido por tomar posições progressistas à esquerda e de estar associado a figuras do movimento comunista, Cony tenta dissuadir os interrogadores do contrário – o que levou, por exemplo, o coronel Gerson de Pina, no IPM do ISEB, a chamar Carlos Heitor Cony de “oportunista”.

Depois de colhidos estes dois depoimentos, no ano de 1966, o IPM do Reunião não teve muitos progressos ou ao menos não foi tão célere quanto os investigadores do interior paulista desejavam. O Dops de São Paulo chegou a emitir vários memorandos solicitando ao Dops do Rio Janeiro (então Estado da Guanabara) que interrogasse os demais citados nas investigações, como Paulo Francis, Thiago de Mello, Fernando Pessoa Ferreira, Joaquim Ignácio Cardoso e Ana Arruda – todos residentes no Rio de Janeiro, até que, em 02 de janeiro de 1967, anunciava-se que a permanência dos autos em cartório estava perto de ser encerrada. Em abril de 1967, eles foram mais uma vez “convidados” a prestar esclarecimentos, mas, nessa nova tentativa de localizá-los, a polícia do Rio não obteve sucesso. Quando, finalmente, em outubro de 1967, o IPM ficou sob responsabilidade do Departamento Federal de Segurança Pública, é que Paulo Francis foi convocado a depor.

No seu depoimento, Francis, assim como Cony, tergiversava sobre sua real participação no jornal Reunião, tentando não se responsabilizar pelo semanário do qual era jornalista responsável. Dizia Francis em seu depoimento, no dia 12 de setembro de 1967:

No dia 03 de novembro de 1965, com o título “Agonia da Liberdade”, ainda não consignava sequer a existência legal do AI-2, promulgado no dia 27 de outubro de 1965. O AI-2 proibiu que cidadãos com seus direitos políticos suspensos assinassem matéria jornalística em jornais. Que na referida edição do semanário, esse assunto que deu grandes debates na imprensa, não é sequer comentado, isto porque a proibição não estava em vigor quando da feitura do último número de Reunião; em todos os artigos políticos da citada edição tem um traço em comum: especulam sobre a eventualidade de um novo ato institucional, o que não aconteceria evidentemente se esse Ato já estivesse em vigor. [...] Que era autor de matéria jornalística e que o referido jornal era perfeitamente registrado de acordo com as normas legais vigentes, não podendo o declarante dar informações mais precisas por não ser assunto de sua alçada específica, que essas informações poderiam ser obtidas na editora Civilização Brasileira, na Rua Sete de Setembro, 97, centro do Rio de Janeiro (IPM, p. 129-130).



No dia seguinte, em 13 de setembro, foi a vez de Antonio Fernando Pessoa Ferreira prestar esclarecimentos na sede do Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro. Confirmou em seu depoimento que

era redator do semanário e que fazia o trabalho de copy-desk, tomando conhecimento de toda matéria que seria publicada, sem com isso ter poder decisório sobre a publicação das matérias. Que sabia da suspensão das atividades do Reunião se deram em virtude da decretação do AI-2, e que foi imediatamente acatado pela direção da empresa que editava o semanário, cujo proprietário, Ênio Silveira, tinha seus direitos políticos suspensos (IPM, p. 131)

Ou seja, Ferreira, conforme consta no depoimento e confirma-se no depoimento do próprio Ênio Silveira, era apenas um funcionário contratado para a elaboração da parte gráfica e da diagramação do jornal, tendo pouca ou quase nenhuma influência sobre sua linha editorial. A mesma situação aplicava-se à função de Ana Arruda de Araújo Albuquerque na confecção do Reunião. Segundo ela mesma confirma em seu depoimento, colhido também no mesmo dia, 13 de setembro de 1967:

| 133

Que um mês antes de sair o primeiro número do jornal Reunião foi convidada, por Paulo Francis, a trabalhar na qualidade de redatora; que no período em que o semanário funcionou ela somente colheu dados e redigiu uma matéria intitulada “Por que a carne some na primavera?”, sobre o problema da criação bovina e abastecimento de carnes no Brasil. Que além do referido artigo ela fazia trabalho de copy-desk de matérias de autoria de outras pessoas e que com a publicação do AI-2, o diretor responsável, senhor Ênio Silveira, resolveu suspender a publicação do semanário (IPM, p. 132).

Tal qual Ana Arruda, Joaquim Ignacio Batista Cardoso também foi qualificado nos autos do IPM do Reunião como pessoa responsável pela gerência técnica da publicação produzida pela editora Civilização Brasileira. Em sua inquirição está detalhado que

quanto à organização do semanário intitulado Reunião, ele foi convidado por Ênio Silveira para gerir a parte administrativa do periódico. Que sabia que a editora Civilização Brasileira estava habilitada a editar revistas e jornais, que a tiragem do Reunião era da ordem de 40 mil exemplares, distribuídos em todo o Brasil pela Distribuidora de Imprensa Ltda. [...] Que soube da apreensão de alguns números do jornal em virtude da prestação de contas junto à empresa; que presume que o citado semanário deixou de circular por força do Ato Institucional nº 02, em face de seu o seu diretor geral, senhor Ênio Silveira, cassado em seus direitos políticos (IPM, p. 133).

Entre a lista dos indiciados, o poeta Thiago de Mello foi o único que não prestou depoimento em qualquer momento neste inquérito. O que se constata na consulta aos arquivos é que Mello foi procurado, mas não foi encontrado entre janeiro de 1966 e outubro de 1967. Portanto, seu depoimento está ausente nas páginas que instruem esse processo contra o jornal Reunião.

Conclusões

O IPM do jornal Reunião se apresenta como um típico caso de repressão levado a cabo pela justiça extraordinária tornada ordinária no curso dos eventos da ditadura militar no pós-1964. Do golpe militar à edição do Ato Institucional nº 02, em outubro de 1965, percebe-se uma metamorfose na ação não só de setores conservadores da sociedade brasileira que se dignam em delatar e agir como força paramilitar no apoio ao regime de 1964, como as próprias instituições e os órgãos de repressão assumiram uma tarefa e uma responsabilidade pela repressão que judicialmente não eram deles – a exemplo do delegado de Taubaté/SP, que interpela o delegado do Dops da capital paulista a tomar providências sobre a natureza subversiva do jornal.

Foi uma espécie de atitude “mais realista que o rei”, na medida em que as providências tomadas no âmbito do Dops do Estado de SP, logo em seguida, expõem a falta de organização da burocracia repressiva no Estado da Guanabara, que retarda por um ano a inquirição daqueles que estavam sendo acusados de “subversão comunista” nas páginas de um jornal que teve pouco tempo de vida e pouca chance de influir na “comunização” da sociedade brasileira.

Tanto é assim que, no relatório de arquivamento do processo em janeiro de 1968, o procurador do Ministério Público teceu as seguintes observações:



Depois de um estudo acurado do processo, e penetrando na interpretação da matéria articulada na forma de artigos de vários autores, verifica-se que há realmente, críticas mordazes, muitas delas injustas, procurando polemizar com o governo, formando um clima de oposição, mas não existe nos autos provas inequívocas para caracterizar os aspectos subversivos dos artigos, pois que outros têm sido escritos, com afirmações muito mais graves, sem que entretanto o governo tenha tomado providência de caráter jurídico. A simples crítica, por mais veemente que seja, não enseja uma denúncia, [...] e o povo já está com capacidade para interpretar o pensamento revolucionário. [...] Muito embora a mordacidade dos artigos, o Ministério Público não encontrou no processo, elementos concretos que autorizem uma denúncia e por isso, com a consciência tranquila, opina pelo seu arquivamento (IPM do jornal Reunião, 160-161).

E concluiu:

Do estudo do presente inquérito, instaurado em 1965, conclui-se que este reuniu sob a mesma acusação – pôr em risco a segurança nacional – pessoas de orientações e pensamento dos mais diversos, no campo político e filosófico, líderes católicos, comunistas teórico, ex-militantes e deputados, porém, todo com uma característica e um denominador comum – oposição ao governo constituído, e a qualidade de profissionais de imprensa escrita, com editor, jornalistas, articulistas e escritores o que vale a este feito a denominação de ‘Processo dos Intelectuais’, o que constitui, a meu ver, data vênica, uma injúria a nossa Justiça, pois só na Rússia é que os intelectuais são processados amiúde, por crime de pensamento. (IPM, p. 164-165)

| 135

Com esse desfecho do processo, reafirmo o que foi argumentado anteriormente, a saber, que os IPMs foram instrumentos de investigação e criminalização de acusados pela subversão da ordem social e política na ditadura militar brasileira, ao menos na sua primeira fase, entre 1964 e 1968. E o que mais transparece nessa documentação são os padrões de averiguação e

investigação adotados nos inquéritos e, por conseguinte, a fabricação de um inimigo interno em estreita relação com o comunismo internacional.

Com efeito, e por ironia, foi o próprio sistema judiciário – em seu pedido de arquivamento – que denunciava a forma viciada de construção dos processos nos quais o objeto de investigações é a subversão comunista, na sua abstração ideológica. Pois, quando o procurador aponta que no processo o objeto de investigação é um sem-número de pessoas com os mais distintos interesses, o Ministério Público, de certa forma, já apontava para a necessidade de criar uma estrutura jurídica que desse conta da culpabilidade real do agente que atentava contra a segurança nacional, e não criminalizar uma proposta ou uma ideia gestada por pessoas que, antes de subversivos, estão pensando e refletindo na condição de opositores única e exclusivamente.

Referências bibliográficas

CARONE, Edgard. “Declaração sobre a política do P.C. (1958)”. In: O PCB: 1943-1964. São Paulo: Difel, 1982. p. 176-196.

CZAJKA, Rodrigo. “O Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a formação das esquerdas culturais na década de 1960”. *Temáticas (UNICAMP)*, v. 37-38, p. 57-82, 2011

CZAJKA, Rodrigo. ‘Sou brasileiro, democrata e editor’: Ênio Silveira e a repressão à editora Civilização Brasileira(1963-1970). *Tempo Social*, v. 32, p. 149-174, 2020.

FRANCIS, Paulo. “A crise das esquerdas”. Reunião. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1965, p. 32

FREDERICO, Celso. “A política cultural dos comunistas”. In: MORAIS, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil*, III. Campinas: Edunicamp, 1998.

KONDER, Leandro. “Paulo Francis e as esquerdas”. Reunião, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1965, p. 31.

LIMA, Hamilton Garcia de. *O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade (1964-1984)*. Tese de doutorado em Ciência Política. IFCH – Universidade Estadual de Campinas, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, p. 280

PROKOP, Dieter. “A esfera pública”. In: *Grandes Cientistas Sociais*. SP: Ática, 1986.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil”. In: MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil III*. Campinas: EdUnicamp, 1998.

RUBIM, Antonio Canellas. *Partido Comunista, Cultura e Política Cultural*. Tese de doutorado em Sociologia. FFLCH – Universidade de São Paulo, 1987.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.



REGISTROS DOS **AUTORITARISMOS**

Pesquisas sobre arquivos inéditos das ditaduras no Brasil e na América Latina.

SCHWARZ, Roberto. "Cultura e política: 1964-1969". In: O pai de família e outros estudos. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SILVEIRA, Ênio. "Editorial". Reunião. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1965a, p. 02.

SILVEIRA, Ênio. "Editorial". Reunião. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1965b, p. 02.

VIEIRA, Luiz Renato. Consagrados e malditos: intelectuais e a Editora Civilização Brasileira – Tese de doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília, 1997. Segundo Volume – entrevistas.

Fontes consultadas:

IPM do jornal Reunião. Departamento de Ordem e Política Social. Superior Tribunal Militar, 1965. 194 pgs.



As expressões do pensamento autoritário e a Doutrina de Segurança Nacional no Brasil¹

Fabio Lanza²

Luan Prado Piovani³

Introdução

O presente capítulo está centrado na identificação da sustentação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), ideologia do governo ditatorial (1964-1985). Para explicar a gênese da DSN, foi analisado como o conservadorismo, o anticomunismo e o pensamento autoritário brasileiros que a precedeu foram fundamentais para a sua constituição.

| 139

Nesse sentido, também foi necessário problematizar a influência externa e o contexto internacional, bem como as possíveis influências estadunidenses (doutrina segurança nacional) e francesas (guerra revolucionária) no processo constitutivo da DSN brasileira.

De maneira inicial, ainda foi questionado, a partir das fontes bibliográficas e documentais, como parte das elites e seus algozes nacionais já apostavam

1 O presente capítulo contou com as inestimáveis contribuições da prof. dra. Mariana Joffily. Assim, os autores a agradecem.

2 Professor do ensino superior no Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Mestrado e da Especialização em Religiões e Religiosidades na Universidade Estadual de Londrina - PR (UEL), atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia das Religiões e Ensino Religioso; trabalho: cooperativismo, geração de renda e informalidade.

3 Pesquisador e coordenador no Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR) e no Grupo de Pesquisa (CNPq) Serviço Social e Saúde na Universidade Estadual de Londrina (UEL - PR). Estuda temáticas como: Religião e política; ditadura; memória social; imigração e políticas de saúde.



em grupos das Forças Armadas brasileira para exercer o “poder moderador” por meio de regimes autoritários e mantenedores da estrutura social brasileira.

As reflexões sobre a doutrina que guiou a ditadura militar (1964-1985) são fundamentais para compreender como os militares interpretavam, atuavam e qual o tipo de sociedade que estes pretendiam edificar no país. Certos fundamentos presentes nesse pensamento foram concebidos devido a uma tradição ideológica autoritária que tem como autores brasileiros exemplares: Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo do Amaral. Como destaque, é possível perceber um elo entre os escritos desses autores e a própria DSN, que seria a desconfiança nas instituições liberais, na capacidade das elites políticas e a inserção das massas nos processos de escolha dos governantes. Dentro da perspectiva de investigação bibliográfica, para destrinchar a origem dessa corrente de pensamento autoritário, foi necessário examinar o conservadorismo em si.

Dentre as contribuições de Karl Mannheim (1986, p.78), são destacadas as formulações acerca da compreensão dos diferentes estilos de pensamento. A base dessa análise seria o exame das mudanças sociais, centrando-se nos destinos dos grupos ou das classes sociais que são “portadores” desses estilos de pensamento. Com isso, a partir da discussão no pensamento conservador, foi possível demonstrar como certos aspectos dos pensamentos dos autores selecionados de forma intencional (Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo do Amaral) contribuíram com o legado autoritário que culminou na DSN. Essa análise é fundamental para demonstrar que a doutrina não foi constituída como mera importação de um conceito militar estadunidense, mas como uma ideologia que também fez uso de uma tradição autoritária e anticomunista já consolidada na realidade brasileira ao longo do século XX.

Os autores intencionalmente selecionados são representantes do pensamento social brasileiro, precursores da sociologia, que chegaram a influenciar a política nacional através de suas ideias. Suas críticas ao regime da Primeira República (1889-1930) e a defesa de um Estado centralizado que atuasse como agente econômico ativo serviram de base ideológica para o movimento da Revolução de 1930. Ademais, os posicionamentos críticos em relação à democracia liberal inspiraram o golpe e a edificação do Estado Novo varguista. Essas ideias que advogam por um regime autoritário forte que atue como agente desenvolvimentista constituem a ponte que une os escritos dos autores com a DSN.



O conservadorismo e o pensamento autoritário

Segundo Mannheim (1986), o conservadorismo se trata de um estilo de pensamento e que parte de intenções básicas. Na base deste pensamento, está a recusa à ideia de razão pregada pelo Liberalismo e pelo Iluminismo. Conservadores não aceitam o conceito de sociedade como uma soma de indivíduos, tomando-a como um conjunto de unidades orgânicas, como as famílias. Há, neste estilo de pensamento, uma recusa do rompimento definitivo com o passado, com a tradição; passado e presente expressam o *continuum*. Além disso, existe a primazia da sociedade sobre os indivíduos, pautando-se na perpetuação de hierarquias e tradições, tomadas como imutáveis.

Ademais, o conservadorismo toma como premissa os limites inerentes na humanidade, que se fazem sempre presentes. Com isso, reconhece no poder, na coação política, um fator necessário para a vida em sociedade, devido a essa limitação humana. O poder político é tomado como um elemento fundamental para a manutenção da ordem, capaz de impedir a “anarquia social”. O pensamento conservador também sempre foi desconfiado em relação à capacidade das massas, pois as considerava incapazes de raciocínio e de ação independente (BONAZZI, 1986). Este último aspecto possui relevo por demonstrar o caráter autoritário e antidemocrático que o conservadorismo muitas vezes assume.

Um ponto importante a ser destacado é que o estilo de pensamento de uma dada época está ancorado em um contexto específico, presos ao tempo e espaço, isto ocorre porque sempre há um jogo entre as ideias e a realidade, as construções abstratas necessitam de um apoio na objetividade. Mesmo um intelectual de vanguarda, por mais inovador que este seja, depende de uma dada circunstância social e das ideias que estão presentes no seu momento histórico. Como coloca Norbert Elias,

por mais rica ou ousada que seja a imaginação de um indivíduo, ele nunca pode afastar-se muito do padrão contemporâneo de pensamento e discurso. Está preso a esse padrão, nem que seja apenas pelos instrumentos linguísticos a seu dispor. Se os utilizar de um modo que se afaste demais do uso vigente, deixará de ser inteligível. Suas palavras perderão a função principal de instrumentos de comunicação entre as pessoas. O potencial de



desenvolvimento delas pelo indivíduo pode ser considerável, mas é sempre limitado (ELIAS, 1994, p. 79).

As ideias, para serem construídas e desenvolvidas, precisam de um suporte teórico prévio. Citando o caso de Alberto Torres⁴ (1865-1917), pode ser constatado que ele teve influência do pensamento positivista da segunda metade do século XIX e princípios do século XX, com destaque para as obras de Augusto Comte e de Herbert Spencer. Utilizando estas ideias como base teórico-metodológica, Torres desenvolve seu próprio modelo de análise da sociedade brasileira e dos problemas que a afligiam, buscando construir um projeto político que faça frente aos entraves identificados pelo autor (ESCHRIQUI, 2020, p. 315).

O pensamento de Alberto Torres estava preocupado com os destinos a serem tomados pelo país em um cenário composto por atraso econômico, instabilidade política, desigualdade social e dependência externa. Suas ideias encontraram ressonância entre as forças políticas insatisfeitas com a ordem mantida durante a Primeira República, tanto que as obras de Torres seriam retomadas quando tais forças atuaram para derrubar o antigo esquema liberal-oligárquico e implementar um novo regime após a Revolução de 1930. Por fim, é possível constatar que as ideias do autor foram precursoras de um modelo de política nacional que se caracterizou pela presença de um governo central forte, sendo um agente do desenvolvimento, representando os interesses gerais da nação e conduzido o processo de modernização, além de contribuir com a construção de uma unidade nacional (ESCHRIQUI, 2020).

Os pontos de crítica de Alberto Torres em relação ao ordenamento político da República Velha, presentes no seu livro *A Organização Nacional: Primeira parte, A Constituição* (TORRES, 1978), destacam a necessidade de centralizar o poder decisório na União, porque, para o autor, o interesse nacional deve ser superior aos interesses locais. Ademais, o Estado deve promover uma educação efetiva ao povo, preparando-o ao exercício político e à reflexão de forma racional sobre quais caminhos a nação deverá seguir. Nos três autores selecionados, foi identificada a desconfiança em relação às massas e parte das elites, afirmando que ambas não estariam suficientemente preparadas para superar as barreiras que atravancam o desenvolvimento nacional, justificando a necessidade de um Estado autoritário capaz de superar esses desafios.

As contribuições de Torres acabaram tornando-se o alicerce que possibilitou a edificação do projeto político efetuado pós-Revolução de 1930, o que evidencia

⁴ Para conhecer melhor o pensamento e obras de Alberto Torres, recomendamos o livro de Jorge Eschriqui: *Alberto Torres e as origens do pensamento nacionalista autoritário na república brasileira*. 1. ed. Brasília: Editora Thesaurus, 2020.



a capacidade que o discurso tem em transformar a realidade. No entanto, não foram somente os escritos desse autor que deram base a uma certa “modernização conservadora”. As críticas de Oliveira Vianna⁵ (1883-1951) à primeira Constituição republicana (1891) e o apelo à busca de um caminho próprio à realidade nacional para superar suas dificuldades também influenciaram nessa formação.

As críticas ao liberalismo, feitas por Oliveira Vianna (1927), evidenciam sua postura conservadora. Para este autor, as instituições e o pensamento liberal não condizem com as condições socioeconômicas e políticas da sociedade brasileira do período em que estava inserido. Os preceitos liberais seriam um fruto exótico que foi introduzido no país pelas elites políticas que desconhecem a própria realidade social. Um detalhe importante é que, segundo Motta (2000), o comunismo também seria tido como um elemento que não se adequava ao Brasil, portanto passível de ser atacado por ser contra os valores e objetivos nacionais.

Segundo Vianna (1927), o Brasil precisava passar por um processo de evolução política de adequação às instituições democráticas. O autor afirma que uma reforma nas instituições, por si só, não é suficiente para lidar com os problemas que têm origem na gênese do país, assim tal reforma precisa estar acompanhada de uma mudança econômica e social, a fim de dar condições objetivas ao povo. Estas mudanças só poderiam ser levadas a cabo por um agente forte, como um Estado interventor, nisso vemos a similaridade entre as ideias de Vianna e Torres. Além disso, tais pensamentos são anteriores à edificação do Estado autoritário, centralizador e com participação ativa na economia nacional, o que demonstra a influência que o pensamento de Vianna teve na época precedente à ditadura militar (1964-1985).

| 143

Ora – para o nosso caso, por exemplo – a verdade é que as reformas políticas, isto é, as reformas constitucionais, serão apenas auxiliares de outras reformas maiores, de carácter social e económico, que deveremos realizar, se quisermos estabelecer aqui o “regimen democrático”, o “regimen da opinião”, o “regimen do governo do povo pelo povo”. Pode-se dizer mesmo que o estabelecimento deste regimen politico em nosso povo é antes de tudo um problema social e económico - e só secundariamente um problema politico e constitucional. (VIANNA, 1927, p.67)

5 Para um aprofundamento sobre esse autor, recomendamos o livro organizado por Elide Rugai Bastos e João Quartim de Moraes, intitulado: *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora Unicamp, 1993.



Outro autor relevante para a construção deste discurso de Estado forte, capaz de assegurar o desenvolvimento socioeconômico e garantir a ordem, foi Azevedo do Amaral⁶ (1881-1942). Esse autor defendia o corporativismo, afirmando que este seria um método ideal de organização das forças/interesses sociais no Brasil. Esta força teria que ser canalizada pelo Estado para que a “solidariedade nacional” fosse atingida e assim efetivar o processo de modernização do país. Importante destacar que o autor em questão criticava o liberalismo e o totalitarismo, e era criticado por podar certas liberdades essenciais, como a liberdade de iniciativa econômica e a liberdade cultural. Em seus escritos, se efetua a defesa de um Estado autoritário que fosse suficientemente forte para realizar a “sistematização racional” dos interesses sociais em razão do “bem coletivo”. Tal sistematização se faria por meio de uma reorganização corporativa da sociedade, especialmente no que se referia às organizações profissionais, que eram, por excelência, os sindicatos de “empregados e empregadores” (GOMES, 2012). Essa tutela estatal que se estabeleceu sob os sindicatos também servia no controle dos conflitos laborais.

Em seu livro *O Brasil na crise actual* (AMARAL, 1934), o autor afirma que “o clamor contra a corrupção da democracia e a defraudação dos pleitos eleitorais, não passa de resultado inevitável da desarmonia (sic) entre uma organização política fictícia e a realidade social” (AMARAL, 1934, p. 160). No trecho selecionado, fica evidente a sua crítica ao liberalismo e à democracia, por considerar que tanto essa ideologia quanto esse sistema de governo não se enquadram na realidade socio-histórica brasileira. Além disso, Azevedo do Amaral pontua a grande diferença, no período em que se insere, entre uma pequena minoria educada e as massas da população. Segundo ele, as massas não seriam capazes de eleger seus governantes, muitos menos debater sobre o melhor caminho ao desenvolvimento nacional.

A percepção da necessidade de reformas para garantir o desenvolvimento e o discurso que pedia a edificação de um agente forte, o Estado, capaz de garantir a ordem e lidar com os grandes problemas nacionais, são os pontos comuns entre as obras de Torres, Vianna e Amaral. Certos setores militares, ligados a essa tradição conservadora, se apoiaram nestas contribuições teóricas do pensamento autoritário para fundamentar o projeto da DSN, que também buscava reestruturar as relações entre a esfera estatal e a sociedade, além de dar destaque ao importante papel do intervencionismo público na efetivação das

6 Sobre o pensamento de Azevedo do Amaral e sua relação com o corporativismo, recomendamos o artigo de Angela de Castro Gomes lançado na revista *Sociologia & Antropologia*, intitulado: “Azevedo Amaral e o século do corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas”. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sant/a/fpHCXhZFnHY5h3GGqsBDqtq/?lang=pt#>>. Data de acesso: 07/03/2024.



reformas socioeconômicas que supostamente garantiriam o desenvolvimento nacional. Os elementos que unem estas ideias seriam a constatação do despreparo das elites, que não conhecem a realidade nacional e, portanto, seriam incapazes de atingir os objetivos nacionais; o suposto perigo da inserção das massas na política, por conta da suposta facilidade com que são manipuladas; e a desconfiança nas instituições liberais, por considerá-las incapazes de garantir um controle social efetivo (OLIVEIRA, 1976). Essa necessidade de modernizar e a insistência em um controle das mudanças sociais para garantir a manutenção do status quo também acabam sendo uma constante.

Sob o ponto de vista crítico às formulações conservadoras, Florestan Fernandes (1979) indicou que as classes dominantes brasileiras controlam fortemente os processos de mudança social no país. Esta resistência à mudança é tida como uma força especificamente política de alto teor destrutivo, pois os setores dominantes acabam sufocando os posicionamentos e as reivindicações das classes despossuídas. Este controle, contudo, não consegue suspender todos os processos de mudança, porque as sociedades humanas sempre se encontram em estado de permanente transformação, não importando seu grau de estabilidade. Todos os agrupamentos humanos passam por constantes processos sociodinâmicos, impulsionados por pressões internas, que levam a modificações constantes.

Essa resistência à mudança ocorre por conta da ordem social conferir, a certos segmentos sociais, às classes dominantes, a possibilidade de efetuar “pressões de cima para baixo”, enquanto sufoca as manifestações de “baixo para cima”. Esse atrito entre as classes privilegiadas e destituídas acaba por se agravar ainda mais quando há diferentes opções que envolvem a persistência ou a substituição do padrão civilizacional vigente, ou seja, a disputa entre o socialismo e o capitalismo. Com isso, os setores privilegiados e suas elites, por medo histórico, acabam enxergando o início de um cataclisma social em qualquer “abertura da ordem” (FERNANDES, 1979). Esta postura faz com que reformas socioeconômicas básicas, que visassem apenas à modernização das relações capitalistas e o apaziguamento das históricas desigualdades sociais, fossem tomadas como subversivas e danosas aos interesses das elites.

A instituição que muitas vezes é delegada a essa função de garantir o controle das mudanças sociais são as Forças Armadas (FA), por serem recorrentemente convocadas para mediar certos conflitos e/ou serem agentes políticos ativos, além de atuarem como braço armado do Estado. Inúmeros eventos políticos de relevo na história republicana brasileira foram levados a cabo por militares, demonstrando que, em momentos de crise institucional, as FA apresentaram-

se como atores políticos relevantes. A Proclamação da República (1889), a Revolução de 1930, o golpe do Estado Novo (1937) e a posterior deposição de Vargas (1945) são alguns exemplos das movimentações políticas dos setores castrenses (BORGES, 2007).

Os diversos grupos políticos buscaram cooptar os militares para aumentar sua própria força política, historicamente os civis que ocupavam as camadas politicamente importantes fizeram uso dos quartéis para atingir seus objetivos políticos. Além disso, o desejo das elites políticas de manter a ordem interna, de frear o Executivo e controlar as mobilizações políticas de novos grupos constituem fatores que as aproximam das FA. Segundo Alfred Stephan (1975), a política brasileira e as relações entre civis e militares foram marcadas pelo paradigma do poder moderador. Citando o autor:

os militares no Brasil desfrutaram do poder de moderar o sistema político em períodos de crise. O termo “poder moderador” tem um sentido específico para o Brasil, onde, durante a monarquia, o imperador detinha a faculdade constitucional de intervir no conflito político, em épocas de impasse institucional. (STEPHAN, 1975, p. 52)

146 |

Este suposto poder moderador desempenhado pelos militares explica a sua atuação politicamente ativa durante a experiência democrática brasileira de 1945 a 1964, período marcado por conspirações, revoltas e contragolpes que geravam instabilidade política. Existem exemplos de cooptação dos militares para fins políticos e movimentações neste sentido, como as que ocorreram nos anos de 1945, 1954, 1955 e 1961. Estas intervenções pontuais realizadas pelas FA terminavam com o retorno do poder para as elites civis (STEPHAN, 1975). Essa “moderação” do jogo político acaba criando um círculo vicioso, em que os setores castrenses são chamados para intervir em nome da garantia da estabilidade, lei e ordem, enquanto essas intervenções, por sua vez, dificultam a consolidação de respeito às práticas democráticas pela corporação militar (CARVALHO, 2019).

Outro agravante dessa participação ativa dos militares no jogo político foi que esses se constituíram enquanto partido, assim estava orientado a atender aos interesses particulares e corporativos das armas. Um dado relevante a ser destacado é que esta instituição partidária não é algo formal, que visa disputar eleições, mas sim uma organização temporária que se revela em momentos de tensão interna nas FA e/ou em conflitos entre a corporação e o governo.



Nos momentos de intervenção política, é o partido que se mobiliza, conduzido por um totem, que seria um indivíduo de carisma e alta hierarquia, capaz de exigir que o conjunto militar o siga (FERREIRA, 2000). O totem invocado durante o golpe de 1964 foi o marechal Castelo Branco, que era, antes da intervenção, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, um cargo de alta relevância na corporação. É interessante notar que, mesmo nos momentos de ruptura institucional, os militares ainda se prendem no suposto respeito à disciplina e à hierarquia corporativa.

Um dos elementos principais que marcaram o modelo de Estado implementado após a deposição de Goulart foi a imposição do projeto de perseguição ao comunismo e à esquerda em geral, que se edificou em décadas prévias. O anticomunismo influenciou a percepção dos militares, tornando-se uma ideologia complexa que vai além do simples oportunismo e manipulação com base no medo, sendo uma construção que tomava a ruptura revolucionária como algo possível e que precisava ser evitada a todo custo. Os setores castrenses foram muito receptivos às propostas de mobilização contra o comunismo, utilizando os argumentos do nacionalismo conservador e anticomunista. Os meios militares, devido ao seu papel constitucional de garantidores da ordem, tinham um repúdio aos projetos revolucionários. Além disso, as Forças Armadas temiam as consequências de uma ruptura revolucionária na disciplina e na hierarquia da corporação. O próprio levante comunista de 1935, que contou com a participação de militares, foi tomado como sendo um grande ato de indisciplina e uma traição à nação, sendo utilizado recorrentemente pelo imaginário anticomunista da corporação (MOTTA, 2000).

Doutrina de Segurança Nacional: lastro ideológico da ditadura militar

No período pré-golpe de 1964, a Escola Superior de Guerra (ESG)⁷ introduziu e desenvolveu no país o conceito de “guerra interna”, afirmando que a principal ameaça ao governo advinha do inimigo interno, sendo este representado pelas forças de esquerda e por ideias tomadas como subversivas (SILVA, 2003). Outro conceito estrangeiro importado e implementado na DSN foi a “guerra revolucionária” francesa, teoria desenvolvida durante a Guerra de Independência

⁷ A Escola Superior de Guerra (ESG) foi fundada em 1949, e tomou como modelo a Escola das Américas estadunidense. É uma instituição que visa estudar os problemas relativos à Segurança Nacional. Um de seus principais acadêmicos foi o gal. Golbery do Couto e Silva (MIGUEL, 2002).



Argelina (1954-1962) e que destacava a importância de lutar contra o agente comunista infiltrado, fazendo frente às manipulações ideológicas que resultavam em agitações sociais e políticas. Essa influência de militares franceses ocorre devido ao fato de que muitos oficiais brasileiros foram formados pela Missão Militar Francesa, que ficou sediada no Brasil entre 1919 e 1939, por meio da qual foi mantido um laço intelectual e afetivo com o exército francês (CHIRIO, 2012). A concepção de inimigo difuso, que se camufla no meio social, acabou por justificar a ingerência cada vez maior dos militares em assuntos políticos. Como coloca Joffily,

essa nova forma de combate possuía como eixo a necessidade de fazer frente a um tipo de ameaça que se diferenciava dos conflitos tradicionais: ela provinha de cidadãos comuns, imbuídos de ideias comunistas, e empregava métodos como persuadir a população pela propaganda revolucionária, organizar ações de desestabilização do governo, preparar a guerrilha, criar zonas deflagradas. O inimigo era interno, a guerra, não convencional, as estratégias, difusas e disseminadas no seio da população civil. Portanto, era preciso agir unificando os comandos políticos e militares, atuar também por meio da ação psicológica e ter controle das informações que levassem a um conhecimento profundo do inimigo, para prever e neutralizar suas ações (2014, p. 161).

148 |

Esses elementos mostram que a doutrina ditatorial, mesmo fazendo uso de um pensamento autoritário e anticomunista endógeno, também se utilizou dos conceitos militares desenvolvidos no exterior. Além de influências externas, a DSN utilizou de uma tradição militar nacional, sendo presente a influência do pensamento autoritário em dados segmentos. As produções ideológicas nacionais, os processos internos e os objetivos estabelecidos demonstram que doutrina esguina não foi mera importação de um conceito estadunidense, mas sim um produto de um processo sócio-histórico. A presente análise busca assinalar os aspectos internos que levaram ao desenvolvimento da DSN e sua relação dialética com o contexto externo (SALA, 2022).

A expressão segurança nacional aparece no direito brasileiro em 1934, durante o primeiro governo de Vargas (1930-1945). O termo é colocado nas Constituições de 1934 e de 1937, porém, nesse momento, remetia a assuntos de defesa, vigilância, organização das atividades econômicas e da população nas fronteiras do país. A Constituição de 1937 em específico, que vigorou durante



o Estado Novo (1937-1945), alargou o conceito de defesa/segurança nacional, aludindo a “perturbações internas”, “plano ou conspiração” que possam ameaçar a segurança do Estado. Ademais, o contexto político que levou à promulgação, em 1935, da primeira lei especial que define crimes contra a ordem política e social (Lei Nº 38/1935) foi marcado pelo crescimento dos movimentos de massa, tanto de extrema-direita, como a Ação Integralista Brasileira, quanto de extrema-esquerda, como a Aliança Nacional Libertadora. Mesmo com o fim da ditadura varguista, o contexto internacional da Guerra Fria (1947-1991) possibilitou a reedição da legislação que define crimes políticos e sociais em 1953, ou seja, durante a experiência democrática de 1945-1964 (REZNIK, 2004). O discurso anticomunista que relacionava o comunismo ao totalitarismo e o colocava como antidemocrático também serviu ao desenvolvimento da DSN nos anos posteriores.

Em conferência ministrada na ESG em 1967, Humberto de Alencar Castello Branco dá uma definição sobre o conceito de Segurança Nacional e sua diferenciação da simples Defesa Nacional. Neste evento, afirma que:

A dilatação do conceito de Segurança Nacional tornou-se bastante diferenciada hoje do conceito de Defesa Nacional. A diferença é dupla. O conceito tradicional de Defesa Nacional coloca mais ênfase sobre os aspectos militares de segurança e, correlatamente, os problemas de agressão externa. A noção de Segurança Nacional é mais abrangente, compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições, incorporando, por isso, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de Segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito que a agressão externa (SNI, CASTELLO BRANCO, 1967, apud FIGUEIREDO DE CASTRO, 1970, lauda 9).

Na conceituação apresentada pelo primeiro presidente-ditador do período militar, vemos que a DSN coloca como principal cenário de conflito o âmbito interno, sendo a guerra convencional pouco provável. Logo, os militares deveriam se preocupar com a infiltração de ideologias estrangeiras, que levavam à subversão e à desarmonia social. Nessa definição, as Forças Armadas se colocam como garantidoras não só das fronteiras terrestres, mas também

como garantidoras das instituições, do desenvolvimento e da estabilidade política interna. Isto é um ponto de confluência entre os autores analisados previamente e a doutrina ditatorial, pois os militares se colocam como agentes de desenvolvimento e representantes dos interesses gerais da nação. Com essa mentalidade, todos os indivíduos que fossem contra o projeto imposto pelo governo ditatorial foram tomados como subversivos, sofrendo com intensa vigilância, violência e perseguição.

O conceito de defesa nacional perdeu força após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), porque, com os avanços tecnológicos de guerra, os militares afirmaram que os conflitos armados não mais estariam restritos na frente de batalha, todo o país estava sujeito a agressões. Com isso, ocorre a transformação da defesa nacional em segurança nacional, porque, na nova visão militarista, os aspectos político, econômico e psicossocial precisam ser levados em conta na guerra moderna, não apenas o elemento militar. À vista disso, ocorre o desenvolvimento do conceito de guerra total, isto é, as preocupações militares deixaram de estar restritas à defesa de fronteiras e passam a abranger toda a sociedade. A própria ESG foi criada para ser um espaço de reflexão sobre as mudanças que os setores castrenses observavam no mundo, além discutir as novas condições de defesa e segurança do país (REZNIK, 2004).

150 | Dentre os representantes da ESG, o que foi o principal ideólogo e contribuiu fortemente na edificação da DSN foi o general Golbery do Couto e Silva. Este militar sistematizou os principais elementos definidores da doutrina, estabelecendo pontes entre a tradição autoritária e o anticomunismo. Os princípios basilares deste pensamento estavam em consonância com o período da Guerra Fria, afirmando que o Ocidente cristão democrático estaria em guerra contra o Oriente ateu comunista, e que era preciso ter uma posição clara neste conflito (SILVA, 2003). Os pontos em comum com a tradição conservadora/autoritária e o próprio anticomunismo seriam: a desconfiança nas instituições liberal-democráticas e na capacidade das elites políticas em dar prosseguimento ao desenvolvimento nacional, além do receio relativo à inserção das massas nos processos de escolha dos governantes, tomando estas como insuficientemente instruídas para decidir os destinos políticos do país. Isso demonstra que a doutrina foi formada com base em elementos endógenos e com base em influências do pensamento estrangeiro.

A DSN apreendia o Brasil como sociedade historicamente formada a partir dos valores culturais básicos do Ocidente, que seriam a ciência, aplicada ao desenvolvimento; a democracia, como forma de governo; e o cristianismo, como base moral. No entanto, o país estaria sofrendo com a infiltração de



ideologias estrangeiras que abalavam estes supostos princípios fundamentais da sociedade ocidental. Além disso, a própria subversão era tida como um elemento inerente à condição humana, ou seja, os sujeitos sociais estariam propensos ao desenvolvimento, ou apropriação, de ideias que incentivassem o rompimento da ordem social em curso. Para impedir essa propensão “natural” à subversão, a doutrina ditatorial advogava pelo aparelhamento das instituições estatais, a fim de que elas tivessem condições de assegurar o status quo político e socioeconômico (NEVES JR, 2021).

A ideologia golberiana possui uma percepção de organicidade social, que se pautava em hierarquias e em relações sociais predefinidas, com cada sujeito desempenhando um papel distinto nas diferentes instâncias do complexo social, que ia desde a família até o Estado-nação. A sociedade era percebida como organicamente coesa, sendo a subversão o elemento que causava desarmonia entre as classes e que, por conseguinte, precisava ser combatido. Essa visão de mundo evidencia a permanência da herança do positivismo e do funcionalismo, correntes de pensamento que tiveram grande influência sobre os militares brasileiros (NEVES JR, 2021). A herança intelectual positivista e funcionalista é outro ponto que une os autores do pensamento autoritário brasileiro com a DSN, pois eles também defendiam a coesão do corpo social nacional contra elementos “estranhos”, além de pregarem pela coerção para garantir a manutenção da vida em sociedade.

Em conferência concedida no dia 23 de maio de 1978 ao Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), com transcrição feita e arquivada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), o gal. Augusto Fragoso, então ministro do Superior Tribunal Militar, dá a sua definição sobre o conceito de Segurança Nacional. Sendo um representante do governo ditatorial, o ministro afirma que a DSN empregada pelos militares no poder seria a expressão mais moderna do conceito, abrangendo ações do Estado que englobam o campo político, econômico, psicossocial e militar. Ademais, afirma que a doutrina ditatorial foi desenvolvida e aperfeiçoada na ESG antes do golpe, ao longo das décadas de 1950 e 1960, visando garantir uma “Segurança englobando o Desenvolvimento” e a “Segurança proporcionada pelo Estado para o Desenvolvimento integrado da Nação”⁸ (SNI, 1978, lauda 3).

Para pôr os princípios da DSN em prática, foi necessário modificar as instituições políticas. A ideia seria implementar uma “democracia forte”, em que haveria instituições rígidas para a garantia da liberdade e da democracia,

8 Os grifos estão presentes na transcrição do SNI, mostrando os trechos que o agente do serviço julgou necessário dar ênfase.

estas instituições também combateriam as “ideologias estrangeiras” que davam base para os supostos subversivos. Essa “democracia” que a ditadura visava implementar não estaria marcada pelo dissenso, ou seja, a livre discussão de ideias e projetos, mas pelo consenso definido pelos militares e suas elites na elaboração de seu projeto desenvolvimentista. Aqueles que não estivessem de acordo com os parâmetros definidos seriam tachados de subversivos.

A partir dos documentos do SNI, foi identificada a descrição de uma palestra proferida na Escola Nacional de Informação (EsNI) no processo de formação de novos agentes (1983), é afirmado que o SNI foi criado para ser um importante pilar da ditadura, possuindo uma extensão a nível nacional e atendendo à demanda nacional de combate aos inimigos internos:

Com o quadro caótico da realidade nacional de 1964, viu-se o primeiro Governo da Revolução na contingência de acelerar o processo de racionalização da ação política. Cresceram os reclamos por Informações de toda ordem. Informações que extravasassem o âmbito estratégico que é o da Política de Segurança Nacional e que se estendessem para a plenitude sem limites do campo político geral. (SNI, CONFERÊNCIAS REALIZADAS NA ESG E NA EsNI, 1986, lauda 46).

152 |

Nesse trecho, fica evidenciado que a comunidade de informações se constituiu para vigiar os opositores da ditadura, servindo de apoio às atividades repressivas. Além disso, o modelo geopolítico da DSN admitia a existência de Estados dominantes e subordinados. O Brasil, por estar inserido na esfera ocidental, estaria subordinado aos Estados Unidos da América (EUA), exercendo uma dominação secundária sobre os demais países da América do Sul (NEVES JR, 2021).

A DSN, visando propor um caminho desenvolvimentista para construir o idealizado “Brasil potência”, estabelece os “Objetivos Nacionais”, sendo estes as metas estabelecidas pela própria corporação militar e sua tecnocracia auxiliar. Segundo a doutrina do governo dos generais, estes “objetivos” seriam as representações dos interesses nacionais, cuja realização depende da superação de antagonismos internos e externos. Colocando grande valor à realização destas metas, os militares acabam considerando o jogo democrático inadequado à consecução das suas ambições, justamente por não permitir a execução de medidas tomadas como fundamentais para garantir o controle dos “antagonismos internos”. Os setores castrenses se colocam como os únicos capazes de estabelecer e implementar estes “objetivos”, sendo sua tarefa também instruir



as elites econômicas civis para que aceitem sua tutela, ou seja, a corporação acaba se convertendo em organismo político incumbido de criar mecanismos de planejamento econômico e de segurança nacional, além de impor medidas e reformas por meio do Estado interventor (OLIVEIRA, 1976). A defesa do Estado como agente forte, encarregado de interpretar e efetivar os interesses gerais da nação, tendo atuação forte na economia, é outro ponto de confluência entre o pensamento autoritário dos autores analisados e a DSN. Os interesses nacionais, definidos pelas “elites instruídas”, sendo superiores aos interesses individuais, locais e “subversivos”, também constituem outro traço em comum.

As medidas governamentais feitas com base no cumprimento dos “objetivos nacionais” a todo custo levaram à edificação do grande Estado de exceção e repressivo que foi o governo dos generais. Assim, qualquer dissenso, seja esse advindo de setores liberais ou da esquerda, era tomado como sendo um obstáculo ao desenvolvimento nacional, portanto, passível de ser atacado. A grande desconfiança e, de certa forma, paranoia anticomunista aliançada com parte dos interesses das FA, marcou a elite governante no regime ditatorial e fez com que fosse erigido um grande complexo de organizações estatais coercitivas, de controle e de vigilância, o que também indica a falta de legitimidade que marcou o regime autoritário militar de 1964-1985, que se manteve às custas da opressão, violência, do silenciamento e da manipulação dos meios de comunicação – dentre outros aspectos antidemocráticos característicos do período.

Considerações finais

A gênese da DSN e seu paulatino desenvolvimento não ocorreram da noite para o dia, foi uma progressão que contou com a atuação de múltiplos agentes para sua consecução e de apoio em diversas influências, tanto internas quanto externas. O contexto da Guerra Fria e seu pensamento maniqueísta contribuíram sobremaneira à evolução da DSN, por colocar o Brasil dentro do suposto choque civilizacional entre o Ocidente cristão-democrático e o Oriente comunista-ateu. Nesta lógica, o país precisaria entender o seu papel enquanto membro da sociedade ocidental e fazer frente aos elementos “subversivos”. As produções ideológicas nacionais, os processos internos e os objetivos estabelecidos demonstraram que doutrina constituída não foi mera importação de um conceito externo, e sim um produto de um processo socio-histórico complexo.

Outro dado relevante é que a DSN não se constitui enquanto um produto nacional exclusivo, pois sua construção contou com contribuições teóricas-chave de autores franceses e estadunidenses. Essa influência estrangeira é importante



para compreender as pontes entre a doutrina brasileira e suas correlatas no resto da América Latina, que contaram com influências diversas e com uma considerável participação dos USA, que formava elementos militares e policiais na região no seu National War College. Essa ingerência externa foi intensificada após a Revolução Cubana (1959), justamente porque o Pentágono mudou sua estratégia de defesa continental, passando a instigar e apoiar ditatoriais em todo o continente latino-americano, sendo que as condições para o consentimento estadunidense foram que os novos governos combatessem qualquer organização comunista e “subversiva”, além de ser totalmente fiel e protetor dos interesses norte-americanos. Isto mostra, como coloca Muniz Bandeira (2014), que os golpes na América Latina não foram eventos isolados, mas sim um projeto de política internacional potencializado pela Guerra Fria.

Por fim, é importante destacar os elementos constitutivos internas da DSN brasileira, sendo estas as contribuições do pensamento autoritário que se desenvolveu ao longo do período republicano e do anticomunismo interno. As pontes entre a tradição conservadora/autoritária e o próprio anticomunismo foram: a desconfiança nas instituições liberal-democráticas e na capacidade das elites políticas em dar prosseguimento ao desenvolvimento nacional, além do receio relativo à inserção das massas nos processos de escolha dos governantes, tomando estas como insuficientemente instruídas para decidir os destinos políticos do país. A doutrina bebeu dessa fonte ideológica para se edificar e se inseriu em uma tradição autoritária e de aversão às tradições de esquerda, ambas já historicamente enraizadas na história política brasileira ao longo do século XX.

154 |

Referências bibliográficas

- AMARAL, Antônio José. O Brasil na crise atual. SP: Editora Nacional, 1934.
- BANDEIRA, Moniz. O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: 1964: Visões críticas do golpe. Campinas: Editora Unicamp, 2014. p. 103-124.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. 2. ed. RJ, 2007.
- BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Noberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora da UnB, 1986.
- BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Noberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora da UnB, 1986.
- CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e política no Brasil. SP: Todavia, 2019.



- CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.
- ESCHRIQUI, Jorge. Alberto Torres e as origens do pensamento nacionalista autoritário na república brasileira. 1ª ed. Editora Thesaurus. Brasília, 2020.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1994.
- FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil: Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3ª ed. Editora Difusão Editorial, São Paulo – Rio de Janeiro, 1979.
- FERREIRA, Oliveiros. Vida e Morte do Partido Fardado. Editora Senac, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vl. 3. RJ: Civilização Brasileira, 2011.
- GOMES, Angela de Castro. Azevedo Amaral e o século do corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. In: Revista Sociologia & Antropologia, v. 2, n. 4, 2012.
- JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel A; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo P. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014, p. 158-171.
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese defendida na FFLCH-USP. São Paulo, 2000.
- NEVES JR., José. Diretrizes e contradições da Doutrina de Segurança Nacional expostas no arquivo de documentos do Serviço Nacional de Informações do Paraná (1964-85). Revista Estudos Sociológicos, Araraquara, v. 26, n. 51, p. 987 – 1008, 2021.
- OLIVEIRA, Eliézer. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis, Editora Vozes, 1976.
- TORRES, Alberto. A Organização Nacional: Primeira parte, A Constituição. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- REZNIK, Luís. Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004.
- SALA, Laura. La Doctrina de Seguridad Nacional en América Latina. Un repaso por los estudios clásicos y sus críticos. Revista electrónica de estudios latinoamericanos, vol. 20, núm. 80, Buenos Aires: 2022. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496470836001>>. Data de acesso: 24/01/2024.
- STEPHAN, Alfred. Os militares na política. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.
- VIANNA, Oliveira. O idealismo da constituição. 1a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.



Fontes Documentais

SNI. Conferência sobre “Segurança Nacional”, pronunciada pelo Cel. Ex. Geraldo Figueiredo de Castro. AC/ACE – 24942/70. 1970.

SNI. Conferências realizadas na ESG e na EsNI. Pasta Nº 28. 136 laudas. 1986.

SNI. Conferência de Segurança Nacional, pronunciada pelo Gal. Augusto Fragoso. Transcrição. 24 laudas. 1978.



Os tentáculos da Ditadura Civil-Militar no exterior: a “rede” de monitoramento dos “adidos culturais”

Marcília Gama da Silva¹

1. Introdução

| 157

E escrever sobre o papel dos “adidos culturais”, “Adidal militar” ou simplesmente “Adidos”, que exerceram uma função fundamental no âmbito do aparato repressivo durante a ditadura civil-militar, para além das fronteiras brasileiras, seja no acompanhamento de militantes, perseguidos políticos, exilados ou de personalidades públicas nacionais no exterior, que atravessaram a fronteira a fim de escaparem da repressão, tortura e morte ou apenas para visitarem outro país, é uma tarefa necessária na medida em que é fundamental revisitar esse contexto, em que também a rede de órgãos de

¹ Doutora em História e Especialista em Arquivologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Associada do DEHIST - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Coordenou a Gestão Documental e Memória do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região de 2009-2020. É membro do Fórum Nacional pela Preservação da Memória da Justiça do Trabalho – MEMOJUTRA e da CAAP – Comissão de Avaliação de Arquivos Privados – Conarq - Arquivo Nacional. Autora de projetos, livros e artigos; Organização/Autoria da Coletânea premiada no Salão de Literatura do RJ - Prêmio Clarice Lispector, 2021. “Pernambuco na Mira do Golpe. 1964-1985.” Editora Fi, Porto Alegre, 2021.



informação e segurança da ditadura brasileira estendeu seus tentáculos, prova de uma geopolítica estratégica² em território estrangeiro.

Utilizando-se do apoio de embaixadas e consulados para além do território brasileiro, esses agentes especiais monitoravam as ações e o cotidiano de quem conseguiu sair do Brasil. Eles se aproveitavam da prerrogativa diplomática para atuarem junto às embaixadas, promovendo negociações, inviabilizando a permanência de exilados, monitorando militantes que conseguiram “fugir” ao cerco dos órgãos de repressão em território nacional e passaram a residir fora das fronteiras do país.

No cenário das violações múltiplas, o poder soberano se exerce. Agentes especializados incluindo de Pernambuco transitam pelos órgãos da rede ao nível nacional e internacional, para emprestar suas “habilidades” a outras delegacias, sobretudo que fazem fronteira com outros países do Cone Sul, no intuito de localizar, interrogar, aprisionar, levando a cabo a estratégia de vigilância, controle e repressão para além dos limites das fronteiras entre os estados e países, com um fim único: garantir a Segurança Nacional³.

158 |

Vamos observar, nos acervos da polícia política de Pernambuco, como se deu o *modus operandi* desses agentes especializados na investigação, no monitoramento e controle de perseguidos políticos exilados no exterior, expandindo sua linha de atuação ao chamado Cone Sul, Cuba, Argélia, França, Suíça, Portugal e EUA.

O desafio da escrita se inicia ao adentrarmos na pesquisa do extinto acervo Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (Dops-PE), onde há poucos fragmentos sobre a ação desses “agentes especiais” a serviço da repressão. Sobretudo por envolver a diplomacia, o assunto circulava ao nível da alta administração da esfera federal, logo era da competência do Ministério das Relações Exteriores ou ainda cabia ao alto escalão dos órgãos militares integrantes da “Rede”, o que preconizava outra esfera de circulação de documentos. Contudo, é importante colocar que, como alguns assuntos eram de interesse dos órgãos nos estados em que a necessidade de controle era maior, esses assuntos

2 Segundo Manoel Correa de Andrade – “O saber Geopolítico compreende uma tentativa de análise científica da importância dos Estados em face da sua extensão, de sua população e da sua posição geográfica, integradas em ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial e de dominação de estados vizinhos que impedem ou dificultam a realização de aspirações da classe dirigente.” *Geopolítica do Brasil*, Campinas, SP: Papyrus, 2001, pg.7.

3 SILVA, Marcília Gama. *Informação Repressão e Memória: a Construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do Dops-PE. 1964-1985*. Editora – UFPE, Recife, 2014. p.334



circularam no âmbito de Pernambuco, seja por sua localização próxima aos países da América Latina, Europa, Cuba e África, seja por se tratar de pessoas que eram alvos da investigação policial, pela posição que exerciam e o grau de influência que tinham no cenário político local/nacional e internacional, como, por exemplo, o ex-governador deposto, Miguel Arraes de Alencar, e o então arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara.

Como o acervo policial do Dops é rico em informações, sobre qualquer temática, constituindo-se o mais completo repositório documental sobre o período republicano, ainda que tenha sido parcialmente subtraído por agentes, importantes e sigilosas parcelas do acervo que cobrem o período de 1926 até 1993 (três anos após a sua extinção pelo Decreto 14.276 de 22 de março de 1990) aguardam investigações.

É significativo que encontremos fragmentos documentais sobre o assunto e observemos o que tem a nos oferecer no âmbito da memória social e coletiva sobre o regime militar. O que esse passado tem a nos revelar? Que conhecimento/aprendizado seria possível descortinar no acervo da repressão cujos vestígios insistem em não querer silenciar? A Defesa Nacional⁴ contra o “inimigo interno” se deu em todas as esferas do Exército, já tão bem estudado⁵, da Marinha e da Aeronáutica. O “perigo vermelho” estava em “todos os lugares”, por isso os “agentes” infiltrados nessas esferas enviavam frequentemente boletins de observação.

Interessa descrever, em primeiro lugar, o perfil desses agentes, identificando suas ações, buscando no acervo o papel desempenhado por esses indivíduos no exterior, suas táticas ao longo dos anos de chumbo e qual o respaldo junto a importantes representantes das três forças e ao Itamaraty na “rede”. Iniciamos mostrando uma lista retirada do acervo Dops-PE, onde foi possível localizar informações, sobre consulados e embaixadas, adidos, registros da

4 Já na constituição de 1934 estava prevista a criação do Conselho de Defesa Nacional, destinada à defesa do país contra possíveis riscos e ameaças da integridade territorial, soberania e ordem constitucional, relacionada à segurança nacional, à defesa, à vigilância, à organização das atividades econômicas, sociais, e fronteiras do país. Em 1920, da Seção de ordem Social e Segurança Pública, subordinada à Inspetoria de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal. A essa seção competia ‘velar pela *existência política e segurança interna da República*, atender por todos os meios preventivos à manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a máxima *vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades de anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos*’. Como se pode notar, os anarquistas eram então considerados as maiores ameaças à segurança interna. (REZNIK, 2004:106). Na década de 1930, as preocupações giravam em torno das atividades exercidas por estrangeiros nos sindicatos e nas associações, cujas atividades eram consideradas extremistas. Como medida preventiva, surgiram decretos-lei, que limitavam a abertura de firmas, qualquer atuação política, de associação, clubes e quaisquer organizações, regulamentação da expulsão de estrangeiros, da entrada e permanência de estrangeiros, conforme Decreto-lei n. 341, de 17-03-1934; 383, de 18-4-1938; 392, de 27-4-1938; 406, de 4-5-1938.

5 Um dos muitos estudos que podem servir de análise: Elisabete Basílio Tomas, intitulado *A tortura e o discurso do poder: um Estudo dos registros da repressão e suas formas de representação – 1968 a 1978*.

ação governamental estratégica ou política de Estado. Fomos impactados com as possibilidades de pesquisa que o repositório do “extinto órgão” oferece.

É interessante perceber o que encontramos quando nos debruçamos nos conjuntos documentais da (parcialmente extinta) polícia política pernambucana. Enquanto órgão especializado na investigação, censura e repressão aos crimes políticos, foi um braço importante da inteligência⁶ – que, segundo André Soares (2015), ex-agente da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), se respaldou na “Tríade da Inteligência constituída nos seus pilares fundamentais: Sigilo, Legalidade e Ética”. Ética essa, literalmente criticada por diferentes segmentos que a experimentaram na pele, através de uma vigilância permanente ao monitorar os comportamentos, as influências e atividades de brasileiros internamente e no exterior com suas possíveis conexões. Assim, interessada em verificar o que contém os prontuários funcionais referentes às atividades de agentes brasileiros no exterior, fizemos um levantamento inicial do que está posto na coleção documental do Dops-PE, e o resultado inicial do levantamento junto ao acervo é o que aparece na tabela abaixo:

Tabela 1 – Levantamento do Dops-PE

Comitiva dos Adidos Militares Estrangeiros (agosto – 1971)	29.734
Investigadores Adidos da SSP	26.959
Pasta de Consulados (Ofícios Recebidos)	27.490
Relação de Consulados – 02-1949 a 05-1953	31.066
Relação de Agentes de Polícia s/d	31.175
Consulado Americano	27.708
Consulado da União Sul-Africana no Brasil	27.738
Consulado da Argentina em Pernambuco	27.710
Consulado da Argentina no Rio de Janeiro	27.709
Consulado da Áustria	4385
Consulado da Bélgica em Pernambuco	27.712
Consulado da Bolívia em Pernambuco	27.711
Consulado da China em Pernambuco	27.714
Consulado da Colômbia	27.715
Consulado da Dinamarca	27.717
Consulado da Espanha	27.719
Consulado da Espanha	27.720
Consulado da Finlândia em Pernambuco	27.722
Consulado da França em Pernambuco	27.721
Consulado da Holanda em Pernambuco	27.723

6 SOARES, André, Ex-Agente Abre a Caixa-Preta da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) Escrituras, São Paulo, 2015.



REGISTROS DOS **AUTORITARISMOS**

Pesquisas sobre arquivos inéditos das ditaduras no Brasil e na América Latina

Consulado da Hungria	27.740
Consulado da Inglaterra em Pernambuco	27.725
Consulado da Itália em Pernambuco	27.724
Consulado da Nicarágua no Rio de Janeiro	27.729
Consulado da Noruega	27.743
Consulado da Polônia em Pernambuco	27.732
Consulado da Romênia em Pernambuco	27.734
Consulado da Suíça em Pernambuco	27.735
Consulado da Suíça em Pernambuco	27.736
Consulado da Tchecoslováquia	27.737
Consulado da Venezuela no Rio de Janeiro	27.741
Consulado de Portugal em Pernambuco	27.730
Consulado do Brasil em Yokohama	27.713
Consulado do Chile em Pernambuco	27.716
Consulado do Japão em Pernambuco	27.726
Consulado do Líbano no Recife	27.742
Consulado do México em Pernambuco	27.727
Consulado do Paraguai em Pernambuco	27.733
Consulado do Peru em Pernambuco	27.731
Consulado do Uruguai em Pernambuco	27.739
Consulado do Uruguai na Guanabara	29.588
Consulado Geral do Equador	27.718
Consulado Libanês no Rio de Janeiro	27.728
Contra Espionagem (Cópia de relatório contra a rede de Espionagem)	28.569
Embaixada Alemã	27.707
Embaixada Cubana	1445
Embaixada da França no Brasil	29.587
Embaixada da Rússia no Brasil 03 a 11 de 1962	31.467
Embaixada do “Fogo Simbólico”	6840
Embaixada do Brasil na América do Norte	27.706
Embaixada Novais Filho	7114
Embaixada Soviética no Brasil	27.705
Informações (Agentes Secretos – 1937-1958)	29.828
Instituto de Polícia Técnica (07/1966 a 05/1973)	29.853
Irã	30.295
Iugoslávia	30.298
Indonésia	30.299
Índia	30.300
Inglaterra – 1941 a 1948	30.315
Itália (vol. I e II – 1941 a 1946)	30.322
Relação das Pessoas que assinaram o manifesto ao povo cubano	7505
Cuba	29.326
República Dominicana	30.306



República Árabe	30.307
România 11-09-1949 a 05-05-1961	30.316
Rússia – 1936 a 1948 – 1950 a 1963 – 1966/1967/1968/1971	30.323
Acordo com a Rússia	4377
Agência Interamericana	29.117
Agência Inter-Press	4075
Agência Meridional (Documentos Diversos)	1591
Agência Nacional	1676
Agência Particular de Investigação – Detetives	4274
Agência Rentes	1620
Agência Russa (TASS)	5977
Agência Sul América	4154
Agência Telegráfica	1624
Agência United Press	1622
Agências de Detetives	28.853
Relação de Cívís, Militares, Oficiais e Praças da PM-PE	30.532
Investigadores Adidos da SSP	26.959
Espionagem	27.524
Cristo das Torturas em Paris – Ação de Brasileiros Subversivos (1970)	29.737
Crime Contra a Segurança Nacional	29.743
Cristian Children’s Fund. Inc. de Richmond – Estados Unidos	29.522
Informações IPM- 87/70 (pessoas torturadas)	6372
Torturas	28.787
Terrorismo (1973)	29.107
Terrorismo	30.979
Terrorismo	30.980
Tortura	30.981
Terrorismo	30.982
Terrorismo	30.983
Terrorismo	30.984
Taxistas	30.985
Taxistas	30.986
Terrorismo	30.988
Terrorismo	30.989
Companhia Internacional / Torturas	28.787

Fonte: elaborada pela autora.

É uma lista bastante significativa e ampla, que cobre o período que vai da Segunda Guerra Mundial até o auge da Guerra Fria – um tempo em que o mundo se apresentava dividido por duas correntes ideológicas que disputavam a hegemonia da geopolítica mundial. O acervo espelha o contexto de uma época em que a polarização entre o socialismo e o capitalismo, bem como o alinhamento estratégico a essas correntes ideológicas determinavam as diretrizes



para aliados e o controle hegemônico, criando um novo cenário das relações internacionais. Isso nos levou à necessidade de uma pesquisa aprofundada sobre o tema, que não é o objeto deste artigo.

Destacamos o nível de importância e a atualidade do tema, centrado nas motivações que levaram os Estados Unidos a voltarem seu interesse para a América do Sul, patrocinando golpes que modificariam a face da geopolítica dos países latinos. E especialmente no Brasil, ao colaborar com o golpe⁷, que levou à instalação da maior e mais longa ditadura política (vinte e um anos) em um modelo tão bem alicerçado ideologicamente no imaginário nacional, que vai instar desejos de retorno às práticas repressivo-autoritárias, em pleno século XXI.

A Guerra Fria forneceu o contexto global para um anticomunismo patológico e os Estados Unidos, por sua vez, contribuíram para a formação ideológica dos militares latinoamericanos. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), nascida nos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria e do antagonismo Leste-Oeste, teria sido “exportada” para o Brasil, através da Escola Superior de Guerra (ESG...)⁸.

| 163

A listagem dá uma noção do que o acervo Dops guarda a respeito de temas que envolvem espionagem, embaixadas, consulados, diplomacia, Ministério das Relações Exteriores, o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os adidos. Isso nos mostra que essa é uma política de Estado bastante usada pelo regime de exceção no Brasil e na América Latina, que expõe os tentáculos da repressão direcionados para todos os lados, sobretudo aos que se enquadravam no conceito de “perigo à Segurança Nacional”. Sobre isso é interessante o que o historiador Paulo César Gomes (2019) pontua:

O SNI começou a se ramificar, inserindo-se em todas as áreas da administração pública. Foi assim que em 1966 foi criado por meio de uma portaria ultrassecreta, assinada pelo Secretário Geral do Itamaraty, Manoel Pio Corrêa. O CIEX. Tal portaria, contudo, nunca foi publicada ou encontrada e esse órgão, que supostamente

7 A operação Brother Sam foi a utilização da Marinha e Força Aérea dos Estados Unidos em apoio ao golpe de Estado no Brasil em 1964. https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Brother_Sam Acesso: 22/02/2024

8 SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. Aedos - ISSN 1984- 5634. Num.8, vol. 3, janeiro - junho 2011.p.161 <http://www.seer.ufrgs/aedos>

estava subordinado ao Ministério das Relações Exteriores – MRE, tampouco constava no organograma oficial do ministério⁹.

Nesse ponto, temos a dimensão do aparato de vigilância e controle desenvolvido durante o regime e que atravessou a estrutura administrativa interna e se expandiu ao exterior, para onde estavam ou tentavam se refugiar os exilados. Mostrar as semelhanças nas práticas de monitoramento usadas na “Operação Condor”¹⁰, no Destacamento de Operações e Informações¹¹ e da “Operação Bandeirante”¹², permitirá que o leitor enxergue a amplitude da rede que se criou no Brasil. Sobre o Centro de Informações do Exterior (Ciex), mais um tentáculo da rede no exterior, vejamos o que Paulo acrescenta:

O Ciex cuja função especializada era produzir informações sobre assuntos estrangeiros e cujos funcionários eram diplomatas de vários escalões, deveria “existir dentro do mais absoluto grau de sigilo, além disso a “clandestinidade” é fundamental para a segurança e eficiência de seu funcionamento, bem como para impedir que suas atividades possam, em alguma, contingência crítica, comprometer o serviço diplomático brasileiro e de forma geral, o governo brasileiro¹³.

-
- 9 GOMES. Paulo César, *Liberdade Viguada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à Anistia*. 1.ed. Rio de Janeiro, Record, 2019, p. 96.
- 10 Constituída na década de 1970, a “Operação Condor” possibilitou a repressão aos opositores políticos hostis aos governos militares das ditaduras chilena, argentina, paraguaia, uruguaia, boliviana e brasileira, além das fronteiras nacionais, realizada sob completo desprezo pelas normas de regulamentos internacionais que garantiam proteção a refugiados políticos asilados em países estrangeiros. Souza, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. Aedos - ISSN 1984- 5634. Num.8, vol. 3, janeiro - junho 2011.p. 160 <http://www.seer.ufrgs/aedos>
- 11 Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante a ditadura que se seguiu ao golpe militar de 1964. Foi criado pelo então comandante do I Exército, general Sisenio Ramos Sarmento, para combater “inimigos internos” que, supostamente, ameaçariam a segurança nacional. Sua atuação era pautada na Doutrina de Segurança Nacional, formulada no contexto da Guerra Fria no National War College estadunidense e aprofundada no Brasil pela Escola Superior de Guerra (ESG). <https://pt.wikipedia.org/wiki/DOI-CODI> . Acesso: 01/03/2023.
- 12 A Operação Bandeirante (Oban) foi um centro de informações e investigações criado pelo comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, e composto por membros da Aeronáutica, Marinha, do Departamento de Polícia Federal, do Serviço Nacional de Informações e também por órgãos do governo do Estado de São Paulo (Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social, Força Pública do Estado de São Paulo e Guarda Civil). https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Bandeirante Acesso: 01/03/2023.
- 13 Idem.p.96



Conhecer a estrutura de informação da burocracia repressiva permite que compreendamos os enlaces burocráticos que convergiram para o êxito da operação, fosse interna ou externa. O expediente mudava ao longo de cada governo e, como toda área estratégica, era preciso monitorar, mesmo nos países estrangeiros, a atuação de brasileiros, em especial dos exilados políticos. Essa era uma das atividades dos adidos, que serviam de suporte, um braço do aparato de controle e vigilância no exterior, ao lado, ou à serviço do Ciex.

E como os adidos atuavam? Agiam através da influência que exerciam nas embaixadas e consulados, eram bem relacionados e tinham uma ótima circularidade em diferentes ambientes. Seguiam o mesmo rito das atividades internas realizadas no Brasil, mas viviam à procura de informações que eram trocadas pelos agentes da “rede” no estrangeiro.

A estratégia que norteia as normas de formação das Forças Armadas, quanto à comunicação, costuma ser definida como “a arma que une as armas”.¹⁴ No que tange às “armas de comunicação do exército”:

No Exército Brasileiro, existe a Arma de Comunicações - também conhecida como a “Arma do Comando” - responsável por proporcionar as ligações necessárias aos escalões mais altos que exercerão a coordenação e o controle de seus elementos subordinados antes, durante e após as operações. Além disso, atua no controle do espectro eletromagnético, por meio das atividades de guerra eletrônica, para impedir ou dificultar as comunicações do inimigo, facilitar as próprias comunicações e obter informações¹⁵.

| 165

Essas “armas” próprias do front de guerra ou destinadas às ações de combate ao inimigo externo foram utilizadas para monitorar civis. Nessa esfera, atuam os agentes internos e os adidos militares no exterior, interceptando informações, coletando e compilando dados, construindo relatórios que fundamentam decisões, criando situações que manipulam a realidade, difamando, corrompendo, dificultando e movendo-se no acompanhamento contínuo do outro no sentido de inviabilizar o “alvo”. Essas táticas foram normatizadas em todo o regime e fizeram parte do serviço de inteligência. Um serviço de inteligência ou serviço de informações é geralmente um departamento governamental, cuja função

14 https://pt.wikipedia.org/wiki/Transmiss%C3%B5es#Transmiss%C3%B5es_nos_ex%C3%A9rcitos_de_v%C3%A1rios_pa%C3%ADses Acesso em 10/04/2024.

15 Idem. Acesso em 10/04/2024.



é a coleta de informações relacionadas com possíveis ameaças à segurança do Estado¹⁶.

A Defesa Nacional¹⁷ contra o “inimigo interno” se deu em todas as esferas do Exército, já tão bem estudado¹⁸, da Marinha e da Aeronáutica. O “perigo vermelho” estava em “todos os lugares”. Os “agentes” infiltrados nessas esferas enviaram boletins de observação:

Muitos serviços de inteligência de Estado usam a palavra “espionagem” no seu nome ou para descrever sua atividade de coleta de informações ou inteligência, embora todos declarem fazer contraespionagem. Muitas nações espionam rotineiramente seus inimigos, mas também seus aliados, embora sempre o neguem. A duplicidade que envolve a utilização do termo espionagem deve-se ao fato de essa atividade ser frequentemente ditada por objetivos secretos e interesses inconfessáveis publicamente, enquanto que nos rivais ou inimigos ela é sempre denunciada e condenada¹⁹.

166 |

Os meandros das atividades de espionagem praticadas durante o regime de exceção ainda guardam o sigilo dos seus documentos, pela natureza escusa de ações de silenciamento utilizadas pelas Forças Armadas sobre essas atividades secretas, cujos arquivos nunca foram abertos em sua totalidade para a sociedade civil no Brasil, denunciando certa fragilidade do Estado democrático de direito, por nunca ter tido a robustez e a coragem de cobrar a transparência de informações referentes aos atos praticados pelas Forças Armadas, fato que acaba legitimando as permanências dessas práticas, que, ao coexistir com o Estado democrático de direito, abre brechas para a impunidade e a fragilidade da democracia.

16 https://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_de_intelig%C3%A2ncia Acesso: 22/02/2024

17 Já na constituição de 1934 estava prevista a criação do Conselho de Defesa Nacional, destinada à defesa do país contra possíveis riscos e ameaças da integridade territorial, soberania e ordem constitucional, relacionada à segurança nacional, à defesa, à vigilância, à organização das atividades econômicas, sociais, e fronteiras do país. Em 1920, da Seção de ordem Social e Segurança Pública, subordinada à Inspetoria de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal. A essa Seção competia ‘velar pela *existência política e segurança interna da República* (...) (REZNIK, 2004:106).

18 Um dos muitos estudos que podem servir de análise: Elisabete Basílio Tomas, intitulado *A tortura e o discurso do poder: um Estudo dos registros da repressão e suas formas de representação – 1968 a 1978*.

19 https://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_de_intelig%C3%A2ncia Acesso: 22/02/2024.



2. Uma proposta de análise teórica sobre os achados documentais

Ao refletir sobre o que leva à necessidade de preservação de um acervo e o que determina sua importância histórico-cultural, nos vem a percepção de um elemento fundamental – a autoridade que o produziu e a condição de pertencimento que ele exerce na cadeia de produção da informação. Isso pode se traduzir como o “DNA” do documento, a marca de sua razão de ser, o propósito de ter sido produzido, o trâmite administrativo que o credencia, a função para a qual foi criado, até o seu arquivamento final, que lhe confere a autenticidade e, sobretudo, a densidade informacional que se estabelece em relação a determinado assunto, valorando produto e produtor.

Nenhum documento nasce ou é produzido, qualquer que seja a organização, de forma aleatória. Ele surge para cumprir uma função, um objetivo, uma missão. Se constitui em um contexto administrativo, que reflete a missão do órgão, do ente produtor irmanado em sua “visão de mundo” e da forma que se processa esse rito internamente e, conseqüentemente, o que lhe confere a chancela, é o que Paul Ricoeur (2007), chama de “primeira escrita”, conferindo a autenticidade, que não só reflete a missão da entidade produtora, mas o legitima junto à sociedade. Essa custódia sela a identidade do documento, lhe dá legalidade, o credencia e atesta sua condição de pertencimento.

O caráter de importância do acervo está associado ao valor agregado a ele e como, ao longo do tempo, pode refletir as práticas daquele órgão/entidade, que, por sua vez, dialoga com as necessidades de respostas do indivíduo em uma dada época. O valor do documento está no seu caráter único, indivisível, interdependente e autêntico, matizado pela forma de fazer e custodiar do órgão/entidade que o produziu. Respalda-se na capacidade de resposta ao social em um determinado momento e contexto. E, em se tratando do acervo da polícia pernambucana, seus repositórios irão espelhar a missão de investigação, censura e repressão, alinhado à política de segurança nacional que perfila ideologicamente a estratégia de governabilidade do estado opressor. Resta-nos questionar: como, ao longo da história republicana, a produção, a manipulação e a difusão da informação possibilitaram o controle e “determinaram” um desfecho inesperado de decisões em diferentes épocas? Em que medida isso é importante para a compreensão histórica e o valor que têm esses repositórios para o social? O historiador Paul Ricoeur (2007, p. 148), em uma de suas reflexões, nos brindou com essa belíssima passagem: “A história é do começo

ao fim escrita. A esse respeito, os arquivos constituem a primeira escrita com a qual a história é confrontada, antes de consumir-se ela própria em escrita no modo literário da escrituralidade [...].²⁰

Refletindo sobre essa passagem, podemos inferir que os arquivos são a matéria bruta de fundamental importância na constituição da análise histórica, formando um nexos que o vincula à sociedade. Essa expertise que assume o documento não está dada, e é através da atividade historiadora que é explorada teoricamente pelo pesquisador. Esse movimento documento versus sociedade nos mostra que ambos não estão dissociados, na medida em que a sociedade precisa de documentos no processo de existência do ser social, portanto, é copartícipe do ato de produção de memória(s), sendo ou não diretamente a parte interessada, isso se imbrica no saber-fazer permanente institucional. A produção documental gerada dessa relação orgânica entre o ente público e o privado/social constitui, em um primeiro momento, a primeira escrita, os assentamentos memorialísticos que compõem a história institucional administrativa, mas, ao mesmo tempo, demarca o testemunho, a anterioridade do acontecido, o primeiro registro sobre algo, dito pela “autoridade” que o produziu em uma dada época, servindo de subsídio para outras. Esse movimento dialético constitui uma das bases da memória e história coletiva dos povos.

168 |

Cabe ao historiador, antes de qualquer trabalho de investigação, conhecer como se dá o processo de “gestação” de um documento, o trâmite institucional daquele registro (que pode até já nascer histórico), como, por exemplo, a ata de uma assembleia, um relatório, um boletim de ocorrência ou outras tipologias de documentos que podem se transformar em fonte histórica na posteridade por representar o contexto de uma época, um registro originário do acontecido, ou pela informação a ele agregada, pelo dado ou enunciado (FOUCAULT, 2000) nele contido. Para o citado teórico, o “enunciado é a unidade elementar de um discurso”, seu núcleo e como tal, está impregnado de signos e sentidos que lhe conferem um caráter único e é sobre esse caráter único, cheio de significados, que a atividade historiadora irá incidir e construir sentidos.

Assim, entender a história administrativa é o primeiro passo para conhecer a formação discursiva, a estrutura informacional, baseada nas competências e mudanças internas da entidade que a produziu e que, por sua vez, conta a história institucional /social ao longo de sua trajetória, o que permite identificar as práticas, o *modus operandi* refletido na atividade-fim, e os elos que ligam, de alguma maneira, a entidade ao social. Essa dinâmica aparece na matriz formadora do documento, na operação discursiva que tece os fios argumentativos

20 RICOUER, Paul. *A História, a Memória e o Esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 148.



– o discurso que perpassa o núcleo de produção daquele documento/acervo, caracterizando suas competências. Adentraremos no rito policialesco presente nas atividades de “campanas”, de interrogatório, de investigação, espionagem, inteligência e os serviços de informação e contrainformação, envolvendo as atividades de agentes no exterior, para mostrar os braços desse segmento para além das fronteiras brasileiras e os efeitos que provocaram.

Por sua vez, o historiador/pesquisador busca, nas entrelinhas desses registros, as contradições e os saberes que carregam e, em um trabalho teórico-metodológico, extrai a informação contida nos documentos, questionando-o, e confronta-o com o contexto em que foi produzido, preenchendo lacunas, descortinando o que está implícito e o não dito. Assim, se identifica, na produção e na natureza de sua estrutura, a formação discursiva, o que foi silenciado pelo tempo, os “esquecimentos” propositais ou não, e o mais importante: os efeitos das decisões tomadas. É no lastro dessa dinâmica que pretendemos trazer alguns significativos exemplos das ações dos adidos envolvendo personalidade política, eclesiástica e trajeto de um militante anônimo de Pernambuco.

Prosseguindo na análise dos arquivos, é importante compreendermos como Michel Foucault nomeia a atividade historiadora como “monumentos de memória” e de histórias que são, pontuadas nessa passagem, em que afirma:

[...] é somente por meio de uma atividade historiadora que os documentos, sendo mais do que a mera expressão de uma memória coletiva, vêm a possuir certo sentido histórico. Este sentido não lhes é intrínseco, mas construído teoricamente: da mesma maneira como as sociedades do passado construíam monumentos como documentos de sua própria memória, a historiografia transforma os documentos do passado em Monumentos da Memória, ou, mais precisamente, Monumentos de Histórias. (FOUCAULT, 2000, p. 29)21. (grifo nosso)

Essa relação entre instituição, documentos e sociedade representa a manifestação de um pertencimento coletivo, às vezes não percebido, a qualidade do que é inerente e tem um sentido social, e mais importante: atesta nossa passagem pela vida, nossa materialidade existencial enquanto ser social, sendo o produto dos feitos, eternizados nos diferentes registros ao longo de nosso percurso no tempo passado ou presente e que reflete a saga humana, que a

21 FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

rigor podemos identificá-la do nascimento à morte, presente da certidão de nascimento ao atestado de óbito.

O sentimento de pertença e a razão de ser dos arquivos se consubstanciam nessa relação dialética da ação ao registro do acontecido (primeira escrita). A função do historiador é analisar essas encruzilhadas, e trazer esse labirinto à tona, que irá se manifestar na historiografia (a segunda escrita – o modo literário da escrituralidade) (RICOEUR, 2007). Dialogando com Foucault, o que seria informação?

Informação é o fio condutor que de forma dispersiva, sustenta todo aparato institucional, penetrando através de caracteres enunciativos bastantes distintos, toda organização e o tecido social, de maneira que nada nem ninguém se torne imune à sua influência. Elas cortam, modelam, subscrevem, pervertem e se estabelecem na sua permanente produção de efeitos de verdade, alimentando toda uma rede (de informações) ao mesmo tempo em que é alimentado por ela²². (FOUCAULT, 2000, p. 229.)

170 |

Estabelecemos esse alinhamento do documento com as práticas dos órgãos produtores para ilustrarmos a característica principal da função do investigador/ agente que se ocupará de construir, compilar, manipular e disseminar os registros que refletirão as atividades que os distinguem de outras entidades produtoras de documentos, no que tange à atividade de espionagem, coleta e manipulação de informações necessárias para instruir os processos que associarão o “elemento investigado” ao crime político. Segundo o coronel Allison Hind²³, os serviços secretos são:

[...] toda uma organização: coletores de informações (incluindo espíões), pesquisadores, compiladores, avaliadores, relatores, analisadores, redatores, divulgadores e uma quantidade de outros, juntamente com todos os seus instrumentos, sistemas de comunicação, bibliotecas, laboratórios, arquivos e escritórios de trabalho. (HIND, 1967, p. 15)

22 FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

23 Allisson Hind foi coronel do exército norte-americano, atuando toda sua carreira em setores de inteligência e contrainteligências e criou adeptos pelo mundo. Posteriormente, atuou como conselheiro para assuntos de guerra junto ao Pentágono.



A função de tais agências, de maneira resumida, localiza-se na ideia de conseguir informações sobre as demais nações ou mesmo grupos opositores internos, de maneira sigilosa e o mais previamente possível. Para isso, utilizaram uma vasta equipe de operação a serviço dos órgãos de controle que integravam a rede de segurança nacional, como os adidos, que trabalhavam na inteligência e espionagem.

Segundo Volkman²⁴, as agências de inteligência atuavam em diferentes níveis e subdividiam os trabalhos de forma que não houvesse choque com as forças²⁵. Cada nível estava relacionado ao tipo de informação que cada setor buscava e relacionava com as estratégias dos países/Estado/organizações. No nosso caso, utilizamos os exemplos dos agentes americanos, tendo em vista a grande influência que tiveram nos treinamentos dos agentes brasileiros, desde antes do golpe civil-militar, são esses:

Estratégico: As capacidades e intenções de países estrangeiros; por exemplo, se uma nação está desenvolvendo secretamente armas nucleares e o que pretende fazer com essas armas, uma vez desenvolvida.

Tático: A inteligência operacional, como o número de tanques que outra nação possui ou o número de homens de que dispõe sob armas. (VOLKMAN, 2013, p. 8)

| 171

Hind, em seu livro *História da Espionagem* (1967), descreve como o agente secreto, ao contrário do que se possa imaginar, nem sempre é um espião:

É preciso ter em mente, também, que nem todos os agentes secretos são espiões. Podem, pelo contrário, ser contra-espiões ou detetives para descobrir deslealdade ou subversão, às vezes, inesperadamente, em altos cargos. Ou podem ser sabotadores, ou decifradores de códigos, ou funcionar de numerosos outros modos. (HIND, 1967, p. 12)

O autor continua afirmando que a função do espião em si é muito superestimada pelo público geral. No que tange à coleta de informações:

24 Autoridade norte-americana na área de inteligência e segurança nacional. Sendo veterano da Inteligência do Exército dos EUA, atua como consultor de vários jornais como o *New York Times* e o *Washington Post* em assuntos que envolvem espionagem e conflitos internacionais.

25 Por agências de inteligência propriamente ditas, compreende-se as agências que possuem certa autonomia (seja ela parcial ou total) com relação às Forças Armadas e atuam mesmo em tempos de paz.



A esmagadora quantidade de informações do serviço secreto resulta de compilação ininterrupta e rotineira, por uma infinidade de especialistas militares e civis, que trabalham de maneira clara e simples. Coligem uma massa enciclopédica de fatos, cobrindo todos os aspectos da atividade humana, desde religião até características raciais, de geografia a geofísica, desde teoria até atitude política... ...cerca de noventa por cento das informações secretas recolhidas pelas nações modernas são reunidas por esse método. (HIND, 1967, p. 13-14)

O perfil do investigador e sua função, segundo Hind (1967, p. 15), estão diretamente ligados à obtenção de informações:

No fim das contas, olhos e ouvidos humanos, a serviço de um cérebro analítico e perspicaz, terão que continuar sendo os coletores daquilo que é inatingível e reside na base do comportamento humano. Ou seja, o espião deve se tornar um membro discreto da sociedade que espiona; discreto, porém, bem relacionado.

172 |

Embora o autor seja um coronel americano, seus ensinamentos não diferem do que foi propagado pela rede de órgãos de informação e segurança nos idos do regime civil-militar que se instalou por vinte e um anos no Brasil, marcado pelo terrorismo de Estado²⁶ e a prática do desaparecimento. Os agentes americanos foram os que mais treinaram agentes no Brasil e na América do Sul, tanto pela Escola Superior de Guerra (ESG), como pela Academia Militar das Agulhas Negras²⁷. Tivemos, como efeitos dessa espionagem, as práticas de coleta, manipulação e disseminação de informações e desinformações, difamação, delação, técnicas de interrogatórios, tortura e desaparecimento, com casos fartamente relatados em diferentes pesquisas em unidades paramilitares como a Casa da Morte de Petrópolis, assim como as práticas do Destacamento

26 O Terrorismo de Estado “em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo”. PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay ... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 64. *Apud* Souza, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. Aedos - ISSN 1984- 5634. Num.8, vol. 3, janeiro - junho 2011. p. 175.

27 A Academia Militar das Agulhas Negras é uma escola de ensino superior do Exército Brasileiro, situada na cidade fluminense de Resende. https://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Militar_das_Agulhas_Negras



de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) ao nível nacional, da Operação Condor e da Operação Bandeirante (Oban).

A Oban foi criada pelos militares com o nome de Operação Bandeirante em 1969. Era uma organização com o objetivo de integrar as forças de repressão, atuando entre São Paulo e Rio de Janeiro e operando com crueldade durante as torturas como forma de obter informações. Um dos elementos de destaque foi o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, da delegacia de roubos de São Paulo, que integrou a Oban e conseguiu “convencer” os militares da “eficácia” da tortura, como bem ironiza o jornalista Elio Gaspari:

Os comandantes militares que incorporaram Fleury à “tigrada” sabiam que tinham colocado um delinquente na engrenagem policial do regime. Nos anos seguintes o delegado tornou-se um paradigma da eficácia da criminalidade na repressão política. Um raciocínio que começara com a ideia de que a tortura pode ser o melhor remédio para obter confissão transbordava para o reconhecimento de que um fora da lei pode ser o melhor agente para a defesa do Estado. Recompensando-o, em 1971, por sugestão do CIE, o governo passou-lhe no pescoço a fita verde-amarela com a Medalha do Pacificador²⁸.

| 173

A partir de 1971, a Oban passou a ser articulada com o DOI-Codi, que era coordenado por outro major do Exército, Carlos Alberto Brillante Ustra, torturador altamente nocivo, perigoso e virulento, mas extremamente útil ao Estado. O DOI ganhou esse nome em setembro de 1970. Ele centralizou o combate aos grupos de esquerda que se opunham ao governo militar instalado em 1964. Com uma estratégia militar e com táticas policiais, o destacamento uniu militares das Forças Armadas e integrantes das Polícias Civil, Militar e Federal para pôr em prática a carnificina oficializada em que se transformou o modelo estatal assassino, implantado na fase mais dura do regime.

Nas embaixadas, os adidos agiam de forma sutil ou explícita, através de uma cadeia de influência que ia dos limites territoriais do Brasil até o exterior, monitorando, esquadrinhando e interferindo nos trâmites burocráticos junto às esferas administrativas, dentro e fora das embaixadas e dos consulados, dificultando, por exemplo, vistos de entrada, fixação de pessoas exiladas que entravam nos países na condição de perseguidos políticos ou simplesmente

28 GASPARI, Elio. “A Ditadura Escancarada”. In: *As Ilusões Armadas* (vol. 2). Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014 p. 62 - <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/operacao-bandeirante.htm> <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/operacao-bandeirante.htm>



que transitavam no exterior e que tinham algum destaque na mídia. Um dos exemplos é o caso de Dom Helder Câmara, célebre representante do clero, arcebispo de Olinda e Recife, que sofreu campanhas contundentes de “difamação”, uma das táticas de contrainformação usadas por adidos militares para manchar a credibilidade do arcebispo no exterior, o que o impediu por diversas vezes de receber o prêmio Nobel da Paz:

Dom Hélder passou a ser reconhecido mundialmente como liderança contra o autoritarismo e em defesa dos Direitos Humanos. Foi premiado com 32 títulos de doutor honoris causa em universidades brasileiras e estrangeiras, além de prêmios internacionais. O regime militar muitas vezes o acusou de ser comunista e até de contrabandear armas para grupos de guerrilha contra a ditadura. Dom Hélder é o brasileiro que mais vezes foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz, com quatro indicações. Desde a primeira, em 1970, a ditadura militar brasileira empreendeu uma dura campanha difamatória sobre o religioso no exterior, associando-o num momento ao integralismo, noutro ao comunismo. Dom Hélder perderia o prêmio para o criador do “milho híbrido”. Dom Hélder ainda seria indicado nos três anos seguintes, sem sucesso²⁹.

174 |

Em uma entrevista realizada pelo *Jornal Vermelho*, com Fernando Coelho, coordenador da Comissão da Verdade e da Memória Dom Helder Câmara, foi confirmada essa prática de perseguição ao arcebispo, pelo estado autoritário de 1964-1985. O relatório completo encontra-se na Companhia Editora de Pernambuco:

Durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a diplomacia brasileira em países como Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia atuou para convencer os responsáveis pelo Nobel a não dar o prêmio a Câmara. Ofícios da época foram reunidos no relatório da comissão pernambucana, confirmando um “programa de ação” contra o arcebispo³⁰.

29 <https://www.brasilefato.com.br/2021/04/10/memorias-da-resistencia-a-historia-de-dom-helder-o-arcebispo-vermelho-do-recife>

30 <https://vermelho.org.br/2016/01/20/ditadura-impediu-dom-helder-camara-de-receber-premio-nobel-da-paz/>
Ver também: <https://acervocepe.com.br/acervo/arquivos-da-comissao-estadual-da-memoria-e-da-verdade-dom-helder-camara>



Paulo Gomes (2019, p.317) aponta, em sua pesquisa, que:

Ao longo da Ditadura, dom Helder nunca deixou de atuar internacionalmente denunciando violações aos direitos humanos praticadas pelo governo brasileiro contra prisioneiros políticos e populações indígenas, bem como os problemas relacionados à desigualdade social do país³¹.

Continua adiante,

Ao longo dos anos, foram múltiplas as tentativas das autoridades brasileiras de desqualificar dom Helder Câmara (uma tática do adido) e suas atividades. Associa-la ao comunismo acabou se tornando prática corrente, assim como a tentativa de resgatar a ligação que havia mantido com o integralismo em sua juventude³².

Outro caso incluindo a ação dos adidos, esses agentes especiais lotados nas embaixadas ou em escritórios secretos montados no exterior especialmente para que pudessem agir na ilegalidade, envolveu a prisão arbitrária e o espancamento de padres durante o regime militar no Recife-PE. Eles continuaram a ser espionados no estrangeiro e também foram motivos de troca de expedientes do serviço de informação da Polícia Militar de Pernambuco e a embaixada americana.

O caso do padre Lourenço Rosenbaugh, ocorrido em 24/04/1979, de grande repercussão junto à imprensa local e internacional, quase se transformou em um incidente diplomático, não fosse a intervenção rápida do corpo de agentes agindo na embaixada e junto à opinião pública americana, na filtragem das informações. O fato se enquadra em mais uma denúncia de práticas arbitrárias por parte da Polícia Militar, que prendeu e agrediu o sacerdote americano em Pernambuco. A pasta de número 266 da PMPE traz farto material documental dos expedientes trocados entre agentes locais e adidos nos EUA, que intermediaram o caso. Encontram-se, no Dops-PE, as matérias de jornais e o exame de corpo e delito feito no IML, bem como a troca de informações entre os operadores da rede de informação e segurança no sentido de promover a articulação com o adido, lotado no exterior, atuando junto à embaixada americana, a fim de “abafar” o caso para que não trouxesse repercussão negativa ao regime.

31 GOMES, Paulo César. *Liberdade Viguada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à Anistia*. 1. ed. Rio de Janeiro, Record, 2019, p. 317.

32 Idem.p.320.



Manchetes: - Prisão de padres no Recife vira caso diplomático; - Jarbas condena a violência; - Moura quer esclarecer prisão dos religiosos; MDB responsabilidade João Acioly - Sec. Segurança. Repercussão da Prisão dos Padres Norte Americanos - Recortes do Jornal do Comércio 26/05/1977 PMPE Pasta 266 – 04 páginas. Manchete: - Moura manda deter autores da prisão do padre Lourenço. Repercussão da Prisão dos Padres Norte-Americanos Recortes do Jornal Diário de Pernambuco 22/05/1977 PMPE Pasta 266 01 Manchete: - Polícia conclui inquérito sobre o caso do padre. Repercussão da Prisão dos Padres Norte-Americanos Recortes do Jornal do Comércio 24/04/1979 PMPE Pasta 266. Manchete: - Laudo confirma espancamento do padre Rosenbaugh. Repercussão da Prisão dos Padres Norte-Americanos Recortes do Jornal do Comércio 13/01/1979 PMPE Pasta 266 – Contendo 01 doc. Manchete: - Laudo comprova que padre Rosenbaugh sofreu agressão. Repercussão da Prisão dos Padres Norte-Americanos Recortes do Jornal Diário de Pernambuco 13/01/1979; - Padre é causa de tumulto entre vereadores; - Governador determina pressa no inquérito; - Embaixada Americana evita comentários; - Veras não vê motivo para criação de CPI; - Discussão sobre padres cria desordem na câmara; - Emedebista ataca Moura; - Allain: MDB estimula as ações subversivas. Repercussão da Prisão dos Padres Norte - Americanos e Italiano em passeata. Recortes do Diário de Pernambuco 27/05/1977; Manchete: - Moura manda apurar com rigor a prisão de padre; - Cisneiro facilitará trabalho de comissão; - Wandenkolk apoia João Acioly³³.

176 |

O acontecimento acima citado, envolvendo a prisão dos padres americano e italiano em que houve agressão por parte da PM-PE, mostra como o aparato dos órgãos da repressão se protegia, aqui ou no exterior, acobertados pelo secretário de Segurança Pública e a bancada de deputados e vereadores do partido do governo, a então Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O caso também evidencia nitidamente a interferência rápida e o perfil do adido brasileiro na embaixada americana, uma vez que se apresenta como um agente de influência, treinado para neutralizar a repercussão negativa da opinião pública ao governo:

33 Fundo: APEJE - SSP/DOPS-PE. Prontuário funcional nº.266. PMPE. Ano 1977.



É um agente que, como indivíduo, goza de certo poder ou prestígio e usa sua posição para influenciar a opinião pública ou influenciar o processo de decisão de situações, para que sejam produzidos resultados que beneficiem os interesses do país para o qual o agente trabalha. O termo agente de influência é muitas vezes usado para descrever os indivíduos ou organizações envolvidas em operações de influência. Jornalistas, políticos, militares, médicos e semelhantes são alvos de recrutamento de agências de espionagem para serem usados como agentes de influência. Formadores de opinião cultural, nacionalistas, e líderes religiosos também têm sido alvo de recrutamento para servir como agentes individuais de influência. O uso de agentes de influência é uma das maneiras mais eficazes e bem sucedidas de influenciar opiniões nos outros países seja usando propaganda para induzir a mobilizações e atos por parte da população, criando campanhas de contrainformação ou por outros meios, uma vez que eles gozam de considerável credibilidade na audiência à qual se dirigem suas ações³⁴.

Um caso que não poderíamos deixar de citar é o do ex-governador deposto de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar. Segundo a historiadora Greyce Falcão do Nascimento (2022), em seu livro intitulado *Resistência no Exílio: Miguel Arraes e a Frente Brasileira de Informações*, ela coloca:

| 177

Em 20 de maio de 1965 Miguel Arraes de Alencar foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, tendo de esconder documentos e sem nenhuma garantia de liberdade. Naquele momento, sair do país era a única opção. Inicialmente nenhum dos países da América Latina aceitou Miguel Arraes como exilado. Naquele mês praticamente todas as embaixadas estavam cercadas pela polícia. O processo de concessão de asilo político não foi fácil.³⁵ (Grifo nosso)

Certamente vê-se, nessa passagem, a ação do governo brasileiro atuando por meio dos adidos e servidores lotados nas embaixadas todo um trabalho prévio, no sentido de inviabilizar qualquer acolhida por parte de algum país latino-americano, com vistas a tornar impossível a permanência de Arraes nas

34 https://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_de_intelig%C3%A2ncia Acesso: 22/02/2024.

35 NASCIMENTO, Greyce Falcão do. *Resistência no Exílio: Miguel Arraes e a Frente Brasileira de Informações*. Porto Alegre-RSEditora Fi, 2022. p.100.



cercanias do Brasil. E assim foi feito. A manobra política e estratégica para que a recusa dos países vizinhos fosse sistemática deixa como opção a Iugoslávia ou a Argélia. Segundo a autora, “Arraes se refugiou na embaixada da Argélia no Rio de Janeiro e esperou um mês até que o novo embaixador do país chegasse ao Brasil com a confirmação do asilo e salvo conduto³⁶”.

Vemos claramente o poder do Estado autoritário interferindo na vida das pessoas com a magnitude que fizeram, demonstrando um pouco do que significaram os anos de chumbo no Brasil. Dessa forma, é inadmissível e lastimável que parcelas da sociedade, inflamadas com o veneno das fake news, estejam nas ruas pedindo o retorno de uma ditadura violenta como a implantada no Brasil com o golpe civil-militar de 1964-1985.

Os adidos lidavam com espionagem, informações, vigilância, interceptação de mensagens e disfarces. Outro caso emblemático do modus operandi foi o relato de memória, vivenciado durante o atendimento no acervo Dops-PE, nos idos de 2000, na vigência da Lei 11.773/00, de indenização aos presos e perseguidos políticos de Pernambuco, durante o período ditatorial. Na ocasião, recebíamos o público específico, a fim de localizar os prontuários que tinham informações que provavam a ação violenta do Estado e dos agentes públicos em práticas consideradas graves atentados aos direitos humanos:

178 |

Uma Sra. de nome Maria José procurou o Arquivo Público Estadual, onde se localizava o acervo do extinto DOPS-PE, em busca de informações que ajudassem a esclarecer o paradeiro dos irmãos caçula e do mais velho, ambos “desaparecidos políticos”. Não localizamos nenhum prontuário dos dois, no entanto, ao fazermos uma busca indireta no acervo, a partir dos dados que ela tinha fornecido, encontramos numa pasta de ofícios da SSP-PE, um documento assinado pelo irmão mais velho, em que ao ler, ela ficou surpresa não só ao reconhecer a assinatura do irmão, num documento oficial da Secretaria de Segurança Pública, mas pelo teor, em que ele relatava sobre a questão do campo e a necessidade de monitoramento daquela região, em que Francisco Julião vinha incitando o trabalhador rural a fazer rebelião. O documento acompanhava uma lista de pessoas que embarcariam com Francisco Julião para Cuba e entre a relação de nomes, figurava o nome, filiação e endereço do irmão mais novo. A surpresa dela, foi estarecedora, na medida em que o

36 Idem. P. 101.



documento oficial da SSP, assinado pelo irmão mais velho, constava o nome do irmão caçula na lista, que acompanhava o pedido de diligência junto aos órgãos como IV exército, 2ª Seção do CISA, Base aérea do Recife, Polícia Federal e Embaixada Americana para acompanhamento e providência. O documento remetia a outro, o prontuário de CUBA, nº 29.326 e tal foi nossa perplexidade, quando lá havia cópia do documento assinado pelo agente (irmão mais velho), encaminhando a lista às autoridades da “rede” de órgãos de informação e segurança, para providência. Entre as pessoas da lista, figurava o irmão mais novo e abaixo da assinatura no documento, havia uma credencial, com o carimbo sinalizando ‘adido especial’. Depois do minucioso relatório e de outros documentos existentes na pasta de Cuba incluindo a possibilidade de fretar um avião para levar todos da lista. Comparando a data do documento, da viagem e do desaparecimento do irmão caçula, ela concluiu que durante todo o período, o monitoramento ao irmão ocorreu com a anuência do irmão mais velho. Ela, após a perplexidade e susto, não satisfeita, perguntou onde poderia localizar mais informações sobre o irmão mais velho, que em alguns documentos aparecia como funcionário da embaixada americana legitimado pelo timbre do documento. Com isso, ela esteve na Polícia Federal e na Embaixada americana onde descobriu o endereço onde morava nos EUA - Nova York, e junto ao endereço, informações pessoais que foram repassadas a ela na condição de irmã, que ele era casado, pai de 03 filhos, tinha a cidadania americana e trabalhava na embaixada do Brasil nos EUA. Depois do que conseguiu apurar, concluiu que: o irmão mais velho trocou a vida do caçula, por um emprego estável, pela cidadania americana, na qual construiu uma família, exercendo uma atividade que jamais a irmã suspeitava e concluiu que o desaparecimento do irmão caçula tinha, como maior responsável, o irmão mais velho³⁷.

Esse fato tipifica bem a dualidade da vida do agente, sempre disfarçado, escondendo práticas e até inúmeros crimes de violações gravíssimas, praticados em nome da ideologia do regime ao semelhante, sem se deixar denunciar.

37 SILVA, Marcília Gama. *Informação Repressão e Memória: a Construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE. 1964-1985*. Editora – UFPE, Recife, 2014.



Até para a própria família, o sigilo era mantido, e a real identidade jamais era revelada. O que perpassa esse imaginário é uma carga ideológica que entorpece os sentidos ao ponto de desconhecer o parentesco, as afetividades e os nobres gestos e sentimentos de humanidade e consanguinidade. Nada disso impediu que formalizasse uma denúncia contra seu irmão, que, de alguma forma, levou ao seu desaparecimento.

Considerações finais

Escrever sobre a interferência de “agentes especiais” nos assuntos diplomáticos, nas relações sutis desenvolvidas por esses adidos e na sua importância, na sustentação do regime autoritário, seja na manipulação/neutralização ou disseminação de informações, na interceptação de correspondências, documentos ou ações, com o fim de perseguir, dificultar e impedir asilos políticos, desmoralizar personalidades brasileiras em trânsito em países como a França, ou que estavam exiladas, manchar a trajetória política, difamar, caluniar e expor a imagem da pessoa à opinião pública, como fizeram como dom Helder, Miguel Arraes e outras personas non gratas do regime, são algumas das ações desses espões à serviço da pátria autoritária. Escamotear atos e assassinatos também fez parte do cardápio hediondo e criminoso desses adidos, com a prerrogativa de que tinham que agir na surdina e nos bastidores, para garantir o sigilo de sua identidade e dos seus atos, a fim de não expor o regime ditatorial em curso no Brasil, nem causar um incidente diplomático.

Certamente que a extensão dos tentáculos da política de Estado criminosa foi além do território nacional. Com toda a carga de violações já conhecidas, esses fatos nos remetem aos limites da capacidade humana de fazer mal ao outro. Por maior que sejam os argumentos e as justificativas, nada apagará os crimes praticados. Uma manobra política levou-nos a uma equivocada anistia, perdendo os crimes cometidos pela ditadura civil-militar, omitindo a identificação dos envolvidos e trazendo a nação para um lugar de impunidade e de fragilidade da democracia. Todos esses atos hediondos entraram para o vale imundo da história do Brasil. Um país que tem cento e trinta e cinco anos de história republicana, infelizmente, apresenta um currículo espúrio de sete golpes de estado, seis Constituições Federais e que, por seis vezes, teve o seu Congresso fechado não pode ser considerado um padrão de respeito às regras constitucionais e, conseqüentemente, não constrói com solidez o compromisso com o Estado Democrático de Direito, abrindo precedentes para que a sua



população não consiga diferenciar uma ditadura de um regime democrático e o mais grave: que ela perca os referenciais democráticos enquanto nação.

O artigo busca trazer esses flagrantes com o objetivo de mostrar quem eram esses “agentes especiais”, arapongas disfarçados, espiões camuflados ou simplesmente adidos a serviço da repressão. O efeito de suas ações na história das relações políticas brasileiras no exterior ainda está sob sigilo pela falta de transparência da burocracia brasileira, ainda presa às práticas e alianças comprometidas com a ditadura, impedindo que os arquivos sejam franqueados ao público em sua totalidade. Sobre isso, causa-nos perplexidade o fato de que a Lei de Acesso à Informação só tenha sido criada vinte e seis anos após o fim do regime ditatorial, tempo suficiente para que os algozes do regime viessem a óbito ou desenvolvessem algum tipo de demência e não pudessem ser responsabilizados pelos seus atos criminosos, de perseguição, repressão, tortura, banimento, desaparecimento e morte, crimes imprescritíveis de lesa-humanidade. Na cadeia de órgãos de Operação, Informações e Segurança, os adidos agiram a fim de viabilizar a continuidade de um Estado de exceção, em que tudo era permitido em nome de uma pretensa “ordem e progresso”, promovendo a maior limpeza político-social e étnico-racial da história brasileira, alinhando o país aos projetos dos grandes grupos ligados ao capital internacional, à concentração de riquezas nas mãos de uma elite que não tem outro³⁸ compromisso que não seja o enriquecimento desigual da nação. Ao longo dos anos, essa postura e mentalidade só têm aprofundado o fosso social e transformado o país em um arremedo de nação.

Referências bibliográficas

- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. RJ: Forense Universitária, 2000.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. In: *As Ilusões Armadas* (vol. 2). Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GOMES, Paulo César. *Liberdade Vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à Anistia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. In: *Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas/ organizadora Zélia Lopes da Silva*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999. Vários autores.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.



- _____. Antônio Torres. Ciência, história e memória: questões metodológicas. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder et al. História e sensibilidade. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 95-116.
- NASCIMENTO, Greyce Falcão do. Resistência no Exílio: Miguel Arraes e a Frente Brasileira de Informações. Porto Alegre-RS: Editora Fi, 2022.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: Projeto História 10. História & Cultura. São Paulo: Editora da Puc-SP, 1993.
- PAGE, Joseph A. A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil, 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 3. Memória.
- REZNIK, L. Democracia e Segurança Nacional. A Polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, RJ, n. 10, 1992.
- RICOEUR, Paul, A memória, a história e o esquecimento. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.
- SOARES, André. Ex-Agente Abre a Caixa-Preta da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência). São Paulo: Escrituras, 2015.
- SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. Aedos - ISSN 1984- 5634. n.8, vol. 3, janeiro - junho 2011.p. 161 <http://www.seer.ufrgs/aedos>
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SILVA, Marcília Gama. Informação Repressão e Memória: a Construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE. 1964-1985. Recife: Editora UFPE, 2014.
- _____. Pernambuco na Mira do Golpe 1964 -1985. Editora Fi: Porto Alegre. 2021. Coletânea 03 volumes.



O *desaparecimento* de uma política pública: a breve trajetória do Centro de Referência Memórias Reveladas

*Inez Stampa*¹

*Vicente A. C. Rodrigues*²

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a trajetória institucional do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas, iniciativa do governo federal voltada à difusão do patrimônio documental brasileiro do período da ditadura militar (1964-1985).

| 183

O presente artigo busca contribuir para o debate atual sobre a democracia no Brasil, centrando-se, por um lado, no papel desempenhado pelo Memórias Reveladas desde a sua criação e, por outro, em uma análise das estratégias utilizadas durante o governo Bolsonaro (2019-2022) para o desmonte dessa política pública e para o progressivo desaparecimento do Centro de Referência. Os efeitos produzidos por essas estratégias, cabe registrar, não foram revertidos nos oito primeiros meses do terceiro governo Lula (2023-em curso)³.

À guisa de introdução, podemos definir o Memórias Reveladas como uma iniciativa no campo da justiça de transição, expressão esta que, para a Organização das Nações Unidas (ONU, 2004, p.4), designa um “amplo espectro de processos e mecanismos utilizados pela sociedade para que esta chegue

1 Professora associada do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atua na coordenação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Membro do Conselho Consultivo do Projeto “Opening the Archives” (Brown University, EUA).

2 Servidor do Arquivo Nacional. É doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Conselho Consultivo do Projeto “Opening the Archives” (Brown University, EUA).

3 O período de análise tem como termo final o mês de agosto de 2023.



a um determinado acordo sobre violações de direitos humanos ocorridas no passado”, visando garantir “a responsabilização dos culpados, promover a justiça e alcançar a reconciliação”.

A justiça de transição tem por função não somente garantir o entendimento do que ocorreu, mas também reforçar a compreensão de que não é possível a um povo (re)conhecer a si próprio sem entender o legado de sua história política e social. Nesse processo, as iniciativas voltadas à recuperação e difusão de informações contidas nos arquivos da repressão e da resistência assumem posição de destaque, em meio a tensões e disputas pela memória (STAMPA, 2011).

Os primeiros mecanismos brasileiros de justiça de transição foram estabelecidos na segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000⁴, isto é, quase uma década após a transição política, e não incluíram a responsabilização criminal ou cível de perpetradores de violações, o que pode ser explicado, pelo menos em parte, a partir das diferentes circunstâncias históricas que condicionaram as transições do Brasil e de outros países da América do Sul⁵. Portanto, é possível afirmar que a experiência brasileira de justiça de transição é tardia⁶ e limitada, ainda que o seu ritmo tenha se acelerado entre 2009 e 2014.

Embora não se tenha aqui o objetivo de empreender uma crítica mais ampla do conceito de justiça de transição, faz-se necessário alertar que seu desenvolvimento histórico coincide com o triunfo mundializado do capitalismo neoliberal a partir dos anos 1980. Nesse sentido, a justiça de transição está, frequentemente, articulada à ideia de que países de “Terceiro” ou de “Segundo Mundo”⁷ devem adotar certos padrões (standards) democráticos de países de “Primeiro Mundo”. Essa articulação pode gerar distorções equivalentes às observadas em relação ao debate sobre os direitos humanos, principalmente em cenários de disputa geopolítica.

4 Referimo-nos, especificamente, à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 18 de dezembro de 1995, e a Comissão de Anistia, criada em 28 de agosto de 2001.

5 Na Argentina, por exemplo, as eleições diretas foram restabelecidas em 1983, mesmo ano no qual se encerrou o governo militar, e foi instalada a comissão da verdade daquele país, denominada de *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep). Tal rapidez derivou, em grande parte, da desmoralização do regime militar argentino em virtude da derrota na Guerra das Malvinas (1982). Sem tempo para organizar a transição, a maior parte dos líderes da ditadura argentina terminou na cadeia, incluindo o último presidente da ditadura, Reynaldo Bignone, condenado, em 2011, aos 83 anos, à prisão perpétua por crime de lesa-humanidade.

6 A experiência internacional no campo da justiça de transição não registra nenhum outro caso no qual uma Comissão da Verdade foi estabelecida mais de duas décadas depois do fim do período de exceção ou conflito.

7 “Primeiro Mundo”, “Segundo Mundo” e “Terceiro Mundo” são expressões fartamente utilizadas pela ciência política e prevalentes no debate público do séc. XX, significando, respectivamente, países de capitalismo central (desenvolvidos); países de economia planificada liderados pela União Soviética; e, por fim, países pobres, *em desenvolvimento* ou subdesenvolvidos.



Feita essa introdução, e levando em conta esses alertas, buscaremos, a seguir, discutir a experiência do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas a partir de suas origens e das principais ações e projetos por ele executados.

Das origens no Fórum Social Mundial à abertura dos arquivos da ditadura militar

Não é exagero dizer que, como ideia, o Memórias Reveladas nasceu no 5º Fórum Social Mundial (FSM)⁸, realizado em Porto Alegre, de 26 a 31 de janeiro de 2005. O evento registrou a participação de mais de cem mil pessoas, entre ativistas de movimentos sociais, delegados de sindicatos, jornalistas independentes, ministros de Estado e presidentes sul-americanos, como o brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o venezuelano Hugo Rafael Chávez Frias.

Neste ambiente estimulante e confuso, no qual múltiplas agendas sociais e perspectivas cooperavam, sobrepunham-se e, também, chocavam-se, foi formulada a proposta de se criar, no Brasil, um organismo capaz de reunir as referências sobre o tema da repressão política durante a ditadura militar de forma sistemática.

Em atenção a essa demanda, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), que acompanhava o FSM, instituiu,

8 A primeira edição do FSM foi realizada, em 2001, na cidade de Porto Alegre (RS), como um evento criado por iniciativa de diversos movimentos da sociedade civil. O fórum é um encontro multifacetado voltado para o debate, a formulação de propostas, troca de experiências e constituição de redes entre movimentos sociais e organizações da sociedade civil, e por propor alternativas de desenvolvimento àquelas apresentadas em fóruns empresariais tradicionais, como o Fórum de Davos, criado em 1971, ou de encontros de países ricos como o Encontro dos Países do Grupo dos Sete (G7), que passou a se reunir a partir de 1975.



em fevereiro de 2005, um grupo de trabalho⁹ com o objetivo de elaborar um projeto para a implantação de um centro de referência que viesse a “abrigar informações, documentos, arquivos, objetos artísticos com valor simbólico, sobre as violações dos Direitos Humanos durante o período da ditadura militar no Brasil”, conforme contido na Portaria SEDH/PR n. 21, de 21/02/2005 (BRASIL, 2005). Em março do mesmo ano, o grupo foi instalado na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e, em maio, entregou seu relatório final, propondo a constituição de um centro de referência com a missão exclusiva de agregar fontes arquivísticas sobre as lutas políticas ocorridas no período de 1964-1985¹⁰.

Quanto ao início do recolhimento dos acervos, cabe destacar que, em novembro daquele mesmo ano, o decreto presidencial n. 5.584, de 18 de novembro de 2005, dispôs a respeito da transferência dos documentos arquivísticos públicos que estavam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), permitindo que, a partir de dezembro, tivesse início o envio desses acervos para o Arquivo Nacional, em particular dos documentos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI).

O ano de 2006 foi tomado por reuniões e estudos técnicos visando à implantação do – já então denominado – “Memórias Reveladas”, encampado pela Secretaria de Estado da Casa Civil da Presidência da República, ministério ao qual o Arquivo Nacional estava vinculado. Nesse sentido, foi a Casa Civil que tomou a decisão de institucionalizar o Memórias Reveladas após a criação de uma rede de cooperação gerenciada pelo Arquivo Nacional, a qual começou a tomar forma com a aprovação, no âmbito da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura, do “Pronac 07-6040, Projeto Memórias

9 O grupo de trabalho (GT) foi constituído por seu coordenador, Jaime Antunes da Silva, diretor-geral do Arquivo Nacional; Ana Maria de Almeida Camargo, professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP e vice-presidenta da Associação de Arquivistas de São Paulo (Arq-SP); Augustino Pedro Veit, assessor do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos; Cornelia Eckert, professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro da Associação Brasileira de Antropologia; Jessie Jane Vieira de Souza, professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); José Geraldo de Sousa Junior, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB); Maria Alice Vieira, historiadora da Fundação Perseu Abramo; Maria Aparecida de Aquino, professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Mário de Souza Chagas, professor da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e representante do Departamento de Museus – RJ do Ministério da Cultura (MinC); e Paulo Vannuchi, presidente do Instituto Cidadania (São Paulo).

10 O relatório foi aprovado durante o Simpósio “Políticas Públicas para o tratamento dos acervos oriundos dos períodos de ditaduras no Brasil”, realizado em Porto Alegre, RS, nos dias 24 e 25 de julho de 2006, realizado pela SEDH/PR, então sob o comando do ministro Paulo Vannuchi.



Reveladas”. O projeto em questão permitiu a captação, por intermédio da Lei Rouanet (Lei n. 8.313/1991), de recursos para a preservação de acervos dos extintos Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) e Departamento de Ordem Política e Social (Dops), órgãos estaduais integrados ao aparato repressor da ditadura militar, que tinham como missão espionar e reprimir opositores¹¹.

Somente após o estabelecimento dessas parcerias, portanto, foi oficialmente criado o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, por intermédio da Portaria n. 204, de 13 de maio de 2009 (BRASIL, 2009), assinada pela então Ministra-Chefe de Estado da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff.

A cerimônia de lançamento oficial do Memórias Reveladas deu-se no Palácio do Itamaraty, em Brasília-DF, e contou a presença do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de governadores, ministros de Estado e dos então pré-candidatos presidenciais, Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) e José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), ambos perseguidos políticos durante o período ditatorial. O gesto era claro: independente de resultados eleitorais, o Memórias Reveladas deveria ser compreendido como uma ação do Estado brasileiro, voltada à consolidação do processo democrático nacional.

Na mesma cerimônia, foi também assinada a mensagem de envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei n. 5.228, de 5 de maio de 2009, que buscava regular o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988. Tratava-se de uma primeira versão da futura Lei de Acesso a Informações - LAI (BRASIL, 2011).

A criação do Memórias Reveladas foi divulgada nacionalmente por intermédio de uma campanha de rádio, TV, mídia impressa e internet, idealizada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom/PR)¹². A campanha foi direcionada para a localização de desaparecidos políticos e para a doação ou entrega de acervos por intermédio de edital público de chamamento de acervos. Foi divulgado também um número telefônico gratuito, atualmente

11 Foram desenvolvidas ações relacionadas aos Dops nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte.

12 Além do material impresso e digital composto por banners e cartazes, a campanha contou, também, com filmes curta-metragens dirigidos pelos cineastas Cao Hamburger, Helvécio Rattton e João Batista de Andrade, que relatavam, com a participação de parentes de desaparecidos políticos, as histórias de Fernando Santa Cruz (desaparecido em 1974), Dinaelza Coqueiro (desaparecida em 1974) e do ex-deputado federal Rubens Paiva, desaparecido em 1971, e, também, apresentavam o nome e as fotos de todos os desaparecidos políticos até então identificados pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

desabilitado, para atendimento gratuito ao cidadão. Como resultado, foram doadas ou entregues ao Arquivo Nacional mais de 200.000 páginas de documentos, bem como dezenas de livros e documentos sonoros em suportes variados.

De forma a dar maior transparência e permitir a participação da sociedade na gestão do Centro de Referência, o Arquivo Nacional instalou, em agosto de 2009, dois colegiados, o Conselho Consultivo e a Comissão de Altos Estudos do Memórias Reveladas.

O primeiro colegiado contava com a participação de representantes de ministérios, como o Ministério da Cultura, o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa, bem como com associações científicas como a Associação Nacional de História (Anpuh), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e o Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação e Direito (Conpedi). Completavam a formação do Conselho associações de classe como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e as associações de arquivistas.

Quanto à Comissão de Altos Estudos, esta era um colegiado multidisciplinar formado por especialistas nas temáticas de interesse do Centro de Referência, composta por historiadores, cientistas políticas, arquivistas, assistentes sociais e juristas. A comissão tinha por finalidade apresentar propostas de ações e projetos para apreciação do Conselho Consultivo que, uma vez aprovadas, passavam à execução por parte do Centro de Referência Memórias Reveladas. Dentre as ações propostas, destaque-se a realização de oficinas, encontros e seminários nacionais e internacionais sobre o acesso à informação e os documentos da ditadura militar brasileira, bem como a criação do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, que premiava, a cada edição, três trabalhos monográficos que utilizassem fontes documentais do período de 1964-1985 com a publicação em formato de livro.

O Memórias Reveladas e a abertura dos documentos da ditadura

O Brasil é detentor do maior conjunto documental de origem pública sobre a vigilância e a repressão política na região sul-americana (RODRIGUES, 2017). Esse papel de destaque é garantido pelo volume de documentos públicos



produzidos e acumulados pelos órgãos e pelas entidades integrantes do extinto Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni), que tinha, por órgão central, o também extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). De acordo com dados de 2022, do Arquivo Nacional, apenas o acervo deste órgão em particular é composto por aproximadamente três milhões e meio de páginas de documentos textuais, além de outros tipos documentais¹³.

Os documentos produzidos pelo Estado durante os anos ditatoriais desempenham papel-chave para o esclarecimento das ilegalidades cometidas pelo governo brasileiro no passado. Para tanto, faz-se imprescindível a pesquisa e o amplo debate sobre eles, sendo indispensável garantir e estimular o amplo acesso a esses papéis. A tarefa, entretanto, torna-se monumental diante do tamanho do acervo brasileiro sobre o tema, próximo a 23 milhões de páginas, segundo estimativas atuais¹⁴, posicionando o país como o maior detentor dessa modalidade de documentos na América do Sul.

Mais do que registros imparciais do tempo, os documentos são uma seleção, nada aleatória, de vestígios do passado (LE GOFF, 1990, p. 535). Critérios subjetivos norteiam não apenas a sua produção, acumulação e preservação, mas também a sua relevância no presente, seus usos científicos e também sociais.

Neste sentido, para além de servirem de suporte à produção acadêmica entrincheirada no saber universitário, a documentação originada no contexto da ditadura militar brasileira (1964 e 1985), tanto a que ostenta o timbre estatal, como aquela outra, muitas vezes clandestina, saída dos mimeógrafos da resistência, aparece como requisito para a recuperação de parte da memória coletiva que se pretendeu censurar, desaparecer, isto é, apagar da história.

Tanto mais importante se torna essa recuperação e o debate sobre esses arquivos se, no tempo presente, o que se busca é mitificar a repressão ditatorial, apresentando-a como “heroica”, “pacificadora” e “salvadora”. Isso porque os arquivos, por intermédio de seus conjuntos documentais, contribuem para que se possa conhecer o passado e, também, para embasar o planejamento de políticas futuras. São, por outro lado, fundamentais para determinar, no presente, as responsabilidades por injustiças e crimes quando cometidos em períodos de exceção por agentes do Estado ou a seu mando.

Dessa forma, esses documentos devem ser reconhecidos como um bem público que, diretamente ou indiretamente, contribui para a escrita da história,

13 Segundo dados do Relatório do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas de 2022. Cerca de 13 milhões de páginas estão sob a guarda do Arquivo Nacional, e aproximadamente 10 milhões sobre a guarda de outros arquivos. A referência a outros tipos de documentos compreende documentos microfilmados, audiovisuais e iconográficos (fotos, cartazes, gravuras etc.).

14 O acervo federal é composto por aproximadamente treze milhões de páginas de documentos textuais, e o acervo estadual é estimado em dez milhões de páginas de documentos textuais.



para o desenvolvimento nacional e para a promoção do direito à memória e à verdade, este um “direito de natureza transindividual, que ultrapassa a formulação por meio dos atores políticos tradicionais” (SILVA FILHO, 2009, p. 78).

A adoção de políticas de memória específicas para enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos – como aquelas que ocorreram no período da última ditadura brasileira do séc. XX – tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas também reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias estratégias no combate às violações em tempo presente, que teimam em persistir como parte da realidade social brasileira.

Por outro lado, cabe apontar que a memória pode ser construída e reconstruída a partir de fontes diversas, como, por exemplo, os documentos textuais recolhidos aos arquivos brasileiros, os livros de uma determinada biblioteca pública, os registros audiovisuais de um colecionador particular ou, ainda, os relatos orais de pessoas que viveram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, modos de vida etc. Nesse sentido, Coimbra (2010, p. 94), referindo-se expressamente aos arquivos, afirma que “nas sociedades democráticas, e a propósito da história recente, a todos cabe o dever cívico de promover a discussão crítica do passado, de forma serena e sem revanchismos, buscando a verdade e a justiça”.

190 | Esse “dever cívico”, como lhe chama Coimbra, ganha urgência no que se refere à memória de períodos nos quais ocorreram violações maciças dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória disputada entre vítimas e perpetradores de violações dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória em risco, pelo interesse que determinados grupos têm no aniquilamento dos registros históricos da época.

Defender que a memória é um bem público não significa deixar de reconhecer que ela mesma é resultado dos contextos e dos agentes que a constroem. Assim, a memória pode ser apropriada e transformada no cumprimento de diferentes objetivos e agendas. Sobre este aspecto, cabe lembrar a afirmação de Marx e Engels (1998, p. 41) de que as “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que tem a força material na sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força intelectual dominante”. Extrapolando a afirmação, é possível afirmar que a memória de uma época também é a memória da classe dominante, daí a importância de disputá-la.

Desde o princípio, contudo, o Memórias Reveladas encontrou um obstáculo na realização dessa disputa, o qual, muitas vezes, frustrava seu propósito de garantir o amplo acesso e a divulgação dos documentos sobre a última ditadura brasileira: a ausência de critérios claros, fixados em lei, para a abertura desses acervos. Inicialmente, as instituições arquivísticas, antes de franquear o acesso



aos documentos, precisavam ater-se às leis n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e n. 11.111, de 5 de maio de 2005, que davam margem a sucessivas prorrogações do prazo de sigilo para documentos ultrassecretos, quando se supusesse que a sua divulgação representasse risco à segurança da sociedade e do Estado. Essas mesmas leis, por outro lado, não eram de grande serventia na definição de critérios de acesso a documentos com informações pessoais, de perseguidos políticos ou de agentes do Estado, limitando-se a reproduzir as imprecisas determinações da Constituição de 1988, segundo as quais tanto o direito de acesso a informações quanto o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem deveriam ser preservados, sem esclarecer, no entanto, como isso seria feito.

Esse quadro de confusão e insegurança era ocasionado pela falta de uma legislação específica que orientasse e protegesse as instituições arquivísticas na liberação desses papéis, pois a Lei n. 8.159/1991 (BRASIL, 1991), apesar de determinar que se franqueasse a consulta aos documentos públicos, também previa a responsabilização “penal, civil e administrativa” daquele que violasse o sigilo da informação. O quadro descrito era ainda agravado pela natureza aberta de conceitos como “intimidade”, “vida privada”, “honra” e “imagem”, que, apesar de serem delimitados pela doutrina jurídica, não se encontram descritos em qualquer lei. Como resultado, até bem recentemente, não havia no Brasil critérios universais e homogêneos de acesso aos acervos da ditadura, o que limitava a consulta aos próprios retratados na documentação ou a seus familiares.

Essa situação apenas seria remediada em 2011, com a edição Lei de Acesso a informações - Lei n. 12.527/2011 (BRASIL, 2011). O novo instrumento jurídico, valendo-se de sugestões tanto da Rede Memórias Reveladas, como do Arquivo Nacional, garante, atualmente, a qualquer cidadão, o direito de acesso a esses documentos, sem que se precise sequer declarar o motivo da consulta.

Seus efeitos não tardaram a se fazer sentir, traduzindo-se na ampla disponibilização de milhares de páginas documentais cuja leitura era frequentemente embaraçada pelos obstáculos jurídicos e burocráticos descritos. No Arquivo Nacional, por exemplo, encontram-se disponíveis cerca de 13 milhões de documentos, digitalizados em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, nos quais se pode, inclusive, buscar palavras e expressões de forma automatizada. Entre eles, destacam-se os papéis produzidos por órgãos diretamente envolvidos com a vigilância política nos anos ditatoriais, como o Serviço Nacional de Informações, o Estado Maior das Forças Armadas, a Divisão de Segurança e Informações do MRE, o Conselho de Segurança Nacional, a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, a Divisão de Informações da Petrobras e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

Além disso, esses acervos estão, hoje, digitalizados e com reconhecimento óptico de caracteres (Optical Character Recognition - OCR), acessíveis a partir da última versão do Banco de Dados Memórias Reveladas, lançada em outubro de 2018¹⁵. Com mecanismo de busca que lembra sites de pesquisa como o Google, mas preservando formas de pesquisa avançada, a nova versão do Banco de Dados foi inteiramente construída pelo Arquivo Nacional e a partir de recursos tecnológicos já então disponíveis na instituição.

Para que se alcançasse a digitalização dessa massa documental, foi imprescindível a colaboração entre o Arquivo Nacional e a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Em atividade no período de 2012-2014, e voltada à apuração dos graves crimes contra os direitos humanos cometidos por agentes do Estado no período ditatorial, a CNV desempenhou importante papel na valorização da documentação produzida neste contexto. A partir de 2012, a CNV passou a utilizar parte do espaço físico do Arquivo Nacional, tanto na sede da instituição, no Rio de Janeiro, como também na coordenação regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. A sede do Arquivo Nacional foi também utilizada para a tomada de depoimentos de vítimas e implicados em graves violações, bem como para a apresentação de relatórios parciais da comissão.

192 |

A relação próxima da CNV com as instituições arquivísticas, e com o Memórias Reveladas e o Arquivo Nacional, evidenciou a grande importância desses acervos na consecução de suas metas, fato transparente em diversos relatórios publicados pela Comissão, que trazem conclusões baseadas em documentos arquivísticos. O relatório do caso Rubens Paiva, deputado desaparecido em 1971, por exemplo, atesta a centralidade dos arquivos no trabalho da CNV, pois somente foi possível desmontar a versão dos fatos dada pelo general José Antônio Nogueira Belham, implicado na morte e no desaparecimento de Paiva, com a utilização de documentos de arquivo produzidos pelo Estado e, atualmente, recolhidos ao Arquivo Nacional.

De fato, apenas no primeiro volume de seu relatório final, a CNV fez nada menos do que 493 referências ao Arquivo Nacional, entre documentos citados e agradecimentos ao trabalho desenvolvido pela instituição e, em suas recomendações, e apontou, ainda, para a necessidade de “prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar”¹⁶.

Colaboração semelhante foi realizada, também, com dezenas de outras comissões da verdade, de âmbito estadual, municipal e universitário, como, por exemplo, a Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Comissão Estadual

15 Disponível em www.memoriasreveladas.gov.br. Acesso em: 23 ago. 2023.

16 Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, volume I, parte V, recomendação n. 29. Brasília: CNV, 2014.



da Verdade do Rio de Janeiro, Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda e Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Todas essas comissões atuaram com a colaboração do Centro de Referência, o que é registrado em seus relatórios finais.

Além disso, no período de 2009 a 2016, o Memórias Reveladas atuou próximo à Comissão de Anistia, então órgão do Ministério da Justiça, que promovia políticas de reparação, e cujos processos eram, normalmente, apoiados em depoimentos de vítimas e testemunhas, como também em documentos públicos que atestavam ou esclareciam, ainda que indiretamente, certos aspectos dos relatos feitos pelas pessoas que buscavam reparação.

Deve-se reconhecer, contudo, as limitações desse processo. Enquanto base comprobatória, os documentos produzidos por órgãos estatais de repressão em regra não confirmam diretamente a versão da vítima. Apenas a partir de uma abordagem indireta e complexa, que busque omissões, deturpações, contradições ou descuidos dos produtores da informação é que, frequentemente, se pode chegar à verdade.

Nos estados, é importante mencionar o projeto de digitalização dos acervos Dops de Pernambuco e Goiás, realizado com recursos orçamentários do Arquivo Nacional, bem como a digitalização e alimentação espontânea, com recursos próprios, realizada pelo Estado do Maranhão por intermédio de seu arquivo público estadual. Essas iniciativas permitiram que fossem agregadas aproximadamente um milhão e trezentas mil páginas adicionais ao Banco de Dados Memórias Reveladas no ano de 2019.

Por fim, constituindo-se em um centro de referência, o Memórias Reveladas desenvolveu ações em várias frentes. Em primeiro lugar, cabe destacar a sua atuação enquanto promotor de eventos interdisciplinares girando em torno das temáticas Direitos Humanos, memória e lutas políticas no Brasil entre 1964-1985. A esse respeito, exemplos bem sucedidos foram o Seminário Acesso a Informações e Direitos Humanos (2010), a Oficina sobre Fontes para o Estudo do Regime Militar (2010), o 1º Seminário Internacional Documentar a Ditadura (2013), o 2º, o 3º e o 4º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos (2011, 2013 e 2016, respectivamente) e o Seminário 5 anos do Memórias Reveladas nos 50 anos do golpe de 1964 (2014), todos eventos de âmbito nacional ou internacional promovidos em parceria com universidades e/ou com instituições parceiras do Memórias Reveladas.

Outras importantes ações compreendem a realização do concurso monográfico bianual “Prêmio Memórias Reveladas de Pesquisa”, aberto para participação de qualquer pessoa, independente de titulação acadêmica – até 2018 foram

publicados nove obras premiadas pelo Arquivo Nacional, e estão no prelo outras três, com previsão de publicação em 2020; a realização de exposições, como a exposição itinerante “Registros de uma Guerra Surda: 1964-1985”; e o lançamento de publicações em formato físico e digital, como anais de eventos, coletâneas e revistas, inclusive em parceria com universidades, centros de pesquisa, centrais sindicais e gráficas oficiais.

Muito resta a ser feito, entretanto. Ainda que os progressos citados tenham significado uma guinada em direção à abertura dos arquivos, enormes desafios ainda despontam no horizonte da justiça de transição brasileira e da plena redemocratização. Cabe destacar, especialmente, no que diz respeito ao amplo acesso às informações produzidas pelo Estado ditatorial, a persistência de uma expressiva quantidade de conjuntos documentais cujo paradeiro é desconhecido. Sobre esse aspecto, falamos, em especial, de grande parcela dos acervos do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni) que não se encontram recolhidos ao Arquivo Nacional, como os acervos do Centro de Informação do Exército (CIE), do Centro de Informação da Marinha (Cenimar) e a maior parte do acervo do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) que, acredita-se, poderiam elucidar questões concernentes às violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado naquele período.

194 |

Além disso, deve-se considerar, de forma mais ampla, a questão dos acervos estaduais que não se encontram digitalizados ou mesmo minimamente controlados, bem como aqueles acervos de polícia civil, de polícia militar, de institutos médicos legais e de hospitais públicos que também podem ser de interesse para a recuperação de fatos relevantes sobre a repressão política no período de 1964-1985.

Sendo assim, os êxitos obtidos pela política de prospecção e abertura de arquivos no Brasil, ao lado da certeza de que muito ainda precisava ser feito nesse campo, atestavam a necessidade de se dar continuidade ao trabalho e a iniciativas como o Memórias Reveladas. Mas, como é bem sabido, não eram estes os planos do governo que assumiu o Brasil em 1º de janeiro de 2019.

O desaparecimento do Centro de Referência

Desde seus tempos de parlamentar, primeiro como vereador na cidade do Rio de Janeiro (1989-1991) e, depois, como deputado federal (1991-2019), a posição de Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente nas polêmicas eleições de



2018¹⁷, sempre foi de inequívoca oposição às iniciativas visando à promoção dos direitos humanos e de recuperação da memória da ditadura militar brasileira.

De fato, há várias décadas, Bolsonaro proferia diatribes contra o comunismo para pequenas plateias radicalizadas de militares reformados e da ativa¹⁸. Aproveitando as tendências mais recentes, incluiu, em sua rotina, ataques a minorias sociais, ainda que nunca tenha deixado de lado o anticomunismo hidrófobo. Poucas manifestações de apoio à ditadura militar foram, em anos recentes, mais grotescamente explícitas do que o grito “Viva Carlos Brilhante Ustra”¹⁹, proferido por Bolsonaro durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2016).

Nesse sentido, não foi surpresa que seu governo tenha promovido o desmantelamento das ferramentas e dos mecanismos de justiça de transição no Brasil, como a Comissão de Anistia e a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos²⁰. Nestes casos, por se tratarem de órgãos de alta visibilidade, diretamente ligados a ministérios, a intervenção do governo Bolsonaro, conduzida pela histriônica ministra Damares Alves, foi rápida, midiática e decisiva, no sentido de torná-los completamente inoperantes, ou, ao menos, deficitários.

No caso do Centro de Referência Memórias Reveladas, vinculado ao Arquivo Nacional, então um órgão singular do Ministério da Justiça e Segurança Pública comandado pelo finório Sérgio Moro, e, posteriormente, pelo adúltero Anderson Torres, o processo de desmantelamento foi, ao contrário, progressivo. Isto

17 Caracterizamos a eleição de 2018 como *polêmica* em virtude do afastamento compulsório do candidato líder das pesquisas, Luís Inácio Lula da Silva, condenado em processo posteriormente anulado por ausência de imparcialidade do juiz de primeiro grau, Sérgio Fernando Moro, futuro ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro.

18 No início de sua carreira política, Bolsonaro alternava as rotinas de ataques ao *comunismo* com propostas de natureza muito mais práticas, como relativas a salários nas Forças Armadas; o direito ao transporte gratuito para os *praças* (soldados rasos) e, até mesmo, denúncias contra o *luxo* na cúpula das Forças Armadas. Ver, sobre o assunto, o documento código BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_89018276_d0001de0001, Fundo Serviço Nacional de Informações, disponível na Base de Dados Memórias Reveladas (www.memoriasreveladas.gov.br).

19 Carlos Brilhante Ustra (1932-2015) foi um torturador e coronel do exército brasileiro. Chefou, entre os anos de 1970-1974, auge da repressão política, o chamado Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), responsável pela tortura de centenas de pessoas, incluindo, até mesmo, crianças. Entre suas vítimas, encontrava-se a militante política Dilma Rousseff, futura presidenta do Brasil (2011-2016). Ustra tornou-se o primeiro oficial condenado em *ação declaratória por sequestro e tortura*, a partir de decisão da 23ª Vara Civil da Justiça de São Paulo, assinada pelo juiz Gustavo Santini Teodoro.

20 A Comissão de Anistia, criada pela Lei n. 10.559/2002, tem por missão a análise de requerimentos de anistia relativos à perseguição sofrida de caráter exclusivamente política. Está atualmente vinculada ao Ministério de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Por seu turno, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, instituída pela Lei n. 9.140/1995, tem por objetivo de promover o reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas em razão de atividades políticas; de buscar os corpos desses desaparecidos e de opinar sobre eventuais indenizações a seus familiares. Também está vinculada, atualmente, ao MDHC.

é, foi processado de forma metódica e discreta, embora tenha conduzido a resultados muito semelhantes aos obtidos pela abordagem mais direta da ministra Damare. A esse processo de desmantelamento progressivo, operado por um bolsonarismo envergonhado, denominamos de desaparecimento do Centro de Referência Memórias Reveladas.

No Arquivo Nacional, seus operadores mais visíveis foram gestores públicos de primeira viagem, nomeados pela nova administração federal e dela dependentes, auxiliados por tecnocratas de carreira, incorporados repentinamente aos quadros do órgão, além de um diminuto grupo de servidores do próprio Arquivo Nacional.

Cada um desses grupos desempenhou um papel bem demarcado. Aos gestores neófitos coube, normalmente, tomar as decisões fundamentais envergonhadas²¹, sempre com base em inespecíficas ordens superiores vindas de Brasília; aos tecnocratas ficou a responsabilidade por articular e justificar administrativamente o desmonte e, eventualmente, por alertar ou aconselhar os descontentes quanto a possíveis repercussões negativas em caso de resistência; e, por fim, ao diminuto grupo de servidores que apoiou essas medidas, coube o papel de câmara de eco da administração bolsonarista e executor de denúncias anônimas contra outros servidores.

196 |

Esse arranjo implicou, de início, na retirada de recursos necessários à continuidade das ações de digitalização e de incorporação de documentos à base de dados Memórias Reveladas. Considerando a forma como a administração pública funciona em relação à obtenção de recursos, que devem ser garantidos, pelo menos, no ano anterior, os efeitos dessa retirada somente se tornaram mais evidentes a partir de 2020, uma vez que estiveram em curso, até aquele ano, ações de digitalização iniciadas antes do governo Bolsonaro. Assim, no período de 2019-2023, foram incorporados à base de dados apenas documentos que já faziam parte de ações de digitalização iniciadas antes do governo Bolsonaro, ou cujo financiamento dependia exclusivamente de outros parceiros da rede Memórias Reveladas²².

Também do ponto de vista da própria organização interna do Arquivo Nacional, as mudanças promovidas no período bolsonarista foram fundamentais para garantir o desmonte do Centro de Referência. Desde 2020, tecnocratas recém-chegados ao Arquivo Nacional já vinham planejando desvincular o Memórias Reveladas da direção-geral do Arquivo Nacional. Curiosamente, esse

21 Referimo-nos, especificamente, ao discurso, muito comum na administração do Arquivo Nacional, de que era preciso “entregar os anéis para não perder os dedos”, isto é, que certas decisões, embora a princípio fossem negativas para a abertura ou para a difusão de acervos do período da ditadura, representavam, na verdade, uma forma de proteger o Memórias Reveladas da ação de setores mais radicalizados do governo Bolsonaro.

22 É o caso da incorporação progressiva do acervo Dops do Maranhão, que vem sendo financiada exclusivamente pelo governo estadual maranhense, ainda que com o acompanhamento técnico do Memórias Reveladas.



plano sofreu alguns atrasos burocráticos, mas, afinal, em 2022, foi anunciado que o Memórias Reveladas passaria a ser uma divisão de 4º escalão no âmbito do Arquivo Nacional, vinculada, para sua própria proteção, a uma área técnica. O discurso tecnocrático e de proteção buscava encobrir que o rebaixamento administrativo visava garantir, na verdade, que o Centro de Referência não seria mais uma ferramenta estratégica no âmbito de uma política pública nacional.

Essa mudança de vinculação, nos estertores do governo Bolsonaro, impactou diretamente a capacidade de articulação do Memórias Reveladas, e completou o quadro de desmonte estrutural²³ iniciado em 2019, quando, a pretexto de cumprir as determinações do Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019, que limitou o funcionamento de colegiados abertos à sociedade na administração pública federal, o Memórias Reveladas foi, igualmente, despido de sua Comissão de Altos Estudos e de seu Conselho Consultivo, mencionados anteriormente.

Quanto aos impactos na equipe de gestão do Centro de Referência, o resultado da operação de desmonte também foi sensível. No período de 2019-2022, dos 9 (nove) servidores que atuavam mais diretamente no Memórias Reveladas, 03 (três) passariam a sofrer Processos Administrativos Disciplinares (PAD), 01 (um) foi penalizado com transferência de seção em virtude de uma postagem de conteúdo jurídico-histórico nas redes sociais do Centro de Referência, e 03 (três) decidiram se aposentar. É de se destacar, nesse processo de ataque à equipe do Memórias Reveladas, a atuação de dois dos grupos já referidos: os tecnocratas, que atuavam como verdadeiros vigilantes da ordem, e o pequeno grupo de servidores adesistas. Enquanto os primeiros atuavam de forma relativamente aberta, os últimos preferiam se esconder por trás de denúncias anônimas²⁴.

Em síntese final, e considerando os elementos apresentados neste item, podemos afirmar que, embora tenha sido possível preservar o funcionamento do Memórias Reveladas em alguns aspectos, sobretudo quanto à interlocução do centro com grupos de resistentes e familiares de resistentes à ditadura, não há como negar que a política de desmonte foi, em grande parte, bem-sucedida, levando ao quase desaparecimento do Memórias Reveladas.

Ao final do governo Bolsonaro, o Memórias Reveladas necessitava urgentemente ser recuperado. Não foi isso, contudo, o que aconteceu.

23 A expressão estrutural foi adotada em sentido figurado, para expressar o posicionamento do Memórias Reveladas na estrutura administrativa do Arquivo Nacional. Mas se quisermos tomá-la no sentido literal, cabe registrar que a própria estrutura física do Memórias Reveladas foi progressivamente desmontada, com a redução significativa da área de trabalho e mudanças constantes de sala.

24 Sobre este último grupo, que não ousa dizer seu nome, cabe referir que, embora seus principais representantes fizessem parte de uma minoria social particularmente desprezada pelo bolsonarismo, isso não os impediu, sempre que a oportunidade se apresentou, de atuar em consonância ao governo Bolsonaro e as gestões de Sérgio Moro, André Mendonça e Anderson Torres frente e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Considerações muito finais

Oficialmente, o governo Bolsonaro terminou em 1º de janeiro de 2023, com a posse do candidato eleito nas eleições de 2022, Luís Inácio Lula da Silva.

No Arquivo Nacional, contudo, o governo Bolsonaro durou, na prática, alguns meses a mais, pela manutenção de boa parte dos quadros dirigentes. De fato, embora a nova direção-geral do órgão tenha sido anunciada ainda em janeiro, esta somente tomou efetivamente posse em março de 2023, após a realização de evento que contou com a presença de centenas de pessoas.

Para além disso, tecnocratas e dirigentes bolsonaristas, responsáveis diretos pela política de desmonte do Memórias Reveladas e por outros ataques ao trabalho desenvolvido no Arquivo Nacional²⁵, foram excepcionalmente bem acolhidos pelo novo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos²⁶, que passou a subordinar o Arquivo Nacional.

Mesmo a posse da nova direção-geral do Arquivo Nacional, embora tenha propiciado, inicialmente, alguma esperança, não representou, até o momento de finalização deste artigo, qualquer ruptura efetiva com a política de desmonte do Centro de Referência Memórias Reveladas.

198 |

Ao contrário. É possível mesmo dizer que a política bolsonarista foi confirmada, ainda que sob outras determinações: permanece o quadro de ausência total de recursos específicos para o desenvolvimento do programa de digitalização de acervos; o rebaixamento administrativo do Memórias Reveladas foi oficializado, a estrutura física permanece precária e a equipe continua diminuta em face das competências originalmente previstas. Iniciativas como a recuperação do Prêmio de Pesquisa e a recomposição dos colegiados públicos foram anunciadas, mas há risco de sua descaracterização.

A situação atual pode ser melhor ilustrada pela análise do evento realizado pela direção-geral, em 31 de março de 2023, com o título “Conversa sobre o Centro de Referência Memórias Reveladas”. Por um lado, é importante apontar que evento dessa natureza ou com este tema jamais teria sido realizado no período bolsonarista. Ao mesmo tempo, o que deveria ter sido uma atividade pública de relançamento do Centro de Referência, com anúncio efetivo de novos recursos e ações, acabou virando uma anedótica homenagem póstuma.

25 Como, por exemplo, a edição do Decreto n. 10.148, de 2 de dezembro de 2019, que, dentre outras modificações, retirou a competência do Arquivo Nacional de aprovar as listagens de eliminação de documentos federais, repassando diretamente essa responsabilidade aos próprios órgãos federais produtores da documentação.

26 Onde assumiriam funções de relevo, inclusive de assessoramento direto à ministra Esther Dweck.



Ora, neste artigo, buscamos apresentar a criação e o desenvolvimento do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, identificado como um mecanismo de justiça de transição voltado à questão dos arquivos do período da ditadura militar.

Procurou-se compreender as características próprias que a justiça de transição no Brasil pós-1985 assumiu, isto é, após o fim da ditadura militar brasileira, articulando o Memórias Reveladas a dois outros mecanismos de justiça de transição, a Comissão Nacional da Verdade e a nova Lei de Acesso a Informações, que têm vinculação direta com o chamado direito à memória e à verdade, compreendido como um direito transindividual de saber a verdade sobre violações de direitos humanas ocorridas no passado.

No que se refere ao acesso a informações públicas, coube apontar que o Brasil é detentor do maior conjunto documental de origem pública sobre a repressão política na região sul-americana. Daí a importância do Memórias Reveladas, que busca articular diferentes instituições custodiadoras de acervos, e da Lei de Acesso a Informações (Lei n. 12.527/2011), que veio a disciplinar adequadamente o acesso a essa gigantesca documentação do período do regime militar.

O Memórias Reveladas surgiu a partir de pressões da sociedade brasileira, reforçando-se a compreensão de que a memória é um bem público que se encontra na base do processo de construção da identidade social, política e cultural de um país.

Nesse sentido, o Centro foi o resultado visível de várias iniciativas em prol da consolidação de uma política pública de valorização do patrimônio documental brasileiro. Esse trabalho, contudo, vem sucumbindo diante de uma política de desmonte instalada durante o governo Bolsonaro e, surpreendentemente, ainda não revertida pelo governo Lula.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 8 jul. 2023.



BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Portaria nº. 204, de 13 de maio de 2009. Casa Civil da Presidência da República. Cria o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Portaria%20204.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência (SEDH/PR). Portaria nº. 21, de 21 de fevereiro de 2005. Cria o Grupo de Trabalho para elaboração de projeto para criação de centro de referência sobre as violações de direitos humanos durante o período da ditadura militar no Brasil. In: Relatório do grupo de trabalho instituído pela Portaria n. 21/2005 do ministro Nilmário Miranda, secretário especial dos direitos humanos. Brasília, 2005. Mimeo.

COIMBRA, Maria Natércia. O dever de não esquecer como dever de preservar o legado histórico. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell dos; TORELLY, Marcelo D. (orgs.). Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça/ Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais, 2010.

200 | LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU.) The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies. New York: Report of the Secretary-General to the Security Council, 2004. Disponível em: <http://www.un.org/en/ruleoflaw/index.shtml>. Acesso em: 5 jul. 2023.

RODRIGUES, Vicente Arruda Camara. Documentos (in)visíveis: arquivos da ditadura e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil. Aracaju: Edise, 2017.

SILVA FILHO, José Carlos M. S. Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia; LOPEZ, Vanessa; FERNANDES, Ananda (orgs.). A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. v. 4. Porto Alegre: Corag, 2009.

STAMPA, Inez T. Memórias Reveladas e os arquivos do período da ditadura militar. Revista Com Ciência. Campinas: SBPC/Labjor, abril de 2011. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=65&id=825>. Acesso em: 14 ago. 2023.



Arquivos inéditos no Brasil e nos Estados Unidos: comparar, alinhar e pactuar a abertura de dados na rede

Maria Renata da Cruz Duran¹

Fabio Lanza²

José W. A. Neves Jr³

| 201

O ano é 2024, e o caso é o do filho de um ex-presidente que possuía, em seu domicílio residencial, um equipamento que dava acesso a informações consideradas sigilosas, auferidas pela Agência Brasileira de Inteligência, a ABIN. O dito filho de um ex-presidente é civil, não é servidor público e nem mesmo foi concursado pela ABIN. Por que esse cidadão teria acesso a esse tipo de dados e outros não? Quais seriam os seus interesses? De que tipos de dados estamos falando? Qual o motivo de esse acontecimento ter

1 Professora de História Moderna e Contemporânea na Universidade Estadual de Londrina. Credenciada no Programa de Pós-graduação em História Social. Desenvolve pesquisas no campo da retórica na modernidade, ora com vistas nos sermões dos séculos XVI-XIX, ora com vistas no discurso sobre a tecnologia na educação do século XXI.

2 Professor do ensino superior no Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Mestrado e da Especialização em Religiões e Religiosidades na Universidade Estadual de Londrina - PR (UEL).

3 Doutor em Ciências Sociais (Unesp/Marília). Atualmente, é assistente administrativo na Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru) e realiza estágio pós-doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, sob supervisão do Prof. Dr. Fabio Lanza, tendo sido contemplado com bolsa de pós-doutorado júnior pelo CNPq durante o ano de 2022.



virado uma notícia de jornal e ter causado tamanho alarde nas redes sociais do início de 2024⁴?

Todas essas questões demonstram a importância de estudar os arquivos de inteligência de países como o Brasil e outros. Arquivos de inteligência são mais antigos do que imaginamos, uma vez que segredos de Estado emergiram com os próprios Estados. Todavia, é mister reconhecer que a Guerra Fria intensificou esse tipo de movimentação e que a internet democratizou as especulações acerca de dados sensíveis, assim como a manipulação política dessas informações e de seu acesso. Tal é o quadro em que se insere a pesquisa que pretendemos fazer e cujos atores envolvidos apresentaremos neste nosso texto.

No início da década de 1990, os países de regime democrático passaram a estabelecer medidas de maior transparência nos distintos processos que perpassam as atividades da Administração Pública – fenômeno possibilitado e potencializado pelo desenvolvimento da internet e suas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que disponibilizam métodos eletrônicos de construção da governança (RUEDIGER, 2003). Esse processo deu margem à abertura e a estudos de uma série de arquivos que configuraram a guerra de informações do começo do século XX.

202 | O Projeto de Revisão Histórica (Historical Review Program – HRP) da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, tinha por objetivo viabilizar o acesso da comunidade geral aos documentos produzidos pela comunidade de inteligência dos EUA, os quais, contudo, são submetidos ao processo de desclassificação, sendo liberados apenas os conteúdos que não ameacem os interesses de soberania e segurança nacional do país.

No caso brasileiro, os arquivos do Sistema Nacional de Informação (SNI) constituem elemento central no campo epistemológico das Ciências Humanas e Sociais, e parte de seus arquivos, informes e relatórios produzidos pelas agências distribuídas pelo país ou nas suas respectivas seções dentro das universidades brasileiras (Assessoria de Segurança e Informações - ASI), para evitar que caíssem nas mãos dos opositores, foi incinerada (MOTTA, 2008). Sob a premissa da legislação brasileira emergente no século XXI, com os

4 Os problemas apresentados são formulados a partir de reportagens emergentes nos meios de comunicação social, são indicadas duas referências como dados da realidade brasileira. Disponíveis em: CALHEIROS, Orlando. Abin paralela repete estruturas de espionagem clandestina da ditadura. *Intercept Brasil*. <https://www.intercept.com.br/2024/01/26/abin-paralela-repete-estruturas-de-espionagem-clandestina-da-ditadura/>. Acessada em 27 de fevereiro de 2024; PORTAL G1 – POLÍTICA. Veja os principais pontos da operação sobre a Abin que teve Carlos Bolsonaro como alvo. *Globo*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/30/veja-principais-pontos-da-operacao-sobre-abin-que-teve-carlos-bolsonaro-como-alvo.ghtml>. Acessada em 27 de fevereiro de 2024.



governos do Partido dos Trabalhadores e dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (instituída pela ex-presidenta, Dilma Rousseff), do Arquivo Nacional (RJ), entre outros parceiros, produziu-se a plataforma com arquivos inéditos e com possibilidade de busca e acesso livre (com o fundo do SNI, dentre outros) chamado Memórias Reveladas, hospedado oficialmente na página eletrônica do Sistema de Informação do Arquivo Nacional e do Ministério da Justiça.

As reflexões acerca da comparação entre esses dois movimentos de abertura de dados e seu impacto social, mas também teórico, seja para a sociedade do conhecimento, seja para enfrentar a emergência e o fortalecimento das fake news é o primeiro objetivo do trabalho proposto. No âmbito da Universidade Estadual de Londrina, há uma equipe de pesquisadores⁵ que realizam a pesquisa documental e localizam, identificam e sistematizam os arquivos nas respectivas fontes (SNI-PR, Opening the Archives e desclassificados da CIA-EUA) e, de forma intencional, constituem Repositórios Temáticos, que auxiliam no processo de compreensão e interpretação dos dados inéditos.

Alinhados em conformidade com as categorias de abertura de dados estabelecidas pelo CETIC no Brasil⁶ (TIC Educação, TIC Governo Eletrônico e TIC Centros Públicos de Acesso), delinearemos as principais práticas de abertura desses arquivos, cuja sensibilidade política dos dados é de tal magnitude que suas precauções são consideradas suficientes para uma ampla gama de arquivos cujas intenções sejam a abertura de dados, e, portanto, possam ser utilizadas como parâmetros ou recomendações para ações similares em inúmeros espaços nacionais. No capítulo a seguir, apresentamos uma introdução ao estudo proposto, dando elementos ao seu futuro desdobramento e à sua compreensão coletiva.

1. Nosso ponto de partida: material documental e métodos de consolidação

Os documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) estão disponíveis para consulta nas dependências do Arquivo Nacional. No que tange aos documentos relativos à Agência do SNI de Curitiba/PR, responsável pela

5 A equipe constituída por estudantes de graduação em Ciências Sociais e História e colaboradores da Pós-Graduação está organizada em torno de projetos de pesquisa aprovados e financiados pela Fundação Araucária (PR) e pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

6 Para maiores informações, acessar: www.cetic.br



sistematização de informações sobre Paraná e Santa Catarina, foi concedido no ano de 2015, por intermédio da Prof^a. Dr^a. Miliandre Garcia, na época vinculada ao departamento de História da UEL, uma cópia dos aproximados sete mil documentos em PDF ao NDPH-UEL, disponíveis para acesso público em suas dependências físicas.

As fontes mobilizadas para a pesquisa foram intencionalmente selecionadas (por critérios temporal e temático), tendo sido abordadas a partir dos métodos de análise documental (CELLARD, 2012) e de análise das ideologias (SARTORI, 1994), com fundamentação em uma perspectiva histórico-sociológica de apreensão das dimensões configuracionais do objeto. Neste sentido, reforça-se a pretensão de apreender as dimensões que o anticomunismo exacerbado, inerente à Doutrina de Segurança Nacional vigente nas fileiras militares do período (MOTTA, 2000), exerceu nas ações persecutórias tardias realizadas em território catarinense que foram registradas pelo SNI.

Ademais, enfatiza-se que, em vista da nova Lei Geral de Proteção de Dados, que entrou em vigência no ano de 2020, optou-se pela não divulgação dos nomes de pessoas investigadas pela comunidade de informações que não fossem figuras públicas, medida que foi estabelecida visando à preservação do anonimato.

2. O que é o HRP e qual a sua relação com a CIA?

A literatura especializada define o Programa de Revisão Histórica (HRP) como uma abordagem sistemática para revisar e analisar eventos, períodos e figuras históricas. Seu principal objetivo era lançar luz sobre narrativas históricas significativas e sua relevância nos dias atuais. Ao examinar o passado por meio de uma visão crítica, o HRP busca extrair insights e lições valiosas que podem orientar as decisões presentes e futuras.

Em termos mais práticos, o Historical Review Program (HRP) foi criado em 1952 pela Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA). Como é de domínio popular, a CIA, ou Agência Central de Inteligência (em inglês, Central Intelligence Agency), é uma agência de inteligência dos Estados Unidos responsável pela coleta, análise e disseminação de informações de segurança nacional para orientar as políticas do governo dos Estados Unidos.

A CIA foi criada em 1947 por meio da Lei de Segurança Nacional dos Estados Unidos e tem como objetivo principal fornecer inteligência estratégica



ao presidente e aos formuladores de políticas dos EUA. A agência desempenha um papel crucial na obtenção de informações sobre ameaças à segurança nacional, análise de informações de inteligência, espionagem, contraterrorismo, contra-inteligência e atividades secretas no exterior. A CIA trabalha em estreita colaboração com outras agências de inteligência dos Estados Unidos, como o Federal Bureau of Investigation (FBI) e a National Security Agency (NSA), bem como com parceiros internacionais para coletar e analisar informações relevantes à segurança do país.

A CIA estabeleceu o HRP como uma iniciativa para revisar, analisar e preservar informações históricas relevantes à segurança nacional e às atividades de inteligência. Desde então, o HRP tem desempenhado um papel importante na pesquisa, preservação e divulgação do conhecimento histórico. Os objetivos principais do HRP eram:

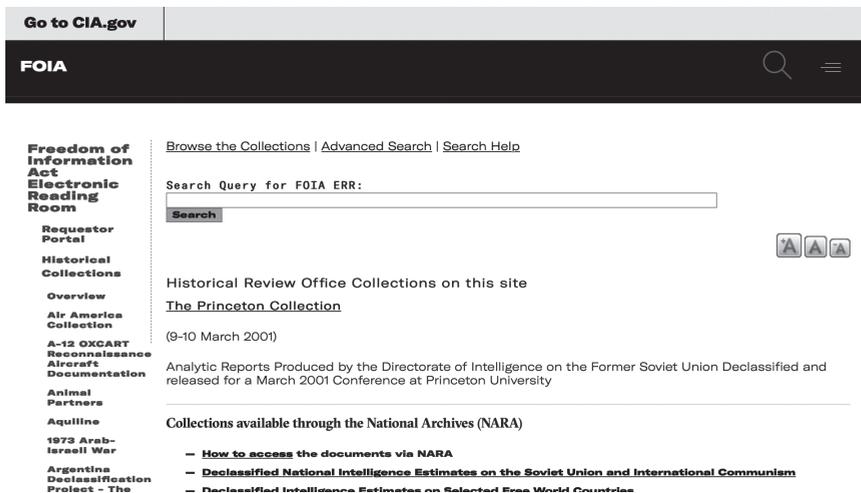
1. **Preservação:** o programa busca preservar o conhecimento histórico, artefatos e documentos para as gerações futuras.
2. **Precisão:** ele visa garantir a precisão das informações históricas por meio de pesquisa minuciosa, verificação e análise.
3. **Acessibilidade:** o HRP se esforça para tornar o conhecimento histórico acessível a um amplo público por meio de diferentes meios e plataformas.
4. **Educação:** ele busca educar o público sobre a importância da história e seu impacto na sociedade, promovendo uma apreciação mais profunda de nosso patrimônio coletivo.
5. **Inspiração:** o HRP visa inspirar as pessoas, tirando lições do passado, encorajando o pensamento crítico e desenvolvendo um senso de identidade enraizado no contexto histórico.

| 205

De acordo com os projetos fundadores do HRP, ainda dispostos em sua página na internet, o programa emprega uma abordagem multidisciplinar para a revisão histórica, integrando várias metodologias de pesquisa como pesquisa em arquivos, História Oral, análise comparativa, cruzamento de referências, revisão por pares. Atualmente, o programa se apresenta pela seguinte interface:



Figura 1 – Interface atual do HRP

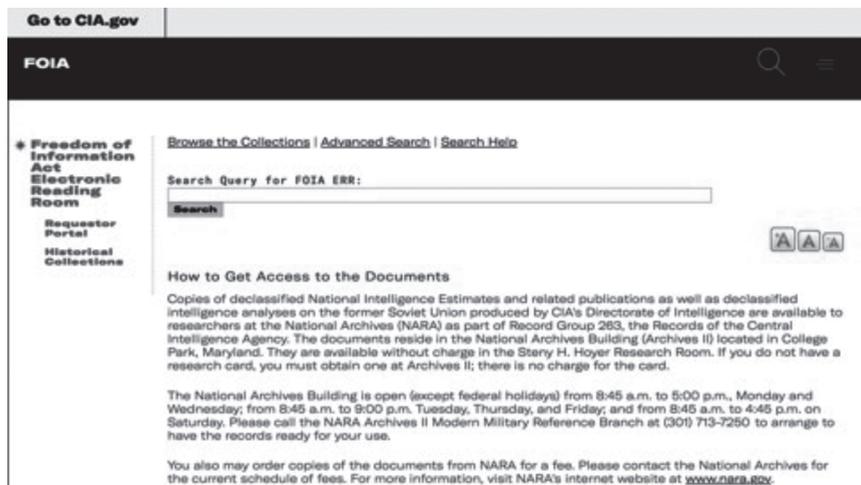


Fonte: www.cia.gov, acessado em 06 de junho de 2023.

Os documentos mencionados nessa pesquisa estão disponíveis para investigação a todos os interessados, como se pode verificar na Figura 2.

206 |

Figura 2 – Interface aberta de pesquisa



Fonte: www.cia.gov, acessado em 06 de junho de 2023.

Como se trata de uma pesquisa justamente sobre a importância da informação e do acesso à informação, não podemos deixar de notar tanto quando dados



do pesquisador são fornecidos, quanto quando dados do repositório também o são, de qual maneira e com quais tipos de restrições e registros.

Fica claro, nas palavras que utilizamos para apresentar o programa norte-americano, que existe um acesso que se pretende amplo e irrestrito. Não existe a necessidade de inscrição no site para acessar a documentação, todavia, havendo um interesse mais amplo ou acurado, será válido o pesquisador fazer uma solicitação mais detalhada no próprio website. Nesse sentido, haverá um registro daquele que procura essa ou aquela informação.

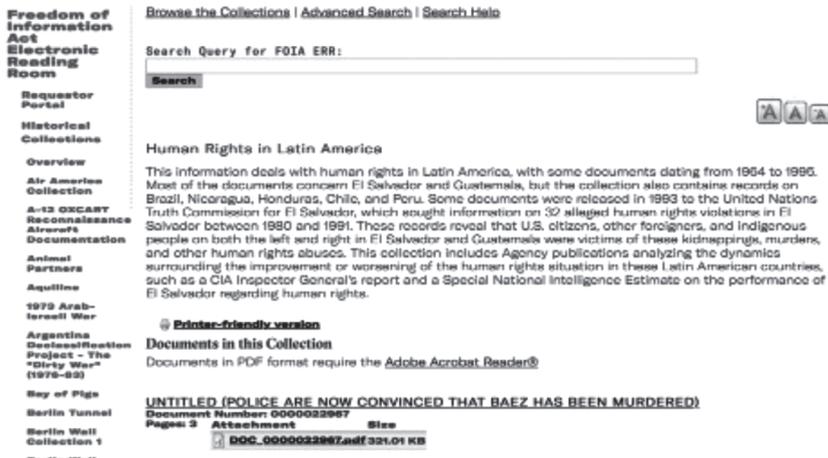
Se, hoje em dia, o risco desse registro se encontra no que chamamos de “algoritmos”, que poderão, eventualmente, “viciar” uma pesquisa, reduzindo seu pesquisador à bolha que constrói com seu próprio universo vocabular, nos idos de 1950-70, era possível que o investigador dos temas aqui levantados fosse alvo do olhar interessado de um agente da CIA, significando, inclusive, a possibilidade de sua prisão.

Sem querer discutir em qual situação o pesquisador estaria em maior risco, mas já aqui anunciando esse debate no horizonte de expectativas de nosso projeto maior, destacamos que quaisquer acessos aos ditos documentos sobre as ditaduras latino-americanas nos arquivos da CIA estarão sujeitos a uma barreira essencial: a da língua. A tradução daquele recorte documental referente ao Brasil é um dos objetivos daqueles que, como nós, se dedicam à garantia do acesso à informação contida nessa documentação. Todavia, esse é um processo que descreveremos no futuro.

Vale repetir que estamos conscientes de que a seleção daqueles documentos que serão traduzidos e sua tradução são, em si, também um recorte e uma interpretação de fontes que implicam em algumas decisões metodológicas. Como esperamos apenas apresentar nosso corpus documental nesse paper, a metodologia de tradução será um tema abordado em publicação posterior. Por agora, é importante ainda saber que a maioria dos documentos a que nos referimos nessa pesquisa constitui o acervo reunido na pasta “Direitos Humanos na América Latina”, como podemos verificar na Figura 3.



Figura 3 – Interface do acervo “Direitos Humanos na América Latina”



Fonte: www.cia.gov, acessado em 06 de junho de 2023..

A título de ilustração, o tipo de documentação que poderá ser acessado pelo pesquisador interessado nesse corpus documental que aqui anunciamos é uma documentação similar à que apresentamos nas figuras 4 e 05, em que um relato sobre a visita de Luís Carlos Prestes à China está em pauta.

208 |

Figura 4 – “Quota” sobre a visita de Luís Carlos Prestes à China



Fonte: www.cia.gov, acessado em 06 de junho de 2023..



Figura 5 – Relato da visita de Luís Carlos Prestes à China

SECRET
NOFORN/NO DISSEM ABROAD/LIMITED 25X1
BACKGROUND USE ONLY

I. SUMMARY.

1. Introduction.

a. It will be recalled that before and after the 21st Congress of the Communist Party of the Soviet Union (CPSU) (Moscow, 27 January - 5 February 1959) officials of the CPSU held secret discussions with representatives of the Communist parties in attendance in order to assess developments in the International Communist Movement since the last general meeting of Communist parties in November 1957. The discussions ranged from a consideration of broad questions of Communist propaganda and relations between parties to an examination of tactics and operations. A special clandestine conference of Latin American Communist party delegates brought out the high degree of interest of the USSR and the CPSU in developments in Latin America, and made more concrete the program of action developed for Latin America in Moscow during the November 1957 special meetings. When the foreign delegates later traveled to China, Chinese Communist leaders gave them strong indications of their desire to expand Peiping's influence, and made offers of training in Chinese experience and revolutionary tactics. This was reported in [redacted] 6 April 1959. The following report furnishes further evidence of the importance of Latin America to the CPSU and the Communist Party of China, and of their efforts to strengthen the Latin American Communist parties.

25X1

b. Luiz Carlos Prestes, secretary-general of the Communist Party of Brazil (PCB)¹, met with members of

| 209

Fonte: www.cia.gov, acessado em 06 de junho de 2023..

O trabalho de seleção, tradução e sistematização dos dados encontrados nesse acervo poderia resultar em um esforço investigativo de grande monta por si só, com potenciais resultados ao apresentar quais foram os interesses dos norte-americanos no Brasil durante a ditadura militar. Todavia, neste trabalho, nossa questão não é essa, mas sim instigar e estimular futuras pesquisas que atuem frente às informações consolidadas pelos investigadores norte-americanos e compará-las àquelas consolidadas no Brasil. Inúmeros problemas de investigação emergem do processo sócio-histórico a partir das novas fontes: a) as informações auferidas pelos investigadores norte-americanos foram conformadas com a ajuda da “inteligência” brasileira ou não, bem como os agentes do SNI recebiam dados e apoio dos norte-americanos; b) as informações auferidas pelas “inteligências” de ambos os países implicaram em consequências para os cidadãos brasileiros; c) o trabalho comparado com as diferentes fontes poderia nortear a atuação de profissionais de diferentes áreas frente ao novo contexto do século XXI e os aspectos inéditos sobre a ditadura militar brasileira, dentre outros temas.



3. O que é o SNI e qual a sua conexão com a Comissão da Verdade?

O Sistema Nacional de Informações (SNI) foi uma estrutura de inteligência criada no Brasil durante o período da ditadura militar. Estabelecido em 1964, logo após o golpe civil-militar, funcionou como um órgão central de coordenação e controle das atividades de inteligência no país.

O principal objetivo do SNI era monitorar, coletar e analisar informações consideradas relevantes para a segurança nacional, tanto em âmbito interno como externo. Ele centralizava as atividades de inteligência, reunindo informações de diferentes agências governamentais e de segurança.

O SNI tinha uma ampla gama de atribuições, incluindo o monitoramento de grupos políticos considerados subversivos, a censura da imprensa, a vigilância de opositores políticos, a identificação e o controle de atividades consideradas ameaças à estabilidade do regime, entre outros.

210 | No contexto do processo de redemocratização do Brasil em 1990, o SNI foi extinto. A extinção do SNI foi parte de um movimento de abertura política que buscava diminuir o controle e a centralização do poder do Estado sobre as atividades de inteligência, visando fortalecer a democracia e garantir maior transparência e respeito aos direitos civis dos cidadãos brasileiros. A ABIN sucedeu o SNI, com uma formação civil, e não militar, como seu antecessor.

Após o fim do regime militar e a promulgação da Constituição de 1988, houve uma crescente demanda por transparência e acesso às informações históricas e aos documentos do período autoritário. Em 1992, o então presidente, Itamar Franco, assinou o decreto nº 5.301, que determinava a abertura dos arquivos do SNI. Esse decreto representou um marco importante na democratização do acesso às informações e permitiu que pesquisadores, jornalistas e o público em geral tivessem a oportunidade de examinar os documentos relacionados às atividades do SNI. Vale ressaltar que, embora tenha havido uma acessibilidade progressiva, ainda existem alguns documentos que permanecem classificados ou com acesso restrito por questões de segurança nacional. No entanto, a abertura parcial do conjunto de documentos e dados representou um importante avanço na democratização do acesso à informação e na construção da memória histórica do Brasil.



A Comissão da Verdade teve um papel fundamental no processo de desobstrução da documentação do SNI e na busca pela verdade e justiça em relação às violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). A Comissão da Verdade foi instituída em 2011 pela Lei nº 12.528, com o objetivo de investigar e esclarecer os casos de violações de direitos humanos. Entre as suas atribuições estava a tarefa de requisitar e ter acesso aos arquivos, documentos e às informações relevantes ao seu propósito. Isso incluía os arquivos do SNI, que continham informações sigilosas e documentos.

A Comissão da Verdade atuou na coleta de depoimentos de vítimas, testemunhas e agentes envolvidos nos eventos ocorridos durante a ditadura. Além disso, realizou pesquisas, investigações e análises na reconstrução dos fatos e no fornecimento de uma narrativa histórica precisa sobre o período. Por meio de suas atividades, a Comissão da Verdade contribuiu na abertura dos arquivos do SNI e de outros órgãos de inteligência, permitindo o acesso às informações contidas nesses documentos para pesquisa, investigação e divulgação pública. Isso foi fundamental para revelar a extensão dos crimes à dignidade humana, como tortura, desaparecimentos forçados e execuções sumárias.

Os arquivos SNI podem ser acessados via “gov.br”. A página inicial apresenta o projeto, como vemos na figura 6.

| 211

Figura 6 – Apresentação do Acervo sobre o Regime Militar



The screenshot shows the gov.br website interface. At the top, there is a navigation bar with links for 'Ministério da...', 'Órgãos do Governo', 'Acesso à Informação', 'Legislação', 'Acessibilidade', and 'Entrar com o gov.br'. Below this is a search bar with the text 'O que você procura?' and a magnifying glass icon. The main content area displays a breadcrumb trail: 'Serviços > Acervos > Acervos mais consultados > Acervos sobre o Regime Militar (1964-1985)'. The title of the page is 'Acervos sobre o Regime Militar (1964-1985)'. Below the title, there is a publication date 'Publicado em 28/10/2020 14h25' and an update date 'Atualizado em 04/01/2023 19h01'. A 'Compartilhe:' section includes icons for Facebook, Twitter, and LinkedIn. The featured document is titled 'O QUE SERIA DE MIM SE EU NÃO TIVESSE O MEU SONHO' by 'AUTOR: Taíguara'. The document cover has a handwritten note 'Vistada' and a photograph of a typewriter and papers.

Fonte: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/destaques/censura-nos-meios-de-comunicacao>, acessado em 06 de junho de 2023..

Ainda que o acesso às páginas do gov.br sejam abertas ao público, há um processo gradual de registro de trânsito que se configura por um cadastro único, vinculado não apenas ao Cadastro de Pessoa Física, ou seja, ao registro fiscal daqueles que acessam, como muitas vezes é um cadastro que pode contar com uma conferência dupla efetivada a partir do registro bancário do usuário. Embora o acervo em foco seja supostamente aberto, como sua página está alocada dentro do gov.br, entendemos que seria interessante pontuar esse percurso que vincula o livre-trânsito cibernético com os dados fiscais daqueles que o acessam, subsumindo aos registros financeiros a liberdade de acesso à informação.

O passo seguinte será o acesso do acervo sobre a ditadura militar em si, feito pela interface que apresentamos na Figura 7.

Figura 7 – Interface de acesso ao Banco de Dados Memórias Reveladas

Arquivo Nacional
Banco de Dados Memórias Reveladas
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Portal Memórias Reveladas Sobre Contatos

Já tenho cadastro aqui ou no SIAN

Informe seu E-mail ou Número do Cartão e senha para entrar

Login:

Senha:

[Redefinir senha](#)

Obs: Para atualizar o e-mail solicitar a atualização por meio de consultas@an.gov.br ou consultasdf@an.gov.br

Ainda não tenho cadastro

Para ter acesso você precisa se cadastrar e aceitar os termos e regras de acesso a informação, assumindo responsabilidade pelo seu uso.

CADASTRE-SE EM 1 MINUTO!

[Criar Cadastro](#)

Fonte: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>, acessado em 06 de junho de 2023..

Sem muito espanto, constatamos que mesmo a mais ínfima pesquisa no acervo brasileiro depende de um registro do pesquisador na plataforma arquivística. Vale lembrar que, em um país com pouca política de acervos e memória, esse tipo de inscrição é importante para manter projetos como o próprio projeto em foco. Não se reduzindo, portanto, a um mecanismo de controle daqueles que estudam esse tema, o registro minucioso dos pesquisadores que acessam o portal, dando acesso não apenas ao “Memórias Reveladas”, mas a todo o sistema de indexação do Arquivo Nacional, é digno de nota em uma pesquisa que procura mapear a sociologia dos sistemas de informação. Em tempo, o



pesquisador poderá conhecer um índice geral do acervo, acessando o que é denominado como “Portal Memórias Reveladas”, como vemos na Figura 8.

Figura 8 – Interface do Portal Memórias Reveladas



Fonte: <http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/login.asp> , acessado em 06 de junho de 2023..

Como é de domínio público, a Comissão da Verdade atuou mediante a promulgação de resoluções (16 no total) e a apresentação de relatórios, são eles: 1º RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA - Tortura em Quartéis (18/02/2014); 2º RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA - O Caso Rubens Paiva (27/02/2014); 3º RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA - A Casa da Morte (25/03/2014); 4º RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA - Centros Clandestinos de Tortura (07/04/2014); 5º RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA - O Caso JK (22/04/2014); 6º RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA - O Caso Riocentro (29/04/2014); 7º RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA - O Caso Stuart Angel (09/06/2014); e, 8º RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA - O Caso Epaminondas (29/08/2014). Também é válido registrar aqui que a Comissão Nacional da Verdade instaurou “subcomissões”, que se dignaram ao escrutínio das realidades regionais e setoriais. São elas: a Comissão Camponesa da Verdade, as comissões estaduais, municipais, regionais, sindicais e universitárias. Algumas

das principais resoluções presentes no relatório final da Comissão Nacional da Verdade são:

1. Reconhecimento de violações de direitos humanos: a Comissão da Verdade reconheceu oficialmente a ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar, incluindo casos de tortura, execuções sumárias, desaparecimentos forçados, perseguição política, censura e outras formas de repressão.
2. Responsabilização: a Comissão recomendou que os agentes do Estado envolvidos em violações de direitos humanos sejam responsabilizados e levados à justiça, respeitando os princípios de devido processo legal e justiça transicional. Isso incluiu a sugestão de revisão da Lei de Anistia e a possibilidade de reabertura de processos judiciais para casos de graves violações de direitos humanos.
3. Direito à memória e à verdade: a Comissão enfatizou a importância do direito à memória e à verdade, destacando a necessidade de reconhecer e esclarecer os fatos históricos, além de promover a divulgação e o acesso aos arquivos e documentos relacionados ao período da ditadura militar.
4. Reparação e assistência às vítimas: a Comissão recomendou medidas de reparação e assistência às vítimas e seus familiares, incluindo a concessão de indenizações, apoio psicológico, acesso a serviços de saúde e educação, e a implementação de políticas públicas que visem garantir seus direitos e sua dignidade.
5. Prevenção de violações de direitos humanos: a Comissão da Verdade enfatizou a importância de implementar medidas para prevenir a ocorrência de violações de direitos humanos no futuro, fortalecendo as instituições democráticas, promovendo a educação em direitos humanos e a conscientização sobre a história e os princípios democráticos.

Em 2022, a interface que apresenta o programa foi atualizada e alguns novos textos foram inseridos. Como se trata da memória digital de um acervo digital, nos parece imprescindível pontuar aqui algumas especificidades a partir de uma análise dessa fonte virtual, que vemos na Figura 9.



Figura 9 – Modificações na interface do “Memórias Reveladas” feitas em 2022**Desaparecidos políticos**

Jeanne Marie Gagnebin, apoiada em Jean-Pierre Vernant, lembra como o canto poético em Homero tinha a função de manter viva a memória dos heróis e suas façanhas, assim como a estela funerária a memória dos mortos. Não por acaso, em grego, a mesma palavra *sêma* designa túmulo e signo. Nesse sentido, um e outro têm lugar na luta contra o esquecimento dos que passaram, dos que não serão conhecidos pelos que ainda não nasceram. Ambos, o túmulo e a palavra, desempenhariam importante papel no trabalho de luto. Através dele, é possível lidar com a morte, superar a perda, sem que o passado tranze o presente e impeça que os vivos vivam suas vidas, aprisionados na lembrança dos mortos.

Publicado em 07/04/2022 14h22

Atualizado em 28/04/2022 16h48

Compartilhe:   

O regime civil-militar instaurado em 1964 levou à morte 380 pessoas, entre as quais 147 desaparecidos, termo usado para se referir àqueles cujos corpos jamais foram entregues às famílias. Esse é o número, até o momento, registrado pela “Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos”. O empenho das famílias no sentido de localizá-los e dar-lhes um túmulo é a tentativa de materializar um lugar para a ausência, é o combate contra o esquecimento e pela possibilidade de, enfim, elaborar o luto.

Em 1969 e 1971, desapareciam os dois líderes revolucionários mais destacados que combateram a ditadura: Carlos Marighella e Carlos Lamarca, respectivamente. No centro de São Paulo e no interior do sertão da Bahia, caçados como bichos. Cão, Lobo, Leão, Tigre, Onça, Águia, nomes das equipes dos órgãos da repressão que perseguiram Lamarca e Zequinha, seu companheiro na guerrilha, na fuga, na morte.

A maior parte dos mortos e desaparecidos da ditadura lutava por projetos revolucionários, que iam do nacionalismo ao socialismo e foi assassinada nas dependências dos órgãos de repressão e/ou de informação do Estado, inclusive das Forças Armadas, após serem submetidos à tortura. Como política deliberadamente assumida pelo Estado, a tortura foi praticada para se obter informações que levassem à desarticulação de organizações políticas - revolucionárias ou não - de oposição ao regime. Após 1973, ano crítico da luta armada em meio aos militantes mortos, desaparecidos, presos, exilados, a ditadura, acima da lei e violando os direitos humanos mais elementares, condenou à morte arbitrariamente os que fossem, a partir de então, presos. Desaparecidos os corpos, desapareciam os rastros da tortura: o reino da barbárie, que a pratica e apaga os seus registros para o presente e o futuro. Ali onde estão muitos dos desaparecidos.

Ao fim da ditadura, a memória construída do tempo presente encontrou na expressão porões da ditadura não somente o lugar no qual os mortos desapareceram, mas, sobretudo, o apaziguamento de uma sociedade que transformava a zona cinzenta na qual esteve nesses anos, com seus muitos matizes e tons, num intransponível abismo a separá-la dos ditadores, fossem eles militares ou não. Teriam os mortos desaparecido nos subterrâneos daquele mundo? Na escuridão dos anos de chumbo?

Autoria: Daniel Aarão e Denise Rollemberg

Fonte: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/destaques/desaparecidos-politicos>, acessado em 07/06/2023..

Entre as muitas questões e os elementos que se poderiam destacar apenas nesse pequeno recorte, o que mais salta aos olhos é a transição vocabular de definição do período ao qual o acervo se dedica. Já não se trata de uma ditadura militar, mas sim de um “regime civil-militar” – ainda que a “ditadura” volte no final do texto. As vítimas do dito desaparecimento são também “nacionalistas”, estes demarcados em clara oposição àqueles denominados como “socialistas” –, ou seja, o “regime cívico-militar” estava além da disputa entre direita e esquerda. Tudo isso sob a proteção valorosa do argumento de autoridade de dois estudiosos, a filósofa especialista em Walter Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin, e o historiador da antiguidade clássica, Jean-Pierre Vernant.

O trânsito do sentido das palavras, bem como a flexibilidade do discurso acerca da memória que se cria em torno desse acervo nos faz compreender a razão pela qual um website paralelo foi criado. Nesse registro do virtual, encontraremos uma Comissão Nacional da Verdade que se cristaliza no

ciberespaço tanto com uma visualidade própria aos anos de desenvolvimento da própria comissão, como com a narrativa que de fato a ensejou.

Figura 10 – A CNV em um universo paralelo



Fonte: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>, acessado em 07/06/2023.

216 |

Ao mesmo tempo em que dedicamos nossos olhares à interface desse registro, pensemos um pouco sobre seu papel à luz do que o projeto Wayback Machine nos ensinou.

O projeto Wayback Machine é uma iniciativa da Internet Archive, uma organização sem fins lucrativos sediada nos Estados Unidos. O objetivo principal do projeto é capturar e preservar páginas da web em diferentes momentos no tempo, permitindo que os usuários acessem versões arquivadas de sites passados. Ela utiliza uma tecnologia de crawling, ou seja, rastreia e faz cópias das páginas da web, armazenando-as em um banco de dados. Os usuários podem inserir a URL de um site específico na Wayback Machine e navegar por diferentes versões arquivadas, visualizando o conteúdo que estava disponível em datas passadas. Isso possibilita a recuperação de informações, imagens, vídeos e outros recursos que possam ter sido removidos ou alterados nas versões atuais dos sites. É importante destacar que nem todos os sites são capturados pela Wayback Machine, e nem todas as versões das páginas são arquivadas. O projeto depende da cooperação e das políticas de exclusão de conteúdo dos sites, o que pode influenciar a disponibilidade e a quantidade de arquivos arquivados. O projeto Wayback Machine tem sido uma ferramenta valiosa para pesquisadores, jornalistas, estudantes e qualquer pessoa interessada



em consultar o histórico da web. Além disso, também desempenha um papel importante na preservação digital, ajudando a garantir que a história da internet seja documentada e acessível no futuro.

O projeto WayBack Machine nos ensina que, assim como os documentos em papel, os documentos virtuais também possuem uma história passível tanto de ser contada, quanto de ser alterada. Se, no WayBack Machine, o volume de acessos garante o registro histórico, no caso da CNV, a importância estratégica do tema foi o mote para que se procurasse assegurar o registro histórico desse acervo virtual, demonstrando que, mais do que uma história das ditaduras da segunda metade do século XX, estamos diante de uma história da cultura política digital do início do século XXI.

4. HRP e CNV: diferentes visões, diferentes virtualizações

Como vimos, o projeto Historical Review Program (HRP) e o projeto Memórias Reveladas são iniciativas distintas, mas com objetivos semelhantes de pesquisa, preservação e divulgação da história e memória de eventos históricos relevantes. Eles diferem em termos de escopo, abordagem e contexto.

O HRP é um programa desenvolvido pela CIA nos Estados Unidos com foco na revisão e análise de informações históricas relacionadas à segurança nacional e às atividades de inteligência. Seu escopo está diretamente relacionado a eventos e documentos relevantes para a agência de inteligência. Além disso, utiliza uma abordagem de revisão e análise de informações históricas, geralmente realizadas por especialistas e pesquisadores. O projeto Memórias Reveladas, por sua vez, é uma iniciativa brasileira que busca a divulgação de documentos e informações relacionados ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Seu escopo está voltado à investigação e à divulgação dos atos contra os direitos humanos ocorridos durante esse período, abrangendo diferentes instituições e órgãos do governo brasileiro. Adota uma abordagem multidisciplinar, envolvendo pesquisadores, historiadores, advogados, ativistas de direitos humanos e vítimas, buscando a promoção da memória, da verdade, da justiça e da reconciliação.

Para mais, o acesso aos dados e ao acervo que cada um dos projetos dispõe, como vimos, é distinto. No primeiro, há uma predisposição ao dado aberto, bem como uma maior acessibilidade ao acervo. O documento é privilegiado



em relação aos seus descritores e quotas. No segundo, o acesso a qualquer informação que não seja uma interpretação, como vimos, flutuante no tempo, está condicionado a uma identificação detalhada do usuário. No primeiro, o compromisso do acervo é com o futuro estratégico que se pode depreender dos dados. No segundo, trata-se de reparar danos passados. Fica clara, sobretudo nesse último quesito, a relação que se estabelece com a memória e com a História em ambos os projetos.

Como se trata de uma História viva, porque móvel, e mais recente do que o período a que se referem os acervos, uma vez que se configura também como constituição patrimonial virtual conformada a partir de 1995, no caso norte-americano, e a partir de 2011, no caso brasileiro, os acervos do HRP e do CNV são um banquete ainda não completamente desfrutado por aqueles que se interessam pela História Digital contemporânea, pelas políticas de indexação, pelas ciberinfraestruturas do conhecimento, pela netnografia, enfim, por uma sociologia do mundo virtual.

Essa sociologia do mundo virtual, senão essa história digital dos arquivos da CIA e do SNI poderia se valer de uma série de balizas, uma delas são os dados e as pesquisas estatísticas gerados pelos órgãos que administram, desenvolvem e observam o domínio da internet nos países. No Brasil, esse órgão é o NIC.Br, e as pesquisas realizadas no âmbito dessa instituição, via CETIC.Br, estão entre os dados mais representativos de uma história da internet no Brasil. Porque esses dados são considerados um marcador referencial para o tipo de pesquisa que desenvolvemos, nosso último tópico será dedicado à sua apresentação.

218 |

5. Uma história dos domínios da internet no Brasil e suas formas de registro

Em 1995, um grupo de pesquisadores e representantes da sociedade civil liderou a proposição da criação de um Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) após uma reunião em Brasília do Comitê Assessor para a Sociedade da Informação (CASI). A proposta era substituir o CASI por um grupo que também se dedicasse aos estudos da governança da internet. Somente em 2003 é que o CGI.br foi criado por meio do Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro.

O CGI.br é composto por 21 membros, distribuídos em quatro setores: governo, provedores de infraestrutura, provedores de serviços, e usuários e



agentes não econômicos. Cada setor tem igual representação, totalizando 12 representantes, e os demais 9 membros são representantes da sociedade civil. Os membros são escolhidos por meio de um processo de eleição e designação, e o CGI.br busca representar, de maneira equitativa, os diversos segmentos interessados na internet brasileira. Suas atribuições são:

1. Elaboração de diretrizes estratégicas: o comitê é responsável por estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da internet no Brasil, promovendo sua qualidade, segurança e inovação.
2. Definição de padrões técnicos e operacionais: o CGI.br contribui para a definição de padrões técnicos e operacionais cibernéticos no país.
3. Promoção de estudos e padrões técnicos: o comitê estimula a pesquisa e a implementação de novas tecnologias, além de promover estudos sobre a aplicação e a disseminação da internet no Brasil.
4. Coordenação de atividades de registro de domínios: o CGI.br supervisiona o NIC.BR, responsável pela administração dos domínios com a extensão .br.
5. Participação em fóruns internacionais: o CGI.br representa o Brasil em fóruns internacionais relacionados à governança da internet.

| 219

O CGI.br é hoje uma entidade responsável pela coordenação e integração das iniciativas de serviços do ciberespaço no país, e seu objetivo é desenvolver e estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da internet nacionalmente.

Entre os pesquisadores que tiveram maior destaque na criação do CGI.Br, podemos destacar dois: Tadao Takahashi e Demi Getschko. Tadao Takahashi foi um engenheiro eletricista formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), que obteve seu doutorado em Engenharia Elétrica na Universidade de Campinas (UNICAMP), onde atuou como professor titular do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica da USP. Ele foi o diretor-fundador da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e, por várias razões, indicado ao “hall da fama da internet” em 2017. Esse influente pesquisador faleceu em 2022.

Demi Getschko é bacharel em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Ciências da Computação pelo Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME-USP). Sua dissertação de mestrado abordou o tema da segurança em redes de



computadores. Ele é considerado um dos pioneiros na introdução da internet no Brasil e dirige o NIC.Br.

O NIC.BR, também conhecido como Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, é uma entidade responsável pela administração do registro de domínios com a extensão .br, que é o código de país para o Brasil na internet, além de atuar na distribuição e manutenção dos endereços IP e na promoção de atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas à internet nacionalmente, com vistas à promoção da segurança e estabilidade da internet. Criado nos anos 2000, o NIC.Br teve como os membros fundadores o CGI.br, a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), a Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM), o Comitê para Democratização da Informática (CDI), a Sociedade Brasileira de Computação (SBC), entre outros. Os membros fundadores do CGI.br desempenharam um papel crucial na criação e no desenvolvimento do NIC.BR, portanto, não há uma única pessoa ou grupo específico como seu “criador”, mas sim a colaboração e a participação de diversas entidades e indivíduos envolvidos na criação do Comitê Gestor da internet no Brasil e suas respectivas entidades, incluindo o NIC.BR.

O NIC.BR é afiliado a várias organizações e entidades internacionais que atuam no âmbito da governança da internet e que podem ser considerados seus similares. Dentre os seus principais pares internacionais, estão:

1. Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN): organização internacional sem fins lucrativos responsável pela coordenação global do sistema de identificadores exclusivos da internet, como endereços IP e nomes de domínio. O NIC.BR trabalha em colaboração com a ICANN em questões relacionadas à política de domínios e padrões globais.

2. Registro de Endereçamento da Internet para a América Latina e o Caribe (LACNIC): um dos cinco Registros Regionais da Internet (RIRs) em todo o mundo e é responsável pela alocação e registro de recursos de numeração IP na América Latina e no Caribe. O NIC.BR coopera com o LACNIC em questões relacionadas à gestão de endereços IP na região.

3. Internet Society (ISOC): organização global que promove o desenvolvimento aberto, a evolução e o uso da Internet para o benefício de todas as pessoas. O NIC.BR colabora com a ISOC em iniciativas e atividades que visam melhorar a infraestrutura e a governança da internet.

O Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) desenvolve várias pesquisas e iniciativas relacionadas à internet no Brasil. Algumas das áreas de pesquisa e atuação do NIC.br incluem a segurança na internet, a infraestrutura das redes, incluindo a distribuição geográfica dos pontos de troca



de tráfego (IXPs) e a qualidade da conectividade, a adoção do IPv6 (a nova versão do protocolo de internet), entre outros. A maior parte desses estudos é realizado via CETIC.Br.

O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br) foi criado em 2005 como parte do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), entidade responsável pela administração do registro de domínios .br e por diversas iniciativas relacionadas à internet nacionalmente. O CETIC.br tem como objetivo realizar pesquisas e produzir indicadores sobre o uso da internet no país. Nos primeiros anos de existência, o CETIC.br lançou projetos pioneiros, como a pesquisa “TIC Domicílios”, que investiga o acesso e uso das tecnologias da informação e comunicação nos lares brasileiros. Ao longo do tempo, o CETIC.br ampliou seu escopo de atuação, incluindo pesquisas sobre o uso da internet em diferentes setores, como empresas, escolas, e órgãos públicos. Hoje em dia, o CETIC.Br desenvolve as seguintes pesquisas:

1. TIC Domicílios: esta pesquisa aborda o acesso e uso de tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros. Inclui informações sobre o acesso à internet, posse de dispositivos digitais, atividades online, entre outros.
2. TIC Empresas: foca no uso de tecnologias da informação e comunicação nas empresas brasileiras. Examina a infraestrutura tecnológica, o acesso à internet, a presença online e outras questões relevantes para o ambiente empresarial.
3. TIC Educação: investigação sobre o acesso e o uso de tecnologias da informação e comunicação nas escolas brasileiras, avaliando a infraestrutura tecnológica, o uso de computadores e internet na educação, entre outros aspectos.
4. TIC Kids Online: concentra-se no uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil, explorando temas como segurança online, comportamento na rede e experiências online.

Mais recentemente, o CETIC.br lançou pesquisas sobre provedores, governo eletrônico, centros públicos de acesso e organizações sem fins lucrativos. A importância dos dados das pesquisas mais antigas reside na possibilidade de comparar, ao longo de mais de uma década, o tipo de acesso dos usuários de internet no Brasil a determinados sites, como os do governo federal, de que fazem parte os arquivos do SNI. No caso das pesquisas mais recentes,

elas serão importantes para aprofundarmos essas investigações e analisarmos a estabilidade dos dados ofertados. Uma dessas novas pesquisas é de nosso especial interesse: governo eletrônico.

De acordo com o website do CETIC.Br, profissionais de inteligência e pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPEC) estão diretamente envolvidos no levantamento que resultará em uma pesquisa sobre a maneira como o governo disponibiliza dados e, sobretudo, dados sensíveis na rede. Essa investigação estará diretamente ligada com a nossa pesquisa porque deverá responder a questões sobre política de indexação, transparência e manutenção dos dados na rede de uma maneira ampla, permitindo cotejar dados de outros órgãos com os da ABIN e, assim, do SNI.

Investigações como essa estão relacionadas com a aprovação, em 2014, do “Marco Civil da Internet no Brasil”, lei que estabeleceu um quadro para a regulação da internet no país, com disposições relacionadas à neutralidade da rede, privacidade de dados e liberdade de expressão online. Uma das principais disposições do Marco Civil da internet foi a exigência de que os provedores de serviços de internet tratassem todo o conteúdo online igualmente, sem bloquear ou desacelerar o acesso a sites ou serviços específicos. Em 2023, as ideias que impulsionaram o Marco Civil da Internet no Brasil foram reavivadas pela conferência da UNESCO “Internet for trust”, que pretendeu criar diretrizes de regulamentação da segurança na internet, incluindo o acesso a informações, como as da CIA-SNI com as quais estamos lidando em nossa pesquisa.

222 |

Considerações finais

No presente trabalho, apresentamos nossos objetos e nossas fontes de pesquisa e anunciamos os campos de trânsito para desdobramentos futuros. Como nota de memorização ao nosso leitor, assinalamos que, em processos de investigação futuros, caberá cotejar as informações que se repetem em ambos os acervos; traduzi-las para uma mesma língua; compará-las, seja em sua estrutura narrativa, seja em sua estrutura virtual. Como estamos lidando com uma espécie de História Digital/Sociologia do Virtual, também disporemos dos mecanismos e das ferramentas que a tecnologia pode e poderá nos oferecer ao longo de todo o nosso caminho. Aprender a pesquisar acervos virtuais com o uso de ferramentas digitais é também um dos nossos objetivos e nossas razões pelas quais lançamos mão, nesse texto, de uma descrição densa de cada um dos elementos que comporá o nosso estudo final.



Investigar dados sensíveis de agências dedicadas à informação é uma tarefa delicada. Cruzar esse objetivo com uma execução que depende do uso de um repositório instável e flutuante como é a internet torna a tarefa ainda mais complexa. Isso porque não se trata apenas de investigar aquilo que as agências de inteligência quiseram esconder, mas também aquilo que a internet, hoje em dia, acaba por escamotear. Atribuir à internet a capacidade de falsear o real, considerando-a uma entidade autônoma e desprovida de uma política de dados impetrada por pessoas sérias, é, no mínimo, *naïve*. Daí, a importância de colocar, em lente aumentada, cada uma das camadas do nosso estudo, demonstrando, de maneira ponderada e detalhada, cada um dos elementos que mesclaremos em nossos próximos passos. Aqui finalizamos, sob a perspectiva de dois grandes autores da área das ciências sociais, Clifford Geertz com sua descrição densa, e Michel Foucault, com seu “carnaval organizado”. Tendo o nosso leitor visualizado cada uma das “alas” de nossa pesquisa, em nosso próximo “cortejo”, esperamos apresentar novas “descobertas socio-históricas” que contribuam com a consolidação do conhecimento científico e das sociedades democráticas em detrimento das formas de autoritarismos e ditaduras.

Referências bibliográficas

| 223

- BEVINS, Vincent. *The Jakarta Method: Washington's Anticommunist Crusade & the Mass Murder Program that Shaped Our World*. New York: Public Affairs, 2021.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*, 3. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 2012. p. 295-316.
- CETIC.Br. Website: <https://cetic.br/pt/pesquisas/>, acessado em 31 de janeiro de 2024.
- DURAN, MARIA RENATA DA CRUZ; RODRIGUES, B. C. M. Fake news: Who's afraid of the truth on the Internet?. In: Alexandre F. Barbosa. (Org.). *ICT HOUSEHOLDS .Survey on the Use of Information and Communication Technologies in Brazilian Households*. v. 1. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. p. 321-334.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- FRANKLIN, BENJAMIN LUIZ ; DURAN, MARIA RENATA DA CRUZ . Bibliotecas emergenciais. *REVISTA DIGITAL DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, v. 19, p. e021026, 2021.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 278-321.
- LANZA, Fabio; NEVES JR, José W. A. Expressões do novo intervencionismo: uma análise do grupo conservador “Ordem Dourada do Brasil. *Estudos de Sociologia, Araraquara*, v. 22, n. 42, p. 35-51, 2017.



MARINO, Bruna Carolina R. Navegando pelo passado: redes sociais e os problemas da historiografia na era digital. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ANDRADE, Fabiana de O. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 537-554, 2012.

MOTTA, Rodrigo P. S. Em guarda contra o perigo vermelho: anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado) em História Econômica, apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2000.

NEVES JR, José W. A. A Ideologia de Segurança Nacional no Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985). Tese (Doutorado) em Ciências Sociais apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília, 2021.

NEVES JR, José W. A. O Movimento Estudantil paranaense sob vigilância do Serviço Nacional de Informações (1964-85). *Aurora, Marília*, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2019.

PIOVANI, Luan P.; LANZA, Fabio; NEVES JR, José W. A. O discurso negacionista no governo Bolsonaro: uma análise dos discursos oficiais com paralelos nos arquivos do SNI. In: SILVA, Elaine C. et. all. (Orgs). *Experiências de exceção no pós-ditadura*. Maringá: Edições Diálogos, 2021. p. 99-108.

PRASHAD, Vijay. *Balas de Washington: Uma História da CIA, Golpes e Assassinatos*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

224 | SANTA CATARINA. Relatório da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright – Santa Catarina/Brasil. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/files/show/294> (Acesso em 25 de agosto de 2022, às 14h25m).

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.

SNI-PR. ME – Detenção de estudantes que participavam da VI SESAC em Florianópolis/SC – Atuação do PCB, ACT_ACE_118_79, 22 de maio de 1979, 53 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR, Infiltração comunista nos diversos setores de atividades, ACT_ACE_261_79, 04 de outubro de 1979, 07 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR, Atividades Subversivas. ACT_ACE_1453_81, 30 de setembro de 1981, 08 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR, Infiltração Comunista nos Diversos Setores, ACT_ACE_2596_82, 04 de maio de 1982, 08 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR. Atividades Contestatórias em Criciúma/SC, ACT_ACE_4178_83, 11 de agosto de 1983, 24 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR. X Encontro dos Jovens Cristãos, ACT_ACE_5394_84, 16 de agosto de 1984, 12 laudas (NDPH-UEL).

SOUZA, Éliton F. *Memórias da Operação Barriga Verde: a caça aos comunistas em Santa Catarina*. *Perseu: História, Memória e Política*, São Paulo, n. 11, ano 7, p. 113-145, 2016.



Opening the Archives: arquivos digitais da ditadura

Marina Adams¹ e James N. Green²

Introdução

Em 2014, seguindo um pedido da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o governo norte-americano, através do então vice-presidente, Joseph Biden, entregou ao Brasil 43 documentos desclassificados do Departamento de Estado estadunidense (“Relatório da Comissão Nacional da Verdade”, 2014). Durante o ano, o governo norte-americano continuou a entregar novos documentos, culminando na entrega de um conjunto final de 538 documentos em 2015, visto como um gesto de boa vontade após notícias de que os Estados Unidos haviam grampeado dispositivos da presidência brasileira (ROMERO, 2014).

Em 2024, dez anos depois da primeira entrega, deputados norte-americanos enviaram ao agora presidente, Joe Biden, uma carta requerendo a desclassificação de 13 novos documentos do Departamento de Estado (PERRIN, 2024). Os políticos apontaram a necessidade de reforçar o compromisso com a democracia e os direitos humanos, bem como as relações diplomáticas com o Brasil, como razões para a desclassificação, pedido esse articulado inicialmente por organizações civis comprometidas com os direitos humanos e a memória da ditadura militar brasileira. A identificação dos 13 documentos requeridos, no entanto, se deu através do projeto *Opening the Archives*, uma iniciativa de digitalização e publicação de documentos do governo norte-americano sobre a ditadura militar brasileira que vem sistematicamente compilando arquivos desde 2012. Atualmente, o projeto disponibiliza mais de 70.000 documentos

| 225

1 Marina Adams é doutoranda no programa de História da Universidade Brown e coordenadora do projeto *Opening the Archives*.

2 James N. Green é professor emérito do departamento de História da Universidade Brown e fundador e diretor do projeto *Opening the Archives*.



do Departamento de Estados, bibliotecas presidenciais e outros órgãos oficiais sobre o Brasil de 1961 até 1989. Este artigo traça um breve panorama do projeto de arquivo digital *Opening the Archives*, incluindo suas origens, seus objetivos, sua metodologia e seus possíveis futuros.³

Histórico e objetivos

Em 1976, James N. Green chegou ao Brasil como parte de uma viagem para conhecer a América Latina. Ativista em grupos de solidariedade com a região, Green planejava ficar no Brasil por seis meses. Quase sete anos depois, Green retornaria aos Estados Unidos, tendo, nesse tempo, participado ativamente da oposição ao regime militar e da fundação do movimento LGBT no país. O encontro de Green com o Brasil moldou invariavelmente a sua trajetória acadêmica e ativista e sensibilizou o historiador, que viria a escrever importantes títulos, como o celebrado *Além do Carnaval* sobre a história da homossexualidade masculina no Rio de Janeiro e em São Paulo no século XX (GREEN, 1999).

226 |

Foi a sua experiência central com a resistência à ditadura militar, no entanto, que o levou a escrever o compreensivo *Apesar de Vocês*, livro que traça as complexas relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o regime. O livro surgiu de uma conversa com um acadêmico brasileiro, na conferência da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA), em 1998, que sugeriu que as relações entre os Estados Unidos e o Brasil durante o regime haviam ocorrido de forma unilateral, com o país norte-americano influenciando a política interna brasileira de forma quase maniqueísta sem qualquer oposição ao regime militar nos Estados Unidos (GREEN, 2010). Green, no entanto, havia tido uma experiência formadora no Brasil e sabia do trabalho de solidariedade extenso feito por norte-americanos que, como ele, se opunham aos regimes autoritários na América Latina. Buscando resgatar essa história complexa e transnacional, Green compilou uma extensa pesquisa nos arquivos norte-americanos, particularmente no Arquivo Nacional em College Park, Maryland, onde explorou exaustivamente os documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Seguindo a publicação de *Apesar de Vocês*, Green percebeu que sua pesquisa seguiria novos caminhos e que não conseguiria tão cedo produzir uma nova história da ditadura (GREEN, 2024). A sua experiência em College Park, no

3 O projeto *Opening the Archives* está disponível em: <https://library.brown.edu/create/openingthearchives/pt>



entanto, o havia sensibilizado para o difícil acesso dos documentos em questão, especialmente aos pesquisadores brasileiros que raramente conseguiam acessar os recursos necessários para viajar aos Estados Unidos e acessar os arquivos. Esta compreensão o levou a pensar em um projeto piloto para disponibilizar online cerca de 2.000 a 3.000 documentos sobre a ditadura brasileira localizados nos Estados Unidos. Na mesma época, Green foi convidado a integrar um subcomitê do projeto Memórias Reveladas, focado em identificar documentos estrangeiros acerca da ditadura no Brasil. Ao entrar em contato com o então professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Sidnei Munõz, Green mencionou a sua ideia de um projeto piloto. Munõz ficou animado com a ideia e se prontificou a ajudar com recursos da UEM. Surgia assim o *Opening the Archives*. Em seguida, um subsídio da Universidade Brown e da Universidade Estadual de Maringá permitiu que fosse enviada a College Park uma equipe de 12 alunos, 2 alunos de pós-graduação brasileiros e 10 alunos de graduação de Brown entre junho e agosto de 2012. Nesse primeiro verão, os alunos digitalizaram um acervo inicial de 10.000 documentos, arquivo esse que cresceu exponencialmente nos 12 anos subsequentes, com as generosas doações da Associação Bem-Te-Vi, as quais permitiram a consolidação e expansão do projeto (GREEN, 2024).

Metodologia

Para evoluir de uma viagem arquivística isolada a um projeto de grande porte, no entanto, a iniciativa requereu o desenvolvimento de uma metodologia que permitisse a recepção, o processamento e a publicação de dezenas de milhares de documentos. Trabalhando com o Brown University's Center for Digital Humanities (Centro de Humanidade Digitais da Universidade Brown), as equipes iniciais do projeto utilizaram as diretrizes do órgão central de ciências da informação dos Estados Unidos, a Biblioteca do Congresso, para criar um modelo de digitalização, processamento e publicação sistemático de documentos que permitisse a sua pesquisa ampla por meios digitais. Dessa forma, o projeto é dividido em quatro fases e dois programas integrados, cada qual seguindo as suas diretrizes e com seus próprios desafios. Nesta seção, detalharemos cada fase e programa, ilustrando como o projeto *Opening the Archives* funciona de forma integrada, buscando atingir seus objetivos.

Como um projeto que visa à transparência e acessibilidade de arquivos, até então, relativamente pouco pesquisados e muitas vezes inacessíveis, o primeiro passo da iniciativa teve em vista a identificação de documentos pertinentes



ao seu objetivo. Para tal, foi necessário o estabelecimento de parâmetros que permitissem o levantamento dos fundos e das coleções disponíveis. Utilizando da significativa pesquisa feita por historiadores da ditadura militar, o programa estabeleceu como recorte cronológico os anos de 1961 a 1989, entendendo a chegada de Lincoln Gordon à embaixada estadunidense no Brasil como um marco da influência norte-americana na política brasileira. Este recorte cronológico também correspondia à organização dos arquivos norte-americanos, em que documentos foram catalogados baseando-se nos mandatos presidenciais. Estabelecido o parâmetro temporal, os pesquisadores envolvidos nessa fase inicial se encarregaram de produzir um robusto levantamento de documentos disponíveis nos Estados Unidos. Devido ao regimento de acesso à informação norte-americano, que dita que os documentos referentes às atividades do poder executivo, salvo em algumas exceções, são de interesse público, os pesquisadores então determinaram que os documentos dos escritórios presidenciais e do Departamento de Estado, incluindo consulados e embaixadas (ESTADOS UNIDOS, 1966), seriam de interesse prioritário. Esse levantamento inicial, portanto, identificou um vasto arquivo sobre a ditadura militar brasileira nos Estados Unidos, incluindo cinco bibliotecas presidenciais, duas coleções referentes ao Departamento de Estado no Arquivo Nacional dos Estados Unidos em Washington, D.C., material nos arquivos do Departamento de Defesa, e coleções de entidades financiadas pelo governo estadunidense.

228 |

Identificados os documentos, foi estabelecida a segunda fase do projeto: a digitalização. Os principais desafios dessa fase foram, e continuam sendo, os de natureza material. Tanto as bibliotecas presidenciais quanto o Arquivo Nacional dos Estados Unidos permitem a digitalização de seu acervo e sua consequente publicação conforme as normas dos respectivos arquivos. Dessa forma, a demanda imposta ao projeto foi a organização de equipes que pudessem se deslocar aos destinos necessários, bem como levar consigo o equipamento adequado à digitalização. O projeto criou então o seu primeiro programa recorrente, o de digitalizações in loco. Para tal, foi criado um processo de seleção de alunos da graduação e pós-graduação da universidade que visa ao envio de alunos aos arquivos nos períodos de férias acadêmicas universitárias (maio a agosto nos Estados Unidos). O tamanho das equipes varia de acordo com os recursos disponíveis ao projeto cada ano, mas, em média, o programa é capaz de digitalizar cerca de oito mil documentos a cada período de digitalização, que pode durar entre quatro e oito semanas. Após selecionados, os alunos são treinados pela coordenação e pelos profissionais da biblioteca nas melhores práticas arquivísticas, incluindo procedimentos de acesso aos



documentos e controle de qualidade de digitalização. Uma vez no arquivo, os participantes do projeto se dedicam à digitalização de forma a expandir o acervo digital disponível. Os documentos são inseridos no Brown University's Digital Repository (Repositório Digital da Universidade Brown) imediatamente após a sua digitalização e, nesse primeiro momento, são organizados de modo a refletir sua organização no arquivo físico, incluindo todos os dados quanto ao arquivo, à coleção, série e caixa.

A terceira fase do projeto é talvez a mais crucial. Uma vez digitalizados os arquivos, urge a criação dos seus respectivos metadados, isto é, suas descrições digitais (POMERANTZ, 2015). Foi criado, então, o segundo programa recorrente do projeto: a indexação. O processo de criação de metadados segue o padrão determinado pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, que categoriza uma série de "subject headings", termos padronizados de descrições de eventos, pessoas, períodos históricos, etc. ("Library of Congress Subject Headings PDF Files", [s.d.]). A utilização desse sistema padronizado está atrelada ao objetivo central do projeto: a capacidade de pesquisa do arquivo digital compilado. Imediatamente após serem digitalizados, os arquivos são inseridos no repositório digital, onde integrantes do projeto podem então inserir as informações adequadas através de um formulário integrado à plataforma criado pelo Brown University's Center for Digital Humanities. Mesmo utilizando a tecnologia de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), que permite que pesquisadores busquem palavras-chave dentro dos textos em si, o projeto busca a otimização da pesquisa digital. Através do programa de indexação, o documento publicado passa por um processamento duplo, primeiro por um indexador que o lê e cria um título significativo, inclui as informações relevantes quanto à sua produção e o classifica dentro de uma temática. Em seguida, o mesmo documento, agora já descrito, passa por um controle de qualidade que garante a coesão e conformidade das informações com a norma estabelecida.



Figura 1 – Captura de tela do formulário de indexação do Brown University's Digital Repository criado pela Brown University's Library, 2024.

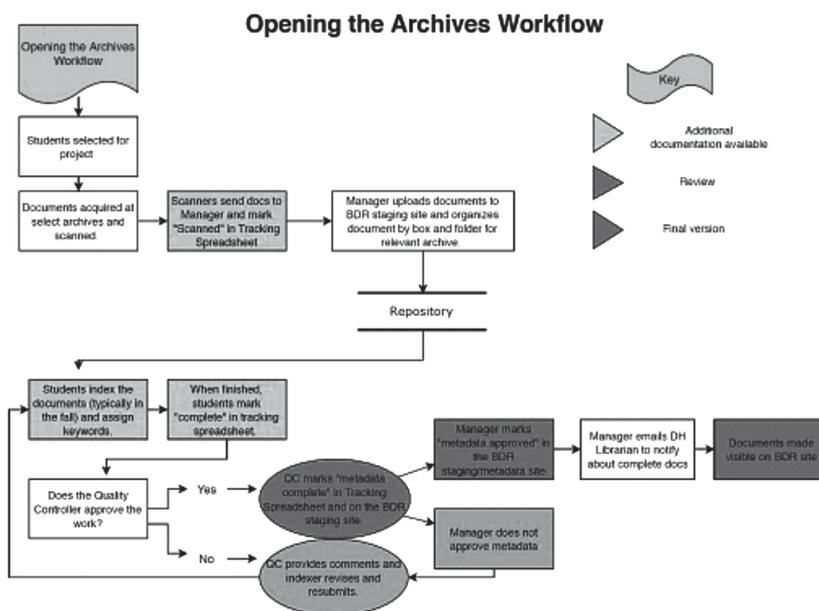


230 |

A atenção dada ao processo de indexação está diretamente ligada à última fase do projeto e ao seu objetivo central, a publicação. Uma vez aprovados pelo controle de qualidade, os documentos são sinalizados à coordenação do projeto, que os aprova para publicação.

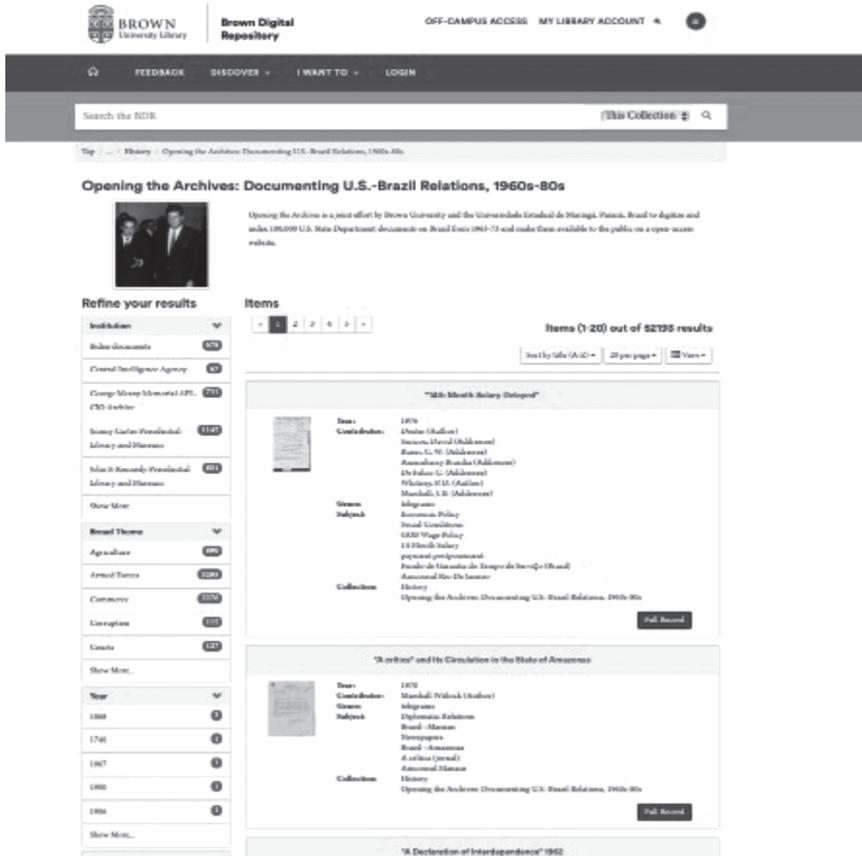
O projeto se dá então da seguinte forma:



Figura 2 – Organograma do projeto Opening the Archives, 2018.

Cada fase do projeto é planejada para que os documentos sejam apresentados da forma mais acessível aos pesquisadores. Os parâmetros de inclusão garantem a consistência do arquivo, enquanto as práticas de digitalização, a legibilidade dos documentos, e o controle de qualidade da indexação, a acessibilidade da pesquisa. Dessa forma, o projeto pensa dois caminhos de pesquisa e acesso aos documentos disponíveis que pretendem abarcar diversos níveis de pesquisa. Enquanto pesquisadores em fases mais iniciais de seus projetos podem buscar documentos de forma ampla por termos-chave, data, temática, tipo e local, aqueles em fases mais avançadas ou interessados em documentos específicos têm também a opção de fazer buscas direcionadas por arquivos, coleções e caixas, como observado na imagem abaixo:

Figura 3 – Captura de tela da página de pesquisa do projeto Opening the Archives, 2024.



232 |

Fonte: https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id_644/

Parcerias, colaborações e futuros

Em agosto de 2022, pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre Religião e Religiosidades (LERR) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) montaram uma exposição audiovisual sobre a questão agrícola durante ditadura militar no Paraná intitulada “As Terras do Paraná” (FRANÇA, 2023). A exposição contou com documentos desclassificados da agência central de inteligência norte-americana, a CIA, disponibilizados pelo projeto Opening the Archives. Fruto de uma parceria entre pesquisadores da UEL e o projeto, a semana de lançamento da exposição contou com a presença da coordenadora do



Opening the Archives, Marina Adams, que usou a oportunidade para oferecer oficinas da plataforma aos alunos interessados (DALBEN, 2023). As atividades na UEL não são exceções ao projeto, que busca continuamente expandir suas parcerias com instituições brasileiras, bem como publicizar a plataforma de modo a atingir o maior número de pesquisadores possível. A exposição de 2022 também evidencia o potencial do projeto dentro da história pública. Se a exposição foi fruto de uma pesquisa rigorosa, o projeto permite também para além da pesquisa acadêmica, o acesso irrestrito aos documentos disponíveis. Os níveis de acessibilidade de pesquisa por palavra-chave ou data, por exemplo, permitem a exploração curiosa e não somente a pesquisa direcionada. Assim como uma exposição que convida os transeuntes a entrar e descobrir sua história, o projeto convida a exploração e a descoberta.

As colaborações diversas do projeto são um pilar fundamental do cumprimento de seus objetivos e sua expansão. Nos últimos anos, o projeto pôde contar com a colaboração de notáveis pesquisadores da ditadura, desde o professor Fábio Lanza na UEL, ao professor Felipe Loureiro da Universidade de São Paulo e às professoras Mariana Joffily da Universidade Estadual de Santa Catarina e Larissa Côrrea da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O Opening the Archives busca sempre construir seu material com a colaboração irrestrita de especialistas brasileiros, refletindo continuamente a essência transnacional dos próprios documentos disponibilizados.

É reconhecendo também a transnacionalidade do regime no Brasil que o projeto buscou expandir o seu escopo nos últimos anos. Essa expansão tem se dado em duas frentes, uma que pretende expandir os documentos disponíveis em outros países além dos Estados Unidos, e outra que os expande para fora do Brasil. Na primeira frente, seguindo a linha de trabalho de pesquisadores como Denise Rollemberg, entende-se o regime como um evento criador de uma diáspora brasileira, cuja produção documental o projeto busca incluir no seu acervo. Com a colaboração da professora Maud Chirio da Universidade Gustave Eiffel, o projeto identificou coleções disponíveis na biblioteca La Contemporaine na Universidade de Paris, Nanterre. Esses arquivos já foram digitalizados e, a contar da publicação do presente artigo, se encontram em estágio de processamento para publicação. A segunda frente busca entender o regime militar brasileiro dentro de um contexto global da Guerra Fria. Para tal, se buscou expandir o acervo do projeto além do Brasil para outros países afetados pela ação norte-americana nesse período. Desde 2020, Rene Cordero, professor no Williams College, coordena o Opening the Archives – Dominican

Republic.⁴ Sendo uma ramificação do projeto original, a expansão se deu em parceria com o Instituto de Estudos Dominicanos da Universidade da Cidade de Nova Iorque, e foca primariamente nas décadas de 1960 e 1970 na República Dominicana, tendo disponibilizado já mais de 3.000 documentos sobre o período.

Conclusão

Muito se passou entre a primeira entrega de documentos estadunidenses ao Brasil em 2014 e as novas demandas de congressistas e sociedade civil em 2024. Por um lado, a produção e publicação dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade fomentaram uma onda de debates e discussão sobre a história e memória da ditadura militar de 1964 que viu, entre muitos outros projetos, o surgimento de Opening the Archives. Por outro lado, a experiência do governo de Jair Bolsonaro entre 2019 e 2022 viu a intensificação da politização dos arquivos da ditadura. À medida que o governo Bolsonaro buscava negar o regime e cercear o acesso a documentos do período, projetos como o Opening the Archives lutavam pela expansão da acessibilidade aos arquivos e das discussões sobre a ditadura militar. Enraizado nos seus objetivos de amenizar as barreiras que impedem o acesso aos arquivos e de expandir e complexificar o conhecimento sobre a ditadura militar, o Opening the Archives conta com uma metodologia responsiva para publicar a maior quantidade possível de documentos de forma legível e de fácil pesquisa. As colaborações com os parceiros institucionais, principalmente os brasileiros, como o Arquivo Nacional, são essenciais na fundamentação dos caminhos do projeto, que visa sempre ser uma ferramenta à pesquisa e ao conhecimento. A busca pela transparência e acessibilidade aos documentos da ditadura militar no Brasil e fora é uma batalha constante, mas que precisa ser travada enquanto a história do regime ainda estiver em disputa.

234 |

Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

Brown Digital Repository | Collection | Opening the Archives. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id_644/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

⁴ O projeto Opening the Archives – Dominican Republic está disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id_822/



REGISTROS DOS **AUTORITARISMOS**

Pesquisas sobre arquivos inéditos das ditaduras no Brasil e na América Latina

Brown Digital Repository | Collection | Opening the Archives - Dominican Republic. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id_822/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

DALBEN, M. J. P. Historiadora media audiovisual sobre conflitos agrários no século XX no PR. O Perobal, 29 ago. 2023. Disponível em: <<https://operobal.uel.br/clch/2023/08/29/historiadora-media-audiovisual-sobre-conflitos-agrarios-no-seculo-xx-no-pr/>>. Acesso em: 31 jul. 2024

FRANÇA, C. Exposição na UEL trata dos conflitos agrários no PR na ditadura. Rede Lume, 26 ago. 2023.

Freedom of Information Act Statute., 1966.

GREEN, J. N. Abrindo os Arquivos do Tio Sam. In: Escritos de um viado vermelho: política, sexualidade e solidariedade. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2024.

GREEN, J. N. Escritos de um viado vermelho: política, sexualidade e solidariedade. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2024.

GREEN, J. N. Beyond carnival: male homosexuality in twentieth-century Brazil. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

GREEN, J. N. We cannot remain silent: opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

Library of Congress Subject Headings PDF Files. Web page. Disponível em: <<http://www.loc.gov/aba/publications/FreeLCSH/>>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PERRIN, F. Deputados dos EUA pedem a Biden que retire sigilo de documentos sobre ditadura brasileira. Folha de S.Paulo, 4 abr. 2024.

POMERANTZ, J. Metadata. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2015.

ROLLEMBERG, D. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

ROMERO, S. Brazil: Biden and Rouseff Meet. The New York Times, 18 jun. 2014.





Sagga Editora e Comunicação

Avenida Sete de Setembro, nº 32 - 2 de Julho
Salvador – BA | CEP: 40.060-904

   @saggaeditora

saggaeditora@gmail.com